

Paulo Marcelo Medeiros de Albuquerque e Mello

# AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL - ALN

ALN

The logo for Ação Libertadora Nacional (ALN) features the letters 'A', 'L', and 'N' stacked vertically in a bold, white, sans-serif font. To the right of the 'L' and 'N' is a white target symbol consisting of two concentric circles and a crosshair.

Trajetória de um  
Grupo de Militantes  
em Pernambuco  
(1968 – 1970)





No âmbito dos estudos referentes à ditadura militar no Brasil, esta dissertação tem como objetivo analisar a atuação de um grupo de militantes da Ação Libertadora Nacional (ALN) em Pernambuco, entre os anos 1968 até 1970. A partir de 1967, as principais teses de resistência armada à ditadura e a construção da revolução comunista ganharam força no Brasil, gerando a formação de vários grupos de organização armada, em oposição ao PCB (Partido Comunista do Brasil), que pregava a via eleitoral e os acordos políticos com a burguesia nacional. Neste contexto, a ALN, a partir de 1968, se constituiu como um dos principais defensores destas ações armadas. Por outro lado, a análise sobre a atuação deste grupo específico de militantes nos permitiu estudar, com mais detalhes, uma história que ainda não havia sido estudada. Durante nossas análises historiográficas, investigamos os princípios políticos e sociais que fundamentaram a constituição desta célula da organização em Pernambuco. Procuramos analisar as narrativas dos militantes, dos órgãos de repressão do governo e dos periódicos sobre estes fatos históricos. Utilizamos como referências documentais os relatos orais dos militantes, documentos dos órgãos de repressão e os periódicos. Em seguida, apresentamos algumas avaliações destes militantes sobre o projeto de luta armada da ALN. Passados cinquenta e um anos do epílogo do grupo, percebemos que estes relatos orais foram narrados sob a perspectiva de novos significados, pois foram construídos através de outro ambiente social, político e econômico.



**Ação Libertadora Nacional – ALN**

## *Direção Editorial*

---

Lucas Fontella Margoni

## *Comitê Científico*

---

**Prof. Dr. Antônio Torres Montenegro**  
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

**Prof. Dr. Pablo Francisco de Andrade Porfirio**  
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

**Prof. Dr. Márcio Ananias Ferreira Vilela**  
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

# **Ação Libertadora Nacional – ALN**

Trajatória de um Grupo de Militantes em Pernambuco (1968 – 1970)

**Paulo Marcelo Medeiros de Albuquerque e Mello**



**Diagramação:** Marcelo A. S. Alves

**Capa:** Carole Kümmecke - <https://www.conceptualeditora.com/>

**O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.**



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da [Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR) [https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

MELLO, Paulo Marcelo Medeiros de Albuquerque e

Ação Libertadora Nacional — ALN: Trajetória de um Grupo de Militantes em Pernambuco (1968 — 1970) [recurso eletrônico] / Paulo Marcelo Medeiros de Albuquerque e Mello -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021.

328 p.

ISBN - 978-65-5917-277-1

DOI - 10.22350/9786559172771

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Ditadura; 2. Revolução; 3. Militantes; 4. Esquerda; I. Título.

---

CDD: 900

Índices para catálogo sistemático:

1. História 900

## **Agradecimentos**

Agradeço a meu orientador Antônio Torres Montenegro, sem ele este trabalho seria impossível de ter saído do projeto, o meu mais sincero agradecimento. Sou grato por ele ter confiado em mim desde o projeto de TCC, do bacharelado. Suas análises críticas foram fundamentais para construção desta dissertação. Muito obrigado!

Sem as informações que obtemos nas entrevistas que realizamos ao longo da pesquisa, também não seria possível a elaboração desta dissertação de mestrado. Quero agradecer a estas pessoas que se dispuseram a contribuir com informações e memórias que ajudaram a formatar este trabalho. Elas abriram as portas de suas residências e disponibilizaram várias horas para realização destas entrevistas.

No início da jornada do mestrado, o meu orientador perguntou o porquê da escolha de uma organização de esquerda revolucionária como objeto de estudo. Respondi que tinha vontade de estudar as motivações que levaram algumas pessoas a largarem uma vida confortável e se exporem na luta armada contra um governo opressor.

No decorrer da operação historiográfica, gradualmente as premissas românticas vão dando lugar às análises de práticas e narrativas, que nos levam a trabalhar com outros questionamentos. Afinal, não haveria sentido em escrevermos uma história apenas para construirmos heróis. Contudo, mesmo após a realização deste estudo, fica o respeito e admiração por um grupo de pessoas que, a seu modo, pensou em construir uma sociedade mais justa.

Desta forma agradeço primeiramente a Dulce Pandolfi e Teresa Viçosa que abriram os caminhos do estudo compartilhando seus contatos e

confirmando a existência da ALN em Pernambuco. E a Luciano Almeida, que com sua memória extraordinária e uma paciência incomum, me ajudou a entender a trajetória do grupo.

Mas não posso me esquecer de Perly Cipriano que contribuiu bastante com suas análises, e ajudou a entender a relação deste grupo com a luta armada a nível nacional. Agradeço também a Maurício Anísio pela disponibilização de seu acervo pessoal, e Roberto Peixe por ajudar a perceber a diversidade de correntes políticas no período.

Agradeço ao professor Daniel Aarão Reis não só pela entrevista a mim concedida, como pela ajuda inestimável de suas obras. Elas me ajudaram substancialmente no entendimento do funcionamento das esquerdas revolucionárias no Brasil. Agradeço também a Paulo de Tarso Venceslau, que forneceu informações importantes sobre a ALN a nível nacional.

A todos os amigos do curso de licenciatura e bacharelado em História da UFPE. Meu muito obrigado. Mas gostaria de dedicar uma lembrança especial a Camila Melo, Felipe Machado, Clarisse Pereira, Giweida Oliveira, Wellinson Braz, Juany Nunes e Wellington Soares. Pelo companheirismo durante o curso de graduação. A todos os amigos que cursaram as cadeiras de mestrado em especial a Robson Santana, Tatianne Ellen, Cláudia Parente, Karlenne Sayanne, Cristhiane Raposo e Gustavo Galvão. Muito obrigado pela leitura dos textos e sugestões, sempre bastante pertinentes.

Muito obrigado. Aos amigos Antônio Hélio Muniz e Rodrigo Purificação que sempre me apoiaram nas pesquisas, nas buscas dos livros e na gravação e arquivo das entrevistas.

Aos amigos Diógenes Calado e Giovana Meinberg, muito obrigado pelo trabalho obstinado nas transcrições das quinze entrevistas realizadas. Sem eles este trabalho estaria comprometido.

Esta dissertação teve duas revisões, a primeira na qualificação e a outra para defesa. Muito obrigado a Camila Melo e Clarisse Pereira, por terem realizado este trabalho com alto grau de profissionalismo.



Agradeço também a minha banca, os professores Pablo Porfírio e Márcio Ananias. Suas contribuições – leituras, documentos, questionamentos, entre outros – me ajudaram a pensar e repensar sobre a trajetória dos militantes da ALN em Pernambuco.

Agradeço aos professores que me ensinaram desde a graduação a percorrer os caminhos historiográficos: As professoras Regina Beatriz, Isabel Guillen, Marília Ribeiro e Viviane Castro – Departamento de Arqueologia –, e aos professores Carlos Miranda, Antônio Paulo Rezende, George Cabral, Severino Vicente, Luciano Cerqueira, Antônio Alves, Marcus Carvalho.

E aos professores que ministraram as cadeiras de mestrado, o professor Durval Muniz e Antônio Montenegro, este na graduação e mestrado.

Ao Programa de Pós-Graduação em História, nas pessoas de Sandra Regina e Patrícia Campelo, obrigado, pela dedicação e disponibilidade.

A minha mãe, Marly Medeiros A e Mello, esta *in memoriam* – primeira incentivadora e fiel leitora dos meus textos. E que certamente está fazendo muita falta neste momento. Ao meu filho Rafael Mello, pela ajuda nas transcrições e as sugestões valiosas. A meu filho Heitor, de treze anos, pelos constantes questionamentos sobre o tema.

E finalmente, a minha esposa, a professora de história Maria Helena Germano, pelas observações e comentários sobre o texto final. Mas, principalmente, pela compreensão da necessidade de dedicarmos muitas horas do convívio familiar a este projeto. Sem este entendimento seria muito difícil a conclusão deste trabalho.



## Lista de siglas

ALEPE	Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco
ALN	Aliança Libertadora Nacional
ANL	Aliança Nacional Libertadora
AP	Ação Popular
APEJE	Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano
AP-ML	Ação Popular Marxista Leninista
CCC	Comando de Caça aos Comunistas
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
CHESF	Companhia Hidrelétrica do São Francisco
CNV	Comissão Nacional da Verdade
COLINA	Comando de Libertação Nacional
CRB	Clube de Regatas Brasil
CSA	Centro Esportivo Alagoano
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DEOPS-SP	Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo
DI-GB	Dissidência Guanabara
DOI-CODI Interna	Destacamento de Operações Internas – Centro de Operações de Defesa Interna
DOPS	Departamento de Ordem e Política Social
GCL	Grupo Comunista Lênin
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IPES	Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais
JC	Jornal do Commercio
MAC	Movimento Anticomunista
MNR	Movimento Nacional Revolucionário
MOLIPO	Movimento de Libertação Popular
MR-8	Movimento Revolucionário 8 de outubro
MRT	Movimento Revolucionário Tiradentes
MTR	Movimento Trabalhista Renovador
OBAN	Operação Bandeirantes
OPP	Organização Para Partidária

ORM-POLOP	Organização Revolucionária Marxista-Política Operária
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCBR	Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PCC	Partido Comunista Cubano
PCR	Partido Comunista Revolucionário
PDC	Partido Democrata Cristão
PL	Partido Liberal
POR	Partido Operário Revolucionário
PR	Partido Republicano
PRP	Partido da Representação Popular
PRT	Partido Republicano Trabalhista
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PSP	Partido Social Progressista
PST	Partido Social Trabalhista
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTN	Partido trabalhista Nacional
PUCS	Partido Comunista da União Soviética
SAMDU	Serviço de Assistência Médica Domiciliar e de Urgência
SAPPP	Sociedade Agrícola de Pecuária dos Plantadores de Pernambuco
SAPS	Serviço de Alimentação da Previdência Social
SNI	Serviço Nacional de Informação
SSP	Secretaria de Segurança Pública
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UBES	União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
UDN	União Democrática Nacional
UEE	União Estadual dos Estudantes
UEP	União dos Estudantes de Pernambuco
UME	União Metropolitana dos Estudantes
UNE	União Nacional dos Estudantes
VAR-Palmares	Vanguarda Armada Revolucionária Palmares
VPR	Vanguarda Popular Revolucionária

# Sumário

<b>1</b>	<b>17</b>
<b>Introdução</b>	
<b>2</b>	<b>26</b>
<b>Esquerdas revolucionárias antecedentes à ALN</b>	
2.1 Partido Comunista Brasileiro (PCB) .....	26
2.1.1 Levante de 35 e posterior momento de repressão .....	27
2.1.2 Período de legalidade do PCB .....	29
2.1.3 Retorno a ilegalidade .....	32
2.1.4 Resoluções do PCB de 1958 .....	36
2.1.5 V Congresso do PCB-1960.....	40
2.1.6 Apoio ao General Lott-PSD, nas eleições de 1960.....	41
2.1.7 Apoio a posse do Presidente João Goulart .....	46
2.1.8 Golpe civil-militar de 64 .....	49
2.2 Grupo Comunista Lênin (GCL) .....	59
2.3 Partido Operário Revolucionário (POR) .....	60
2.4 Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (ORM-POLOP).....	61
2.5 Ligas camponesas .....	62
2.5.1 SAPP .....	62
2.5.2 Desapropriação do engenho Galileia .....	65
2.5.3 Aproximação de Julião com o projeto revolucionário cubano.....	65
2.5.4 I Congresso Nacional de Camponeses – 1961 .....	66
2.5.5 Estrutura informal das Ligas Camponesas .....	67
2.5.6 Estruturação da luta armada .....	67
2.6 Ação Popular (AP).....	70
2.6.1 Atentado a bomba no aeroporto Guararapes .....	70
2.6.2 Treinamento de Guerrilha no Campo .....	70
2.6.3 Epílogo da AP .....	73
2.7 Partido Comunista do Brasil (PCdoB) .....	73
2.7.1 Guerrilha do Araguaia.....	74
2.7.2 Chacina da Lapa .....	78
2.8 Movimento Nacional Revolucionário (MNR) .....	79
2.8.1 Guerrilha de Caparaó .....	80

### **Carlos Marighella e a Ação Libertadora Nacional**

3.1 Processo de construção da ALN.....	83
3.1.1 Projeto Revolucionário das Esquerdas.....	83
3.1.2 Porque Resisti à Prisão.....	88
3.1.3 A Crise Brasileira.....	90
3.1.4 Saída de Marighella do PCB.....	92
3.2 Origem e características da ALN.....	98
3.2.1 Ato de Fundação.....	100
3.2.2 Objetivos da ALN.....	101
3.2.3 Objetivos da Guerrilha Urbana.....	101
3.2.4 Foquismo.....	102
3.2.5 Perfil dos militantes.....	106
3.2.6 Apoio de alguns artistas.....	107
3.2.7 Número de militantes.....	108
3.2.8 Organograma.....	108
3.3 Início das ações armadas.....	109
3.3.1 Militarismo.....	109
3.3.2 Primeira ação armada.....	115
3.3.3 Participação de Marighella nas ações armadas.....	116
3.4 Intensificação das ações armadas.....	117
3.4.1 Assalto ao trem pagador Santos-Jundiaí.....	118
3.4.2 Assassinato do capitão Charles Chandler.....	119
3.5 Aumento do aparelho repressor.....	121
3.5.1 Repressão descobre a existência da ALN.....	121
3.5.2 AI-5 e OBAN.....	123
3.5.3 Tomada da Rádio Nacional.....	129
3.6 Captura do embaixador dos Estados Unidos da América.....	132
3.6.1 Antecedentes da DI-GB.....	132
3.6.2 Organização da ação.....	133
3.6.3 Militantes que participaram da operação.....	134
3.6.4 Comando da operação.....	135
3.6.5 Elaboração do Manifesto.....	135
3.6.6 Listas dos militantes.....	137
3.6.7 Libertação do embaixador e dos 15 presos políticos.....	137
3.6.8 Avaliações dos militantes sobre a captura.....	138

3.7 Escalada de horror: o assassinato de Marighella .....	141
3.7.1 Desarticulação do GTA-SP.....	141
3.7.2 Ligações de Marighella com os freis dominicanos .....	144
3.7.3 A emboscada da Alameda Casa Blanca .....	147
3.7.4 Consequências da morte de Marighella para ALN.....	151
3.8 ALN e a imprensa.....	154
3.8.1 Jornal o GLOBO, Jornal do Brasil e a Revista Veja .....	154
3.8.2 Jornal do Commercio e Diário de Pernambuco .....	158
3.9 Memória de Marighella .....	161

## **4**

**172**

### **Atuação de um grupo de militantes da ALN em Pernambuco**

4.1 Formação do grupo .....	178
4.1.1 Primórdios do Grupo.....	180
4.1.2 Militantes deixam o grupo de fogo do PCBR e aderem à ALN .....	186
4.1.3 Redes de apoio .....	194
4.1.4 Trabalho de base nas fábricas .....	199
4.2 Participação de Dulce Pandolfi na ALN do Rio de Janeiro.....	200
4.3 Ações armadas do grupo, em Recife e Jaboatão.....	202
4.3.1 Assalto ao Banco Financial.....	207
4.3.2 Assalto ao Pronto Socorro e farmácia Jayme da Fonte .....	215
4.3.3 Assaltos a postos de gasolina, oficinas mecânicas e carros particulares.....	220
4.3.4 Visão das vítimas dos assaltos: vigilantes e proprietários de estabelecimento.....	223
4.3.5 Algumas ações planejadas e não executadas .....	227
4.4 Epílogo do grupo.....	228
4.4.1 Prisões em Recife .....	229
4.4.2 Prisão de Dulce Pandolfi .....	239
4.4.3 Torturas após prisão .....	241
4.4.4 Desarticulação dos aparelhos em Recife.....	248
4.5 Perfil dos militantes .....	251
4.6 Estrutura física e cotidiano da célula .....	252
4.6.1 Os aparelhos .....	252
4.6.2 Cotidiano dos militantes.....	257

---

**5** **260**

**Avaliações dos militantes sobre o projeto de luta armada**

5.1 Motivação dos militantes para aderirem ao projeto revolucionário .....	261
5.1.1 Algumas considerações .....	266
5.2 Algumas questões sobre a luta armada .....	268
5.2.1 Iniciativa de ação, fragmentação e isolamento .....	268
5.2.2 Importância dos valores democráticos.....	274
5.2.3 Participação da população no projeto revolucionário.....	281
5.2.4 Alguns comentários sobre estas questões.....	285

---

**Considerações finais** **290**

---

**Referências** **298**

---

**Apêndice A** **310**

Trecho da entrevista com Luciano Almeida

---

**Anexo A** **311**

Depoimento de Ronaldo Dutra Machado

---

**Anexo B** **312**

Desarticulação de aparelho do PCBR e ALN

---

**Anexo C** **315**

Prontuário de Perly Cipriano



# 1

## Introdução

No âmbito dos estudos referentes ao período da ditadura militar no Brasil, esta dissertação analisa a atuação de um grupo de militantes da Ação Libertadora Nacional (ALN) em Pernambuco entre os anos de 1968 até 1970. No percorrer das análises historiográficas e documentais, investigamos os princípios políticos e sociais que fundamentaram a constituição desta célula da organização em Pernambuco. Não obstante, para ajudar nas reflexões acerca do início desta organização política, foi construída uma análise dos perfis e trajetórias de vida dos militantes e dos extratos sociais aos quais pertenciam.

Estas análises auxiliaram na investigação do grau de autonomia que esta célula mantinha com o comando nacional da organização. Como também a entender os motivos que levaram um grupo de jovens a aderir a um projeto de luta armada que, naquele instante, já dava sinais de que não iria prosperar.

Escolhemos este recorte temporal porque identificamos dois grupos da ALN em Pernambuco. O primeiro com atuações localizadas no Estado. Estas ações foram realizadas por um grupo de militantes da ALN, que teve seu início em meados de 1968 e epílogo em março de 1970. E o segundo grupo, que atuava através de ramificações em vários estados do Nordeste e que teve início também em 1968, mas o seu epílogo, apenas em 1972.

Durante as pesquisas, consegui estabelecer com mais propriedade a trajetória do primeiro grupo. Desta forma, o enfoque desta pesquisa foi a atuação destes militantes da ALN no estado.

Não obstante, para estudar a ALN de Pernambuco foi necessário investigar sua história no nível nacional, com o recorte entre os anos de 1968 a 1969. Entendemos que a partir da morte de Carlos Marighella,<sup>1</sup> ocorrida em novembro de 1969, a ALN teve características diferenciadas. Na primeira fase, sob a influência do dirigente, ela era mais unida, pois tinha em seu líder um aspecto aglutinador. No segundo período, pós-morte desta liderança, a ALN entrou no processo de desagregação e extremo militarismo. O grupo da ALN em Pernambuco que estudamos sofreu grande influência de Marighella, por isso incorporamos em nossa pesquisa o diálogo entre as partes no referido período.

Segundo a narrativa da historiadora e militante da ALN em Pernambuco Dulce Chaves Pandolfi,<sup>2</sup> no processo de resistência contra a ditadura militar, Pernambuco teve uma participação importante e que nem sempre é reconhecida pela historiografia: “A história do Brasil sempre foi contada a partir do eixo Rio de Janeiro e São Paulo, por isso é importante que as pesquisas contemplem outros locais, para que tenhamos outras visões e análises dos processos históricos”.<sup>3</sup>

Para exemplificar, ela cita o exemplo da história de vida do estudante, membro do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e presidente da União Estadual dos Estudantes (UEE) em Pernambuco, Cândido Pinto, visto que, “ele sofreu um atentado da repressão em 1969 e ficou

---

<sup>1</sup> Carlos Marighella (Salvador, 5 de dezembro de 1911 – São Paulo, 4 de novembro de 1969) foi um político, escritor e marxista-leninista brasileiro. Um dos principais organizadores da luta armada contra a ditadura militar brasileira (1964–1985), Marighella chegou a ser considerado o inimigo “número um” do regime. Foi fundador da Ação Libertadora Nacional, organização de caráter revolucionário.

<sup>2</sup> Dulce Chaves Pandolfi é graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense, mestre em Ciência Política pelo IUPERJ e doutora em História pela Universidade Federal Fluminense. Estudante e Militante da ALN de 1968 a 1970. Foi presa em agosto de 1970 e saiu em liberdade condicional em dezembro de 1971, quando estava na colônia penal de Bom Pastor em Recife. Neste período de cárcere passou seis meses em uma solitária no presídio de Bangu I no Rio de Janeiro. É autora de vários livros entre eles, “Camaradas e companheiros: História e memória do PCB” e “Repensando o Estado Novo”.

<sup>3</sup> Dulce Chaves Pandolfi em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Rio de Janeiro, RJ, 04 de junho de 2018.

paraplégico, o fato não teve a repercussão nacional como teria se tivesse ocorrido com o então Presidente da União Metropolitana dos Estudantes (UME) do Rio de Janeiro, Vladimir Palmeira”.<sup>4</sup>

A respeito destas afirmações de Pandolfi, entendo que hoje, com o a efetivação dos diversos cursos de mestrado e doutorado espalhados pelo Brasil, ampliamos estas visões sobre a história do Brasil. Nas diversas regiões, dissertações de mestrado e teses de doutorado são anualmente produzidas, abrindo o horizonte e enriquecendo as discussões historiográficas.

A ALN foi formada em São Paulo, porém, muitas células foram criadas e diversas ações foram realizadas em outros estados, como Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Pará, Ceará e Pernambuco, que também se organizaram e contribuíram para a construção da história da ALN:

Em Fortaleza e no Recife, os primeiros assaltos a banco da ALN aconteceram em dezembro de 1969. No Ceará, Marighella se interessava mais pela implantação nas zonas rurais, porém seus correligionários também batalhavam na capital (MAGALHÃES, 2012, p. 470).

Segundo a narrativa da professora e militante da ALN em Pernambuco, Teresa Vilaça, Pernambuco foi muito importante durante o processo de resistência à ditadura militar:

Tinha gente do Rio Grande do Norte, da Paraíba, de Alagoas, tudo estudante que ia para a universidade no Recife. A cidade era um polo de militância contra a ditadura militar. Gente do Ceará, da Paraíba, de vários lugares iam atuar no Recife. A capital pernambucana era o centro econômico, social, cultural do Nordeste. Muitas dessas pessoas romperam com o PCB e foram participar do movimento armado.<sup>5</sup>

---

<sup>4</sup> Idem.

<sup>5</sup> Teresa Vilaça em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Salvador, Bahia, 11 de dezembro de 2017.

Apesar destas declarações de Teresa Vilaça, no estado do Ceará a ALN teve uma atuação destacada. Como indica o jornalista Mário Magalhães (2012), no Ceará a ALN agrupava cerca de duzentos militantes, computado neste universo os integrantes da rede de apoio.

Por outro lado, a construção de uma “operação historiográfica” (CERTEAU, 2000, p. 56-108), cujo enfoque é a atuação dos militantes que aderiram a ALN entre os anos de 1968 a 1970, auxiliou o levantamento de diversos documentos que permitiram contemplar não apenas as táticas (CERTEAU, 2007) dos estudantes, mas também ajudou a compreender as práticas sociais e políticas destes. Desta forma, o enfoque que demos na atuação destes militantes que participaram da ALN em Pernambuco nos permitiu estudar uma história que ainda não havia sido investigada.

Esta dissertação está dividida em quatro capítulos. No primeiro capítulo (Capítulo I), apresentaremos um panorama geral do processo de formação e trajetória das esquerdas revolucionárias no Brasil que antecederam à ALN. Consideramos que esta abordagem é importante para que se entenda a história das esquerdas revolucionárias<sup>6</sup> no Brasil e como estes fatos concorreram para a formação da ALN. Encontramos estudos de vários pesquisadores, que investigaram a trajetória das diversas organizações de esquerda que participaram da luta armada no Brasil.

Desta forma, traçamos um perfil geral delas, ancorados nas obras dos pesquisadores Daniel Aarão Reis, Luís Mir, José Luís Del Roio, Murilo Mendes, Marcelo Ridente, Denis de Moraes, Antônio Montenegro e Pablo Porfírio.

Estudamos e comentamos neste capítulo o Partido Comunista do Brasil (PCB), Grupo Comunista Lênin (CGL), Partido Operário

---

<sup>6</sup> Organizações que defenderam a luta armada como meio para destituição do governo e implantação do socialismo.

Revolucionário (POR), Ação Popular (AP), Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (ORM-POLOP), As Ligas Camponesas, o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e o Movimento Nacional Revolucionário (MNR). As biografias de Luiz Carlos Prestes, escrita por Daniel Aarão Reis, e a de João Goulart, escrita por Jorge Ferreira, também contribuíram decididamente neste trabalho.

O Capítulo II é dedicado ao processo de formação e trajetória da ALN, até a morte de Carlos Marighella, porém não poderíamos descrever os caminhos da organização sem referências às outras esquerdas revolucionárias, que lhe foram contemporâneas. Pois em diversas ações armadas elas atuaram conjuntamente.

Neste universo, para estudar sobre a trajetória de atuação da ALN a nível nacional, utilizamos as obras de autores que se especializaram na organização criada por Carlos Marighella. Foram utilizadas nos nossos estudos as obras dos historiadores Jean Rodrigues Sales, Jacob Gorender, Cristiane Nova e Jorge Nóvoa, Denise Rollemberg, Ana Paula de Souza Libardi e Maria Cláudia Badan Ribeiro. Além dos jornalistas Mário Magalhães, José Luís Roio, Luis Mir e Silvio Da-Rin.

Por outro lado, uma referência de pesquisa que ajudou substancialmente foram os filmes, documentários e entrevistas existentes na mídia digital que relataram a ação da ALN. Nesta linha, utilizamos como fonte as películas Hércules 56 (Silvio Da-Rin), Cidadão Boilesen (Chaim Litewski), Setenta (Emília Silveira), Marighella (Isa Grinspum Ferraz), O que isso, companheiro? (Bruno Barreto), Batismo de Sangue (Hélcio Ratton) e as entrevistas realizadas pelo militante da ALN, Carlos Eugênio da Paz ao Núcleo Piratininga de Comunicações e a rádio NF.

Para construção deste capítulo, também realizamos uma entrevista com o militante da ALN em São Paulo, o economista Paulo de Tarso

Venceslau.<sup>7</sup> A entrevista foi importante, pois este testemunho nos ajudou a entender a dinâmica das ações armadas da ALN a nível nacional.

Por último realizamos também uma entrevista com o professor Daniel Aarão Reis.<sup>8</sup> Reis, além de ter militado no Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8),<sup>9</sup> uma organização contemporânea da ALN, é um profundo especialista no estudo das esquerdas revolucionárias.

Ricoeur pondera que os documentos depositados nos arquivos são órfãos, ou seja, é preciso saber lê-los. Podemos nos deparar com um documento importante e não ter esta ciência. Segundo Ricoeur,

O documento que dorme nos arquivos é não somente mudo, mas órfão; os testemunhos que encerra desligaram-se dos autores que o puseram no mundo; estão submetidos aos cuidados de quem tem competência para interrogá-los e assim defendê-los, prestar-lhes socorro e assistência (RICOEUR, 2007, p. 179).

Desta forma é preciso conhecer o momento histórico que aqueles militantes da ALN viviam na década de 1960. Para isso, o importante não foi fazer apenas meras interpretações, e sim nos munir tecnicamente para mostrar outro olhar sobre o documento. Pois o historiador não é um ventrículo dos documentos. Segundo Koselleck,

Só a partir do estabelecimento dessas premissas é que as fontes começam a falar. Mas elas podem também silenciar, uma vez que não haja qualquer documento ou testemunho para uma questão construída a partir de um raciocínio teórico, o que por si só, não torna a questão equivocada (KOSELLECK, 2006, p. 187).

---

<sup>7</sup> Paulo de Tarso Venceslau em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. São Paulo, SP, 03 de agosto de 2019.

<sup>8</sup> Daniel Aarão Reis em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Recife, Pernambuco, 14 de junho de 2019.

<sup>9</sup> O nome do movimento faz uma alusão ao dia da morte de Ernesto Che Guevara.

Com base nestas questões, para obter melhores resultados nos estudos sobre a ALN em Pernambuco, formulamos estes capítulos sobre as questões históricas do processo de luta armada no Brasil. Após estes estudos, tivemos condições de obter melhores resultados das consultas às referências documentais.

O terceiro capítulo é dedicado ao processo de formação e trajetória de um grupo da ALN em Pernambuco, com o objetivo de pesquisar sobre os militantes que participaram das ações da ALN no estado. Além da pesquisa bibliográfica, realizamos um levantamento documental que possibilitou a exploração das articulações e problematizações entre a bibliografia e as documentações averiguadas. Utilizamos como documentação as entrevistas que realizamos com os militantes, documentos dos órgãos de repressão e os periódicos.

Para esta pesquisa realizamos um total de dez entrevistas com os militantes desta célula da ALN: duas com a historiadora Dulce Chaves Pandolfi,<sup>10</sup> uma com o arquiteto Roberto Peixe,<sup>11</sup> duas com a professora Teresa Vilaça,<sup>12</sup> duas com o dirigente do Partido dos Trabalhadores, Perly Cipriano,<sup>13</sup> duas com o jornalista Luciano Almeida,<sup>14</sup> e uma com o funcionário aposentado do Banco do Brasil Maurício Anísio.<sup>15</sup>

---

<sup>10</sup> Dulce Chaves Pandolfi em entrevistas concedidas ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Rio de Janeiro, RJ, 08 de dezembro de 2014 e 04 de junho de 2018.

<sup>11</sup> Roberto Peixe em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Olinda, Pernambuco, 16 de junho de 2016.

<sup>12</sup> Teresa Vilaça em entrevistas concedidas ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Salvador, Bahia, 11 de dezembro de 2017; e Olinda, Pernambuco, 28 de outubro de 2018.

<sup>13</sup> Perly Cipriano em entrevista concedidas ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Vitória, Espírito Santo, 31 de maio de 2018; e 15 de setembro de 2018.

<sup>14</sup> Luciano Almeida em entrevistas concedidas ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Parnamirim, Rio Grande do Norte, 05 de maio de 2018; e 31 de julho de 2018.

<sup>15</sup> Maurício Anísio em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Santa Cruz, Rio Grande do Norte, 29 de abril de 2019.

Além destas entrevistas, fizemos mais três: duas com o comerciante José Calistrato,<sup>16</sup> que militou na ALN no Nordeste, e uma com o comerciante José Emílson Ribeiro,<sup>17</sup> que militou na ALN e no PCR<sup>18</sup> também no Nordeste.

Calistrato e Ribeiro não integraram a célula da ALN em Pernambuco que estamos analisando. Porém participaram da luta armada em Pernambuco, Ceará e Paraíba. Eles tiveram contatos com outros grupos da ALN, no Nordeste.

Os periódicos foram importantes fontes para o estudo da trajetória da organização em Pernambuco. Nesta dissertação foram analisados periódicos que estão disponíveis no site da Biblioteca Nacional e os que estão disponível no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE). Consultamos o Correio da Manhã, Diário de Notícias, Diário de Pernambuco, Jornal do Commercio, Jornal do Brasil, O Globo, Estado de São Paulo e Folha de São Paulo, entre os anos de 1968 a 1970.

Fizemos uma análise de como estes militantes eram vistos pelos dois jornais de grande circulação em Pernambuco, na época de atuação desta célula da ALN. Utilizamos como base para estas análises: editoriais e notícias publicadas nestes veículos de imprensa entre os meses de outubro de 1969 e abril de 1970. Pois neste período, a imprensa pernambucana deu destaque especial às ações das esquerdas revolucionárias no grande Recife.<sup>19</sup>

---

<sup>16</sup> José Calistrato em entrevistas concedidas ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Conde, Paraíba, 05 de maio de 2018; e 22 de maio de 2018.

<sup>17</sup> José Emílson Ribeiro em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. João Pessoa, Paraíba, 22 de maio de 2018.

<sup>18</sup> Fundado em maio de 1966, em Recife a partir de uma ruptura do PCdoB. Reivindicando a trajetória política de Josef Stálin no comando da União Soviética, o PCR surge discordando tanto da linha maoista do PCdoB, quanto da linha khrushchevista do PCB, partidos por ele considerados revisionistas. Ao longo da Ditadura militar no Brasil (1964–1985), a maior parte dos militantes do PCR foi perseguida e morta.

<sup>19</sup> Região metropolitana do Recife, na época, as principais cidades eram: Recife, Olinda, Jaboatão e Paulista.



Outras referências documentais que utilizamos são os prontuários formulados pelos órgãos de repressão da Ditadura Militar, como Departamento de Ordem e Política Social de Pernambuco (DOPS-PE) e o Serviço Nacional de Informações (SNI), que atualmente se encontram no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano de Pernambuco, no Arquivo Nacional e no site da editora CEPE.

No quarto capítulo apresentaremos as avaliações dos militantes sobre o processo de luta armada e em seguida fizemos uma análise destas questões. Nele abordaremos alguns pontos importantes como: as motivações dos militantes para aderirem ao projeto revolucionário, o isolamento social e a importância dos valores democráticos dentro das organizações armadas. A última seção é dedicada às considerações finais.

## Esquerdas revolucionárias antecedentes à ALN

O historiador alemão Reinhart Koselleck revela a importância de estarmos atentos na interdependência dos eventos históricos. Nesta linha, as ações da ALN nas décadas de 1960 e 1970 têm forte relação com as mudanças ocorridas no Partido Comunista Brasileiro (PCB) ao longo dos decênios de 1930, 1940, 1950 e 1960. E também com o projeto revolucionário de alguns grupos políticos formados anteriormente à ALN. Desta forma, apresentaremos neste capítulo, algumas organizações que planejaram e/ou participaram do processo de luta armada no Brasil, anteriormente à ALN.

### 2.1 Partido Comunista Brasileiro<sup>1</sup> (PCB)

Para investigarmos este projeto revolucionário é necessário que se faça uma análise da trajetória do PCB, “porque seus padrões de reflexão e organização, apesar das divergências políticas, marcaram o conjunto da esquerda comunista e pelo fato de ter conquistado uma expressão singular em relação às demais organizações” (REIS, 1999, p. 23).

O PCB foi fundado em março de 1922. Seus fundadores<sup>2</sup> eram advindos do anarquismo.<sup>3</sup> “Esta origem foi excepcional na América Latina, pois, praticamente todos os partidos comunistas nasceram de cisões do partido Socialista” (FAUSTO, 2014, p. 170).

---

<sup>1</sup> O PCB em sua fundação era nomeado Partido Comunista do Brasil, porém em 1961 passou a ser Partido Comunista Brasileiro. Até a dissolução da Internacional Comunista em 1943, o Partido Comunista do Brasil era uma Seção da organização mundial dos comunistas: a Internacional Comunista.

<sup>2</sup> Manuel Cendon, Joaquim Barbosa, Astrogildo Pereira, João da Costa Pimenta, Luís Peres e José Elias da Silva.

<sup>3</sup> Ideologia política que se opõe a todo tipo de hierarquia e dominação, seja ela política, econômica, social ou cultural, como o Estado, o capitalismo, as instituições religiosas, o racismo e o patriarcado.

Apesar de ter comandado nos anos 30 uma tentativa de revolução, o Partido manteve nos anos anteriores ao golpe civil-militar de 1964 uma política de conciliação com a burguesia nacional. Nesta linha apresentaremos, segundo a visão de alguns historiadores, como o PCB agiu em alguns momentos históricos no Brasil, durante a década de 30, 40, 50 e 60. Em nossa análise destacaremos o posicionamento político de Carlos Marighella, que neste período era dirigente do PCB e que na década de 1960, como veremos no Capítulo II, articulou a criação da ALN.

### **2.1.1 Levante de 35 e posterior momento de repressão**

O Levante de 35 foi uma tentativa de revolução articulada por alguns militares da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e que teve apoio do PCB. Criada em 1935, a ANL defendia as seguintes propostas: não pagamento da dívida externa; a nacionalização das empresas estrangeiras; o combate ao fascismo e a reforma agrária. Veremos no segundo capítulo que havia algumas similaridades entre as propostas da ANL e da ALN.

No dia 5 de julho de 1935, data em que se celebravam a revolta paulista de 1924,<sup>4</sup> Luís Carlos Prestes<sup>5</sup> lançou um manifesto de apoio à ANL, no qual defendia uma revolução contra o governo. Getúlio Vargas<sup>6</sup> decretou a ilegalidade do movimento e mandou prender os líderes.<sup>7</sup>

O movimento, que foi planejado dentro dos quartéis, começou em “três de novembro, no Rio Grande do Norte, antecipando a uma iniciativa

---

<sup>4</sup> Maior confronto bélico da cidade de São Paulo durou 23 dias e foi motivada pelo descontentamento dos militares com a crise econômica e a concentração de poder nas mãos de políticos de São Paulo e Minas Gerais.

<sup>5</sup> Luís Carlos Prestes (Porto Alegre, 3 de janeiro de 1898 – Rio de Janeiro, 7 de março de 1990) foi um militar e político comunista brasileiro, uma das personalidades políticas mais influentes no país durante o século XX. Prestes ganhou fama nacional ao liderar a Coluna Prestes na década de 20. Enquanto Plínio Salgado representava a extrema-direita, Prestes era visto como símbolo da extrema-esquerda.

<sup>6</sup> Foi presidente do Brasil em dois períodos. O primeiro período foi de 15 anos ininterruptos, de 1930 até 1945, e dividiu-se em 3 fases: de 1930 a 1934, como chefe do “Governo Provisório”; de 1934 até 1937 como presidente da república do Governo Constitucional, tendo sido eleito presidente da república pela Assembleia Nacional Constituinte de 1934; e, de 1937 a 1945, como ditador, durante o Estado Novo implantado após um golpe de Estado.

<sup>7</sup> ERA Vargas. Disponível em: <https://www.sohistoria.com.br/ef2/eravargas/>. Acesso em visto em 23 mar. 2020.

coordenada a partir do Rio de Janeiro” (FAUSTO, 2014, p. 198). Os revolucionários tomaram o poder em Natal por quatro dias, até serem dominados. Em seguida, houve rebeliões em Recife, em 24 de novembro de 1935, e no Rio de Janeiro, em 27 de novembro de 1935, que também foram vencidas pelo governo de Getúlio Vargas. Vargas decretou estado de sítio e deu início a uma forte repressão aos envolvidos.

Após o Levante de 35, o PCB foi alvo de um grande período de perseguições políticas. Vários líderes sindicais, militares e intelectuais foram presos ou tiveram seus direitos cassados. Luís Carlos Prestes, principal liderança do PCB e presidente de honra da Aliança Nacional Libertadora foi preso junto com sua esposa, Olga Benário, que estava grávida. A prisão ocorreu em 05 de março de 1936 em uma casa no bairro do Méier no Rio de Janeiro. Olga Benário foi entregue a Gestapo<sup>8</sup> e posteriormente faleceu em um campo de concentração em Bernburg<sup>9</sup> em 1942. A filha do casal, que havia nascido em 1937, após intensa campanha internacional foi entregue a sua avó materna.

Carlos Marighella sofreu intensamente com esta repressão. Ele havia se filiado ao PCB em 1934, quando abandonou o curso de Engenharia Civil da Escola Politécnica da Bahia. A partir daí, deu início a sua militância política. Após dois anos ele foi detido e torturado por Filinto Miller,<sup>10</sup> como destacam Nova e Nóvoa:

Clara Charf<sup>11</sup> diz que ele foi preso quando foi visitar alguém, cuja casa estava ocupada pela polícia política. Mas o que não há dúvida é que ele foi espancado e torturado, seguidamente, durante 23 dias. Os torturadores queriam informações sobre o Partido. Ficou mais de um ano na prisão e em julho de 1937,

---

<sup>8</sup> Polícia política nazista

<sup>9</sup> Bernburg é uma cidade da Alemanha, no estado de Saxônia-Anhalt, capital do distrito de Salzlandkreis.

<sup>10</sup> Chefe da Polícia política do Distrito Federal de 1933 a 1942.

<sup>11</sup> Militante do PCB e companheira de Carlos Marighella.

foi liberado pela anistia concedida pelo ministro Macedo Soares (NOVA; NÓVOA, 1999, p. 48).

Quatro meses após ser solto, ocorre a instalação do Estado Novo.<sup>12</sup> Marighella e seus companheiros do PCB atuam a partir daí na clandestinidade. O que se destaca neste período é a obediência de Marighella às tarefas designadas pelo Partido na luta pela padronização de ação, pois

Tratava-se de uma tarefa espinhosa: combater as correntes dissidentes que estavam, no final dos anos 30, dentro e fora do PCB, sendo estigmatizados como inimigos da classe operária, porque vinham combatendo os ditames da III Internacional<sup>13</sup> já stalinizada<sup>14</sup>. Eram anarquistas, socialistas e, sobretudo trotskistas<sup>15</sup>. Naquele momento, o lema da III Internacional havia passado de “proletários de todos os países uni-vos”, para proletários de todos os países, submetei-vos às burguesias (NOVA; NÓVOA, 1999, p. 48).

Nova prisão ocorreu em maio de 1939, depois de várias seções de torturas, foi julgado e condenado a seis anos de reclusão por crimes políticos, que cumpriu integralmente até o ano de 1945. Neste período ele passou pelo presídio de Fernando de Noronha e posteriormente o da Ilha Grande no Rio de Janeiro.

### **2.1.2 Período de legalidade do PCB**

Ainda na prisão, em 1943, Prestes havia sido eleito secretário geral do partido. O PCB desde 1943, na Conferência da Mantiqueira,<sup>16</sup> defendia a

---

<sup>12</sup> Estado Novo, ou Terceira República Brasileira, foi o regime político brasileiro instaurado por Getúlio Vargas em 10 de novembro de 1937, que vigorou até 31 de janeiro de 1946. Era caracterizado pela centralização do poder, nacionalismo, anticomunismo e por seu autoritarismo.

<sup>13</sup> Emitia diretrizes que deveriam ser cumpridas pelos comunistas no mundo.

<sup>14</sup> Os autores se referem a dominância, naquele momento, do Ditador soviético Josef Stalin 1878 - 1953 sobre a III Internacional

<sup>15</sup> Doutrina marxista baseada nos escritos do político e revolucionário ucraniano Leon Trotsky. É formulada como teoria política e ideológica e apresentada como vertente do comunismo por oposição ao stalinismo.

<sup>16</sup> A 2ª Conferência Nacional do PCB, que ficou conhecida como “Conferência da Mantiqueira”, realizou-se em agosto de 1943 na mais completa clandestinidade.

mesma estratégia da URSS, adaptando-a às condições brasileiras. Sai vitoriosa “a tese de fortes alianças com Getúlio Vargas, Prestes justifica a decisão adotada pelo partido dizendo que ‘o imperialismo está moribundo’ e o capital estrangeiro perde sua característica mais reacionária para todos os povos” (NOVA; NÓVOA, 1999, p. 57).

Em 1945, beneficiado pelo vácuo existente entre a derrota do eixo nazifascista e a guerra fria, o PCB conquistou a legalidade “ano excepcional em sua trajetória histórica” (GORENDER, 1999, p. 24). Em consequência, Prestes é liberado da prisão e, “em nome da união nacional, aproximou-se de Vargas que, segundo ele deveria conduzir a reconstitucionalização do país bem como o processo de sucessão presidencial”.<sup>17</sup> O apoio ao presidente Getúlio Vargas é mantido mesmo depois do fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), no movimento chamado de *queremismo*. Este movimento que havia surgido em maio de 1945 objetivava defender a permanência de Vargas na presidência da república.

Mesmo após o insucesso do *queremismo* e a deposição de Vargas,<sup>18</sup> que foi liderada pelo general Eurico Gaspar Dutra,<sup>19</sup> um político que participou ativamente do Estado Novo, o PCB não mudou a estratégia de investir nas eleições do final do ano. Apesar de continuarem apoiando Vargas, “não se imiscuíram nos acontecimentos, em razão das atenções voltadas para as eleições” (NOVA; NÓVOA, 1999, p. 58).

---

<sup>17</sup> LUÍS Carlos Prestes. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: [https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/biografias/luis\\_carlos\\_prestes](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/biografias/luis_carlos_prestes). Acesso em 23 mar. 2020.

<sup>18</sup> Deposição de Vargas foi um golpe imposto pela cúpula das forças armadas, em 29 de outubro de 1945. Vargas foi forçado a renunciar o que resultou no fim do Estado Novo. José Linhares, presidente do STF, assumiu a presidência até a posse do novo presidente da república que seria realizada em dezembro de 1945.

<sup>19</sup> Eurico Gaspar Dutra (Cuiabá, 18 de maio de 1883 – Rio de Janeiro, 11 de junho de 1974) foi um militar brasileiro, décimo sexto Presidente do Brasil, entre 1946 e 1951, sendo o único presidente oriundo do atual estado do Mato Grosso. Dutra candidatou-se pelo Partido Social Democrático (PSD), em coligação com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), e venceu as eleições de 2 de dezembro de 1945, com 3.351.507 votos, superando Eduardo Gomes da União Democrática Nacional e Iedo Fiúza do Partido Comunista do Brasil.

Prestes foi eleito senador pelo Distrito Federal nas eleições de dezembro de 1945.<sup>20</sup> Desta forma participou em 1946 da elaboração da nova Constituição do Brasil. Vale ressaltar que em meados da década de 40, Prestes possuía muita penetração nas camadas populares, quando estava “no cargo de secretário geral gozava do auge do prestígio biográfico. Cem mil pessoas reuniram-se para ouvi-lo no Largo da Carioca no Rio de Janeiro ou no vale do Anhangabaú em São Paulo” (GORENDER, 1999, p. 23).

Em 1945, Marighella também havia saído da prisão, através da anistia concedida pelo Presidente Getúlio Vargas. O primeiro ponto a ser conjugado era a concordância em relação ao apoio do PCB a Vargas, segundo Nova e Nóvoa: “Ao sair da prisão, participa no Rio de Janeiro, de uma reunião dos principais dirigentes do Partido, onde a linha adotada na Conferência da Mantiqueira é mantida. Ele assume seu posto como membro do comitê central” (NOVA; NÓVOA, 1999, p. 58).

Com a legalidade política do PCB ele pôde participar naturalmente do processo eleitoral. Marighella é eleito Deputado Federal em 1945, com uma das maiores votações da bancada do PCB, composta por 14 membros. O quantitativo de deputados federais eleitos pelo PCB em 1945 representava 5% do quadro nacional.

Entre comunistas eleitos estavam Gregório Bezerra<sup>21</sup> e Jorge Amado.<sup>22</sup> Marighella tomou posse em 1946, no período de quase dois anos proferiu 195 discursos. Nova e Nóvoa destacam as limitações da bancada comunista durante a constituinte de 1946, visto que na elaboração desta

[...] os comunistas não desempenharam um papel decisivo, pelo fato de ser minoria em uma assembleia de maioria direitista (a maior bancada era do PSD

---

<sup>20</sup> Nesta eleição Eurico Gaspar Dutra foi eleito Presidente da República.

<sup>21</sup> Eleito por Pernambuco.

<sup>22</sup> Eleito pela Bahia.

e a segunda da UDN). A importância da atuação da bancada era a de ser porta-voz da luta pelas liberdades políticas e individuais, pelos direitos de greve, pelo fim da opressão e da pobreza e contra o imperialismo americano (NOVA; NÓVOA, 1999, p. 59).

Por outro lado, Gorender aponta que nestes anos de legalidade, o PCB defendeu o pacifismo e o entendimento com a burguesia nacional, porquanto “recomendavam aos trabalhadores o entendimento com patrões em benefício do desenvolvimento da economia brasileira” (GORENDER, 1999, p. 24). Pelo que pesquisamos, o PCB defendia no Congresso Nacional questões de interesse dos trabalhadores. Porém mantendo os preceitos legalistas.

Nas eleições majoritárias de 1947, o PCB elegeu um suplente de senador no Distrito Federal e 46 deputados estaduais em quinze estados. No Distrito Federal, o PCB elegeu a maior bancada de vereadores, “um grande sucesso com repercussão nacional” (REIS, 2014, p. 241). Nas eleições municipais deste mesmo ano, o partido elegeu as maiores bancadas nas cidades de Santos-SP, Rio Grande-RS e Recife-PE.

Para termos uma ideia do aumento de militantes do PCB, em meados da década de 40, “entre o início e o fim de 45, o PCB saltaria de poucas centenas para cerca de 50 mil filiados. Em 1946 alcançou 200 mil filiados, segundo estimativas de Prestes” (REIS, 2014, p. 241).

Desta forma, após este crescimento do PCB, “entre os partidos conservadores, aumentava a inquietação, pois a artilharia política e midiática não lograra os resultados esperados” (REIS, 2014, p. 241).

### **2.1.3 Retorno a ilegalidade**

Com o início da guerra fria entre EUA e a URSS, o crescente anticomunismo e o alinhamento da burguesia nacional aos EUA, o PCB foi de novo remetido para a ilegalidade, dado que “a burguesia nacional



progressista não se impressionou tanto por semelhante boa vontade quanto pelos êxitos eleitorais dos comunistas nas maiores cidades do país” (GORENDER, 1999, p. 24).

Diante destas ameaças, que visavam à eliminação do PCB das disputas eleitorais brasileiras, no dia 7 de maio de 1947, “o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), através da resolução nº 1841 decidiu por 3 a 2 cassar o registro legal do PCB” (REIS, 2014, p. 241). Para Prestes, o resultado do julgamento foi uma surpresa, pois ele estava seguro de que a sentença confirmaria o registro. Antes do julgamento, em uma conferência aos militantes no Recife ele afirmou que “a cassação era inviável, pois o processo judicial partia de um grupo fascista, e a burguesia progressista não teria interesse em tamanho disparate” (REIS, 2014, p. 243).

O argumento utilizado pelos três juristas que votaram pela cassação do PCB era de que a Constituição não permitia a existência de partidos que contrariassem o regime democrático. Contudo “não havia nos autos provas que demonstrassem que os comunistas brasileiros tivessem ofendido de fato os aludidos princípios constitucionais” (REIS 2014, p. 243).

Em janeiro de 1948, foi oficializada a cassação dos mandatos dos parlamentares eleitos pelo PCB. Prestes e Marighella foram levados, mais uma vez, a ilegalidade. Diante desta ação, o PCB retomou as teses revolucionárias, reagiu ao arbítrio do governo Dutra com extremismo. Saiu “do pacifismo à pregação da violência revolucionária imediata. O desequilíbrio passional imprimiu um catastrofismo apocalíptico no documento publicado a 1º de agosto de 1950 e assinado por Prestes, em nome do comitê central” (GORENDER, 1999, p. 24).

Na sequência, o PCB aprovou um programa em que fazia graves ameaças aos grandes capitalistas brasileiros, além de defender uma futura parceria com a burguesia nacional, de acordo com Gorender:

O manifesto de agosto, como ficou conhecido, se seguiu o Programa aprovado pelo Quarto Congresso, clandestinamente reunido em novembro de 1954, na capital paulista. Mais detalhado, o Programa trouxe somente uma modificação teórica significativa. Refletindo a reação extremista à cassação do registro eleitoral, o Manifesto de agosto ameaçava também grandes capitalistas em sua generalidade e os colocava no mesmo plano dos monopólios imperialistas. Com vistas à coerência diante da etapa da revolução, que não devia ser socialista, mas anti-imperialista e antifeudal. O programa colocou a burguesia nacional na frente revolucionária e lhe ofereceu o privilégio da colaboração na industrialização intensiva a ser promovido pelo futuro regime revolucionário (GORENDER, 1999, p. 25).

No advento do segundo governo Vargas,<sup>23</sup> o PCB “intensificou seus ataques ao Governo mesmo quando em 1953, Vargas entrou em rota de colisão com o imperialismo e procurou aproximar-se do movimento operário” (GORENDER, 199, p. 26).

Porém após a morte de Getúlio, em 1954, o partido começa a dar sinais de que retomaria o caminho da convivência pacífica com a burguesia nacional e Marighella atuou como um vetor destes entendimentos. Em 1955, o PCB “resolveu apoiar JK na sua eleição para Presidente da República

Apenas em 1955, o Partido deixaria clara esta mudança adotando, mais uma vez, uma política de convivência pacífica com os governos e uma tática de aliança com as burguesias nacionais, que perduraria até 1964, Marighella participou das negociações em troca da promessa de legalização do Partido (NOVA; NÓVOA, 1999, p. 74).

O presidente JK e o vice João Goulart foram eleitos em 1955, na mesma coligação política composta pelos partidos: Partido Social

---

<sup>23</sup> Getúlio Vargas (PTB/PSP) havia sido eleito em 1950 com 48,73% dos votos contra 29,66 de Eduardo Gomes UDN/PDC/PL/PRP.

Democrático (PSD), Partido Trabalhista Brasileiro. (PTB), Partido Trabalhista Nacional (PTN), Partido Republicano (PR), Partido Social Trabalhista (PST), Partido Republicano Trabalhista (PRT). Nestas eleições, Juscelino Kubitschek (PSD) venceu com 35,68 % dos votos, seguido por Juarez Távora da coligação formada pela União Democrática Nacional (UDN), Partido Democrata Cristão (PDC), Partido Liberal (PL) e Partido Socialista Brasileiro (PSB), com 30,27%, Ademar de Barros, do Partido Social Progressista (PSP) com 25,77% e Plínio Salgado do Partido da Representação Popular (PRP), com 8,28%.

O PSB nasceu em 1947, a partir de uma dissidência da UDN, a chamada esquerda democrática, “contudo tinha uma aversão a Getúlio Vargas, por conta das arbitrariedades do Estado-Novo, por isso não apoiaram JK e sua chapa que tinha a participação do PTB” (REIS, 2020).

Para vice-presidente João Goulart (PTB) venceu com 44,25%, seguido de Milton Campos (UDN) da coligação (UDN-PDC-PL-PSB) com 41,70% e Dalton Coelho do PSP com 14,05%.

Vale frisar que apesar de terem sido eleitos na mesma coligação política, as eleições para presidente e vice-presidente eram realizadas de maneira independente. O eleitor poderia escolher para presidente um candidato de determinada coligação e para vice-presidente outro.

Podemos perceber que a dinâmica política destas eleições difere dos dias atuais, pois além de dar esta liberdade de escolha aos eleitores, os próprios partidos também tinham liberdade de participar de coligações distintas para presidente e vice-presidente. Este formato impactava na correlação de forças políticas durante o mandato presidencial, pois nem sempre o vice-presidente estava alinhado ideologicamente com o Presidente da República.

Por outro lado, durante a década de 1950, Marighella atendendo às diretrizes do PCB, voltou suas ações para os sindicatos. A direção do

Partido publicou uma resolução (ampliar a organização e a unidade da classe operária), “na qual enfatiza a necessidade de se trabalhar no interior dos sindicatos, para recuperar os espaços perdidos, sobretudo para o PTB” (NOVA; NÓVOA, 1999, p. 70). Outro destaque de Marighella, neste período foi à participação na campanha “O petróleo é nosso”.<sup>24</sup>

Em 1955, durante o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), o chefe de governo russo, Nikita Khrushchev<sup>25</sup>, realiza uma denúncia da política stalinista, desvendando crimes realizados pelo Estado Soviético, como destaca Nova e Nóvoa “mas diferentemente de outros companheiros, Marighella não buscaria, nesse momento, o afastamento do Partido. Ao contrário, mais do que nunca, ele seria o seu defensor” (NOVA; NÓVOA, 1999, p. 80).

#### **2.1.4 Resoluções do PCB de 1958**

No terço final da década de 1950, Marighella ocupa posição importante na direção do Partido, e fazia parte da ala que defendia uma posição política moderada, visto que:

Em meados de 1957, a antiga Comissão executiva do Partido seria destituída. Uma nova comissão foi formada. Com as presenças de Prestes, Giocondo Dias e Marighella, agora o terceiro homem do Partido. Neste momento, a nova orientação do Partido era mais uma vez subordinada às teses do PCUS, defendendo assim a coexistência pacífica com o imperialismo capitalista e a ideia de transição pacífica, para o caminho da chegada ao socialismo (NOVA; NÓVOA, 1999, p. 81).

---

<sup>24</sup> Campanha desenvolvida no 2º Governo Vargas, pelo centro de estudos e defesa do petróleo.

<sup>25</sup>Nikita Khrushchev (15 de abril de 1894 – Moscou, 11 de setembro de 1971) foi secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) entre 1953 e 1964 e líder político do mundo comunista até ser afastado do poder por sua perspectiva reformista e substituído na direção da URSS pelo político Leonid Brejnev.

De acordo com Reis, em março de 1958, a cúpula do PCB, emitiu algumas resoluções que representaram uma mudança total nas concepções do partido. Estas resoluções alteraram as estratégias dos comunistas sobre relações de poder, alianças de classe e formas de luta,

O desenvolvimento capitalista tornara-se o elemento progressista por excelência da economia brasileira. Os comunistas deveriam lutar por um governo nacionalista e democrático, no quadro de uma ampla frente única em que participariam o proletariado, os camponeses, a pequena burguesia urbana, a burguesia nacional e mesmo setores latifundiários (REIS, 2014, p. 277).

A partir das resoluções de março de 58, o PCB intensificou a defesa do caminho eleitoral e a aproximação com a burguesia nacional, visto que

O recurso à força deu lugar às lutas eleitorais, à valorização das instituições políticas existentes, ao caminho pacífico para transformações da sociedade brasileira. A declaração de março de 58 do PCB saudava o desenvolvimento capitalista nacional como elemento progressista por excelência. Considerava-o irreversível (REIS, 1990, p. 24).

Contudo, mesmo com o advento das declarações de março de 58, o PCB não adotou uma posição totalmente alinhada com o Governo Juscelino Kubitschek (JK), pois divergia de algumas posições na política industrial e trabalhista, de acordo com Reis,

Os comunistas haviam feito a campanha pela chapa JK e Jango, mas não concordavam com a desnacionalização da indústria. Nas lutas sociais aliavam-se com os trabalhistas e, no caso de São Paulo, também com setores vinculados ao janismo<sup>26</sup> e ao ademarismo<sup>27</sup>, como na grande greve de 1957 (REIS, 2004, 2014, p. 282).

---

<sup>26</sup> Apoiadores de Jânio Quadros, na época Governador de São Paulo.

<sup>27</sup> Apoiadores do governador Ademar de Barros, na época Prefeito de São Paulo.

A industrialização, durante o governo JK, foi impulsionada pelo aumento significativo dos investimentos internacionais, porquanto

Em 1955, amadureciam aquelas condições que faltavam a Getúlio. O Plano de Metas do governo JK agora já podia receber a participação do capital estrangeiro. Já recuperados da segunda Guerra Mundial, os países desenvolvidos da Europa ocidental e o Japão implantaram investimentos industriais no mercado brasileiro, o que obrigou o capital norte-americano a mudar de posição e aderir ao maior boom industrializante do terceiro mundo (GORENDER, 1999, p. 20).

Segundo Ferreira, o governo JK apresentou altos índices de crescimento econômico, “entre os anos de 1956 e 1960, a taxa média de crescimento da economia foi de 8,1% e a participação do setor industrial no PIB passou de 20,44% para 25,60%” (FERREIRA, 2014, p. 199).

Contudo, o governo convivia com situações díspares. Pois apesar do avanço industrial e da infraestrutura, existiam graves problemas econômicos, de acordo com Reis

A construção de Brasília, indústrias e obras de infraestrutura atestavam seus êxitos alardeados pela mídia pró-governo. Mas a situação não era assim tão idílica. Havia tensões no ar, crescentes. Às direitas atacavam, delatando malfeitos e corrupção deslavada. Entre os trabalhadores, inquietação e descontentamento. A inflação saltará de 19,2% em 1956 para mais de 30% em 1960 (REIS, 2014, p. 281).

O projeto de JK era balizado na industrialização do país, segundo Ferreira, “programa de metas bastante flexível priorizou as indústrias de base e de consumo, mas ignorou a agricultura e a educação” (FERREIRA, 2014, p. 178).

Por outro lado, o governo de JK tinha uma complicada sustentação política, pois o PTB, partido do vice-presidente João Goulart, tinha uma característica nacionalista, portanto, neste aspecto, não concordava com as prioridades da política econômica de JK, visto que, “ao longo do governo Juscelino, o PTB aproximou-se, do movimento sindical, estudantil e dos extratos subalternos das forças armadas e assumiu um programa nacionalista. Embora no poder, procurou mobilizar a população, com críticas contundentes à política econômica de JK” (FERREIRA, 2014, p. 188).

Até o próprio vice-presidente, teceu críticas ao governo JK, visto que, “Jango em visita a Nova Lima em Minas Gerais, criticou a Previdência Social por não ter implantado na cidade unidades do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) e do Serviço de Assistência Médica Domiciliar e de Urgência (SAMDU), criticou também as concessionárias de mineração pelos baixos salários pagos aos operários” (FERREIRA, 2014, p.192).

De acordo com Ferreira, o PTB, durante o governo JK, vivia uma situação bastante confortável, pois, “era governo, e usufruía as benesses do poder, mas, ao mesmo tempo, se apresentavam como oposição e, desse modo, ficavam isentos de possíveis responsabilidades” (FERREIRA, 2014, p. 192).

Em 1959, as divergências entre Goulart e JK aumentaram de escala,

[...] o ministro da Fazenda, Lucas Lopes, seguindo as orientações do FMI, restringiu o crédito, concedeu bonificações aos exportadores, reduziu subsídios à importação do trigo e do petróleo e procurou limitar os reajustes salariais apenas à recomposição do custo de vida. Goulart mostrou-se contrariado com os rumos tomados pelo governo (FERREIRA, 2014, p. 201).

Por outro lado, o crescimento econômico no período do governo JK foi substancial: “produção industrial cresceu 80%, a renda per capita nacional tornou-se três vezes maior que a do restante da América Latina”

(FERREIRA, 2014, p. 203). Apesar disso, as desigualdades sociais continuaram, visto que, “o país, estava endividado e a renda concentrada” (FERREIRA, 2014, p. 203).

Somente no final do governo, o presidente JK tomou uma decisão na esfera econômica que agradou ao PTB, “ele tomou uma atitude impactante para os nacionalistas, rompendo em junho de 1959 com o FMI” (FERREIRA, 2014, p. 204). De acordo com Ferreira, JK tomou esta decisão, porque acreditava que “o FMI não se interessava pela deterioração das relações de troca, que atingia o café, fixando-se em medidas restritivas, como câmbio livre e o fim dos subsídios. Para JK, havia um conluio no sentido de paralisar a construção de Brasília” (FERREIRA, 2014, p. 204).

De acordo com Ferreira, com estas medidas, JK tentou criar um ambiente político que facilitasse a sua candidatura nas eleições para presidente, no mandato que começaria em 1965,

O presidente concluiu que seu mandato já estava avançado, e não valia a pena assumir um plano de estabilização com medidas tão duras. Rompendo com o fundo e abandonando medidas ortodoxas, o aumento da inflação poderia ser apresentado como má vontade do governo americano. Juscelino deixou o problema para seu sucessor, planejando voltar ao poder, cinco anos depois com a situação econômica financeira estável (FERREIRA, 2014, p. 204).

### **2.1.5 V Congresso do PCB-1960**

Por outro lado, naquele período, o PCB estava realizando o seu V Congresso, que ocorreu entre os meses de agosto e setembro de 1960, houve um grande embate sobre o caminho seguido pelo partido após as resoluções de março de 58. De acordo com Reis

O Congresso se transformou em arena de dissensões. O núcleo de antigos dirigentes (João Amazonas, Maurício Grabois e Pedro Pomar) surgiu com desenvoltura, evidenciando prévia organização, defendendo pontos de vista



derrotados em 1958 e atacando a linha política então introduzida. Os partidários do comitê central passaram a contraofensiva Mário Alves, Gorender, Giocondo Dias, Roberto Morena, Pedro Mota, Carlos Marighella, defenderam as teses, alguns insinuando o caráter antipartido do grupo, considerado esquerdista (REIS, 2014, p. 287).

Segundo estes anais, Marighella estava alinhado aos que defendiam uma aliança com a burguesia nacional. Segundo Porfírio, o resultado do V Congresso do PCB, apontou para o caminho pacífico

Em 58<sup>28</sup>, o caminho pacífico foi o escolhido, fortalecendo o regime democrático vigente no Brasil, valorizando a legalidade constitucional e a participação eleitoral [...]. As resoluções do V Congresso mantiveram estas ideias, apesar de se estimular mais as lutas sociais e se ressaltar a luta do proletariado pela hegemonia na frente única (PORFÍRIO, 2016, p. 78).

### **2.1.6 Apoio ao General Lott-PSD, nas eleições de 1960**

De acordo com Reis, o PCB manteve uma postura de alianças com a chapa da situação a presidência da República, visto que, “Prestes preferiu ignorar estas nuances e querelas” (REIS, 2014, p. 289). O final do V Congresso coincidiu com o período eleitoral para presidência da república. O PCB apoiou para presidente o General Henrique Lott e para vice João Goulart. Mas, para legitimar este apoio, o partido fez algumas exigências, “reforma agrária, direito do voto ao analfabeto e legalização do PCB” (REIS, 2014, p. 289).

A escolha do nome de Henrique Lott como candidato do governo a presidência da república, foi antecedida por posicionamentos contrários a chapa escolhida. Os governadores do Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro,

---

<sup>28</sup> Declarações de março de 1958, do PCB.

“Brizola e Roberto Silveira propuseram o nome de João Goulart” (FERREIRA, 2014, p. 209).

A candidatura de Lott não empolgou o eleitorado, parte pelo próprio perfil do candidato que “recusava-se a adequar sua linguagem de acordo com a plateia” (FERREIRA, 2014, p. 210). Também por levar o ônus de ser o candidato da situação, “cujo governo, embora atingisse altos índices de crescimento econômico, deixava a herança da inflação, da grave crise econômica e da denúncia de corrupção e favoritismo político” (FERREIRA, 2014, 211).

Além de Henrique Lott (PSD) em uma coligação de centro-esquerda com PSD-PTB-PST-PSB-PRT, as eleições presidenciais de 1960 tinham como candidatos das oposições: Ademar de Barros do PSP e Jânio Quadros do PTN por uma coligação com PTN-UDN-PDC-PR-PL. Nestas eleições, o Partido Socialista Brasileiro aderiu à coligação de centro-esquerda, diferentemente da ocorrida em 1955, onde apoiou o candidato da UDN.

Para vice-presidente da república concorreram: João Goulart, na mesma coligação política de Henrique Lott; Milton Campos (UDN) com a mesma coligação de Jânio Quadros menos o PDC, e o dissidente do PTB, Fernando Ferrari (PDC) na coligação entre o Partido Democrata Cristão e o Movimento Trabalhista Renovador (MTR).

O momento econômico desfavorável com grandes taxas de inflação foi explorado pelos opositores. De acordo com Reis, Jânio Quadros, durante a campanha construiu um discurso para atrair eleitores da direita e da esquerda

Jânio muito hábil trabalhava com vários registros. Seduzia com um discurso moralista os setores conservadores, mas também se apresentava como representante dos pequenos contra os grandes. Além do mais, defendia bandeiras tradicionais das esquerdas: uma política externa independente, apoio à

autodeterminação de Cuba, e o restabelecimento das relações diplomáticas comerciais com o mundo socialista (REIS, 2014, p. 290).

Quadros também explorou as fragilidades do governo, “criticava a corrupção e a inflação” (FERREIRA 2014, p. 211). Além disso, diferentemente do general Lott, era um político com experiência,<sup>29</sup> e desta forma procurava agradar o conjunto do eleitorado, visto que, “era capaz de visitar Khrushchev em Moscou e, em seguida, esticar a viagem a Lisboa até o templo de Nossa Senhora de Fátima. Assim, agradava as esquerdas e os católicos” (FERREIRA, 2014, p. 211).

A aliança do PTB com o PSD foi oficializada antes da campanha eleitoral, mas já estava de certa forma, desgastada, visto que, “com a previsão de que Lott não venceria a campanha eleitoral para presidência da república formou-se uma chapa informal, Jânio-Jango” (FERREIRA, 2014, p. 211).

A eleição presidencial em 1960 foi vencida por Jânio Quadros por grande margem de votos, Quadros obteve 48,26% de votos contra 32,94% de Lott e 18,79% de Adhemar de Barros. A eleição para vice-presidente foi vencida por João Goulart com 36,1% contra 33,7% de Milton Campos e 17% de Fernando Ferran. Desta forma, a vitória de Jânio Quadros foi bem mais expressiva do que a de João Goulart.

De acordo com Ferreira,

Lott, candidato dos progressistas, defendia teses conservadoras, como o não restabelecimento de relações com os países comunistas. Jânio, considerado de direita, tinha trato fácil com os sindicalistas e, na questão da política externa posições avançadas (FERREIRA, 2014, p. 213).

---

<sup>29</sup> Antes de ser candidato a presidente da república, Jânio Quadros foi prefeito de São Paulo (1953-1955) e governador de São Paulo (1955-1959), além de deputado federal (1959-1961).

Se considerarmos todo o período de mandato, o governo JK deu ganhos salariais aos trabalhadores, “entre 1944 e 1968, os índices de salário mínimo, no Rio de Janeiro e em São Paulo foram os mais elevados em seu governo” (FERREIRA, 2014, p. 213). Porém, nas vésperas da eleição presidencial de 1960, “a queda dos salários, a crescente concentração da renda e a inflação em processo ascendente, desagradou o movimento sindical e o conjunto dos trabalhadores” (FERREIRA, 2014, p. 213).

Nesta linha, Jânio Quadros, ao assumir a presidência, criticou severamente o governo JK, “convocou uma cadeia de rádios e pronunciou um discurso implacável contra seu antecessor” (FERREIRA, 2014, p. 219). “Ao explicar a sociedade, como estavam as finanças do país, iniciou declarando que era terrível a situação financeira do Brasil” (FERREIRA, 2014, p. 219). Os números apresentados por Jânio Quadros, neste pronunciamento, foram os seguintes: “em 1955, início do governo JK, o déficit financeiro era de 28 bilhões e 800 milhões de cruzeiros e em 1960 chegou a 193 bilhões e 600 milhões de cruzeiros” (FERREIRA, 2014, p. 219).

Diante deste cenário, Jânio Quadros optou por uma política econômica guiada pela ortodoxia do FMI, ou seja, “instaurou a verdade cambial, desvalorizando o cruzeiro 100% diante do dólar e cortou os subsídios ao trigo e a gasolina. As medidas atingiram a classe média e os trabalhadores” (FERREIRA, 2014, p. 220).

Por outro lado, “na política externa, seguiu uma linha independente. Encontrou simpatia nas esquerdas e o combate ostensivo dos grupos conservadores” (FERREIRA, 2014, p. 220). O presidente fez acordos comerciais, com diversos países, entre eles: URSS, Coreia do Norte e China.

Porém, de acordo com Ferreira, entre todas as medidas adotadas por Jânio Quadros no início do seu governo a que lhe causou maior isolamento político, foi a decisão de promover uma sindicância nas contas públicas,

“os chefes das Casas Civil e Militar, receberam ordens para instaurar cinco comissões de sindicância” (FERREIRA, 2014, p. 221).

Os resultados destas sindicâncias tiveram grande repercussão perante o mundo político, pois envolveram o nome de João Goulart e de deputados e senadores, visto que, “após atingir diretamente o vice-presidente da república, as comissões passaram a denunciar deputados e senadores, por atos de corrupção, favoritismo e desvios de recursos públicos” (FERREIRA, 2014, p. 222).

Por outro lado, desde o começo da gestão de Jânio Quadros, o PTB se posicionou contra o governo, visto que “o partido se impôs no campo oposicionista, radicalizando ideologicamente, afinado com o movimento sindical e nacionalista. Sob a liderança de Goulart, e a influência de Brizola, o PTB aproximou-se do PCB” (FERREIRA, 2014, p. 223).

A sustentação política do governo de Jânio Quadros, no Congresso Nacional era muito frágil, pois os partidos de oposição: “PSD, PTB e PSP chegavam a 200 parlamentares. Os partidos de situação: PTN, UDN, PR e PDC, não alcançavam 100 cadeiras no Congresso Nacional. A UDN, ainda agia como cúmplice, da oposição aumentando o isolamento do presidente” (FERREIRA, 2014, p. 223).

No governo de Jânio Quadros, o Brasil viveu um ambiente político bastante conturbado que culminou com a renúncia do presidente em 25 de agosto de 1961, segundo Reis

[...] Suscitando suspeitas de derivas ditatoriais. Sob ataque da grande mídia e de Carlos Lacerda, governador da Guanabara, numa campanha de intensidade semelhante à que levara Getúlio Vargas ao suicídio, Jânio não aguentou o tranco e renunciou ao cargo de Presidente (REIS, 2014, p. 293).

A renúncia de Jânio Quadros surpreendeu o país, segundo alguns pesquisadores, o presidente, planejou com esta ação, “um golpe de Estado,

sua atitude, imaginaria ele, provocaria a reação popular e militar” (FERREIRA, 2014, p. 227).

No entanto, a renúncia de Jânio Quadros foi prontamente aceita, “pois os congressistas estavam insatisfeitos com as comissões de inquéritos, a direita assustada com a política externa independente e a esquerdas o ignorava” (FERREIRA, 2014, p. 227).

### **2.1.7 Apoio a posse do Presidente João Goulart**

Após a renúncia de Jânio Quadros, como o vice-presidente João Goulart estava em viagem oficial à China<sup>30</sup>, o deputado Ranieri Mazzilli, assumiu a presidência da república. Naquele momento, deu-se início às reações dos ministros militares contra a posse de Goulart, que estava prevista para acontecer quando ele retornasse da viagem oficial, segundo Reis

Tudo parecia nos conformes quando sobreveio o veto dos ministros militares à posse de Jango. Associando a posse do vice à formação de milícias comunistas e ao caos e à anarquia. Desta forma, os ministros deram início à crise que colocaria o país à beira de uma guerra civil (REIS, 2014, p. 294).

Houve reações às posições dos ministros militares no Congresso Nacional e nas ruas, de algumas cidades do país. Nestas manifestações, participaram estudantes e trabalhadores. O PCB se posicionou favorável à posse de João Goulart, “quando se anunciou o veto dos militares. Prestes lançara um manifesto que o título já era um programa: Solução para a crise: Jango na presidência” (REIS, 2014, p. 295).

Segundo Ferreira, “o objetivo dos ministros militares era o de coagir o Congresso Nacional, a declarar o impedimento de Goulart, os partidos políticos, incluindo a UDN, não aceitaram” (FERREIRA, 2014, p. 229).

---

<sup>30</sup> O conteúdo do discurso proferido por Goulart, na China, foi recebido no ocidente como uma declaração de apoio ao comunismo (FERREIRA, 2014, p. 226).

Neste momento, o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola<sup>31</sup>, teve importância fundamental, porquanto “com o apoio, de alguns generais alocados em postos chaves, no Rio Grande do Sul e do protesto popular, o governador deu início ao movimento conhecido como Campanha da legalidade” (FERREIRA, 2014, p. 229).

Diante do impasse, surgiu a possibilidade de uma situação intermediária conciliatória. Jango assumiria a presidência, porém com diminuição de poderes, através da adoção do parlamentarismo. A emenda parlamentarista foi aprovada no dia 2 de setembro de 1961. Houve resistências na esquerda para a adoção do parlamentarismo, onde se pontificou o governador Leonel Brizola. Apesar destas reações, João Goulart aceitou a adoção do parlamentarismo. Segundo Reis “O PCB saudou a posse do vice, que afinal ocorreu no dia 7 de setembro de 1961” (REIS, 2014, p. 295).

De acordo com alguns historiadores, a posse de João Goulart foi estruturada em premissas legalistas. Não estavam estruturadas numa perspectiva de reformas radicais:

A liderança de Brizola a favor da legalidade, a adesão de vários generais, como Machado Lopes, comandante do III Exército, à luta pela legalidade, a atuação de muitos parlamentares no Congresso, exprimiam uma clara divisão entre as elites do poder a respeito da aventura golpista. Mas o que a maioria das forças legalistas defendia era a normalidade democrática. Não um programa de reformas (REIS, 2014, p. 299).

Após um período parlamentarista iniciado em 1961, em janeiro de 1963 a população foi às urnas se manifestar sobre a forma de governo, “a

---

<sup>31</sup> Leonel de Moura Brizola (nascido Leonel Itagiba de Moura Brizola; Carazinho, 22 de janeiro de 1922 – Rio de Janeiro, 21 de junho de 2004) foi um engenheiro civil e político brasileiro. Considerado um líder da esquerda e um político nacionalista, foi governador do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, sendo o único político eleito pelo povo para governar dois estados diferentes em toda a história do Brasil.

vitória de Goulart foi avassaladora: dos 11,5 milhões de eleitores, quase 9,5 milhões, aprovaram o regime presidencialista” (FERREIRA, 2014, p. 323).

Apesar da vitória, o apoio político do governo João Goulart era formado por um arco de alianças amplo. Desta forma, o presidente não conseguiu manter uma política de governo que atendesse o conjunto das forças políticas que lhe davam sustentação. Assim, o clima político brasileiro continuou bastante conturbado, de acordo com Reis,

Desde o início, Jango hesitava. Preconizava, naquela conjuntura efervescente, um arco impossível de alianças, que ia do PSD ao PCB, pela aprovação no congresso nacional das reformas de base<sup>32</sup>. Nem as posições no Brasil no cenário internacional, como abstenção no voto de expulsão de Cuba da OEA, na conferência de Punta Del Leste, convenciam os mais radicais (REIS, 2014, p. 306).

Desta forma, o Brasil iniciou a década de 1960 politicamente dividido e com projetos revolucionários em gestação. Por um lado o movimento pelas reformas de base mobilizava grande parte dos trabalhadores, estudantes e alguns militares. Na medida em que as reformas não se concretizaram alguns grupos passaram a defender o recurso à força. De outro lado, grupos contrários as reformas de base, elites empresárias, latifundiários, forças armadas, parte da classe e alguns setores populares (REIS, 1990).

Rollemborg reafirma a tese de Reis sobre a existência de um ideal revolucionário entre alguns setores da esquerda nos momentos anteriores ao golpe civil-militar de 1964, ao discutir que “o sentido essencial da luta armada não estava na resistência à ditadura militar; era anterior a ela: tratava-se antes, de um projeto político de combate à ordem política e econômica vigente antes de 1964” (ROLLEMBERG, 2009, p. 54).

---

<sup>32</sup> Reformas de base foi o nome dado pelo 24º presidente do Brasil, João Goulart, às reformas estruturais propostas por sua equipe. Estas incluíam os setores educacional, fiscal, político e agrário.



Na concepção dos integrantes das esquerdas revolucionárias, a implantação do comunismo iria resolver a miséria e a desigualdade social. Estas injustiças sociais sempre foram retratadas por escritores e acadêmicos como podemos perceber no texto de Josué de Castro:<sup>33</sup>

Para explicar o quadro de um país de fome como o nosso e buscar ações para reverter este quadro não é possível deixar de considerar o desequilíbrio causado pelo modelo de crescimento industrial exclusivo sem alterações na estrutura arcaica da agricultura e pelo tipo de economia voltado para interesses estrangeiros desde a época do colonialismo até o atual neo-colonialismo do capital internacional (CASTRO, 1983, p. 49).

### **2.1.8 Golpe civil-militar de 64**

Acerca das pesquisas sobre a construção do golpe, apresentamos a seguir a análise de alguns historiadores. Segundo Fausto, algumas atitudes do presidente João Goulart tomadas no período do seu governo podem ter contribuído para este desfecho:

No início de 1964, aconselhado por um ciclo de íntimos, Jango optou por um rumo desastroso. Com apoio do dispositivo militar e sindical, o presidente deveria contornar o congresso, começando a realizar por decreto as reformas de base. Para mostrar a força do governo, reuniria grandes massas em uma série de atos anunciando as reformas. O primeiro deles foi realizado em 13 de março de 1964 (FAUSTO, 2014, p. 255).

Ainda segundo Fausto, além do lançamento das reformas de base, as decisões de Jango, para solução de conflitos entre marinheiros e seus comandantes também podem ter ajudado na precipitação do golpe:

---

<sup>33</sup> Médico, professor, geógrafo, cientista social, político, escritor e ativista brasileiro do combate à fome.

A 24 de março o ministro Sílvio Frota ordenou a prisão de 2.000 marinheiros por subverter a hierarquia. Sentindo-se desprestigiado o ministro Sílvio Frota se demitiu. O novo ministro quis acalmar os ânimos, anunciando que os revoltosos não seriam punidos. O Clube militar e um grupo de altas patentes da Marinha denunciaram seu ato como incentivo a quebra de hierarquia militar (FAUSTO, 2014, p. 255).

Segundo Gouveia, o clima de radicalização existente no país durante o governo de João Goulart alicerçou as bases para efetivação do golpe civil-militar de 1964, visto que “[...] o país foi se tornando cada vez mais polarizado e turbulento, pressionado de um lado pelas esquerdas, que queriam reformas sociais imediatas a todo custo, e do outro pela direita, que reagia a qualquer sinal de avanço nesse sentido” (GOUVEIA, 2003, p. 24).

Nesta linha, Gouveia indica alguns fatos pontuais que, em sua visão, teriam contribuído para a desestabilização do governo de Jango.

Em primeiro lugar, a criação do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPES), em 1961, que juntamente com o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), se constituíram em um núcleo civil de preparação do golpe. O IBAD financiava eleições de parlamentares que combatiam os políticos de esquerda. Por outro lado, Gouveia ainda aponta para a criação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), que ampliou a participação política dos sindicatos e o controle dos estudantes de esquerda sob a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES).

Ainda no campo estudantil, houve “a criação de entidades terroristas, notadamente o Movimento Anticomunista (MAC) e o Comando de Caça aos Comunistas (CCC)” (GOUVEIA, 2003, p. 26). Estas entidades intimidavam os militantes de esquerda, realizando atos de terrorismo, como atentados a bomba e incêndios nas bancas que comercializavam suas publicações. Nas regiões agrárias a situação também era de confronto “com

pistoleiros a serviço de proprietários rurais matando os organizadores da massa camponesa” (GOUVEIA, 2003, p. 26).

Por outro lado, a historiadora Lucília Neves Delgado, apresentou um artigo em que destaca um ciclo produtivo da historiografia nacional sobre o golpe civil-militar de 1964. Segundo a historiadora, estas análises foram estruturadas pelo acesso a documentações inéditas. A historiadora destaca primeiramente, neste universo de análise, uma obra do historiador Carlos Fico.<sup>34</sup> Segundo Delgado

Carlos Fico [...] discorda das teses conspiratórias de médio prazo para deposição de João Goulart, ele defende que o movimento golpista propriamente dito foi conduzido por lideranças importantes das forças armadas, [...] sem maior planejamento anterior. Sua argumentação identifica que partidos políticos, organizações de opositoristas da sociedade civil e setores da igreja católica que se opunham a João Goulart atuaram em prol da desqualificação e desestabilização do seu governo. Mas que na linha de frente da deposição do ex-presidente estavam os militares (DELGADO, 2010, p. 140).

Delgado, neste mesmo artigo, também apresenta uma análise de um livro do historiador Rodrigo Patto Sá Motta.<sup>35</sup> O trabalho de Motta é centrado nas caricaturas associadas ao presidente João Goulart, ao longo dos seus três anos de governo. Estas caricaturas que foram coletadas em diversos periódicos. Levaram o autor a concluir que

No período de instabilidade do início da década de 1960, caricaturas, de forma geral, contribuíram para disseminar uma imagem negativa do presidente Jango e que as críticas expressas nos traços destes artistas também se somaram ao caldo de manifestações que levaram ao enfraquecimento do governo (DELGADO, 2010, p. 141).

---

<sup>34</sup> A obra em análise é “O Grande Irmão: da operação Brother Sam aos anos de Chumbo” (FICO, 2008).

<sup>35</sup> A obra em análise é “Jango e o golpe de 1964 na caricatura” (MOTTA, 2006).

Nas considerações finais do artigo, Delgado, apresenta sua análise sobre quem teria sido responsável pela efetivação do golpe civil-militar em 1964,

[...] os responsáveis pela deposição de João Goulart foram militares, respaldados por apoio internacional e em parceria com partidos políticos, segmentos e organizações da sociedade civil que se opunham à opção política do presidente e de seus aliados históricos. Foram os grupos conservadores, históricos opositores do trabalhismo e de João Goulart, os responsáveis pela interrupção da experiência democrática brasileira em 1964 (DELGADO, 2010, p. 143).

Desta forma, mesmo que nos anos anteriores ao golpe civil-militar houvesse um ambiente político conturbado, compartilho da perspectiva analítica de Delgado, quando apresenta que a decisão final de realização do golpe partiu dos militares, com apoio internacional e de segmentos conservadores da sociedade brasileira.

Pelo que se apresenta nas referências documentais, na noite de 30 de março de 1964, o general Amauri Kruehl,<sup>36</sup> “suposto” legalista aderiu ao golpe civil-militar, e “partiu para a via Dutra com sua tropa, onde o general Garrastazu Médici,<sup>37</sup> já bloqueara a estrada” (GOUVEIA, 2003, p. 22). De acordo com Aarão,

O golpe começou na noite de 30/03/64, a partir de uma iniciativa do general Mourão Filho e de um dispositivo político-militar articulado em Minas Gerais sob a liderança do governador, Magalhães Pinto. Para surpresa geral, quase sem tiros o golpe foi vitorioso, em pouco mais de 24 horas. Uma derrota catastrófica e desmoralizante para as esquerdas, para os comunistas e para Prestes (REIS, 2014, p. 321).

---

<sup>36</sup> Naquele momento, Comandante do II Exército (1964), com sede em São Paulo.

<sup>37</sup> Naquele momento, Comandante da Academia militar das Agulhas Negras.

O ex-governador pelo Rio Grande do Sul (1959-1963) havia sido peça fundamental na campanha pela legalidade e posse de João Goulart em setembro de 1961 e no plebiscito que definiu o retorno ao presidencialismo em janeiro de 1963. Durante o golpe civil-militar, Brizola tentou reagir, “reivindicou sua nomeação para Ministério da Justiça e do General Ladário Teles<sup>38</sup>, para o ministério da Guerra. Goulart não atendeu ao cunhado” (MAGALHÃES, 2012, p. 315).

Segundo o jornalista Mário Magalhães, o ajudante de ordens do presidente, capitão Ernani Azambuja, testemunhou um diálogo entre Goulart e General Ladário Teles em que o presidente emite sua opinião contaria à resistência armada ao golpe:

“Se nós iniciamos a reação, isso se alastra, e o Rio Grande do Sul se torna uma nova legalidade”, vaticinou Ladário.

Jango se precaveu: “Uma pergunta: vai correr sangue?”

“Ah vai!” Disse o general com sinceridade.

“Então eu não concordo”, encerrou Goulart (MAGALHÃES, 2012, p. 316).

Sobre este aspecto, Reis coloca um questionamento sobre como seria o processo de resistência ao golpe. O historiador defende que pesquisas recentes apontam que havia fraturas e contradições na frente que se formou para golpear o governo Jango, as esquerdas e os movimentos populares. Muitos ficaram em cima do muro por longas horas. Também no campo dos vitoriosos havia fragilidades que foram aparentemente apagadas pela vitória.

Reis ainda pondera que entre vitoriosos e vencidos, muitos não esperavam que a ditadura durasse 20 anos, a maioria esperava uma

---

<sup>38</sup> No dia 1º de abril de 1964 o general Ladário foi empossado como comandante do III Exército que se localiza em Porto Alegre-RS.

intervenção militar de curto tempo. Dentre estes, o historiador inclui Luís Carlos Prestes e João Goulart, que optaram por não reagir.

Com o desfecho do golpe os dois políticos foram bastante responsabilizados pelos seus pares. Jango foi isolado da cena política, Prestes ainda se manteve, mas sua imagem foi bastante afetada dentro e fora do PCB (REIS, 2014).

A historiadora Dulce Chaves Pandolfi descreveu o estado de fragmentação que se encontrava o PCB, no momento do golpe civil-militar de 64, motivada na sua visão, pela defesa da aliança com a burguesia nacional:

Quando houve o golpe de 1964, as esquerdas tiveram um baque. Porque nelas até aquele momento existiam duas grandes referências o PCB e a Ação Popular. Quando houve o golpe civil-militar, o PCB entrou em fragmentação. Porque muitas militantes de esquerda responsabilizaram o PCB pelo golpe. Pelo fato de não ter reagido e não ter armado seus militantes e de ter feito a defesa da burguesia nacional.<sup>39</sup>

Para a historiadora houve reações distintas na absorção do golpe civil-militar de 1964. Como exemplo, ela defende que em Recife houve uma resistência mais contundente, mas no Rio de Janeiro houve um apoio maior ao golpe, visto que

Existiu aqui no Rio, uma adesão aos golpistas, no dia do golpe o pessoal estava de bandeirinha. Diferentemente em Recife, as pessoas foram para a rua, protestar, pois o governo Arraes tinha muito prestígio. O primeiro estudante morto, depois do golpe, não foi Edson Luís<sup>40</sup>. As primeiras mortes de estudantes após o golpe ocorreu em Recife, no dia 1º de abril de 64. Naquela ocasião,

---

<sup>39</sup> Dulce Chaves Pandolfi em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Rio de Janeiro, RJ, 04 de junho de 2018.

<sup>40</sup> Edson Luís de Lima Souto (1950-1968) foi um estudante secundarista brasileiro assassinado por policiais militares, durante um confronto no restaurante Calabouço, centro do Rio de Janeiro. Seu assassinato marcou o início de um ano turbulento de intensas mobilizações contra o regime militar que endureceu até decretar o chamado AI-5.

dois estudantes, foram assassinados numa manifestação que fizeram para defender Arraes.<sup>41</sup>

O objetivo de levantar estas questões não foi de fazer julgamentos sobre a atuação de alguns personagens durante o golpe civil-militar. Pretendemos apenas apresentar que as suas decisões de não reagir ao golpe além de impactar no processo histórico sofreram oposições entre os seus aliados. Havia do lado do presidente políticos como Brizola esperando um aceno para reagir, bem como no PCB havia militantes propensos a atuar pela legalidade.

No entanto, esta reação não se confirmou e o que as referências documentais indicam é que, com o advento do golpe civil-militar de 1964 chegou ao fim um ciclo democrático no país, iniciado em 1945, com a deposição do presidente Getúlio Vargas. Portanto se instaurou um sistema brutal de repressão. Segundo Montenegro,

O golpe de 1964 no Brasil interromperia toda esta experiência histórica. Líderes sindicais, políticos e militantes de esquerda seriam alvos de prisões, torturas e assassinatos. Os proprietários teriam o apoio dos militares para iniciar o que se tornou conhecido como modernização conservadora, um modelo de desenvolvimento concentrador de terra, capital e poder (MONTENEGRO, 2019, p. 37).

No dia 2 de abril, apesar de Jango ainda se encontrar no Brasil, o Congresso declarou a vacância da Presidência da República, entregando o cargo de chefe da nação ao presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli.

Neste mesmo dia, João Goulart, se refugiou em uma fazenda na cidade gaucha de São Borja, dois dias depois embarcou para o Uruguai

---

<sup>41</sup> Dulce Chaves Pandolfi em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Rio de Janeiro, RJ, 04 de junho de 2018.

iniciando um exílio. Faleceu no município de Correntes, na Argentina em 1976, sem nunca mais ter regressado ao Brasil.

No dia 9 de abril, João Goulart teve seus direitos políticos cassados por 10 anos, após a assinatura do Ato Institucional Número 1 (AI-1).<sup>42</sup> Neste ato, outras figuras do cenário político, artístico e intelectual do Brasil foram atingidas como o governador de Pernambuco, Miguel Arraes; o deputado federal pelo PTB do Rio de Janeiro, Leonel Brizola; o economista Celso Furtado; o ex-presidente Jânio Quadros; o deputado federal pelo PTB de São Paulo, Rubens Paiva;<sup>43</sup> o antropólogo Darcy Ribeiro; o professor Josué de Castro, entre outros.

O general Humberto de Alencar Castelo Branco foi eleito Presidente da República pelo Congresso Nacional, em eleição indireta no dia 11 de abril de 1964. Da deposição de Goulart até a posse de Castelo Branco, permaneceu na presidência da República o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli. Castelo Branco assumiu a presidência em 15 de abril de 1964 até 15 de março de 1967.

JK tinha se distanciado de João Goulart às vésperas do golpe. Na eleição para presidente votou em Castelo Branco. Contudo em junho de 1964 teve os direitos políticos cassados, pois o ex-presidente tornou-se alvo de Inquéritos Policiais Militares, conduzidos por coronéis que vasculharam suas finanças e as de empresários ligados a ele. Uma semana depois de cassado, JK embarcou para o exílio na França, de onde retornaria somente em outubro do ano seguinte.<sup>44</sup>

No dia 9 de maio de 1964, Marighella foi preso por agentes do DOPS do Rio de Janeiro dentro de um cinema no bairro da Tijuca. Enfrentando

---

<sup>42</sup> Por meio do AI-1, o regime militar pôde cassar e suspender os direitos políticos de cento e dos cidadãos contrários à implantação da ditadura que estava se iniciando.

<sup>43</sup> Em 20 de janeiro de 1971, Paiva foi preso e em seguida torturado até a morte.

<sup>44</sup> MEMORIAL DA DEMOCRACIA. Cassado, Juscelino parte para o exílio. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/cassado-jk-segue-para-o-exilio>. Acesso em 25 de mar. 2020.



os policiais com socos e gritos de “abaixo a ditadura militar fascista!” e “viva a democracia!”, Marighella recebeu um tiro à queima-roupa no peito. Dominado, foi levado ao Hospital Souza Aguiar e de lá para a Penitenciária Lemos Brito.<sup>45</sup>

No dia 2 de julho foi levado para o DOPS de São Paulo,<sup>46</sup> contudo não passou muito tempo preso, pois em “28 de julho de 1964, Sobral Pinto<sup>47</sup> protocolou na 22ª Vara criminal o pedido de Habeas Corpus, alegando que nenhum delito era imputado ao seu cliente” (MAGALHÃES, 2012, p. 325). Sobral Pinto, durante o Estado Novo havia defendido vários dirigentes do PCB, após o golpe civil-militar continuou mantendo esta linha de ação.

Em 31 de julho, portanto após 83 dias de reclusão, “o juiz Hélio Trindade atendeu a solicitação da defesa e deferiu o Habeas Corpus liberando Marighella” (MAGALHÃES, 2012, p. 325). Mesmo com o histórico de duas detenções e integrar a direção do PCB, Marighella conseguiu se livrar da prisão e nos anos seguintes pôde articular a formação da ALN.

Prestes, após o AI-1, também teve seus direitos de cidadão novamente revogados por dez anos. Foi perseguido pelo governo, mas conseguiu fugir<sup>48</sup> e continuar na clandestinidade. Ao revistar sua casa, a polícia encontrou uma série de cadernetas que deram base a inquéritos e processos. Esta ação policial “[...] propiciou o indiciamento de 74 camaradas<sup>49</sup> e a suspensão dos direitos políticos de 59, pelo período de dez anos” (MAGALHÃES, 2012, p. 328).

---

<sup>45</sup> MEMORIAL DA DEMOCRACIA. Carlos Marighella resiste à prisão. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/carlos-marighella-resiste-a-prisao>. Acesso em 23 de mar. 2020.

<sup>46</sup> Mesmo local de sua prisão em 1936.

<sup>47</sup> Heráclito Fontoura Sobral Pinto (Barbacena, 5/11/1893 – Rio de Janeiro, 30/11/1991) foi um jurista brasileiro. Defensor dos direitos humanos, especialmente durante a ditadura do Estado Novo e a ditadura militar.

<sup>48</sup> Exilou-se na União Soviética em 1971 regressando ao Brasil devido à anistia de 1979.

<sup>49</sup> Militantes do PCB.

Nas cadernetas de Prestes, também existiam provas contra Marighella, tanto que “em 13 de outubro de 1964 a 2ª auditoria da 2ª Região militar ordenou a prisão preventiva de dele” (MAGALHÃES, 2012, p. 327). Futuramente com base no conteúdo destas cadernetas, Marighella seria processado e no julgamento realizado a revelia foi penalizado com sete anos de reclusão (MAGALHÃES, 2012, p. 328).

Segundo Sales, consumado o golpe civil-militar, Marighella e um grupo de dirigentes do PCB divulgaram um documento nomeado “Esquema para discussão”. Este documento, teria sido escrito ainda em 1961. Portanto há indícios que “as divergências de Marighella com a direção partidária começaram naquele ano, ainda na renúncia de Jânio Quadros” (SALES, 2008, p. 202).

Porém, estas divergências só vieram a público com a crise do PCB após 64 e a consequente divulgação deste documento, “que refletia o ponto de vista dos comunistas, Mário Alves, Jover Telles, Giocondo Dias, Orlando Bonfim, Jacob Gorender e Marighella” (SALES, 2008, p. 202).

As narrativas destes militantes apontavam “que a causa da derrota diante dos golpistas estava no fato do PCB ter incorrido em grave desvio a direita, na medida em que alimentava ilusões a respeito das reformas de base por meio pacífico, acreditando na aliança com a burguesia nacional e com o Governo João Goulart, não tendo preparado as massas para resistir ao golpe” (SALES, 2008, p. 202).

Desta forma, este documento evidencia que o posicionamento de Carlos Marighella em defesa da aliança com a burguesia nacional, que foram externados nas resoluções de 58 e no V Congresso do PCB em 1960 se inverteram a partir de 1961. Como também demonstra que a oposição dentro do PCB ao líder Luís Carlos Prestes havia tomado maior dimensão a partir deste momento, já que nomes importantes do partido assinaram este documento.

Porém passados quatro anos do golpe civil-militar de 1964, o PCB ainda defendia esta aliança com a burguesia nacional. Neste ponto, Mir defendeu a ideia de que existiam intenções para realização de uma frente ampla, que englobaria Prestes, Lacerda, JK e Goulart:

O líder civil do golpe militar (Carlos Lacerda) acertaria com Washington, com a direita, o apoio à remoção dos militares do poder; Prestes com Moscou, quanto a JK e Goulart qualquer desejo político que porventura acalentassem trafegaria pela derrubada do regime militar (MIR, 1994, p. 317).

Desta forma, o único momento que o PCB, atuou na linha de frente dos projetos revolucionários foi no movimento de 1935. Porém, além do PCB, outras organizações e partidos de esquerda criados antes da ALN defenderam estes projetos.

Antes do golpe civil-militar já havia algumas organizações que defendiam um projeto de revolução. E após o golpe civil-militar de 1964, integrantes do PCB, insatisfeitos com a política de conciliação que o partido mantinha com a burguesia nacional formaram organizações que defenderam a luta armada.

Nossas pesquisas reafirmam que apesar de sua liderança no seio da esquerda nacional, o PCB sempre sofreu oposição de outras correntes de esquerda.

## **2.2 Grupo Comunista Lênin (GCL)**

A gênese da oposição ao PCB na esquerda brasileira foi o Grupo Comunista Lênin (GCL), dado que “foi o GCL, o primeiro grupo a fazer oposição ao PCB, constituído em princípios de 1930, tendo lançado no dia 8 de maio daquele ano o jornal: ‘A Luta de Classes’, principal porta voz” (LEAL, 2003, p. 21).

O GCL era um grupo formado por trotskistas,<sup>50</sup> sendo estes encarados de maneira discriminatória pelos PCUS (Partidos Comunistas).

### **2.3 Partido Operário Revolucionário (POR)**

Outro marco importante nesta oposição ao PCB foi a fundação, em 1953, do POR. Como era trotskista, o POR sempre fez críticas contundentes ao pacifismo e a burocracia do PCB.

Apesar deste antagonismo, ele sempre praticou o “entrismo” no Partido que consiste em promover um processo de infiltração em outro organismo, mais forte e aparelhado no intuito de tentar promover a efetuação de suas teses no determinado campo político. O POR teve participação nos movimentos sociais, como destaca Leal:

A estratégia de luta proposta pelo POR para o campo baseava-se na aliança operária e camponesa, na ocupação de terras, organização de milícias, organização de conselhos de camponeses por engenhos, usinas e municípios (LEAL, 2003, p. 233).

Os integrantes do POR tinham uma avaliação crítica não só em relação ao PCB, mas também em relação a outras organizações políticas, pois

Nenhuma das organizações existentes nem o PCB, nem as Ligas, nem Julião, nem Brizola, tem condições, vontade e ousadia para estar à altura do ímpeto revolucionário das massas camponesas exploradas de todo o país e do Nordeste. A construção de uma nova direção passa necessariamente e tem como seu centro o trotskismo (LEAL, 2003, p. 234).

Um dos exemplos desta participação do POR nos movimentos pela melhoria das condições de vida no campo, foi relatada por Leal

---

<sup>50</sup> As divergências nas análises do encaminhamento da revolução russa de 1917 dividiram os partidários Trotsky e os de Stalin, os primeiros condenavam entre outras coisas o excesso de burocracia do Estado Soviético, a falta de democracia interna bem como o confinamento do processo revolucionário nos limites da União Soviética.

Em 1962 o POR decidiu enviar para Pernambuco um representante com a missão de retomar alguns contatos e começar uma atividade entre trabalhadores rurais, o local escolhido foi o município de Itambé, fronteira com a Paraíba. A tarefa ficou sob a responsabilidade de um rapaz de 21 anos, de Moji das Cruzes, gráfico e metalúrgico, que havia trabalhado na mineração geral do Brasil. Seu nome era Paulo Roberto Pinto no POR recebeu o nome de Jeremias e assim ficou conhecido em Pernambuco (LEAL, 2003, p. 228).

Jeremias foi morto em 1963 no Engenho Oriente na cidade de Itambé, em Pernambuco, durante uma greve que comandara por melhorias salariais dos canaveiros. Após sua morte, quatro trotskistas foram presos pela polícia do Governador Miguel Arraes de Alencar<sup>51</sup> após terem organizado uma série de protestos pela morte de Jeremias. Apesar destes eventos relatados, o POR não teve participação ativa na luta armada durante a ditadura militar, segundo Zarattini: “Praticamente o POR não veio a exercer nenhuma influência nos grupos e organizações que se formaram a partir de 67-68”.<sup>52</sup>

## **2.4 Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (ORM-POLOP)**

Mas não eram somente os ortodoxos trotskistas que nutriam projetos revolucionários, antes mesmo do golpe civil-militar de 1964, a ORM-POLOP também aderiu a esta estratégia, segundo Gorender: “A POLOP realizou três congressos (1961, 1963 e 1964) antes do golpe militar e se difundiu no ambiente universitário com uma força muito maior do que o trotskismo ortodoxo representado pela POR” (GORENDER, 1999, p. 40). Segundo Zarattini:

---

<sup>51</sup> Governou Pernambuco de 1963-1964; 1987-1990; 1995-1998.

<sup>52</sup> ZARATTINI, Carlos. *Revista Unidade e Luta*, n. 5 e 6, [s. l.], Chile, 1973 apud ROIO, 2006, p. 326.

Fundada em 1961, nasceu sob o impacto da radicalização de setores da pequena burguesia urbana sob a influência da doutrina dos escritos de Trotsky<sup>53</sup> e Rosa Luxemburgo<sup>54</sup>, apesar de nunca se ter denominado um agrupamento trotskista<sup>55</sup>.

Segundo Reis, a POLOP é resultado do encontro de intelectuais de diversas procedências – alguns vinham do PTB, das alas mais radicais do PTB, outros vinham de outros grupos. Mas a POLOP se constitui já com uma perspectiva de uma revolução socialista.<sup>56</sup>

## 2.5 Ligas camponesas

Da segunda metade da década de 1950 até aproximadamente início de 1960, ocorreu no Nordeste do Brasil um movimento chamado Ligas Camponesas, que exemplifica bem a tese de que antes mesmo do golpe civil-militar de 1964 já existiam projetos das esquerdas revolucionárias. Como destaca Camargo, “O movimento que ficou nacionalmente conhecido como Ligas Camponesas teve início no Engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão, nos limites da região do Agreste com a zona da Mata de Pernambuco” (CAMARGO, 2014, p. 146).

### 2.5.1 SAPP

O principal indutor deste movimento foi à criação em 1º de janeiro de 1955 da Sociedade Agrícola de Pecuária dos Plantadores de Pernambuco

---

<sup>53</sup> Leon Trótski (nascido Liev Davidovich Bronstein; Ianovka, 7 de novembro de 1879 – Coyoacán, 21 de agosto de 1940) foi um intelectual marxista e revolucionário bolchevique, organizador do Exército Vermelho e, após a morte de Lenin, rival de Stalin na disputa pela hegemonia do Partido Comunista da União Soviética (PCUS). Tornou-se figura central da vitória bolchevique na Guerra Civil Russa (1918–1922).

<sup>54</sup> Rosa Luxemburgo (Zamość, 5 de março de 1871 – Berlim, 15 de janeiro de 1919) foi uma filósofa e economista marxista polaco-alemã. Tornou-se mundialmente conhecida pela militância revolucionária ligada à Social-Democracia da Polônia, ao Partido Social-Democrata da Alemanha e ao Partido Social-Democrata Independente da Alemanha. Participou da fundação do grupo de tendência marxista do SPD, que viria a se tornar mais tarde o Partido Comunista da Alemanha (KPD).

<sup>55</sup> ZARATTINI, Carlos. *Revista Unidade e Luta*, n. 5 e 6, [s. l.], Chile, 1973 apud ROIO, 2006, p. 324.

<sup>56</sup> Daniel Aarão Reis em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Recife, Pernambuco, 14 de junho de 2019.

(SAPPP),<sup>57</sup> por iniciativa do agricultor José dos Prazeres. A associação contou com os decisivos serviços do advogado e Deputado Estadual Francisco Julião<sup>58</sup> PSB-PE, para a sua constituição legal. A princípio, a SAPPP foi aceita pelo proprietário do engenho, Oscar Beltrão, contudo, segundo Azevedo:

O senhor Oscar Beltrão, dono do engenho, teria recebido e aceito o convite para ser presidente de honra daquela Sociedade Agrícola. Contudo, após ser alertado de um possível caráter comunista, o dono do engenho ordena o fechamento da SAPPP. Os camponeses não acataram tal ordem e passaram a buscar auxílio de autoridades públicas, a fim de lhes ajudarem no conflito com o senhor Oscar Beltrão (AZEVEDO, 1982 apud PORFÍRIO, 2009, p. 23).

Neste momento, os agricultores procuraram apoio nas autoridades constituídas em Pernambuco, primeiramente foram rechaçados pelo então Governador Cordeiro de Farias,<sup>59</sup> posteriormente consultaram alguns advogados, mas todos cobraram quantias absurdas em seus honorários.

Na Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco (ALEPE) encontram apoio no advogado e Deputado estadual Francisco Julião, que aceitou defendê-los sem custos. Não foi uma tarefa fácil, pois as ações do governo do estado estavam equalizadas com os interesses dos proprietários de terra. Neste ponto, “a atitude do governador de Pernambuco, general Cordeiro de Farias, foi o que mais contribuiu para este ‘reino de terror’ nos anos iniciais do movimento das Ligas Camponesas. Ele adotou uma posição inflexível em favor da lei e da ordem” (PAGE, 1972, p. 62).

---

<sup>57</sup> Como parte das festividades que marcou os sessenta anos da SAPPP, foi inaugurada no dia 1 de janeiro de 2015 uma biblioteca com um monumento que simboliza a luta pelos direitos no campo no Brasil. (60 ANOS da SAPPP. *Diário de Pernambuco*, Recife, 11 jan. 2015, Suplemento).

<sup>58</sup> Francisco Julião Arruda de Paula (Bom Jardim, 16 de fevereiro de 1915 — Cuernavaca, 10 de julho de 1999) foi um advogado, político e escritor brasileiro, que liderou politicamente o movimento camponês conhecido como Ligas Camponesas.

<sup>59</sup> Governou Pernambuco de 1955 a 1958.

Vale salientar que o nome Ligas Camponesas não partiu do comando do movimento e sim da imprensa pernambucana, principalmente do Diário de Pernambuco e do Jornal do Commercio, que tentaram vincular o movimento às práticas subversivas. Segundo Aguiar:

Julião costumava dar ênfase ao fato de que foi a imprensa, sobretudo a do Recife, que vinculou suas iniciativas políticas às das Ligas, mas, a princípio, com o objetivo de queimá-lo como comunista, agitador, subversivo, incendiário etc. O noticiário aparecia inclusive nas páginas policiais. Segundo Julião foram os donos dos jornais recifenses que crismaram a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco com o nome Ligas Camponesas (AGUIAR, 2014, p. 146).

Mesmo assim, as Ligas Camponesas se multiplicaram de maneira exponencial como destaca Porfírio:

Na segunda metade da década de 1950, a mobilização dos camponeses por melhores condições de vida passou a ser o tema da imprensa, principalmente a partir da realização do Congresso de Salvação do Nordeste, em 1955, cujos debates procuraram desassociar a questão da seca dos aspectos geográficos. Outro evento que contribuiu para dar destaque à luta dos trabalhadores rurais foi o 1º Congresso de camponeses de Pernambuco organizado pela SAPPP, com participação de aproximadamente 3.000 camponeses. O congresso ajudará, de forma decisiva, a tornar mais conhecida a organização dos camponeses do Engenho Galileia, além disso, utilizando-se de cordéis cantados nas feiras livres dos municípios do interior, de panfletos e de reuniões para mobilizar os camponeses, o parlamentar socialista Francisco Julião passou a apoiar a organização de novas sociedades agrícolas chamadas de Ligas Camponesas (PORFÍRIO, 2009, p. 24).

Podemos perceber a importância da formação da SAPPP na ampliação da influência das Ligas Camponesas em Pernambuco, em razão do sucesso daquela Sociedade que encorajou outros camponeses a seguirem



o mesmo norte, aprofundando cada vez mais as suas demandas trabalhistas. Segundo Azevedo: “O objetivo das novas Sociedades Agrícolas não era mais de ajuda, como fora a primeira criada no Engenho Galileia, mas de lutar por uma nova distribuição da terra, ou seja, por uma reforma agrária” (AZEVEDO, 1982 apud PORFÍRIO, 2009, p. 24).

### **2.5.2 Desapropriação do engenho Galileia**

Em 1960, o governador de Pernambuco Cid Sampaio<sup>60</sup> – UDN assinou a desapropriação do engenho Galileia, os trabalhadores rurais comandados por Francisco Julião participaram do evento, que segundo alguns autores, como Page representou o primeiro caso de reforma agrária no Brasil após o final da 2ª Guerra Mundial. A propriedade foi dividida em lotes que variavam de 3 a 8 hectares, porém esta iniciativa sofreu críticas dentro e fora de Pernambuco visto que “um jornalista do Rio de Janeiro, Antônio Calado, observou que o Estado estava pagando a Oscar Beltrão um preço elevado pela sua propriedade cheia de pedras” (PAGE, 1972, p. 65).

### **2.5.3 Aproximação de Julião com o projeto revolucionário cubano**

Enquanto as Ligas Camponesas trilharam a via legalista, estes possuíram apoio do PCB, em razão de que:

O PCB apoiou Julião desde o começo. O seminário comunista do Recife deu-lhe bastante cobertura. Quando líder Luís Carlos Prestes fazia suas visitas políticas no Recife, Julião estava no palanque com ele. Em 1957, uma delegação da ALEPE foi convidada a visitar a Europa ocidental. Julião estava entre aqueles que viajaram à Polônia, Tcheco-eslováquia e União Soviética (PAGE, 1972, p. 66).

---

<sup>60</sup> Governou Pernambuco de 1959 a 1963.

Antes de Carlos Marighella, Francisco Julião manteve contatos e recebeu influências do processo revolucionário cubano, “em uma de suas idas a Cuba, ele esteve presente ao lançamento da Segunda Declaração de Havana, 1962, onde se afirmou a necessidade da via revolucionária para solucionar os problemas da América Latina” (PORFÍRIO, 2016, p. 65).

#### **2.5.4 | Congresso Nacional de Camponeses – 1961**

As divergências existentes entre o pensamento revolucionário de Julião e a opção legalista do PTB de Goulart e o PCB de Prestes se intensificaram durante I Congresso Nacional de Camponeses realizado no ano de 1961 em de Belo Horizonte, Minas Gerais, neste congresso, apoiado pelo Presidente João Goulart, estavam presentes 1.600 delegados representando o movimento agrário rural do Brasil. Segundo Page:

Enquanto o PCB defendeu uma linha reformista Julião defendeu a reforma Agrária Radical. Julião obteve a maioria na sessão plenária e o congresso adotou uma declaração que exigia uma transformação radical na atual estrutura agrária do Brasil, com liquidação do monopólio da posse da terra pelos grandes latifundiários, principalmente através da desapropriação da terra pelo governo federal, substituindo a posse monopolística pela propriedade dos camponeses e propriedade do Estado (PAGE, 1972, p. 109).

Julião cortou os laços que o ligava a Goulart e a Prestes, pois estes defendiam soluções dentro da legalidade brasileira e o Congresso teria aprovado uma solução que só se efetivaria as margens da constituição brasileira. Deste momento em diante, é notória a preocupação tanto do presidente João Goulart quanto do PCB em descolar sua imagem da figura revolucionária de Francisco Julião. A preocupação do PCB era com as consequências futuras desta radicalização, pois a violência “seria

contraproducente, visto que poderia provocar elementos da direita e derubar o governo” (PAGE, 1972, p. 109).

A discordância do pensamento de Julião em relação ao PCB é comentada por Gregório Bezerra, líder comunista que participou dos mais importantes fatos históricos do PCB inclusive o Levante de 1935. Este, em uma entrevista a Denis de Moraes, comentou que

Julião achava que o camponês organizado em Ligas Camponesas já era suficiente para fazer a revolução agrária e antiimperialista. Nós discordamos dele, pois não havia condições para um movimento revolucionário. Nem a classe operária, nem a massa camponesa estavam preparadas para isso (MORAES, 2011, p. 84).

### **2.5.5 Estrutura informal das Ligas Camponesas**

Por outro lado, a estrutura informal das Ligas Camponesas fez com que ela se tornasse, “um caminho alternativo de organização e de mobilização dos trabalhadores do campo, em face da ausência de sindicatos rurais. Em razão de sua estrutura de funcionamento, sob a forma de associação, as Ligas operavam fora do controle do Estado” (MONTENEGRO, 2019, p. 35).

Para termos um exemplo da pouca representação dos sindicatos rurais no Brasil, “segundo Márcio Moreira Alves, até 1960 o Ministério do Trabalho reconheceu apenas oito sindicatos rurais no Brasil: Barreiros, Rio Formoso e Sirinhaém, em Pernambuco; Belmonte, Ilhéus e Itabuna, na Bahia; Campos, no Rio; e Tubarão, em Santa Catarina” (MONTENEGRO, 2019, p. 36).

### **2.5.6 Estruturação da luta armada**

Segundo alguns pesquisadores, os discursos de Francisco Julião “estavam apoiados na certeza que ele tinha no sucesso do projeto

revolucionário a partir das Ligas Camponesas, o qual se baseava em dois fatores: uma forte mobilização popular e a estratégia de luta armada pela via guerrilheira” (PORFÍRIO, 2016, p. 79).

Como vimos anteriormente, Julião coordenava a questão da mobilização popular. No entanto, a estratégia de luta armada “não estava a cargo dele, apesar de sua ciência, mas sim de Clodomir Morais”<sup>61</sup> (PORFÍRIO, 2016, p. 79).

No entanto, Porfírio chama a atenção para o grande quantitativo de integrantes das Ligas Camponesas, bem como para uma crescente horizontalidade. Estas duas características resultam em uma falta de verticalidade organizacional. “O próprio Francisco Julião admitia que agitar era fácil, difícil era organizar” (PORFÍRIO, 2016, p. 81).

Mesmo com esta falta de verticalidade, integrantes do movimento das Ligas Camponesas se deslocaram para campos de treinamentos, onde se preparariam para guerrilha. Estes campos de treinamentos eram organizados pelo Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), um grupo político clandestino vinculado às ligas camponesas. O MRT era fortemente influenciado pela Revolução Cubana<sup>62</sup> e tinha o objetivo de realizar uma revolução socialista com bases camponesas.

Contudo, durante toda existência das Ligas Camponesas, a opção armada efetivamente só durou pouco mais de um ano,<sup>63</sup> quando o Exército, em 1962 tomou o campo de treinamento de Dianópolis-GO um dos oito existentes e prendeu os seus líderes.

Segundo Porfírio, no campo de Dianópolis foi encontrado um farto material com referência a Revolução Cubana, visto que

---

<sup>61</sup> Clodomir Morais foi cofundador das Ligas e protagonista do MRT

<sup>62</sup> A Revolução Cubana foi um movimento armado e guerrilheiro que culminou com a destituição do ditador Fulgêncio Batista de Cuba no dia 1 de janeiro de 1959 pelo Movimento 26 de Julho liderado pelo então revolucionário Fidel Castro.

<sup>63</sup> O MRT foi fundado em 1961 e desarticulado em 1962.

Textos e imagens de Fidel Castro<sup>64</sup> e Francisco Julião, manuais de combate, planos de implantação de focos de sabotagem e sublevação armada das Ligas Camponesas, além da contabilidade dos recursos financeiros enviados pelo governo cubano com a finalidade de montar campos de guerrilha (PORFÍRIO, 2016, p. 80).

O material apreendido foi entregue pessoalmente pelo presidente João Goulart a um ministro cubano, contudo no ato de entrega Goulart externou sua insatisfação pela intervenção cubana no Brasil. No retorno a Cuba, o avião que transportava o ministro e o material encontrado sofreu um acidente, todos passageiros morreram e parte do material teria ficado de posse dos agentes da CIA (PORFÍRIO, 2016).

Apesar do protagonismo da estruturação da guerrilha do campo ter sido realizada por Clodomir Moraes, Julião “acreditava na viabilidade da revolução não só no Brasil, mas na América Latina, seguindo o modelo cubano” (PORFÍRIO, 2016, p. 81).

A revolução defendida pelas Ligas Camponesas não ocorreu “os governos militares, a partir de 1964, trataram de reprimir, torturar e assassinar vários trabalhadores que apoiavam Julião” (PORFÍRIO, 2016, p. 93).

Francisco Julião foi cassado e posteriormente preso em 1964, quando liberado em 1965 exilou-se no México, onde permaneceu até ser anistiado em 1979. Quanto a Clodomir de Moraes também foi preso e passou cerca de dois anos recluso e em seguida exilou-se no Chile.

---

<sup>64</sup> Fidel Alejandro Castro Ruz (Birán, 13 de agosto de 1926 – Havana, 25 de novembro de 2016) foi um político e revolucionário cubano que governou a República de Cuba como primeiro-ministro de 1959 a 1976 e depois como presidente de 1976 a 2008. Politicamente, era nacionalista e marxista-leninista. Ele também serviu como primeiro-secretário do Partido Comunista de Cuba de 1961 até 2011.

## **2.6 Ação Popular (AP)**

Por outro lado, a Ação Popular – AP, antes do golpe civil-militar, já fazia sua opção pelo socialismo, porém possuía militantes católicos que procuraram diferentes perspectivas em outras fontes opostas das concepções marxistas. Deste modo, “a AP teve sua origem principalmente nos militantes das várias juventudes católicas, especialmente a JUC – Juventude Universitária Católica” (ROIO, 2006, p. 325).

### **2.6.1 Atentado a bomba no aeroporto Guararapes**

No dia 25 de julho de 1966, uma bomba explodiu no aeroporto dos Guararapes em Recife, às 8:45 hs da manhã, matando duas pessoas, o almirante Nelson Gomes Fernandes então superintendente da CHESF (Companhia Hidrelétrica do São Francisco) e o jornalista Édson Régis de Carvalho, secretário do governo de Pernambuco e deixando quinze pessoas feridas.

A historiadora Karolina Kneip de Sá, em sua dissertação de mestrado, “Ação Popular do Brasil: da JUC ao racha de 68”, afirma que “os apistas<sup>65</sup> [...] reconheceram que a bomba que explodiu no dia 25 no Aeroporto Internacional dos Guararapes foi uma ação de militantes da AP” (SÁ, 2015, p. 168). No entanto, Sá defende que a ação foi uma iniciativa isolada e não concatenada com o comando da AP, que após este atentado dissolveu os comandos armados.

### **2.6.2 Treinamento de Guerrilha no Campo**

Apesar de ter sido fundada em 1962 por católicos, a partir de 1966, os maoistas<sup>66</sup> tomaram o comando da organização guiando seu caminho,

---

<sup>65</sup> Membros da Ação Popular.

<sup>66</sup> O maoísmo, também chamado de Pensamento de Mao Tse Tung e de marxismo-leninismo-maoísmo, é uma corrente do comunismo baseada nos ensinamentos de Mao Tsé-Tung. Na República Popular da China, o pensamento de Mao Tse Tung é a doutrina oficial do Partido Comunista da China. Mao Tsé-Tung (1893-1976) foi um político,

para a luta armada, e em 1968 passou a apoiar o PCdoB no seu projeto de revolução camponesa (SÁ, 2015).

Um exemplo desta articulação no campo é um movimento ocorrido no interior de Alagoas, mais precisamente no município de Pariconhas, em 1967. Naquele ano, a AP conseguiu a adesão dos Geripankó<sup>67</sup> para o movimento de resistência à ditadura militar.

Desta maneira, apesar de não ter ocorrido ações de guerrilhas na região, conjuntamente com aqueles indígenas eles estruturaram algumas bases na área rural da cidade. Também participaram do movimento lideranças sindicais, como presidente do sindicato rural José Correia (SILVA, 2007).

Esta é uma situação política “inusitada, o encontro de uma sociedade indígena com um movimento político e revolucionário. Uma forma de relacionamento entre uma estrutura étnica e um movimento nacional de combate às formas de repressão e construção de uma nova sociedade” (SILVA, 2007, p. 1).

Desta forma foi estruturada “uma escola de formação política e treinamento de guerrilha. Segundo Josué Correia,<sup>68</sup> uma coisa era a formação dos quadros políticos e outra a escola de guerrilha” (SILVA, 2007, p. 151). No entanto, alguns militantes participaram da formação política e do treinamento de guerrilha.

Alguns indígenas participaram do treinamento de guerrilha, como podemos ver no testemunho do indígena Antônio Galego, “As nossas

---

teórico, líder comunista e revolucionário chinês. Liderou a Revolução Chinesa e foi o arquiteto e fundador da República Popular da China, governando o país desde a sua criação em 1949 até sua morte em 1976. Sua contribuição teórica para o marxismo-leninismo, estratégias militares, e suas políticas comunistas são conhecidas coletivamente como maoísmo.

<sup>67</sup> Os Geripankó são descendentes do grupo indígena Pankararú, que habita o Brejo dos Padres, em Pernambuco. Teriam migrado em busca de terras para agricultura. Ocupam hoje 185 hectares, na cidade de Pariconhas-AL, a 341 km de Maceió. Em virtude da pequena extensão da área ocupada, um grande número trabalha como “bóia fria” no corte da cana e em fazendas vizinhas.

<sup>68</sup> Trabalhador rural que era ligado ao sindicato.

armas, a princípio era a coragem e a fé que a gente tinha. Depois deram armas de verdade.” (SILVA, 2007, p. 152).

Correia e mais seis companheiros “estavam prontos para viajar a China para realizar treinamento de guerrilha, quando, três dias antes da viagem foram presos pela polícia de Alagoas” (SILVA, 2007, p. 152). “Nesta ação, que ocorreu em 1968 foram presos além de Correia, as lideranças locais: José Gomes Novaes; José Correia e as lideranças nacionais da AP: Roberto,<sup>69</sup> Juarez,<sup>70</sup> Maria e Rosa (com três filhos)” (SILVA, 2007, p. 155). Os homens foram para a sede do DOPS-AL, as mulheres e os filhos foram para a Policlínica da Polícia Militar, em Maceió.

Após as prisões, a polícia tomou alguns depoimentos de trabalhadores rurais e índios que moravam em Pariconhas, “depois deles, Rosa e Maria foram liberadas junto com os seus filhos, além das lideranças sindicais locais José Novaes e os irmãos Correia Josué e José. Roberto e Juarez continuaram presos” (SILVA, 2007, p. 157).

Seis meses após a prisão, “os dois outros integrantes da AP-Nacional fugiram e buscaram refúgio em outros lugares de atuação da AP” (SILVA, 2007, p. 156). Em entrevista concedida ao jornal Gazeta de Alagoas, em 9 de junho de 1996, “José Correia confirma que a fuga de Aldo Arantes e Gilberto Teixeira foi tramada por ele, seu irmão Josué e José Novaes, juntamente com o médico José Rocha e integrantes da AP/Maceió” (SILVA, 2007, p. 157).

Segundo Aldo Arantes, “mesmo sendo uma fuga articulada por lideranças do movimento, ela só foi possível, pela fragilidade da cela, o sono do polícia, a final do campeonato alagoano de futebol (CSA x CRB)<sup>71</sup>, que

---

<sup>69</sup> Conhecido na AP como Roberto, mas na realidade se chamava Aldo Arantes. Após a abertura democrática exerceu o mandato de deputado federal por quatro vezes. Foi constituinte em 1988.

<sup>70</sup> Nome verdadeiro Gilberto Teixeira.

<sup>71</sup> Centro Esportivo Alagoano e Clube de Regatas Brasil.



levou policiais para o jogo e a hesitação do policial na hora de atirar nos fugitivos” (SILVA, 2007, p. 159).

Após a fuga dos apistas, “o Exército ocupou Parinconhas e criou a imagem fantástica de uma guerrilha perigosa, para segurança nacional. Qualquer mobilização política passou a ser considerada ameaça ao regime” (SILVA, 2007, p. 159).

### **2.6.3 Epílogo da AP**

No início da década de 1970 a AP se transformou em Ação Popular Marxista Leninista (AP-ML). Entre 1973 e 1974 sofreram severamente com as ações repressivas do Destacamento de Operações Internas – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI),<sup>72</sup> que mataram lideranças importantes como Honestino Guimarães, ex-presidente da UNE. O atual senador por São Paulo, José Serra (PSDB), também teve uma breve participação na AP antes do seu exílio no Chile.

Sem condições de sobreviver a esta realidade, a maioria dos apistas marxista-leninistas em 1973 decidiram se incorporar “ao PCdoB, porém uma pequena minoria continuou na AP-ML, [...] até a incorporação final ao Partido dos Trabalhadores em 1980” (SÁ, 2015, p. 226).

### **2.7 Partido Comunista do Brasil (PCdoB)**

Outro representante das chamadas esquerdas revolucionárias criado antes da ALN foi o PCdoB. Apesar de sua única ação revolucionária ter ocorrido durante os anos de existência da organização de Marighella, elas nunca mantiveram laços de cooperações. Em 1967, o PCdoB sofreu duas cisões: O PCR (Partido Comunista Revolucionário) e a Ala vermelha do

---

<sup>72</sup> O Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) foi um órgão subordinado ao Exército de Inteligência e Repressão do Governo brasileiro, inaugurado após o golpe civil-militar de 1964. Ele funcionava num prédio no interior do Batalhão da Polícia do Exército, era considerado o principal centro de torturas do Rio na época da ditadura militar.

PCdoB. Em 1968, a ALA sofreu duas cisões, a Ala Vermelha e o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT),<sup>73</sup> que veio a ser um fiel escudeiro nas ações da ALN.

### **2.7.1 Guerrilha do Araguaia**

Ao falarmos do PCdoB é impossível não fazer referência à Guerrilha do Araguaia, um episódio da história do Brasil em que a organização foi protagonista.

Este fato histórico, durante muitos anos ficou no anonimato como se o governo brasileiro quisesse jogar uma pedra sob seus vestígios, como destacam os jornalistas Taís Morais e Eumano Silva:

O governo militar fez todo o esforço possível para apagar a Guerrilha do Araguaia da História. O Brasil, sob uma ditadura militar, vivia o período do “milagre econômico”, mas mantinha-se dependente do capital externo. Qualquer informação sobre um movimento armado na Amazônia tornaria a economia nacional ainda mais frágil (MORAIS; SILVA, 2005, p. 36).

Também segundo Gorender:

A guerrilha do Araguaia foi abafada e escondida como vício nefasto. Devia ser eliminada, porém de tal maneira que não suscitasse imitadores. Desde que o problema se apresentou, o governo Médici decidiu ocultá-lo na treva cósmica. Em consequência, foi como se a guerrilha não existisse para o povo brasileiro. Em quase todo país as massas ignoraram o conflito armado no sul do Pará. No Congresso, ninguém falou nela. Parecia ocorrer em Marte ou Júpiter (GORENDER, 1999, p. 233).

Devemos, porém, considerar que o silêncio a respeito da guerrilha do Araguaia não partiu apenas do governo militar. O PCdoB, ao longo dos

---

<sup>73</sup> Movimento fundado como o mesmo nome do Movimento Revolucionário Tiradentes das Ligas Camponesas em 1961. Uma homenagem ao movimento de 1961.

anos que sucederam o movimento, também optou em não aprofundar as questões sobre o tema, segundo Corrêa:

Há ainda os esquecimentos intencionais do próprio partido, o PCdoB, que quase 40 anos depois do episódio, ainda não abriu seus arquivos, e sequer reuniu os sobreviventes para que, de forma organizada e estruturada, possam registrar suas lembranças em depoimentos orais. Eles, os sobreviventes, já foram 20 indivíduos; restam 12 na presente data. Há, por fim, os próprios esquecimentos desses protagonistas, que, ao invés de reviverem os traumas do passado, muitos deles recorreram à amnésia, motivada pelo grande trauma psicológico da opressão que viveram na guerrilha (CORREA, 2013, p. 448).

De acordo com Zarattini, o PCdoB foi criado em 1962 “em função de uma luta interna que se desenvolve pela denúncia do chamado ‘culto ao personalismo’ no XX Congresso do PCUS o chamado núcleo conservador do partido se organiza sob a histórica denominação, Partido Comunista do Brasil” (ROIO, 2006, p. 324). Segundo Moraes e Silva,

Aos poucos o partido foi se deslocando da órbita da URSS e se aproximando da China defendendo então a fórmula maoísta de revolução. Entre os anos de 1966 e 1972, assentou alguns dos seus quadros no sul do Pará. De 1972 e 1974, instalou a guerrilha em uma área de 7.000 km<sup>2</sup>, na margem esquerda do rio Araguaia, aos guerrilheiros comunistas somaram-se alguns camponeses chegando o número de combatentes a 70 pessoas (MORAIS; SILVA, 2005, p. 36).

Nesta perspectiva, “podemos ver então uma nítida diferença com a ALN, que sempre esteve alinhada e recebeu apoio dos cubanos” (MIR, 1994, p. 317). No universo das organizações revolucionárias brasileiras, o PCdoB foi o único que chegou a esse estágio de planejamento de guerrilha rural, para isso foi importantíssimo o apoio recebido da China e da Albânia, onde seus integrantes puderam receber treinamentos específicos fundamentais para estas ações. Mesmo que a guerrilha propriamente dita nunca tenha ocorrido (MORAIS; SILVA, 2005).

Dentro deste aspecto, o PCdoB acreditava no apoio imediato e volumoso da população camponesa, visto que

A resolução de 1969, aposta no engajamento imediato da população ao projeto revolucionário. Aos brasileiros não resta alternativa: ergue-se de armas nas mãos contra militares retrógrados e os imperialistas ianques ou viver submisso aos reacionários do país e aos espoliadores estrangeiros (MORAIS; SILVA, 2005, p. 36).

Diferentemente da ALN, o projeto revolucionário do PCdoB desde o início estava apontado para a guerrilha rural. Deste modo, direcionou seus quadros para esta forma de luta armada, visto que “alguns fatores favoreceram este resultado. O PCdoB se afastou da luta armada nas cidades. Resolveu problemas logísticos sem precisar de ações expropriatórias e foi poupado dos efeitos desgastantes que elas provocaram” (GORENDER, 1999, p. 233).

Segundo Morais e Silva,

[...] após duas ofensivas em que os guerrilheiros conseguiram sobreviver, fato comemorado pelo PC do B como uma vitória, o Exército deu início à terceira campanha, em que mudou de tática usando elementos infiltrados na população e se utilizando de uma tropa de soldados muito maior, cerca de três mil (MORAIS; SILVA, 2005, p. 36).

Desta forma, o exército estruturou uma grande ofensiva que dizimou cruelmente os prisioneiros com raro grau de sadismo, onde se destacou o Major Curió.<sup>74</sup> Segundo Morais e Silva,

---

<sup>74</sup> Sebastião Rodrigues de Moura conhecido como Major Curió é um militar e político integrante das forças do exército que combateram na Guerrilha do Araguaia. Ainda no mês de maio de 2020 foi recebido, na sede da Presidência da República.

Em janeiro de 1974, a guerrilha estava derrotada, sem ter conseguido a esperada adesão popular volumosa à causa revolucionária, muito pelo contrário, alguns nativos até ajudaram o Exército na caçada aos guerrilheiros. Apesar de existirem várias versões, estimam-se 76 combatentes mortos e mais dezesseis simpatizantes, o que totalizaria 92 pessoas mortas (MORAIS; SILVA, 2005, p. 37).

### Segundo Gorender:

Na terceira campanha, a orientação aplicada pelas Forças Armadas era para matar. Inclusive indefesos prisioneiros. Cadáveres de guerrilheiros foram desenterrados, amontoados e incinerados em grandes fogueiras, o Exército brasileiro deu continuidade à tradição genocida da guerra do Paraguai e da campanha de Canudos (GORENDER, 1999, p. 239).

Por outro lado, Correa defende que o PCdoB, nesta fase da Guerrilha do Araguaia, abandonou seus guerrilheiros comunistas à própria sorte. Deixando-os totalmente isolados na imensidão da floresta amazônica:

O problema é que quando os militares chegaram, faltou uma ponte para que o lírico se transmutasse em épico. O partido cortou repentinamente as linhas de abastecimento. De repente, sem aviso prévio, não havia mais qualquer fluxo de armas, munição, remédios, alimentos, dinheiro. O partido cortou até mesmo a comunicação. As cartas iam do Araguaia para São Paulo. Mas a via inversa foi interrompida. Morreram quase todos. Principalmente porque estavam doentes e com fome (CORREA, 2013, p. 619).

Esta decisão de eliminar todos os presos no Araguaia, segundo o jornalista Élio Gaspari, teve raízes no comando militar do governo, pois um mês antes de sua posse, o General Ernesto Geisel<sup>75</sup> chamou seu futuro

---

<sup>75</sup> Ernesto Geisel (1907/1996), 29<sup>a</sup> do Brasil 1974 à 1979, exerceu também as funções de Presidente da Petrobrás (1969-1973) e Ministro Do Supremo Tribunal Militar (1967-1969).

Ministro do Exército, o General Dale Coutinho<sup>76</sup> para uma conversa. Gaspari, em sua obra, a Ditadura Derrotada, reproduz o seguinte diálogo entre os generais:

(Geisel Ah, o negócio melhorou muito. Agora, melhorou, aqui entre nós, foi quando nós começamos a matar. Começamos a matar-afirma Coutinho. Porque antes você prendia o sujeito e ele ia lá para fora [...] ô Coutinho, esse negócio de matar é uma barbaridade, mas eu acho que tem que matar, respondeu Geisel) (GASPARI, 2003, p. 314 apud MORAIS; SILVA, 2005, p. 492).

Quando concordou com o método de eliminação dos militantes de esquerda sugerido pelo general Dale Coutinho, o futuro presidente autorizou a linha dura a continuar o massacre (MORAIS; SILVA, 2005). Por outro lado, diante desta falta de evidência nas referências documentais sobre o início efetivo da guerrilha do Araguaia, acredito que a nomenclatura mais adequada a este movimento seria de “massacre do Araguaia”.

As referências documentais indicam que o comando do governo militar foi o principal responsável pela morte dos militantes do Araguaia. Porém, como alerta Correa, não devemos deixar de considerar o isolamento que o PCdoB impôs aos seus militantes.

### **2.7.2 Chacina da Lapa**

O combate do governo ao PCdoB, ainda teria um capítulo atroz, com a chamada Chacina da Lapa, onde três integrantes do comando do partido foram assassinados e cinco foram presos e barbaramente torturados. Segundo a versão de Pomar,

A operação da Lapa contradiz o mito criado pelo Presidente General Ernesto Geisel sobre o fim dos abusos de violência repressiva após a destituição do

---

<sup>76</sup> Vicente Dale Coutinho (1910-1974), Ministro do Exército de março de 1974 a maio de 1974.

General D Ávila do comando do II Exército provocado pelos assassinatos do jornalista Herzog (1975) e o operário Fiel Filho (1976), pois o massacre da Lapa ocorreu depois destes episódios previamente articulado e nivelado com a Presidência da República (POMAR, 1987, p. 20).

A versão de que a Chacina da Lapa<sup>77</sup> foi planejada com antecedência é confirmada por Gorender: “A colaboração de Jover Telles<sup>78</sup> com o Exército, estabelecida ao que tudo indica pouco antes, deu a reunião um final de catástrofe, que tomou o nome Chacina da Lapa” (GORENDER, 1999, p. 241).

## **2.8 Movimento Nacional Revolucionário (MNR)**

Em 1966, portanto dois anos antes da fundação da ALN, o Líder político Leonel Brizola articulou a criação do Movimento Nacional Revolucionário (MNR). O MNR “representava a esquerda nacionalista não comunista que vinha do PTB e do PSB” (DA-RIN, 2007, p. 150).

Em sua formação o MNR recebeu “colaboração da AP, do Betinho e do Aldo Arantes, os católicos de esquerda” (DA-RIN, 2007, p. 150). Arantes, como vimos anteriormente foi um dos organizadores de uma tentativa de resistência armada à ditadura militar na cidade alagoana de Pariconhas. Por outro lado, o militante da ALN, Carlos Zarantini, defende que em sua formação o MNR, também recebeu influências do POR e da POLOP.

Além da participação destes grupos de esquerda, a história do MNR está diretamente ligada às articulações brizolistas, com militares descontentes com o golpe civil-militar de 1964. E que haviam sido expulsos das Forças Armadas, pelos Atos Institucionais (ROIO, 2006).

---

<sup>77</sup> Ocorreu no dia 16 de dezembro de 1976, na cidade de São Paulo.

<sup>78</sup> Membro do PCdoB, ex-militante do PCB.

### 2.8.1 Guerrilha de Caparaó

A ação de maior repercussão do MNR foi à montagem da guerrilha de Caparaó. Este movimento foi uma tentativa de insurgência armada contra o regime militar brasileiro feita por militares cassados. Inspirados na guerrilha de Sierra Maestra,<sup>79</sup> teve lugar na Serra do Caparaó, divisa entre os estados do Espírito Santo e Minas Gerais, no período de 1966-1967.

O movimento contou com o apoio de Cuba, conseguido por Leonel Brizola. O ex-governador do Rio Grande do Sul, no ano de 1966 havia sido indicado por Fidel Castro como o grande líder que comandaria a revolução no Brasil esta posição posteriormente seria ocupada por Carlos Marighella (MIR, 1994).

Vale lembrar que o político gaúcho, sempre esboçou esta tendência revolucionária, podemos lembrar o famoso Grupo dos 11,<sup>80</sup> criado por ele antes mesmo do golpe civil-militar de 1964. O historiador Luís Mir defende a ideia de que Brizola recebeu recursos financeiros provenientes de Havana para montar a revolução no Brasil, pois

A quantia exata do auxílio cubano ao projeto brizolista foi de 1,2 milhões de dólares [...] foram destinados 300 mil para uma coluna operacional e militar, a cargo do coronel Dagoberto Rodrigues, 300 mil para Darcy Ribeiro montar um esquema político-diplomático e infraestrutura política dentro e fora do Brasil; o restante para compra de armas e fundos de provisão (MIR, 1994, p. 167).

No entanto, Caparaó foi desmontado pelo serviço de inteligência da Polícia Militar de Minas Gerais em abril de 1967 sem nunca ter começado a funcionar, repetindo o fracasso dos campos de treinamento das Ligas

---

<sup>79</sup> Essa cadeia de montanhas foi centro ativo de operações e acampamentos dos rebeldes em três guerras de independência contra a Espanha no século XIX e uma guerra revolucionária comandada por Fidel Castro contra o ditador Fulgencio Batista.

<sup>80</sup> Grupo nacionalista de esquerda que apoiava as reformas de base, comandado por Leonel Brizola.



Camponesas/MRT. Segundo as referências documentais, praticamente não houve troca de tiros. Os guerrilheiros, cerca de vinte homens esgotados e famintos – alguns debilitados pela peste bubônica – foram presos no próprio sítio onde se abrigavam ou nas cidades vizinhas. Moradores da região também foram detidos para investigação (COSTA, 2007).

Segundo Tavares, Brizola se dissociou do MNR, muito antes do fim da organização, desta forma, como na “Guerrilha do Araguaia”, as referências documentais indicam mais um abandono dos militantes de esquerda, por parte dos comandantes:

Já antes da queda de Caparaó, [...] nós não recebíamos mais apoio de Cuba e de Montevidéu. Tínhamos que resolver nossos problemas com a nossa metodologia; conseguimos dinheiro aqui. Mas eu não desconfiava de que o Brizola já estava refluindo. Até que recebi um emissário do Brizola, o Cíbilis Viana<sup>81</sup>, que me disse, “Olha o Brizola mandou vender o barco”. Nós tínhamos um barco ali no Tocantins. Eu disse: Mas que é isso, não podemos! Tínhamos muita gente na operação, muita gente que vivia só daquilo, tinha deixado tudo para viver daquilo. O Brizola já estava refluindo (DA-RIN, 2007, p. 153).

---

<sup>81</sup> Cíbilis assessorou Brizola nos governos do Rio Grande do Sul (1959-1963) e do Rio de Janeiro (1983-1987 e 1991-1994). O assessor formulou o programa de reforma agrária que Brizola aplicou no Rio Grande do Sul e auxiliou Brizola durante a Campanha da Legalidade promovida em 1961.

## **Carlos Marighella e a Ação Libertadora Nacional**

Como vimos no primeiro capítulo, já existiam teses revolucionárias nos programas de algumas organizações de esquerda que antecederam a ALN. Portanto, elas não foram difundidas apenas a partir do golpe civil-militar de 1964. Em alguns momentos estas teses geraram ações efetivas no caminho da luta armada. Podemos citar o Levante Comunista do PCB, ocorrido em 1935 que atingiu Pernambuco, Rio Grande do Norte e Rio de Janeiro, como o maior expoente destas ações antes do advento da ALN.

A efetivação do golpe potencializou as ações destas organizações. Na medida em que foi implantada no Brasil uma ditadura militar, a luta pelo restabelecimento das liberdades democráticas passou a ser uma das narrativas utilizadas por estas organizações armadas. No entanto, é a partir do terço final da década de 1960 que a luta armada no Brasil tomou uma maior abrangência.

Nas cidades várias organizações promoveram diversas ações armadas, como o VPR (Vanguarda popular revolucionária), VAR-Palmares (Vanguarda Armada revolucionária Palmares), COLINA (Comando de Libertação Nacional), MRT (Movimento Revolucionário Tiradentes), MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de outubro), PCR (Partido Comunista Revolucionário), PCBR (Partido Comunista revolucionário Brasileiro) e a ALN.

Dentre as diversas organizações que pregavam a luta armada, a ALN se destacou. Primeiramente pela sua amplitude dentro dos movimentos das esquerdas revolucionárias, pois foi a organização que mais arregimentou militantes. Também por ter tido o maior tempo de atuação na luta

armada (1968 a 1973). De acordo com Sales “normalmente, afirma-se que foi a maior das organizações da esquerda armada” (SALES, 2008, p. 212). Para Mir, “a partir da ALN é que se daria a explosão de luta armada no Brasil” (MIR, 1994, p. 281).

Outro aspecto é o fato dela ter sido arquitetada por uma personagem que participou diretamente em importantes processos políticos nacionais do século XX. Segundo Ridenti, “Marighella encarnou como ninguém o drama da história contemporânea do Brasil, de uma perspectiva dos vencidos” (RIDENTI, 1999, p. 14).

### **3.1 Processo de construção da ALN**

O surgimento da Ação Libertadora Nacional esteve relacionado com a aproximação de Carlos Marighella no caminho da luta armada. Contudo, esta opção de Marighella estava alicerçada no debate político da época, de forma alguma foi uma decisão pessoal e meramente interpretativa.

#### **3.1.1 Projeto Revolucionário das Esquerdas**

Reis (2012) já analisou que nas esquerdas do Brasil e do mundo, da década de 60 havia uma certeza e até mesmo uma “crença” que a revolução socialista seria vitoriosa. Intelectuais lastreavam esta convicção, onde a Revolução Cubana era o exemplo a ser seguido.

O professor Daniel Aarão Reis defende que a inserção na luta armada foi bastante influenciada pela ideia do impasse catastrófico, que em sua tese de doutorado ele chama de “Utopia do Impasse”. Esta ideia circulava em grande parte da esquerda brasileira, na década de 1960.

Os que defendiam esta ideia acreditavam que se Brasil não empreendesse um programa de distribuição de terra e renda e se não fortalecesse o mercado interno, entraria em um impasse que teria como resultado a ditadura militar de direita.

Portanto, segundo esta corrente de pensamento, o governo ditatorial não havia se instalado no Brasil por acaso: ele tinha sido a única resposta histórica que o capitalismo pode dar às demandas populares, que estavam alicerçadas pelo projeto das reformas de base. Essa ideia, segundo Reis, não era compartilhada apenas por jovens estudantes, ela era defendida por grandes teóricos estudiosos do Brasil como Celso Furtado,<sup>1</sup> Caio Prado Júnior<sup>2</sup> e Otávio Ianni.<sup>3</sup>

Daniel Aarão defende que esta ideia transcendia o Brasil, pois ela circulava entre os intelectuais revolucionários da América Latina, inspirados pela Revolução Cubana, a ideia era de que a América Latina e o Brasil estavam num impasse: ou empreendiam um processo reformista dentro dos marcos do capitalismo ou viria um conjunto de ditaduras que teriam como única resposta às demandas populares, a repressão.

De acordo com Reis, a ideia do impasse já vinha amadurecendo desde antes de 1964, no Brasil. E para alguns segmentos da esquerda, que acreditavam nela, a ocorrência do golpe civil-militar de 1964 confirmou a sua veracidade. Nesse sentido, a luta armada se colocava como um caminho inevitável. Pois a ditadura só teria a oferecer às classes populares uma perspectiva de repressão, portanto, não dariam liberdade para questionamento e organização.

Reis, em depoimento a Da-Rin, também pondera que o projeto de luta armada, na década de 1960, foi produto de uma articulação internacional que se fundava em análises da história da formação nacional na

---

<sup>1</sup> Celso Furtado (1920-2004) foi um economista brasileiro e um dos mais destacados intelectuais do país ao longo do século XX. Suas ideias sobre o desenvolvimento econômico e o subdesenvolvimento enfatizavam o papel do Estado na economia.

<sup>2</sup> Caio da Silva Prado Júnior (1907-1990) um historiador, geógrafo, escritor, filósofo, político e editor brasileiro. As suas obras inauguraram, no país, uma tradição historiográfica identificada com o marxismo, buscando uma explicação diferenciada da sociedade colonial brasileira.

<sup>3</sup> Otávio Ianni (1926-2004) foi um sociólogo e professor brasileiro. Devotado à compreensão das diferenças sociais, das injustiças a elas associadas e dos meios de superá-las.

América Latina, da África e da Ásia. Havia um conjunto de referências internacionais, que apontavam nesse sentido, visto que,

Durante décadas, muitos segmentos de esquerda em todo mundo tiveram convicção profunda de que a história caminhava a seu favor. Quer dizer, havia a sensação, a convicção – que muitos achavam científica – de que o mundo marchava para o socialismo. E havia vitórias que confirmavam isso: a vitória da Revolução Cubana em 59; a vitória da Revolução Argelina<sup>4</sup>, em 62 (DA-RIN, 2007, p. 293).

Nesta linha, segundo Daniel Aarão Reis, um imperativo moral balizou a luta armada, pois ela não foi fruto de uma avaliação criteriosa das relações de poder. Teria que ser realizada por ser justa, se houvesse derrota, ela ficaria como referência na história. Segundo Reis, esta forma de agir teve raízes na Revolução Cubana. E contribuiu para que as organizações iniciassem a luta armada sem estarem estruturadas para o confronto.<sup>5</sup>

Sobre estas questões, o filósofo existencialista<sup>6</sup>Jean Paul Sartre externou em suas obras uma preocupação com as injustiças sociais, ele chegou a viajar a alguns países como Brasil e Cuba. E ao longo de sua vida também defendeu o projeto revolucionário das esquerdas (SARTRE, 1987).

No ano de 1964, Sartre redigiu uma carta recusando o prêmio Nobel de Literatura. Nesta carta, o filósofo repudiava a sistemática de exploração capitalista: “Entendo a liberdade de uma forma mais concreta, que consiste no direito de ter mais de um par de sapatos e de comer pão menos duro”.<sup>7</sup>

---

<sup>4</sup> A Guerra de Independência Argelina, também conhecida como Revolução Argelina ou Guerra da Argélia, foi um movimento de libertação nacional da Argélia do domínio francês, que tomou curso entre 1954 e 1962.

<sup>5</sup> Daniel Aarão Reis em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Recife, Pernambuco, 14 de junho de 2019.

<sup>6</sup> Termo aplicado a uma escola de filósofos dos séculos XIX e XX que partilhavam a ideia que o pensamento filosófico começa com o sujeito humano. As suas ações, sentimentos e a vivência de um ser.

<sup>7</sup> Trecho da carta que o filósofo Sartre entregou recusando o prêmio Nobel de literatura em 22 de outubro de 1964.

A filosofia de Sartre tem como um dos parâmetros a afirmação que o sentido da vida é a ação. No bojo deste voluntarismo, existe a concepção de que o militante tem a ideia e deve realizá-la. Desta forma, Sartre se transformou em um marxista engajado e militante. A teoria existencialista, defendida por Sartre, vincula a existência humana a uma causa social (SARTRE, 1987).

Não temos indícios, portanto não podemos afirmar que Marighella e os militantes da ALN leram e/ou foram influenciados pelas obras de Sartre. O que estou dizendo é que o projeto revolucionário das esquerdas na década de 60 tinha no voluntarismo um dos seus pilares. E o filósofo Sartre por diversas vezes externou esta posição. Para Sartre, os projetos de vida é que dão sentido a existência humana.

Em agosto de 1960, Sartre fez uma viagem para o Brasil. Esta viagem durou até dezembro do mesmo ano. Nas palestras que proferiu juntamente com Simone de Beauvoir,<sup>8</sup> o filósofo enalteceu os feitos da Revolução Cubana que tinha no voluntarismo, uma característica importante foram quatro meses de viagem que fizeram a cabeça de muita gente (MORAES, 2011). “Na despedida, a voz metálica do filósofo dispara a favor de Cuba: É preciso que os cubanos triunfem, ou perdemos tudo, até a esperança” (MORAES, 2011, p. 31).

O filósofo Jules Régis Debray<sup>9</sup> teve participação decisiva na divulgação deste projeto revolucionário das esquerdas, na América Latina. Oriundo de uma família burguesa doutorou-se na Escola Superior Normal

---

<sup>8</sup> Simone Lucie-Ernestine-Marie Bertrand de Beauvoir, (1908 –1986), foi uma escritora, intelectual, filósofa existencialista, ativista política, feminista e teórica social francesa. De Beauvoir teve uma influência significativa tanto no existencialismo feminista quanto na teoria feminista.

<sup>9</sup> Jules Régis Debray (Paris, 2 de setembro de 1940) é um filósofo, jornalista, escritor e professor francês. Em 1968, a repercussão de seu livro “Revolução na Revolução” na juventude brasileira acabou resultando no engajamento na luta armada contra a ditadura militar por parte de alguns jovens. Debray desenvolveu uma teoria revolucionária denominada de foquismo.

de Paris. Seguidor do marxista Louis Althusser.<sup>10</sup> Amigo de Fidel Castro e de Ernesto Che Guevara,<sup>11</sup> nos anos 1960 acompanhou Che na guerrilha, especialmente na Bolívia, onde foi preso em 1967.

Neste mesmo ano escreveu o livro, “A revolução na Revolução” houve repercussão desta obra em setores da juventude brasileira. O livro acabou servindo de parâmetro para o engajamento de alguns estudantes na luta armada em países da América Latina entre eles o Brasil.

No Capítulo I apresentamos alguns trechos da trajetória de Carlos Marighella no PCB. Vimos sua atuação entre as décadas de 1930 até 1964. Após o golpe civil-militar de 1964, ele externou um descontentamento com os rumos que o partido havia seguido durante o governo do presidente João Goulart. Este processo de descontentamento teria tido início em 1961, porém só efetivamente externado na divulgação do texto “Esquema para Discussão”.

Ao analisarmos a bibliografia sobre Marighella percebemos que a linha adotada pelo militante durante as décadas de 30, 40 e 50 foi em concordância com as resoluções do PCB. Durante a década de 60 a cúpula do PCB não defendeu a luta armada, esta posição já era majoritária no partido há muitos anos. No entanto, mesmo com este histórico de obediência às decisões da direção do partido, ele decidiu seguir um projeto revolucionário.

Na narrativa de Marighella, o PCB e a sua política de conciliação com a burguesia nacional não teriam condições de promover as mudanças

---

<sup>10</sup> Louis Althusser (Bir Mourad Raïs, Argélia, 16 de outubro de 1918 – Paris, 22 de outubro de 1990) foi um filósofo do Marxismo Estrutural de origem Francesa nascido na Argélia.

<sup>11</sup> Ernesto Guevara, mais conhecido como "Che" Guevara (Rosário, 14 de junho de 1928 – La Higuera, 9 de outubro de 1967) foi um revolucionário marxista, médico, autor, guerrilheiro, diplomata e teórico militar argentino. Uma figura importante da Revolução Cubana, seu rosto estilizado tornou-se um símbolo contracultural de rebeldia e insígnia global na cultura popular.

sociais, que ele imaginava serem necessárias para melhoria das condições de vida no Brasil.

No entanto, este processo, como veremos a seguir, ocorreu de forma gradual, na medida em que ele, juntamente com o agrupamento comunista de São Paulo,<sup>12</sup> foi construindo as bases do projeto revolucionário da ALN.

Vale destacar que é perceptível que as críticas expressas no documento “Esquema para Discussão” evidenciam a existência de um projeto revolucionário dentro de alguns segmentos do PCB, nos momentos anteriores ao golpe civil-militar de 1964.

### **3.1.2 Porque Resisti à Prisão**

Em 1965, é publicado o Livro “Porque Resisti à Prisão”, Carlos Marighella descreve sua prisão em maio de 1964, dentro de um cinema no Rio de Janeiro. Nesta obra, o autor começa a cogitar, embora de forma incipiente, a opção de luta armada como instrumento de combate à ditadura. Como destaca Sales:

Sobre os caminhos da luta política, Marighella ainda não assume a via armada como único modo possível para a revolução. Para ele a solução dos problemas brasileiros por uma via pacífica se distanciou enormemente da realidade, ainda assim insiste que se trata de uma luta revolucionária de massa. De qualquer forma, o líder revolucionário entrevê a possibilidade de outras formas de atuação, inclusive o aparecimento de guerrilhas (SALES, 2008, p. 203).

Gorender, ao analisar o livro “Porque Resisti à Prisão”, também identifica sinais de que Marighella começara a partir desta obra, a valorizar o caminho armado, embora, ainda de forma tangencial:

---

<sup>12</sup> Grupo de militantes dissidentes do PCB, ligados a Marighella.



Já os dois últimos capítulos se desfazem do tom cauteloso e as proposições críticas se aguçam. O texto põe em descrédito a possibilidade do caminho pacífico e condena as ilusões no potencial revolucionário da burguesia nacional. O autor salienta o erro da subestimação do aliado camponês, destaca a lição de Cuba e afirma que a luta revolucionária no Brasil poderá levar ao aparecimento de guerrilhas (GORENDER, 1999, p. 106)

Rolleberg considera que este livro é um marco na história política do revolucionário, pois representou um distanciamento de caminhos entre o militante e o PCB:

A resistência tinha muito a dizer aos comunistas, e não só aos militares. Assim, a dupla resposta da polícia política, recebeu um tiro no peito; do partido, críticas severas ao livro que publicou, em 1965, que, mais do que relatar o episódio, o justifica condenando a passividade do partido (ROLLEMBERG, 2009, p. 78).

O descrédito nas instituições democráticas fica evidente quando comparamos alguns trechos de um documento escrito por Marighella em 1945, com os seus textos após o golpe civil-militar de 1964. No documento, o então militante do PCB afirmava:

O sufrágio direto, secreto e universal e o Parlamento democrático são os fundamentos da ordem democrática que nasce e na qual prevalecerá soberana a vontade dos povos; os golpes armados, a desordem, a violência não ajudará a marcha da democracia para frente (MARIGHELLA, 1945 apud NOVA; NÓVOA, 1999, p. 551-553).

Esta guinada política de Carlos Marighella é interpretada da seguinte maneira por Ridenti:

Seria equivocado imaginar que se pode compreender as ações e os pensamentos de um sujeito político fora do contexto histórico que as gerou. Em 1945,

após o fim do Estado Novo, fiel à política do Partido Comunista, Marighella entendia que era preciso ajudar pacificamente a democracia quando ela ia à marcha ascendente no mundo. Ora instaurada a ditadura, depois do golpe civil-militar de 1964, **Marighella seria o primeiro a pegar**<sup>13</sup> em armas na resistência (RIDENTI, 1999, p. 14. Grifo meu).

A despeito destas observações de Ridenti, acredito que condicionar a opção armada de Marighella apenas a falta de liberdades democráticas após o golpe civil-militar de 64 seria estabelecer uma relação muito superficial de causa e efeito. Entendo que o momento político mundial favoreceu o surgimento destes projetos revolucionários. E a defesa destes projetos balizou as narrativas, naquele momento de criação da ALN.

### **3.1.3 A Crise Brasileira**

Em 1966, Marighella redigiu o texto “A Crise Brasileira: ensaios políticos”, nele o autor aprofunda as questões sobre a luta armada, lançadas, como vimos anteriormente, de maneira incipiente em “Porque resisti à Prisão”. Segundo Marighella:

Os fatos indicam que o proletariado em face do tremendo impacto da abrilada, não tem outro recurso senão adotar uma estratégia revolucionária que leva à derrubada da ditadura. Trata-se da revolução, da preparação da Insurreição armada popular. Trata-se do caminho não pacífico, violento, até mesmo da guerra civil. Sem o recurso da luta armada a ditadura será institucionalizada por um período menor ou maior de duração (MARIGHELLA, 1966, p. 19-20 apud NOVA; NÓVOA, 1999, p. 123).

Esta opção de Marighella em previamente contar com a participação dos trabalhadores sugere que o projeto da ALN foi construído sem

---

<sup>13</sup> O sociólogo está afirmando que Marighella foi o primeiro do agrupamento comunista de São Paulo a aderir à luta armada. No entanto, sabemos que após o golpe de 64, outros militantes de esquerda já haviam se estruturado para guerrilha armada, como os integrantes do MNR.

uma base de apoio na população. Nota-se neste texto, que ele demonstra contar com a participação do proletariado no projeto de luta armada, sem apresentar indícios de uma adesão consistente da classe operária.

Porém, as concepções de Marighella naquele momento, ainda não representavam a estratégia de luta que viria a ser adotada pela ALN, como destaca Sales:

Esse caminho, chamado pelo revolucionário de “não pacífico”, de “violento”, aparece na prática, como proposta de luta guerrilheira que vem, entretanto, acompanhada de uma série de ressalvas, o que a distância ainda das propostas da ALN. Em primeiro lugar, a guerrilha é apontada como uma das formas de luta de resistência de massas e como uma forma de luta complementar, que em si mesma não define a vitória final. Uma segunda característica é que ela não é inerente às cidades, não é uma forma de luta apropriada às áreas urbanas, e, mais do que isso, ela é pensada como resultado de um profundo enraizamento junto ao campesinato (SALES, 2008, p. 205).

Naquele momento, Marighella entendia que a guerrilha sozinha não seria capaz de desencadear a revolução, segundo ele “[...] ninguém espera que a guerrilha seja o sinal para o levante popular ou para a súbita proliferação de focos insurrecionais” (MARIGHELLA, 1966, p. 59 apud NOVA; NÓVOA, 1999, p. 125). Gorender também entende que a luta de guerrilha proposta por Marighella em “A crise Brasileira” ainda não atingiu a importância que viria a ter durante a existência da ALN, dado que

O que há de mais novo em A Crise Brasileira é um esboço de proposta de luta de guerrilhas acopladas ao movimento camponês. Contudo, a guerrilha rural é declarada segunda frente, forma de luta complementar destinada a viabilizar a luta nas cidades. Questão fundamental da tática e não área estratégica. Nas cidades, a guerrilha é considerada taxativamente inviável (GORENDER, 1999, p. 106).

### 3.1.4 Saída de Marighella do PCB

Depois de tornar público posicionamentos antagônicos em relação ao PCB, a situação de Marighella, no interior da direção do Partido, ficou insustentável. Diante desta situação ele deixou a executiva da legenda em dezembro de 1966 (NOVA; NÓVOA, 1999). Desta forma, ele redigiu um texto para direção do partido ratificando sua opinião contrária a política reformista do PCB, visto que

Solicitando demissão da atual executiva, desejo tornar público que minha disposição é lutar revolucionariamente juntos com as massas e jamais ficar à espera das regras do jogo político burocrático e convencional que impera na liderança, aos revolucionários no Brasil não se podem propor outra coisa senão a tomada do poder, juntamente com as massas. Não devemos lutar para entregar o poder à burguesia (MARIGHELLA, 1966 apud NOVA; NÓVOA, 1999, p. 126).

A saída de Marighella do PCB estava praticamente encaminhada, segundo alguns historiadores ele só se manteve no PCB “porque sabia ter o apoio dos militantes em São Paulo e que, em razão disso poderia conseguir valer suas teses no VI Congresso da legenda” (NOVA; NÓVOA, 1999, p. 127).

Em junho de 1967, o PCB lança as Teses que seriam discutidas em dezembro, no VI Congresso do Partido, nelas o Comando Central defendia uma frente ampla política pelas liberdades democráticas. Contudo, Marighella rechaçou este documento, pois “[...] afirmava que o objetivo dos revolucionários deveria ser maior, substituir o governo ditatorial por um que assegure a independência do país e isso só seria possível pela via armada e com a unidade das forças populares” (SALES, 2008, p. 206).

Antes mesmo do VI Congresso, Luís Carlos Prestes lançou um documento chamado “As Teses para discussão”, que combatia as ideias

revolucionárias de Marighella. Este contrapôs estas Teses com o texto “Críticas às Teses do Comitê Central”, radicalizando ainda mais seu discurso. Após estes confrontos, Prestes fez algumas reformas dentro do PCB, para garantir a vitória de suas Teses, durante a realização do VI Congresso (NOVA; NÓVOA, 1999).

Reis aponta que existia uma diferença marcante entre as características de atuação política entre Carlos Marighella e Luís Carlos Prestes. Para o historiador,

Prestes era a personificação do ortodoxo comunista, da austeridade, da burocracia soviética, e dos trâmites do partido. Já Marighella, embora sendo homem de partido, possuía um viés próprio, heterodoxo, portanto seu caminho adotado pós 1964, não foi em vão.<sup>14</sup>

Porém, mesmo com agravamento das divergências políticas, Prestes sempre “admirava e respeitava Marighella como um revolucionário honesto”.<sup>15</sup>

O último capítulo que concretizou a saída de Marighella do PCB começou no momento em que o líder revolucionário viajou para Havana em julho de 1967, para participar de uma Conferência Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), como destaca Sales: “A Conferência significou, em certa medida, uma tendência por parte dos cubanos de tornarem-se um centro revolucionário no continente” (SALES, 2008, p. 206).

No bojo das proposições das OLAS, que contou com a presença de mais de setecentos representantes, estava à leitura de que a luta de guerrilha deveria ser adotada pelos países latino-americanos. Como vimos esta estratégia não era condizente com as prioridades do PCB. Desta forma a

---

<sup>14</sup> Daniel Aarão Reis em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Recife, Pernambuco, 14 de junho de 2019.

<sup>15</sup> Idem.

legenda negou-se a participar e fez críticas públicas ao evento (SALES, 2008).

Para alguns historiadores, a iniciativa de realizar a Conferência estava fincada na estratégia de Havana em reagir ao isolamento a que ficou submetido, visto que

Os antigos comandantes da Sierra Maestra, na direção do Partido Comunista Cubano (PCC), constatavam o isolamento progressivo de Cuba por conta do boicote americano e das pressões do PUCS. Este, ademais, já tinha reagido mal às críticas realizadas por Che Guevara em seu famoso discurso de Argel, cobrando aos dirigentes da URSS que assumissem suas responsabilidades internacionalistas (NOVA; NÓVOA, 1999, p. 129).

Por outro lado, Mir destaca o empenho dos americanos e soviéticos na contenção dos cubanos em seu projeto de exportação da revolução:

No dia 20 de junho de 1967, em Glassboro, Nova Jersey, o ministro das relações exteriores da URSS, Andréi Gromyko, encontra-se com o presidente americano Lyndon Johnson. Na mesa, os destinos do mundo. Johnson científica Gromyko que invadiria Cuba se esta deslanchasse uma nova exportação de agitação revolucionária para a América Latina. No dia 26 de junho de 1967, Kossíngin<sup>16</sup> vai até Havana para conversar com Fidel e exigir o recuo. A pauta soviética; “adiar a conferência da OLAS convocada para daí a um mês onde os latino-americanos lançariam a revolução continental”. Fidel diz não (MIR, 1994, p. 216).

Marighella permaneceu em Cuba durante o período de julho a dezembro de 1967, durante este período formulou as suas ideias revolucionárias, que já estavam há alguns anos em processo de construção, como destaca Gorender: “Durante a permanência na ilha seu

---

<sup>16</sup> Estadista soviético, presidente do conselho de ministros.

pensamento sofreu acentuada flexão, para a qual já estava propenso e que, sem dúvida, não se verificaria tão depressa sem o influxo das teses cubanas” (GORENDER, 1999, p. 106).

O resultado da conferência apontou para uma recomendação de propagação da revolução em toda América Latina, segundo Mir: “Os principais dirigentes presentes concordaram que a explosão da guerrilha em toda América Latina era a única alternativa que restava a Cuba para evitar a invasão americana” (MIR, 1994, p. 223).

Após o término da conferência, a URSS criticou fortemente seu resultado e externou a sua opinião, através de um artigo publicado na *Voz Operária*,<sup>17</sup> em outubro de 1967. Denominando “A revolução e a revolução de Regis Debray”, o artigo indicava que o apoio soviético às revoluções de esquerda na América latina, nas condições propostas pela conferência, não existiria:

Debray espera naturalmente que seus guerrilheiros conquistem a adesão e o entusiasmo da maioria da população. Mas conta chegar a isto através apenas da repercussão moral dos feitos da guerrilha entre o povo oprimido. A ideia é bonita, mas não vale um tostão. Crer na guerrilha como garantia de vitória é infantilidade. Aqui mesmo, na América Latina, temos provas dramáticas de que uma guerrilha, mesmo quando fortemente apoiada no espírito revolucionário mais ativo dos camponeses, pode ser derrotada. O erro de Debray é colocar na base de uma teoria para o movimento revolucionário uma questão subordinada, secundária, que é a forma de luta. Em nosso país, Marighella apresenta-se como campeão desta utopia. Lênin deixou um texto clássico a este respeito. Apresenta a revolução como um processo em que se conjuga de um lado a perda pelas classes dominantes de seu poder dirigente da sociedade, devido a um aguçamento excepcional de todas as contradições do regime, e por outro o auge do descontentamento popular.<sup>18</sup>

---

<sup>17</sup> Porta voz do PCB.

<sup>18</sup> Trecho de um artigo publicado na *Voz Operária*, n° XXXII, de outubro de 1967 apud MIR, 1994, p. 233.

Neste período, o líder da ALN redigiu alguns textos em que radicalizou ainda mais seu discurso revolucionário. A principal mudança ocorrida, nas elaborações de Marighella é que a guerrilha passa a ser vista como a única forma de luta contra a ditadura e como desencadeadora da consciência revolucionária no país (SALES, 2008).

Estas mudanças podem ser percebidas em seu primeiro texto escrito em território cubano. De acordo com Marighella:

A luta revolucionária é a única maneira de reunir os revolucionários brasileiros e de levar nosso povo a conquista do poder. Recursos humanos e condições para guerrilha não faltam no Brasil. A consciência revolucionária que brota na luta, se incumbirá do resto. A guerrilha é o que pode haver de mais anticonvencional e de mais anti-burocrático, o que mais se distancia do sistema tradicional de um partido da cidade (CARONE, 1984, p. 51 apud SALES, 2008, p. 207).

### Segundo Mir:

Em uma entrevista concedida a Radio Havana Livre, Marighella critica violentamente o PCB. O texto é distribuído pelas agências internacionais de notícias. Os dissidentes, quando tomam conhecimento dela no Brasil, ficam confusos com a virulência verbal do ataque ao PCB. As principais declarações dele; deflagração imediata da luta armada contra a ditadura; rompimento com o PCB. Antes de embarcar para Havana, a tese de Marighella era de que a guerrilha seria uma das formas de luta, agora, imbuído do sonho de libertador continental, rompia com dogmas caríssimos aos comunistas brasileiros (MIR, 1994, p. 239).

Podemos perceber esta radicalização ao analisarmos alguns trechos do discurso de Marighella na rádio oficial da Revolução Cubana, visto que



A guerrilha era o partido, o modelo cubano o vitorioso; A Revolução brasileira não seria hegemônica pelos comunistas; O Exército brasileiro teria de ser derrotado e destruído por ser o poder armado da classe dominante; A luta revolucionária armada constitui a linha fundamental da Revolução na América Latina. Segundo palavras textuais da Declaração Geral, o problema, hoje, para a maioria de nossos países, é organizar, desenvolver e levar até o fim a luta armada. O método eficaz para levar avante a luta revolucionária é a guerrilha (MARIGHELLA, 1967 apud SALES, 2008, p. 207-208).

Para alguns autores, a decisão de Marighella pela opção bélica sempre esteve aproximada do projeto revolucionário cubano. Embora o líder da ALN defendesse que o comando da revolução no Brasil teria que ser exercido por forças nacionais. Segundo Sales:

A ALN foi o principal representante da linha castro-guevarista no Brasil. Marighella foi à personificação brasileira de uma estratégia de ação continental concebida sob a influência direta da Revolução Cubana, a guerra de guerrilhas latino-americana. (SALES, 2008, p. 201).

Após estas constantes divergências públicas com a direção do Partido, a saída oficial de Marighella do PCB foi oficializada. Encontramos na bibliografia duas versões para esta saída, a primeira advoga a tese que Marighella foi expulso do PCB, a segunda defende a ideia de que ele antes mesmo de ser excluído do Partido informou a sua saída.

De acordo com Mir: “Retornando de Moscou, Prestes põe mãos à obra. Explodir a dissidência. Marighella seria o primeiro a ser excluído, em setembro de 1967, três meses antes de VI Congresso” (MIR, 1994, p. 238).

Porém em outra versão, antes de ser expulso, ele tomou a iniciativa de sair do PCB. O comitê Central do partido tinha enviado um telegrama ao PC cubano descredenciando Marighella na Conferência e ameaçando-o de expulsão. Porém, Marighella permaneceu em Havana e posteriormente

enviou uma carta, em resposta ao telegrama comunicando sua saída da legenda (NOVA; NÓVOA, 1999).

Com a saída de Marighella, estava se encerrando um ciclo histórico de trinta e três anos do comunista no partido. A partir deste instante, Marighella e alguns companheiros do PCB formaram uma organização clandestina que pudesse disparar um processo de luta armada através de guerrilhas.

### **3.2 Origem e características da ALN**

No retorno ao Brasil, em dezembro de 1967, Marighella começa a praticar as medidas necessárias para o início do seu projeto revolucionário. Segundo Sales:

De volta ao Brasil, Marighella partiu imediatamente ao trabalho de organização de um grupo que pudesse colocar em prática as ideias sobre a luta armada. Neste momento, houve pelo menos duas atitudes entre os militantes que já o acompanhavam na crise interna que tomava conta do PCB. De um lado, muitos se juntaram ao agrupamento comunista, criado por Marighella e pouco tempo depois transformado na ALN. Por outro lado, a adoção da guerrilha como único caminho afastou militantes que eram simpáticos ao mariuellismo, mas que não concordavam com o caminho das armas (SALES, 2008, p. 210).

Nesta linha, Mir define assim a chegada de Marighella ao Brasil: “Os planos e os desejos estavam acima de qualquer possibilidade política ou material dos dissidentes” (MIR, 1994, p. 256). Sobre o agrupamento comunista de São Paulo, Gênese da ALN, Gorender afirma que

O pronunciamento do agrupamento comunista de São Paulo esboça um tipo de organização moldado para as tarefas de luta armada e oposto à estrutura tradicional do partido comunista. Explicitamente, o pronunciamento afirma que a organização de um partido político implicaria o retorno à rotina

burocrática e serviria de empenhamento à luta revolucionária. (GORENDER, 1999, p. 107).

O documento intitulado “Pronunciamento do agrupamento Comunista de São Paulo” estabeleceu o norte de ações que o grupo formado pelo revolucionário pretendia adotar no país, pois foi

Através do Pronunciamento do agrupamento Comunista de São Paulo, se anuncia a criação de uma organização revolucionária de novo tipo: clandestina, pequena, bem estruturada, flexível, móvel. Uma organização de vanguarda para agir, para praticar a ação revolucionária constante diária e não para permanecer em discussões e reuniões. Os princípios que regiam a nova organização eram três: 1) O dever de todo revolucionário é fazer a revolução; 2) Não pedimos licença para praticar atos revolucionários; 3) Só temos compromisso com a revolução (SALES, 2008, p. 211).

O Pronunciamento do agrupamento comunista de São Paulo foi publicado no jornal “O Guerrilheiro”,<sup>19</sup> de acordo com Mir, os alicerces, deste grupo, que viria a se constituir mais tarde a ALN era bastante frágil, visto que

Os mestres usados como inspiração são Lênin, Mao Tsé-Tung, Ho Chi Minh, Fidel e Guevara. A indefinição desse documento marcaria uma deficiência estrutural perene na ALN. Estavam a favor do caminho armado, mas sem clareza: foco, guerra popular, guerrilha urbana, rural? Teoricamente o modelo estava ancorado na Declaração Geral da OLAS: a guerra de guerrilhas através do foco. Marighella tentou conjugar o que aprendera e acreditava em três décadas de PCB com o novo Catecismo revolucionário que abraçara em Havana. Os documentos produzidos por ele, durante e após a OLAS pecam pela pressa em queimar etapas. Seu esforço neste aspecto foi titânico em face das dificuldades que enfrentaria (MIR, 1994, p. 268).

---

<sup>19</sup> Jornal oficial da ALN.

Por outro lado, na mesma linha de Sales, Gorender aponta as divergências existentes entre alguns simpatizantes de Marighella, que discordaram dos novos discursos e proposições do líder revolucionário na sua chegada ao Brasil, segundo Gorender: “São militantes contrários ao pacifismo do Comitê Central, porém apegados ao princípio do partido político de vanguarda. Parte deles retornou ao PCB e outros ficaram à margem política” (GORENDER, 1999, p. 107). Gorender defende que esta fase política de Marighella revela aproximações filosóficas do fundador da ALN com a teoria anarquista, de acordo com o autor

Ignoro se Marighella na juventude leu as “Reflexões sobre a violência de Georges Sorel”, ou se assimilou suas teses através do contato com círculos anarquistas. Seja como for, o ativismo, a exaltação a violência e o antiteorismo da fase da ALN colocam Marighella na linha do pensamento de Sorel, o doutrinador do anarcossindicalismo (GORENDER, 1999, p. 107).

### **3.2.1 Ato de Fundação**

O ato de fundação da ALN ocorreu em março de 1968, no bairro de Sumaré, na cidade de São Paulo, na casa do ex-deputado estadual pelo PSB-SP Jéthero de Faria Cardoso.<sup>20</sup>

A seguir a relação dos fundadores da ALN: Carlos Marighella (antigo membro da executiva do PCB nacional); Joaquim Câmara Ferreira (57 anos, Jornalista e antigo membro do Comitê Central do PCB); Cícero Silveira Viana (40 anos, procurador da rede ferroviária de São Paulo e antigo dirigente do PCB de São Paulo); Rafael Martinelli<sup>21</sup> (47 anos, Líder Sindical); Osvaldo Lourenço (33 anos, Líder Sindical); Farid Helou (36 anos,

<sup>20</sup> Eleito deputado estadual em 1958, mandato de 1959-1962. Apoiou em 1959 para governador Jânio Quadros.

<sup>21</sup> Rafael Martinelli (1925-2020), líder da CGT na década de 1960. Além da ALN participou da fundação da CUT e do PT.

Arquiteto e antigo Secretário Geral do PCB de São Paulo); João Adolfo Castro (43 anos, Jornalista e antigo dirigente do PCB em São Paulo); Agonaldo Pacheco (41 anos, antigo dirigente do PCB de Sergipe); Ronaldo Frati (57 anos, Fundidor, antigo membro do comitê central do PCB) (MIR, 1994).

### **3.2.2 Objetivos da ALN**

A estratégia de ação da ALN contemplava que após a conquista da Libertação nacional viria o Socialismo. Segundo, Dulce Pandolfi “Ninguém tinha a ilusão que a gente ia tomar o poder imediatamente. A luta da gente no curto prazo era derrubar a ditadura. No segundo momento, no longo prazo, implantar o socialismo”.<sup>22</sup>

A libertação nacional, para o comando da ALN, significava livrar os brasileiros do jugo do imperialismo norte-americano e dos grandes latifundiários brasileiros como apresenta Reis: “A ALN sustentava que a gravidade da crise correspondia às condições de crescimento do capitalismo dependente do imperialismo e do latifúndio. Qualquer política comprometida com o crescimento das nossas forças produtivas estava fadada ao fracasso (REIS, 1990, p. 56)”.

### **3.2.3 Objetivos da Guerrilha Urbana**

Sales destaca uma das diferenças no projeto revolucionário de Marighella em relação ao defendido por Régis Debray, trata-se da valorização da guerrilha urbana como luta política, pois “nos primeiros documentos, do projeto revolucionário da organização, a guerrilha urbana aparece como uma fase necessária antes de se partir para o campo, pouco a pouco ela vai sendo valorizada até ocupar um espaço estratégico na ALN” (SALES, 2008, p. 216).

---

<sup>22</sup> Dulce Chaves Pandolfi em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Rio de Janeiro, RJ, 04 de junho de 2018.

Marighella escreveu sobre os objetivos da guerrilha urbana, segundo sua narrativa esta era uma etapa fundamental do projeto revolucionário da ALN. A guerrilha teria oito objetivos específicos:

- Ameaçar o poderio econômico brasileiro – Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais – pois este poderio é o que dá sustentação ao sistema de dominação dos EUA no Brasil;
- Debilitar o sistema de segurança da ditadura; atacar por todo lado, com muitos grupos armados diferentes, pequenos em números, cada um independente e operando por separado, para dispersar as forças do governo;
- Provar a combatividade, decisão, firmeza, determinação, e persistência da ALN, no ataque contra a ditadura militar para permitir que todos os incrédulos sigam o exemplo e lutem com táticas de guerrilha urbana;
- Aumentar os distúrbios urbanos gradualmente de tal maneira que as tropas do governo não possam deixar a área urbana para perseguir o guerrilheiro sem arriscar abandonar a cidade;
- Evitar batalhas abertas e o combate decisivo com as forças do governo, limitando a luta a ataques rápidos e breves com resultados relâmpagos;
- Assegurar aos guerrilheiros urbanos um máximo de liberdade de ação e movimento sem evitar o uso de violência armada, permanecendo firmemente orientado até o começo da guerra de guerrilha rural e apoiando a construção de um exército revolucionário para a libertação nacional (MARIGHELLA, 1969).

### **3.2.4 Foquismo**

O foquismo é uma teoria revolucionária inspirada por Che Guevara e desenvolvida por Jules Régis Debray. Utilizada na década de 60 por vários grupos de esquerda. Esta teoria previa a realização de vários focos de revolução no mundo, no intuito de enfraquecer o sistema capitalista.

Mir defende a ideia de que a morte de Ernesto Che Guevara em 8 de outubro de 1967 promoveu modificações no projeto revolucionário de

Marighella: “a morte de Che atrasa o seu retorno, em dois meses, tempo necessário para refazer todos os planos” (MIR, 1994, p. 246).

Segundo Sales, Marighella, durante sua permanência em Havana, adaptou o projeto revolucionário cubano para a realidade brasileira. Desta forma, o historiador analisa o texto, “Algumas questões sobre guerrilha no Brasil”, de autoria de Carlos Marighella, afirmando que

O próximo passo seria tentar adaptar às condições do Brasil as ideias cubanas. A primeira tentativa se deu quando Marighella ainda se encontrava em Cuba, no texto intitulado *Algumas questões sobre guerrilhas no Brasil*, publicado no *Jornal do Brasil* em setembro de 1968, mas escrito em Havana em outubro de 1967, sob o impacto da morte de Che Guevara na Bolívia. Neste documento, Marighella destaca que a guerrilha havia assumido nos anos 60 uma nova dimensão: a de papel estratégico e decisivo na liberação dos povos. Isto porque, até então as experiências das revoluções socialistas haviam sido caracterizadas pela transformação da guerra anti-imperialista mundial em guerra civil pela tomada do poder, apoiadas no triunfo, da revolução de outubro de 1917 na Rússia. No caso brasileiro, caberia apontar as características fundamentais que a guerrilha deveria assumir. A estratégia central deveria ser a expulsão e o aniquilamento do imperialismo norte-americano e das forças militares brasileiras. No Brasil, a guerrilha deveria ser desencadeada fora da faixa litorânea, para evitar o cerco estratégico do inimigo (SALES, 2008, p. 209).

Mir interpreta este texto como uma homenagem de Marighella ao revolucionário argentino: “Um roteiro de um conflito guerrilheiro continental tendo o Brasil como a principal base” (MIR, 1994, p. 246). Desta maneira, “o coração do Brasil seria o coração do continente. A equação estratégica permanecia a mesma: Cuba, uma pequena mudança, daria o passo para a grande transformação continental o Brasil” (MIR, 1994, p. 247).

Rolleberg coloca em discussão se a teoria do foco guerrilheiro teria sido realmente a força motriz da estratégia de Marighella, porquanto

Teria ele aderido ao foco? Na verdade, acredito que Marighella concebeu a luta de maneira bem mais ampla complexa do que o foquismo, supostamente legitimado pela Revolução Cubana. Segundo depoimentos de militantes da ALN, que tiveram contatos com Marighella, ele teria uma visão diferente desse modelo. Seria um longo processo e dependia de uma complexa rede de contatos e apoios, que apenas começava a ser tecida. A própria organização criada não passaria de uma peça do grande quebra-cabeça. Muitos dos contatos teriam se perdido com a sua morte (ROLLEMBERG, 2009, p. 80).

A professora e militante da ALN em Recife de 1969 a 1970, Teresa Vilaça<sup>23</sup> destaca que para estruturar o projeto revolucionário, Marighella estudou profundamente os diversos movimentos que ocorreram no Brasil, visto que, “ele estudou o cangaço,<sup>24</sup> ele estudou as revoluções da época do Império, a Revolução pernambucana de 1817,<sup>25</sup> a Confederação do Equador de 1824<sup>26</sup> e a Conjuração Baiana<sup>27</sup>”.<sup>28</sup>

O atual dirigente do Partido dos Trabalhadores e militante da ALN em Pernambuco, de 1969 a 1970, Perly Cipriano<sup>29</sup> defende que para realização da guerrilha rural “os militantes passariam nos lugares previamente

---

<sup>23</sup> Professora de história da faculdade Visconde de Cairu, em Salvador, mestre em educação. Professora e Militante da ALN em 1969 e 1970 foi presa em abril de 1970 e liberada em maio de 1974.

<sup>24</sup> O cangaço foi um fenômeno do banditismo, crimes e violência ocorrido em quase todo o sertão do Nordeste do Brasil, entre o século XVIII e meados do século XX. Seus membros vagavam em grupos, atravessando estados e atacando cidades, onde cometiam pilhagens, assassinatos e estupros. Para muitos especialistas, o cangaço nasceu como uma forma de defesa dos sertanejos diante de graves problemas sociais e da ineficácia do Estado.

<sup>25</sup> Revolução Pernambucana de 1817 foi um movimento separatista – o último que ocorreu no período colonial – de caráter republicano que aconteceu na Capitania de Pernambuco.

<sup>26</sup> Confederação do Equador foi um movimento revolucionário de caráter republicano e separatista que eclodiu no dia 2 de julho de 1824 em Pernambuco, se alastrando para outras províncias do Nordeste do Brasil.

<sup>27</sup> Conjuração Baiana, também denominada como Revolta dos Alfaiates e recentemente também chamada de Revolta dos Búzios, foi um movimento de caráter emancipacionista, ocorrido no final do século XVIII (1798-1799), na então Capitania da Bahia, na colônia brasileira.

<sup>28</sup> Teresa Vilaça em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Salvador, Bahia, 11 de dezembro de 2017.

<sup>29</sup> Dirigente partidário, Estudante e Militante da ALN entre 1968 e 1970 foi preso em março de 1970 e liberado em dezembro de 1979. Perly Cipriano é autor de do livro *Pequenas histórias na cadeia*. Foi Deputado Estadual e candidato a governador do Espírito Santo pelo PT, além de vereador de Vitória-ES, também pelo PT.



escolhidos, e montariam uma estrutura para ALN”.<sup>30</sup> Apresentaremos a seguir o que o próprio idealizador da ALN escreveu sobre o foquismo,

Nosso combate contra o imperialismo é levado a cabo através de novas formas e características próprias e por isso não nos preocupamos em criar no Brasil nenhum foco guerrilheiro. Nosso esforço principal se concentra em favor da guerrilha rural não como foco, mas como o resultado da implantação da infraestrutura guerrilheira. Partindo do suposto de que o Brasil é um país continental pela imensidão de sua área, encaramos a guerrilha como guerra de movimento e não como foco (MARIGHELLA, 1969 apud NOVA; NÓVOA, 1999, p. 149).

Rolleberg, mesmo após apresentar indícios de singularidades nas estratégias da ALN para a revolução no Brasil e mencionar um possível projeto maior que teria sucumbido com a morte de Marighella, advoga a tese do caráter foquista das ações da ALN, visto que

Uma organização que surge simultaneamente com a ação revolucionária, pela base e não pela cúpula. A ação é que faz a vanguarda. Aí estava o foquismo de Marighella. A ALN, centrada na ação, na coragem de agir, na disposição para atuar, na não submissão a comandos, a hierarquias, a centralismos, desprezando a experiência, apostando na revolução de jovens de 1968; nascida na convicção de que a obrigação de todo revolucionário é fazer a revolução, frase impressa no cartaz da OLAS, que ele encarou como ninguém (ROLLEMBERG, 2009, p. 81).

A partir da análise e da reflexão das publicações dos pesquisadores apresentados na bibliografia desta pesquisa, das entrevistas com militantes da ALN e dos textos escritos por Marighella, o projeto revolucionário da ALN tinha algumas propostas específicas para o contexto brasileiro.

---

<sup>30</sup> Perly Cipriano em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Vitória, Espírito Santo, 31 de maio de 2018.

Podemos citar: a priorização na libertação nacional; a utilização das colunas móveis, adotadas muito provavelmente face à derrota de Che Guevara na Bolívia<sup>31</sup> e o fracasso no Brasil do foco de Caparaó e a perspectiva da futura guerrilha rural.

Porém, estes planos não alteram o caráter foquista de atuação da ALN, pois na prática, os assaltos a bancos e farmácias e os furtos de automóveis vieram a ser o cotidiano da organização. Estas ações foram executadas por um número pequeno de pessoas e não tiveram apoio popular.

### **3.2.5 Perfil dos militantes**

Em relação ao perfil dos integrantes, a militância da ALN era formada majoritariamente por estudantes e profissionais liberais (GORENDER, 1999). Porém este perfil, não coincide com os que estiveram no ato de fundação, pois como vimos antes, este era formado por antigos militantes do PCB e dirigentes sindicais.

A Ação Libertadora Nacional foi gerada quando o mundo vivia um momento de contestação, com diversos grupos de jovens atuando neste processo, segundo Nova e Nóvoa:

Tratava-se de um momento em que, florescia um grande espírito de rebeldia e contestação do status quo, político, econômico e cultural. Nos EUA ocorrem as lutas pelos direitos civis, pelo fim dos preconceitos raciais, pela liberdade sexual e pelo fim da guerra do Vietnã. No Brasil, o clima parecia não ser diferente. Não obstante os canhões da repressão. Os estudantes começaram a se manifestar exigindo o fim da ditadura. As passeatas se sucedem e

---

<sup>31</sup> No dia 8 de outubro de 1967 era capturado Ernesto Che Guevara, revolucionário, político, jornalista, escritor e médico argentino-cubano. Depois de ser um dos ideólogos e comandantes da Revolução Cubana (1953-1959), onde ocupou altos cargos no governo, ele decidiu estender a luta armada revolucionária para outros lugares do mundo. Acabou capturado na Bolívia no dia 8 de outubro de 1967 e assassinado no dia seguinte.

paralelamente os operários começam a se articular com mais força, desencadeando greves de grandes proporções (NOVA; NÓVOA, 1999, p. 139).

Nesta conjuntura, não podemos nos esquecer dos movimentos culturais, em que os jovens, através das músicas de compositores como Geraldo Vandré, Chico Buarque, Caetano Veloso e Edu Lobo e do Cinema Novo<sup>32</sup> de Glauber Rocha,<sup>33</sup> embalavam seus sonhos e projetos de um mundo socialmente mais justo.

No período de criação da ALN existia uma insatisfação contra a ditadura militar, entre boa parte dos estudantes, e a ALN atraiu alguns para seu projeto: “Muitos dos quadros da ALN foram recrutados no meio estudantil” (NOVA; NÓVOA, 1999, p. 140).

### **3.2.6 Apoio de alguns artistas**

Alguns personagens importantes da cultura brasileira apoiaram a ALN, como “a atriz Norma Bengell e o diretor de teatro Augusto Boal abrem para o movimento revolucionário brasileiro, o circuito cultural europeu de esquerda. No entanto, a mais espetacular militância seria de Glauber Rocha” (MIR, 1999, p. 378).

Nesta linha, Magalhães indica à admiração do cineasta Glauber Rocha, a figura de Marighella: “Enquanto Marighella colhia simpatias na música, o cinema lhe ofereceu uma rede solidária efetiva. Glauber Rocha endereçou uma carta a Alfredo Guevara.<sup>34</sup> Pretendia dirigir uma fita radical, divulgando a criação de diversos Vietnãs” (MAGALHÃES, 2012, p. 365).

---

<sup>32</sup> Movimento cinematográfico brasileiro influenciado pelo neo-realismo italiano.

<sup>33</sup> Glauber Pedro de Andrade Rocha (Vitória da Conquista, Bahia, 1939 – Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1981). Cineasta, escritor. Um dos líderes do cinema novo, movimento de vanguarda da década de 1960.

<sup>34</sup> Chefe do Instituto Cubano de Arte e Indústria Cinematográfica, fundado em 1959.

### 3.2.7 Número de militantes

Sobre o quantitativo de militantes encontramos algumas dificuldades na precisão do diagnóstico, pois a organização, sempre se manteve na total clandestinidade; na estimativa de Élio Gaspari, a ALN tinha em 1969 em torno de 300 participantes (SALES, 2008). Segundo, um militante do GTA-SP, o atual economista Paulo de Tarso Venceslau, “em São Paulo, a ALN tinha no máximo, 200 pessoas, mas destes, quem tocava o grupo eram no máximo, vinte pessoas”.<sup>35</sup>

### 3.2.8 Organograma

A ALN era dividida entre GTE – Grupo Tático Estratégico, responsável pelo planejamento da guerrilha rural, GTA – Grupo Tático Armado, voltado para as ações armadas, GA – Grupo de Ação, ligado ao trabalho de massas, GI – Grupo Independente, setores de apoio. Acima destes grupos havia o Conjunto Regional e o Conjunto Nacional (SALES, 2008).

Venceslau narrou que o comando geral da ALN em São Paulo era ocupado por Joaquim Câmera Ferreira (comandante Toledo).<sup>36</sup> Toledo, também funcionava como o segundo homem da ALN, nacional, alguém que substituiria Marighella caso ele morresse ou fosse detido. Visto que, “a figura central, aqui em São Paulo ainda era o Toledo”.<sup>37</sup>

Além dessas funções, segundo a narrativa de Venceslau “Toledo era responsável pelas articulações das ações da ALN, com as outras organizações armadas como VPR, MR-8 e PCBR”.<sup>38</sup>

---

<sup>35</sup> Paulo de Tarso Venceslau em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. São Paulo, SP, 3 de agosto de 2019.

<sup>36</sup> Foi preso em 24 de outubro de 1970, morreu de infarto quando estava sob torturas.

<sup>37</sup> Paulo de Tarso Venceslau em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. São Paulo, SP, 3 de agosto de 2019.

<sup>38</sup> Idem.

### **3.3 Início das ações armadas**

Ao analisarmos alguns textos de Marighella percebemos que pela sua narrativa, ele acreditava existir em 1968, no Brasil, um clima político favorável ao movimento, de Luta Armada, nas principais cidades brasileiras pois,

Os movimentos de massas, sobretudo aqueles organizados pelos estudantes, intelectuais e sindicalistas, criaram nas cidades do país um clima político favorável à colhida de uma luta mais dura e os inúmeros atos repressores contra os estudantes, professores e jornalistas criaram clima de revolta. A cidade reúne condições objetivas requeridas para que se possa iniciar com sucesso a guerrilha. A guerrilha rural então deve ser posterior à guerrilha urbana (MARIGHELLA, 1968 apud NOVA; NÓVOA, 199, p. 149-150).

#### **3.3.1 Militarismo**

A opção pela ação direta armada levou a ALN a ter uma feição militarista, na medida em que os trabalhos de organização popular eram colocados em segundo plano e as ações de guerrilha urbana ganhavam papel protagonista. Nesta linha de análise, Gorender destaca a importância da guerrilha urbana nas ações da ALN e como esta experiência levou Marighella a escrever seu livro, o Mini-manual do Guerrilheiro Urbano:

A guerrilha urbana se valoriza como tarefa tática (fornecimento de quadros e armas, ataques ao inimigo). A experiência concreta resultara no livro, Mini-manual do Guerrilheiro Urbano, escrito em 1969. Em concordância com esta linha de propostas, recorta-se o perfil do militante da ALN. Deve ter aptidão para a ação armada. O que restringe fortemente o âmbito do recrutamento. Afastam-se aqueles que não se adaptam ao esquema de uma organização militarizada (GORENDER, 1999, p. 109)

Nesta obra, Carlos Marighella traça um perfil de como deve agir um militante da organização. Ele defende que a ação de um membro da ALN,

não deve ter como objetivo apenas os lucros pessoais. Sua meta deve ser a melhoria das condições de vida dos mais necessitados, para isso deve combater a ditadura militar e os grandes capitalistas:

O guerrilheiro urbano, no entanto, difere radicalmente dos delinquentes. O delinquente se beneficia pessoalmente por suas ações e ataca indiscriminadamente sem distinção entre exploradores e explorados, por isso há tantos homens e mulheres cotidianos em suas vítimas. O guerrilheiro urbano segue uma meta política e somente ataca o governo, os grandes capitalistas e os imperialistas norte-americanos. (MARIGHELLA, 1969, p. 4).

Nota-se que ao utilizar a expressão “delinquente”, Marighella reproduz um discurso de discriminação existente na sociedade. Estabelecendo uma linha divisória entre as ações da ALN e as praticadas por outros indivíduos.

Nesta linha de pensamento, Sales aponta a importância do livro no processo de radicalização da luta armada no Brasil, ao informar que,

O exemplo mais representativo da importância da guerrilha urbana está na publicação, assinada por Marighella, do conhecido mini-manual do guerrilheiro urbano. Ele veio inclusive a ser traduzido em várias línguas e usado por grupos radicais na Europa Ocidental nos anos de 1970<sup>39</sup> (SALES, 2008, p. 216).

A opção pelo militarismo sofreu certa oposição no seio da ALN, entretanto este antagonismo não foi suficiente para reverter o quadro militarizado da organização: “O princípio que estivera na origem da ALN evoluiu para o militarismo, do qual muitos militantes da organização se

---

<sup>39</sup> Sales se refere ao grupo, Grupo Baader-Meinhof, uma organização alemã de extrema-esquerda, fundada em 1970, na antiga Alemanha Ocidental, e dissolvida em 1998. Um dos mais proeminentes grupos extremistas da Europa pós-Segunda Guerra Mundial, seus integrantes se autodescreviam como um movimento de guerrilha urbana comunista e anti-imperialista, engajado numa luta armada contra o que definiam como um “Estado fascista”.

tornaram críticos. Sem, no entanto, conseguir superá-lo” (ROLLEMBERG, 2009, p. 86).

Mir, através de suas pesquisas sobre a formação da ALN, apresenta um comentário em sintonia com as avaliações de Rollemberg, destacando que as críticas sobre o caráter militarista da ALN, em detrimento de uma sólida estrutura partidária, já existiam no momento de sua criação, visto que

O fato dos fundadores da organização, ter as mesmas origens – PCB – criaria uma situação contraditória: saíram do partido por não concordar com o seu pacifismo diante da ditadura militar, mas a formação de uma organização revolucionária sem a estrutura tradicional Leninista de partido comunista nunca foi aceita (MIR, 1994, p. 274).

Nesta perspectiva, é possível compreender que a opção radicalmente militarista contribuiu para isolar as organizações de esquerda armada do conjunto da população brasileira, pois

O movimento de massas que atingira seu ápice em 1968, com greves de camponeses, operários e mobilização intensa da classe média, entrava num período de refluxo. O desvio militarista, sempre criticado na teoria, impunha-se na prática, sendo quase todas as forças jogadas para frente armada, enquanto se desfazia o trabalho de massas. O que afastava quadros antigos e experientes dificultava o afluxo do proletariado e facilitava o ingresso de setores radicalizados da pequena burguesia (ROIO, 2006, p. 98).

Nesta linha, Mir apresenta em sua obra, “A Revolução Impossível” a narração de um movimento operário em 1968 em São Paulo, exemplificando que a insatisfação existente na classe operária em relação ao governo militar, não foi revertido para as organizações de luta armada. Os operários, apesar de terem sido vitimados por grande repressão da

ditadura militar, não aderiram, aos projetos das esquerdas revolucionárias, dado que

A greve operária de Osasco, São Paulo, em 16 de julho de 1968, foi reprimida violentamente. Terminada a greve, ocorreram 200 demissões. Marighella vislumbra um celeiro operário para recrutamento guerrilheiro. Convoca para reunião um dos líderes do movimento e faz a seguinte oferta: “Há vinte vagas para treinamento em Cuba. Como os demitidos estão sem eira nem beira, alguns dormindo na rua, podem ir”. Às consultas feitas, respostas todas negativas. A classe operária não aderiu à revolução, surpresa e decepção que se repetiria monotonamente nessa e infindáveis ocasiões (MIR, 1994, p. 317).

Ao ser indagado se o movimento de guerrilha excluiria as massas, o líder da ALN afirmou que “na situação atual de fascismo absoluto, manifestar e ocupar uma fábrica sem ser apoiado por grupos armados seria suicídio” (MARIGHELLA, 1969 apud NOVA; NÓVOA, 1999, p. 150). Na mesma entrevista, ele é questionado sobre a importância do trabalho com as massas em relação à politização e organização popular, ao passo que

É necessário mas não necessariamente anterior à luta armada, salvo para a esquerda tradicional. Em termos de guerra revolucionária, trabalho de massas e luta armada é simultâneo e interdependente; um age sobre o outro e vice versa (MARIGHELLA, 1969 apud NOVA; NÓVOA, 1999, p. 150).

Teresa Vilaça, apesar de concordar que a ALN se apresentou inicialmente de forma muito militarizada entende que, “ela era naquele momento, e ficaríamos assim até a guerrilha rural. Depois haveria uma abertura. Como não chegamos ao final é fácil criticar a ALN”.<sup>40</sup>

Porém, mesmo dentro das organizações armadas existiam posições contrárias a decisão de colocar em segundo plano a luta de massas, como

---

<sup>40</sup> Teresa Vilaça em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Salvador, Bahia, 11 de dezembro de 2017.



podemos ver a seguir no depoimento de Mário Zanconato integrante da organização – Corrente Revolucionária – braço armado da ALN em Minas Gerais:

E indagamos: “O que fazemos com nossos quadros de massa, os líderes estudantis, sindicais, operários que temos em Belo Horizonte”, “Isso é problema de vocês. Eu acho que não vai resolver nada, acho que o negócio é ir todo mundo para o pau”. E isso aí gerou algumas diferenças entre nós, principalmente entre aqueles quadros que achavam muito útil manter o máximo a luta de massas antes de eclodirem as ações militares (DA-RIN, 2007, p. 62).

Podemos perceber que Marighella aponta várias vezes em seus textos, para a importância do trabalho de massas, no entanto de acordo com as referências documentais que tivemos acesso decidiu na prática priorizar a guerrilha.

Na medida em que aumentavam as dificuldades de sobrevivência da organização, fruto do aumento da repressão que, cada vez mais, fazia da tortura uma prática comum, a guerrilha urbana da ALN, foi gradualmente se tornando o único mecanismo de ação da organização, para Sales:

Da mesma forma, e fruto das difíceis condições de luta contra a ditadura militar que em um movimento crescente passa a utilizar a tortura como política de Estado, a organização adotou a ideia do uso das ações armadas, como forma de se fazer propaganda política e mesmo de eliminação de pessoas ligadas ao regime militar e ao imperialismo norte-americano (SALES, 2008, p. 216).

Nesta linha, em sua obra Mini-Manual do guerrilheiro urbano, Marighella apresentou alguns atributos importantes para um militante integrar o Grupo Tático Armado da ALN. Os militantes não teriam que estar habilitados em todos, mas ele recomendou que se preparassem para exercer algumas destas atividades.

Assim, ele apresenta alguns destes atributos: tem que aprender e praticar várias formas de luta de ataque e de defesa pessoal; estar preparado para sobrevivência na selva e montanhas; aprender a dirigir automóveis e pilotar barcos e aviões; entender de mecânica, eletricidade e eletrônica; conhecer topografia; trabalhar com fórmulas químicas; decifrar combinação de cofre e falsificar documentos (MARIGHELLA, 1969).

Porém ele apresentou um atributo primordial para a preparação técnica de um membro do GTA: “a questão básica na preparação técnica do guerrilheiro urbano é o manejo de armas, tais como metralhadora, revólver automático, FAL, vários tipos de escopetas, carabinas, morteiros, bazucas, etc” (MARIGHELLA, 1969, p. 15).

Desta maneira, o GTA – Grupo Tático Armado – teve uma importância fundamental nas ações da ALN, pois seus integrantes tiveram acentuada liberdade de iniciativa, o primeiro GTA, em São Paulo foi chefiado por Marco Antônio Braz de Carvalho<sup>41</sup> “o Marquito”. Assim, Marquito, que na época tinha apenas 28 anos de idade e era desenhista mecânico passou a coordenar as ações armadas em São Paulo.

De acordo com o músico Carlos Eugênio Coelho da Paz (Clemente),<sup>42</sup> que militou na ALN de 1968 a 1973, para realizar as ações armadas, “a ALN não comprava armas de traficantes, pois tinha um princípio de não negociar com bandido, então capturávamos a arma do inimigo”.<sup>43</sup>

Pela narrativa de Clemente, nas primeiras ações, os militantes não se identificavam como integrantes de uma organização de esquerda, pois “eram ações para preparar o lançamento da guerrilha urbana em grande escala e da guerrilha rural, que era estrategicamente o nosso caminho”.<sup>44</sup>

---

<sup>41</sup> Marco Antônio Braz de Carvalho (1940-1969). Nascido no Rio de Janeiro, capital.

<sup>42</sup> Carlos Eugênio Coelho da Paz (1950-2019), comandante da ALN no período de 1970 a 1973.

<sup>43</sup> Carlos Eugênio da Paz, em entrevista a Rádio NF. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 04 de fevereiro de 2014.

<sup>44</sup> Carlos Eugênio da Paz, em entrevista a Rádio NF. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 04 de fevereiro de 2014.

Portanto era importante, que a repressão não tivesse conhecimento da existência da ALN, pois, “enquanto não se formasse as colunas guerrilheiras no campo, que daria sustentação a uma alternativa de poder no Brasil, a guerra não estaria realmente lançada, a luta não teria realmente começado”.<sup>45</sup>

Além de expropriação de armas de fogo, automóveis e recursos financeiros, a ALN começou a realizar ações em farmácias e lojas, com o objetivo de “[...] montar clínicas para feridos e construir um jornal clandestino, para isso precisávamos de remédios, instrumentos cirúrgicos e máquinas off-set”.<sup>46</sup>

Destacamos que, de 1968 até a sua extinção em 1973, a ALN manteve em circulação, alguns jornais como: o *Guerrilheiro*; o *Venceremos e Ação Revolucionária*, também formulavam informativo para o movimento Estudantil; *Camponês e Operário*. Além disso, seus militantes editaram livros como: “A Crise Brasileira” e “Porque Resisti a Prisão”, de Marighella e “A Guerra de Guerrilha”, de Che Guevara.<sup>47</sup>

### **3.3.2 Primeira ação armada**

Para efetivar seu projeto revolucionário, a ALN precisava de recursos. Segundo Magalhães que entrevistou vários militantes da ALN, Marighella sempre afirmava que “dinheiro nós levantamos no Brasil e já era tempo de ir atrás” (MAGALHÃES, 2012, p. 369).

O primeiro assalto realizado pela ALN, não contou com a participação de Marighella. Ele ocorreu em 15 de abril de 1968, às nove e meia da manhã: uma kombi com sacos de dinheiro parou em frente à agência do

---

<sup>45</sup> Idem.

<sup>46</sup> Idem.

<sup>47</sup> Idem.

banco Frances e Italiano localizado na rua Santo Amaro, no bairro de Vila Nova Conceição na capital paulista.

Quando um bancário saiu para pegar os sacos lacrados foi abordado por três militantes da ALN, um deles armado com metralhadora e os outros com revólver 38. Uma rajada de metralhadora perfurou os pneus da kombi e uma bala acertou o joelho do motorista. Os três militantes fugiram em um fusca, onde outro militante os aguardava (MAGALHÃES, 2012).

Esta ação da ALN rendeu 35.000 cruzeiros novos, correspondente a 250 mil reais hoje. Esta foi a primeira ação com metralhadora contra um carro pagador em São Paulo, fato que causou surpresa a polícia paulista. Os militantes nomeavam este tipo de operação como ação expropriatória para levantamento de fundos (MAGALHÃES, 2012).

Apesar do sucesso da operação no banco Frances e Italiano, Marighella não estava satisfeito, pois queria participar durante as ações, não apenas da fase preliminar e posterior, pois de acordo com seus critérios “para merecerem confiança, os líderes devem destacar-se pelo seu desprendimento e pela participação nas ações mais arriscadas e responsáveis” (MARIGHELLA, 1968 apud MAGALHÃES, 2012, p. 379).

### **3.3.3 Participação de Marighella nas ações armadas**

Desta forma, no dia 1º de julho de 1968, Marighella participou de seu primeiro assalto a banco, em uma agência do banco Leme Ferreira na Avenida Angélica, no bairro de Higienópolis, na capital paulista. Além de Marighella participaram da ação, dentro do banco, mais três militantes da ALN. Entre eles Marco Antônio Brás, Marighella de posse de uma metralhadora anunciou o assalto.

Foram arrecadados nesta ação 23 mil cruzeiros novos, cerca de 140 mil reais. Não foram disparados tiros, os três fugiram em um fusca que estava fora da agência, com outro militante na direção.

Mais na frente passaram a quantia para o militante da ALN José Luiz Del Roio.<sup>48</sup> Funcionários do banco que estavam presentes no momento do assalto informaram à polícia que um dos assaltantes parecia ser o cantor Ciro Monteiro.<sup>49</sup> Eles confundiram Marighella com o sambista, devido a grande semelhança entre os dois (MAGALHÃES, 2012).

### 3.4 Intensificação das ações armadas

Através de uma consulta na Revista Veja<sup>50</sup> e no jornal O Estado de São Paulo,<sup>51</sup> Gorender apresenta alguns números sobre a escalada de assaltos em São Paulo, após a entrada em operação do projeto da ALN, afirmando que

Até 1967, os assaltos às agências bancárias raramente passavam de dois por ano em São Paulo e os marginais roubavam os caixas e os clientes, ao passo que agora o objetivo era o cofre da agência. No decorrer de 1968, os assaltos atingiram, na capital paulista, onze agências bancárias, cinco carros pagadores, e um trem pagador. Até julho de 1969, foram atacadas mais de 31 agências bancárias e um carro pagador (GORENDER, 1999, p. 110).

Ao mesmo tempo em que praticavam assaltos membros da ALN também se “dedicavam à procura de áreas adequadas para implantação de futuras bases de apoio para a guerrilha” (SALES, 2008, p. 212).

---

<sup>48</sup> José Luís del Roio foi dos responsáveis pela recuperação de importante parte do acervo documental do PCB, que estava ameaçado pelas constantes buscas de órgãos militares de repressão. Numa arriscada operação, a estrutura do partido conseguiu retirar do Brasil o acervo, sendo criado em Milão o *Archivio Storico del Movimento Operaio Brasilliano*, organizado por Del Roio – circunstância que fez Del Roio se estabelecer definitivamente na Itália. Escreveu o livro: “Zarantini: a paixão revolucionária”, presente em nossa bibliografia.

<sup>49</sup> Ciro Monteiro nasceu no Rio de Janeiro, em 28 de maio de 1913. Foi um cantor e compositor brasileiro de samba. Faleceu em 13 de julho de 1973.

<sup>50</sup> Revista de distribuição semanal brasileira publicada pela Editora Abril. Criada em 1968 pelo jornalista Roberto Civita, a revista trata de temas variados de abrangência nacional e global.

<sup>51</sup> Estado de S. Paulo, também conhecido como Estadão, é um jornal brasileiro de tiragem diária publicado na cidade de São Paulo desde 1875, fundado por José Lisboa e Rangel Pestana.

### 3.4.1 Assalto ao trem pagador Santos-Jundiaí

Além das agências bancárias, os militantes da ALN fizeram expropriações em empresas como: a expropriação do carro pagador Massey Ferguson,<sup>52</sup> a apreensão de explosivos da companhia Rochester, em Mogi das Cruzes. E a ação mais de maior repercussão: o assalto ao trem pagador da estrada de ferro Santos/ Jundiaí (GORENDER, 1999).

O assalto ao trem pagador Santos/Jundiaí em 10/08/1968 teve grande repercussão nos jornais e televisão e representou uma guinada nos projetos originais da ALN, que previa ações de sabotagem. Abandonavam-se ataques a fábricas, portos, rodovias, pontes e telecomunicações que provocariam um colapso econômico. Participaram da ação armada: Marcos Carvalho, João Leonardo Rocha,<sup>53</sup> Virgílio Gomes<sup>54</sup>- codinome Jonas, Carlos Marighella e Aloysio Nunes Ferreira Filho<sup>55</sup> (MIR, 1994).

A Folha de São Paulo<sup>56</sup> publicou o assalto no dia 11 de agosto de 1968, enfatizando que cinco homens roubaram cerca de 110 mil Cruzeiros Novos.<sup>57</sup> O assalto ocorreu às sete horas da manhã, no km 91, perto da estação de Pirituba. Este dinheiro seria utilizado para pagar os funcionários da ferrovia.

Com o dinheiro arrecadado nestas ações, Marighella “[...] já estava comprando terras para instalar os pioneiros da luta no campo” (MAGALHÃES, 2012, p. 388). Na avaliação de Clemente, “a ação arrecadou

---

<sup>52</sup> Produz linha completa de equipamentos agrícolas surgiu em 1953, da fusão entre as marcas Massey Haris, originária dos Estados Unidos e Canadá e Ferguson,

<sup>53</sup> Militante do GTA da ALN, em janeiro de 1969 foi preso pelo DOPS, porém em setembro do mesmo ano foi um dos 15 presos políticos liberados em troca do embaixador dos EUA.

<sup>54</sup> Virgílio Gomes (1933-1969), natural de Sítio Novo, Rio Grande do Norte.

<sup>55</sup> Senador pelo PSDB-SP e foi candidato à vice-presidência em 2014 na chapa encabeçada por Aécio Neves. Nesta ação Nunes pilotou o fusca que fugiu com os militantes após o assalto.

<sup>56</sup> ASSALTO ao trem-pagador. Folha de São Paulo, São Paulo, 11 de ago. 1968. Capa. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em 31 mar. 2020.

<sup>57</sup> Em valores atualizados, equivale a 900 mil reais, em 31 de março de 2020.

um bom dinheiro que ajudou muito na montagem da infraestrutura da ALN”.<sup>58</sup>

### 3.4.2 Assassinato do capitão Charles Chandler

Além dos assaltos a banco, houve ações contra pessoas consideradas pela ALN como inimigas do povo brasileiro, como o Capitão do Exército americano Charles Chandler.<sup>59</sup>

Esta execução foi realizada em parceria entre a ALN e a VPR,<sup>60</sup> em 12 de outubro de 1968, “o capitão abriu a porta da garagem da sua casa para retirar a caminhonete. Os guerrilheiros de um ponto de observação privilegiado viram todos os movimentos. Pedro Lobo/VPR<sup>61</sup> e Marquito/ALN disparam contra o capitão” (MIR, 1994, p. 330).

O Capitão “[...] tinha todas as credenciais para ser tomado como alvo pelas organizações revolucionárias da época: ex-combatente no Vietnã, amigo do general William Westmoreland, comandante chefe das tropas norte-americanas no Sudoeste asiático e assessor de contra insurgência do Exército Brasileiro” (MIR, 1994, p. 330).

Apesar de realizarem ações em conjunto, alguns pesquisadores defendem que havia uma intensa rivalidade entre a ALN e a VPR, visto que

O MAR – Movimento de Ação Revolucionária, era uma espécie de apoio tático da ALN no Rio, que não tinha nada. E tentávamos, nesse momento, eu e mais dois do movimento, uma espécie de unidade entre VPR de São Paulo e o Marighella, que lutavam muito entre si. Havia uma rivalidade grande, cáustica,

<sup>58</sup> Carlos Eugênio da Paz, em entrevista a Rádio NF. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 04 de fevereiro de 2014.

<sup>59</sup> Charles Rodney Chandler (Hurricane, 23 de julho de 1938-São Paulo, 12 de outubro de 1968) oficial do exército americano e veterano da guerra do Vietnã, assassinado na cidade de São Paulo, por integrantes da guerrilha urbana, durante a ditadura militar brasileira.

<sup>60</sup> Fundada em 1966 a partir da união dos dissidentes da organização da POLOP com militares.

<sup>61</sup> Pedro Lobo foi preso e torturado pela ditadura em 1969. Em 1970 foi liberado, juntamente com 40 presos políticos em troca do embaixador alemão Ehren Holeben, que havia sido sequestrado pela ALN e VPR.

brutal, que continuou no exílio, que continuou quando chegamos no México, entre o pessoal da ALN e o VPR. Terrível, coisa infantil (DA-RIN, 2007, p. 213).

Após a morte do capitão e as sucessivas ações de expropriação realizadas pela ALN, Marighella escreveu um texto, onde em sua narrativa, a ALN estava conseguindo se apresentar como protagonista da guerra revolucionária no Brasil:

O número de ações violentas realizadas pelos guerrilheiros urbanos, incluindo mortes, explosões, capturas de armas, munições, e explosivos, assaltos a bancos e prisões, etc., é o suficientemente significativo para não deixar dúvida em relação às verdadeiras intenções dos revolucionários. A execução do espião da CIA Charles Chandler, que veio para se infiltrar no movimento estudantil brasileiro, os lacaios dos militares mortos em encontros sangrentos com os guerrilheiros urbanos, todos são testemunhas do fato que estamos em uma guerra revolucionária completa e que ela somente pode ser livrada por meios violentos (MARIGHELLA, 1969, p.17).

Este vertiginoso sucesso inicial das ações armadas da ALN cativou as atenções de poucos jovens militantes, que enxergaram nessas práticas revolucionárias, uma forma de lutar contra o regime militar, como destaca Roio: “As ações armadas se sucediam numa velocidade impressionante, o prestígio da ALN crescia, novos jovens se aproximavam da organização. Zarantini deixou-se influenciar pelo clima” (ROIO, 2006, p. 98).

De acordo com Clemente, após as primeiras ações da ALN os periódicos de São Paulo “creditaram os assaltos a banco, a quadrilha do ‘Grego’, que havia realizado alguns em 1964 e eles acreditavam que teriam retornado”.<sup>62</sup>

---

<sup>62</sup> Carlos Eugênio da Paz, em entrevista a Rádio NF. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 04 de fevereiro de 2014.



### 3.5 Aumento do aparelho repressor

A estratégia de não assumir os assaltos era um fator importante para o sucesso das ações da ALN, na medida em que dificultava o trabalho de repressão da polícia, pois no decorrer do ano de 1968, os assaltantes não se identificam. Mistério proposital (GORENDER, 1999).

#### 3.5.1 Repressão descobre a existência da ALN

O mistério sobre a origem dos assaltos foi desvendado pela repressão em finais de 1968. De acordo com Gorender, a prisão e posterior tortura de um integrante da ALN teria sido a origem, porquanto

O mistério sobre os assaltos se acaba a 13 de novembro de 1968. Na manhã deste dia, o carro pagador do Instituto de Previdência do Estado da Guanabara (IPEG), foi interceptado por três homens armados que se apoderaram de 120 mil cruzeiros novos, à tarde, um sargento da PM, reconheceu o carro receptor do dinheiro expropriado, num posto de gasolina. Avisado pelo sargento, policiais prenderam o motorista. Submetido à tortura, o jovem abriu informações inclusive a de que antes havia se separado de Marighella, comandante da ação contra o carro (GORENDER, 1999, p. 111).

Porém de acordo com a narrativa de Clemente, o Comando de Libertação Nacional (COLINA)<sup>63</sup> em fins de 1968 foi a responsável pela primeira divulgação das ações armadas das esquerdas revolucionárias, porquanto,

A COLINA realizou uma expropriação em Belo Horizonte e assumiu a autoria, não era ainda a hora certa, não estávamos estruturados para isso. A partir deste momento a Polícia e, o Exército, todos eles ligaram os assaltos que vinham ocorrendo ao movimento de resistência. Deste momento, em adiante passamos também a assumir as ações.<sup>64</sup>

---

<sup>63</sup> A COLINA era formada por estudantes universitários mineiros foi gerada a partir da fusão de algumas organizações com a POLOP. A ex-presidente Dilma Rousseff integrou seus quadros, a partir de 1969 a COLINA deu origem a VAR-Palmares.

<sup>64</sup> Carlos Eugênio da Paz, em entrevista a Rádio NF. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 04 de fevereiro de 2014.

A princípio, a dinâmica dos assaltos não foi alterada “isso porque, de um lado, a polícia não estava preparada para lidar com este tipo de ação, por outro a ALN se fortaleceu, no primeiro semestre de 1969, na medida em que retornavam os militantes que faziam treinamento em Cuba” (SALES, 2008, p. 213).

O envio de militantes para treinamento militar em Havana era parte fundamental no projeto da ALN, pois “estava nos planos de Marighella enviar algo como duas centenas de militantes para serem treinadas militarmente, e que deveriam construir o cerne das colunas guerrilheiras” (ROIO, 2006, p. 100). Segundo Vladimir Palmeira,<sup>65</sup> a ALN recebia tratamento especial em Cuba durante estes treinamentos, ao afirmar que

Eu não queria ir para nenhum país socialista, não queria ir para Cuba. Porque sabia que aquilo era domínio de Marighella. Sabia que indo para lá, eu não ia ter contato com o MR-8, queria ir para Paris. O pessoal de Marighella podia trabalhar, foram para a fábrica. E nós éramos impedidos de trabalhar (DA-RIN, 2007, p. 193).

Apesar de alguns historiadores, como Sales, narrarem a melhoria da capacitação militarista da ALN após o recebimento dos militantes treinados em Cuba, Palmeira fez uma avaliação profundamente negativa sobre a eficácia do treinamento de guerrilha que era ministrado em solo cubano, dissertando que

O pessoal me obrigou a fazer o treinamento de guerrilha rural. Eu fiz aquele treinamento, que um amigo nosso chamava de “fábrica de cadáveres”, porque as pessoas faziam o treinamento, achavam que eram guerrilheiros, voltavam para seus países e morriam. Então era uma ficção (DA-RIN, 2007, p. 193).

---

<sup>65</sup> Liderou a Passeata dos Cem Mil em 26 de junho de 1968, e foi presidente da UME/RJ em 1968.

O fato é que esta descoberta ajudou aos órgãos do governo na identificação das organizações armadas. Desta forma, o cerco aos militantes das esquerdas revolucionárias foi paulatinamente se intensificando. Como avaliou Reis, “estávamos cercados nas cidades e nas cidades cercados”.<sup>66</sup>

Com o fim do segredo sobre o protagonismo da ALN nas ações armadas nas cidades, à imagem emblemática de Carlos Marighella, como inimigo número um da nação, passou a ser profundamente explorada pela ditadura militar, pois

O segredo sobre a autoria das ações deixou de existir. Jornais e revistas publicaram longas matérias a respeito do líder comunista e chefe dos assaltos até então indecifráveis. Em todas as bancas, as revistas exibiam o rosto do famoso revolucionário. Os órgãos da repressão policial fazem dele o inimigo público número um do Brasil (GORENDER, 1999, p. 111).

### **3.5.2 AI-5 e OBAN**

Poucos dias após esta descoberta ocorreu o endurecimento da ditadura militar e o conseqüente aumento do sistema de torturas, conforme Nova e Nóvoa:

[...] o congresso foi fechado e o AI-5 foi decretado, dando todos os possíveis poderes políticos, econômicos, militares e repressivos para que o governo agisse com carta branca em diversos domínios da sociedade e especialmente nos mecanismos de repressão legais e extralegais (NOVA; NÓVOA, 1999, p. 142).

Para alguns historiadores, as teses revolucionárias se intensificaram, no decorrer da ditadura militar, mais precisamente no endurecimento do

---

<sup>66</sup> Daniel Aarão Reis em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Recife, Pernambuco, 14 de junho de 2019.

regime militar com a edição do AI-5<sup>67</sup> em 13 de dezembro de 1968, visto que, além do projeto da revolução, os partidários da luta armada ainda tinham um novo argumento: derrubar a ditadura militar e seus carrascos torturadores:

Um dos muitos aspectos trágicos do AI-5 constituiu no fato de que ele reforçou a tese do grupo de luta armada cujas ações se multiplicaram a partir de 1969. O regime parecia incapaz de ceder a pressões sociais e de se reformar, seguindo cada vez mais o curso de uma ditadura brutal (FAUSTO, 2014, p. 255).

A reação de Marighella foi imediata, através do texto, “Chamamento ao povo brasileiro”, o qual assume a responsabilidade pelas guerrilhas. Contudo, as ações repressivas ganharam força e foram gradualmente sendo estruturadas com o objetivo de eliminação das organizações armadas. Neste ponto

Os organismos de repressão seriam organizados de forma muito mais racionalizada. Cada ala militar possuiria sua própria instituição de repressão e controle de informações, além das estruturas em paralelo com as polícias militares e civis e os grupos paramilitares, a exemplo da Operação Bandeirante (OBAN<sup>68</sup>), sem contar com o Serviço Nacional de Informação (SNI)<sup>69</sup> (NOVA; NÓVOA, 1999, p. 143).

---

<sup>67</sup> O quinto dos atos constitucionais posteriores ao golpe civil-militar que acabou com garantias constitucionais como habeas corpus e fechou o congresso. As consequências do Ato institucional n° 5 foram as seguintes: o presidente da república recebeu autorização de fechar o Congresso; o presidente e os governadores puderam legislar por meio de decretos; ao presidente da república foi dado poderes para intervir nos estados e municípios através de interventores; censura prévia do teatro, cinema, televisão e imprensa; proibições de reuniões políticas; existência de toques de recolher; suspensão de habeas corpus em crimes políticos; Poder do presidente da república de destituir qualquer funcionário público; Poder do presidente de cassar os direitos políticos por dez anos, dos cidadãos considerados subversivos privando-os por dez anos da capacidade de votação ou eleição e Negativa de revisão judicial dos decretos emitidos pela presidência.

<sup>68</sup> Foi um centro de informações e investigações composto pelo II Exército, e por membros da Aeronáutica, Marinha, do Departamento de Polícia Federal, do Serviço Nacional de Informações e também por órgãos do governo do Estado de São Paulo (Secretaria de Segurança Pública, Departamento de Ordem Política e Social, Força Pública do Estado de São Paulo e Guarda Civil).

<sup>69</sup> Foi criado em 13 de junho de 1964 com o objetivo de supervisionar e coordenar as atividades de informações e contrainformações no Brasil e exterior.

Mir descreve com detalhes o cenário de escalada do terror que se instaurou no país após a instalação do AI-5, e a criação da OBAN afirmando que

Surgia a OBAN, sob o comando do general José Canavarro Pereira. A repressão militar com carta branca para matar e trucidar quando e como fosse necessário. As Leis da guerra anti-subversiva: preso que não colaborasse, seria torturado indefinidamente até extraírem-lhe todas as informações; quem o fizesse espontaneamente dependendo da qualidade de suas informações, poderia ser membro do corpo repressivo (MIR, 1994, p. 358).

Integrantes do sistema de repressão da ditadura militar receberam treinamentos internacionais. Os grupos “se equiparavam e treinavam, com a ajuda de organismos internacionais, como a CIA<sup>70</sup> e a Polícia Política de países como Israel” (NOVA; NÓVOA, 1999, p. 143).

A consequência deste incremento do aparato repressor foi sentida profundamente pela ALN. Contudo, a organização continuou adotando a luta armada como forma de combate à ditadura ao decidir “intensificar as ações nas cidades, contudo progressivamente, sofre quedas importantes e o esquema de segurança começa a ser detonado” (NOVA; NÓVOA, 1999, p. 143).

Nesta onda de repressão, apenas um mês e meio após a edição do AI-5, no dia 28 de janeiro de 1969, Marco Antônio Braz de Carvalho é assassinado em São Paulo, “entre as cinco e seis horas da tarde Marquito chegou ao ponto<sup>71</sup> e o fuzilaram com balas no peito e no pescoço [...], Eliane Toscano<sup>72</sup> e Virgílio Gomes da Silva (Jonas) correram para alertar a ALN. Logo

---

<sup>70</sup> Agência Central de Inteligência dos EUA.

<sup>71</sup> Como eram chamados os locais de encontro dos militantes.

<sup>72</sup> Militante da ALN em São Paulo

os muros da cidade amanheceram com a pichação: Marquito será vingado” (MAGALHÃES, 2012, p. 428).

Com a morte de Marquito, Virgílio Gomes da Silva assume o comando do GTA de São Paulo. Virgílio era natural do Rio Grande do Norte, trabalhava como operário e atuava no sindicato dos metalúrgicos desde 1960.

Paulo de Tarso Venceslau narrou que Virgílio, “não era um bom teórico, mas por ter feito em 1968, um treinamento de guerrilha em Cuba, toda parte militar ficou sob sua responsabilidade”.<sup>73</sup> Virgílio integrou o primeiro Exército da ALN.<sup>74</sup>

Venceslau participou da organização do 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), realizado em outubro de 1968, na cidade de Ibiúna, São Paulo.<sup>75</sup> Houve uma severa repressão ao evento, com muitas prisões. Logo após este encontro estudantil, alguns estudantes, presentes no evento se incorporaram a ALN.<sup>76</sup>

Venceslau foi um destes que se engajaram na ALN, a princípio não ocupou lugar de destaque e participou apenas da rede de apoio. Porém, “em fevereiro de 1969, já sob o comando de ‘Jonas’, pela experiência que teve na organização do evento, foi alçado para coordenação da parte relacionada às estruturas logísticas das operações da ALN em São Paulo”.<sup>77</sup> As prisões e mortes que ocorreram em janeiro de 1969, também contribuíram para que Venceslau assumisse esta coordenação.

---

<sup>73</sup> Paulo de Tarso Venceslau em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. São Paulo, SP, 3 de agosto de 2019.

<sup>74</sup> A ALN enviou alguns militantes para treinamento em Cuba, os chamados 1º, 2º e 3º Exércitos, o objetivo era prepará-los para a guerrilha em solo brasileiro.

<sup>75</sup> Com participação de cerca de 1.000 estudantes, o congresso sofreu forte repressão do DOPS-SP, no dia 12 de outubro de 1968. Esta repressão resultou na prisão de 700 participantes. Entre eles, os presidentes da UNE, UEE e UME, José Dirceu, Luís Travassos e Vladimir Palmeira, respectivamente.

<sup>76</sup> Paulo de Tarso Venceslau em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. São Paulo, SP, 3 de agosto de 2019.

<sup>77</sup> Idem.

Ele destacou que suas tarefas eram: “definir locais para realização de reuniões, conseguir armas, carros e munições que seriam usados nas ações armadas e posteriormente escondê-los. Muitos materiais e equipamentos utilizados eram de apoiadores que se dispunham a emprestar”.<sup>78</sup>

Nesta função, Venceslau narrou que teve alguns contatos com o líder da ALN, pois, organizava encontros de Marighella com o GTA. Este grupo era o único que tinha acesso às reuniões com Marighella. Durante estes encontros, Venceslau respondia por matérias específicas de sua área de atuação. Vale destacar que a decisão de Marighella, em apenas se encontrar com o GTA é mais uma evidência de sua total priorização nas ações armadas.

Desta maneira, Venceslau relata que “acabei tendo um relacionamento pessoal muito forte com ele, pois a esta altura não tinha mais Aluisio Nunes Ferreira<sup>79</sup>”<sup>80</sup>. O militante avalia que Marighella era “muito extrovertido, alegre, fazia piada, algo contrário de nós militantes que éramos muito duros”.<sup>81</sup>

Contudo, apesar de coordenar a parte estrutural da ALN, o militante teve que participar diretamente das ações armadas, pois dentro da legenda “para você ser dirigente tinha que fazer ação também, e acabei participando de algumas ações”.<sup>82</sup> Ele relatou que 1969 foi o ano que participou diretamente das ações armadas. Ele estima que no máximo tenha participado de dez ações armadas, entre elas dois assaltos a banco.

Em uma dessas narra que em abril de 1969: “retornamos para Ibiúna e recolhemos algumas bombas que tínhamos enterrado, antes. No dia

---

<sup>78</sup> Idem.

<sup>79</sup> Apoio principal de Marighella em São Paulo, até sair clandestinamente para Paris, França em finais de 1968.

<sup>80</sup> Paulo de Tarso Venceslau em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. São Paulo, SP, 3 de agosto de 2019.

<sup>81</sup> Idem.

<sup>82</sup> Paulo de Tarso Venceslau em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. São Paulo, SP, 3 de agosto de 2019.

primeiro de maio pegamos um fusca de uma artista plástica apoiadora da ALN, e deixamos as bombas no sindicato patronal”.<sup>83</sup> Segundo o militante, as bombas estouraram na hora planejada, a notícia foi capa de jornal, ninguém saiu ferido e a polícia nunca descobriu os responsáveis pela ação.<sup>84</sup>

Por outro lado, a explicação para a continuidade do projeto revolucionário adotado pela ALN, mesmo quando já estava ocorrendo quedas importantes no comando da organização veio no texto “O papel da ação revolucionária na Organização”, segundo Marighella:

Nossa luta como a dos estudantes convergia para um mesmo ponto. Então não tiveram dúvidas em dar fim à controlada situação política existente no país e passaram ao estabelecimento de uma situação militar. Acolhendo-se na técnica do golpe dentro do golpe, desencadearam um novo golpe fascista e decretaram o Ato Institucional nº 5 (MARIGHELLA, 1969 apud NOVA; NÓVOA, 1999, p. 147).

Nesse mesmo texto, ele emite uma opinião que contrastaram com os indícios que apontavam para uma eminente derrota da ALN frente aos aparelhos repressores da Ditadura Militar. Desta maneira, continua apostando que só a intensificação da luta armada poderia se contrapor à brutal repressão do governo militar, visto que

Atuando desta forma, conseguimos em um ano criar um volume razoável de ações diversificadas e caracterizar nossa ação revolucionária como uma firme ação libertadora contra a ditadura e capitalismo. A partir de então nossas forças, que não haviam parado de crescer, se tornaram maiores. Houve o aumento de nossa área de contatos e de apoio político revolucionário. Sendo o nosso caminho o da violência e do radicalismo (as únicas armas que podem

---

<sup>83</sup> Idem.

<sup>84</sup> Idem.



ser antepostas com eficiência à violência sem nome da ditadura) (MARIGHELLA, 1969 apud NOVA; NÓVOA, 1999, p. 148).

### **3.5.3 Tomada da Rádio Nacional**

Mesmo após este aumento do aparelho repressor, a ALN planejou e executou uma operação de propaganda de suas ações. No dia 15 de agosto de 1969, ela transmitiu um manifesto pelas ondas de rádio.

Para transmitir este discurso eles utilizaram a Rádio Nacional, na época, uma filiada da rede Globo. Marighella redigiu o manifesto que foi lido pelo militante da ALN e estudante da Universidade de São Paulo (USP), Gilberto Belloque.<sup>85</sup> A ideia partiu do militante da ALN José Wilson Sabbag. Ele providenciou um estúdio profissional de gravação de jingles publicitários, propriedade de um técnico de som simpatizante da ALN (MELITO, 2014).

O texto esclarecia a população da não responsabilidade das organizações armadas nos incêndios das redes Globo; Record e Bandeirantes;<sup>86</sup> listava as prioridades da ALN – derrubar o governo; anular os atos pós 64; formar um governo do povo; expulsar os americanos e expropriar seus bens; expropriar os latifundiários; melhorar as condições de vida dos operários, camponeses e classe média e denunciar o assassinato de militantes da ALN pelo governo militar (MELITO, 2014).

A ação teve a participação de doze militantes, eles utilizaram dois carros. Não ocuparam o estúdio da rádio, localizado na região central da capital paulista, mas seus transmissores localizados há 27 quilômetros de distância, em São Bernardo. Esta foi a grande estratégia da ação, porque

---

<sup>85</sup> Gilberto Belloque foi preso em março de 1970 e ficou seis anos na cadeia.

<sup>86</sup> Em 13 de julho de 1969 ocorreram os incêndios na Record e Globo, e no dia 16 de julho de 1969 na Bandeirantes. O governador de São Paulo, Abreu Sodré responsabilizou, as organizações armadas pelo desastre.

assim que começou a transmissão<sup>87</sup> a polícia partiu para o estúdio e não encontrou ninguém.

Desta forma, os militantes que estavam nos transmissores tiveram tempo suficiente para fugir. E até que a rádio conseguisse derrubar seu sinal, o pronunciamento já era transmitido pela terceira vez no raio de alcance de cerca de 600 km (MAGALHÃES, 2012).

Mas a mensagem não ficou restrita aos ouvintes da Rádio Nacional. Joaquim Câmara Ferreira conversou com o jornalista Hermínio Sacchetta, seu antigo companheiro de PCB que ocupava a direção de redação do Diário da Noite e editava o jornal clandestino “Bandeira Vermelha”. Câmara Ferreira solicitou a publicação na íntegra do texto de Marighella, Sacchetta atendeu às solicitações, apesar de discordar do projeto de luta armada (MELITO, 2014).

Após esta ação, Sacchetta foi detido por quinze dias, em seguida foi demitido do Diário da Noite e passou cerca de cinco anos sem conseguir emprego nos meios de comunicação (MAGALHÃES, 2012).

Dezoito dias depois da ação na Rádio Nacional, Sabbag foi morto<sup>88</sup> por integrantes do DOPS-SP, após comprar outro gravador. Segundo Paulo de Tarso Venceslau, “Sabbag tinha voltado na mesma loja, que havia comprado o gravador utilizado na ação da rádio Nacional, e o vendedor avisou a polícia”.<sup>89</sup>

Este novo gravador seria usado na produção de manifestos da ALN. Marighella desde abril de 1969 vinha trabalhando nestas fitas,<sup>90</sup> o plano

---

<sup>87</sup> A central Globo de jornalismo comunicou ao DOPS-SP o ocorrido.

<sup>88</sup> Segundo o relatório da Comissão da Verdade/São Paulo, Sabbag foi executado por integrantes do DOPS em 03 de setembro de 1969.

<sup>89</sup> Paulo de Tarso Venceslau em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. São Paulo, SP, 3 de agosto de 2019.

<sup>90</sup> Em abril de 1969, Marighella começara a gravar com a filha de Zilda Xavier, sua companheira, uma série de fitas intituladas Rádio Libertadora.

era divulgá-las em praça pública nos subúrbios das grandes cidades, mas este projeto nunca foi realizado (MELITO, 2014).

Este episódio da Rádio Nacional evidencia que apesar do aumento do aparelho repressor e das constantes mortes de integrantes da ALN, como o líder do GTA-SP, Marco Antônio Braz, a organização ainda continuava com a tática de desafiar a ditadura militar.

A gravação do manifesto foi realizada por um técnico de som simpaticizante da ALN. Nas nossas pesquisas constatamos que apesar da ALN ter um pequeno quantitativo de militantes disposto e/ou em condições de participar da luta armada, havia um contingente de pessoas que apesar de pequeno, em relação ao resto da população, davam algum tipo de suporte logístico a ALN.

Por outro lado, o fato do Diário da Noite ter conseguido publicar o manifesto da ALN desvenda a existência, naquele momento, de uma fratura no sistema de censura do governo militar. Durante a ditadura, com a imprensa censurada, conseguir burlar esta censura foi um feito da ALN.

Chama atenção também a ação do militante do PCB, editor do jornal, que mesmo sendo contrário ao programa da ALN decidiu divulgar um manifesto da organização, mesmo sabendo que posteriormente seria severamente punido. Desta forma deveria ainda existir alguns laços entre a ALN e integrantes do PCB, mesmo após a brusca saída de alguns integrantes no episódio da formação da ALN.

Por último, o fato de o jornalista ter ficado cinco anos sem conseguir emprego nos principais jornais do Brasil é um bom exemplo de que a ditadura militar teve um apoio considerável de grande parte dos meios de comunicação.

Contudo, apesar do discurso e comportamento do líder da ALN, o cenário nacional, no ano de 1969, era de intensa perseguição aos integrantes das esquerdas revolucionárias por parte da ditadura militar, pois

A rede de informações que permitiria aos órgãos de repressão chegar aos núcleos das principais organizações clandestinas, a exemplo da ALN, vai se compondo com rapidez e eficiência. Essas organizações se veem cada vez mais encurraladas no espaço que vai se estreitando (NOVA; NÓVOA, 1999, p. 143).

Nessa esteira, Roio apresenta um relato das torturas aplicadas pelo DOPS-SP ao militante da ALN, Ricardo Zarantini, o qual afirmou que viajaram

[...] com destino a Tutóia<sup>91</sup>. Quando entrou, foi encapuzado, e assim ficaria a maior parte do tempo, sem poder ver aquela manada de covardes que se divertiram em tortura a seres humanos imobilizados. As sessões de torturas demoram cerca de 20 horas por dia, com equipes que se revezam. Novamente pau-de-arara, choques generalizados, pancadas, queimaduras e horas sobre latinhas que penetram na carne dos pés nus (ROIO, 2006, p. 102).

### **3.6 Captura do embaixador dos Estados Unidos da América**

Em agosto de 1969, a DI-GB (Dissidência Guanabara), arquitetou a captura do embaixador Charles Elbrick. Esta decisão foi tomada pela direção da organização, na qual fizeram parte: Cláudio Torres, Franklin Martins e Daniel Aarão Reis. Dos três, apenas Reis não participou da ação de sequestro.

#### **3.6.1 Antecedentes da DI-GB**

De acordo com Reis,<sup>92</sup> em 1966, a Dissidência Estudantil da Guanabara formou-se através de um racha dentro do PCB. Devido à falta de

---

<sup>91</sup> Local onde funcionava o DOI-CODI em São Paulo, Centro de operações de defesa interna, onde se realizava prisões e torturas durante a ditadura militar, a ex-presidente Dilma Rousseff ficou detida neste local. Como também houve o assassinato do jornalista Vladimir Herzog.

<sup>92</sup> Daniel Aarão Reis em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Recife, Pernambuco, 14 de junho de 2019.

combate do partido, no advento do golpe de 1964 e a sua política de conciliação com a burguesia nacional. Desde sua formação, a luta armada passou a ser uma referência muito definida para a DI-GB, porém sem definição de início e forma de atuação.

Porém, em 1968, o grupo se inclinou para uma perspectiva de luta armada imediata. No mês de abril houve o início das ações armadas da ALN, e em consequência, alguns quadros da DI-GB demonstraram intenção de se transferir para a legenda de Marighella. No final do ano, para evitar esta dispersão, que já estava se anunciando, ela começou a empreender algumas ações armadas, que se intensificaram em 1969.<sup>93</sup>

### **3.6.2 Organização da ação**

A DI-GB tinha sofrido grandes baixas com prisões de importantes integrantes de sua direção. Estas prisões ocorreram durante o congresso da UNE em Ibiúna. Portanto a Dissidência objetivava com esta captura liberar alguns militantes que foram encarcerados após a realização do evento estudantil (MAGALHÃES, 2012).

Para pôr em prática o seu plano, a DI-GB solicitou a participação da ALN, pois esta tinha quadros mais experientes do ponto de vista militarista. A ALN topou o desafio visto que, “Joaquim Câmara Ferreira não titubeou a ouvir a proposta do estudante Cláudio Torres da Silva” (MAGALHÃES, 2012, p. 487).

No dia 4 de setembro de 1969, a captura foi realizada em uma ação conjunta ente as duas organizações. Como destaca Roio:

O golpe fora tremendo, deixando a junta militar<sup>94</sup> atordoada. O presidente dos EUA, Richard Nixon, interveio rapidamente e deixou clara sua posição: deveria

---

<sup>93</sup> Idem.

<sup>94</sup> Formada após o afastamento médico do Presidente Costa e Silva e constituída pelo General Aurélio Tavares, almirante Alberto Rademaker e o brigadeiro Márcio Melo.

ser feito todo possível para que seu embaixador fosse libertado, garantindo totalmente a sua incolumidade, o que significava tratar com os grupos guerrilheiros (ROIO, 2006, p. 109).

A data escolhida para o sequestro, 4 de setembro de 1969, não foi por acaso, ela teve o objetivo de fazer uma propaganda contra as comemorações da semana da pátria, muito valorizada pelos militares, segundo Reis, “A junta governamental estava fragilizada, então, na semana da pátria vai tentar fazer, grandes operações de propaganda” (DA-RIN, 2007, p. 303).

### **3.6.3 Militantes que participaram da operação**

Os outros militantes da DI-GB, que participaram da operação foram: Cid Queiroz Benjamin, Fernando Gabeira,<sup>95</sup> João Lopes Salgado, João Sebastião Rios de Moura, Sérgio Rubens Araújo Torres, Vera Sílvia Magalhães e Antônio Freitas Filho.

Quatro integrantes da ALN participaram da captura do embaixador. O comandante da operação era Virgílio Gomes da Silva, 36 anos. Os outros eram: Joaquim Câmara Ferreira tinha 56 anos; Manoel Cyrillo paulista tinha 23 anos e Paulo de Tarso Venceslau, tinha 25 anos.

Venceslau narrou que participou da operação de captura e liberação do embaixador. Durante o cativeiro foi para São Paulo resolver algumas questões urgentes, devido às quedas e mortes de alguns integrantes da ALN. Visto que, “na captura entramos no carro do embaixador, eu, Cyrillo, Jonas e Cláudio Torres. Também participei da operação de liberação do embaixador, no carro que escoltou o diplomata, junto com Gabeira e Toledo”.<sup>96</sup>

<sup>95</sup> Ao retornar do exílio escreveu um livro “O que é isso, companheiro?” detalhando o sequestro do embaixador norte-americano Charles Elbrick do qual participou às vésperas do 7 de setembro de 1969.

<sup>96</sup> Paulo de Tarso Venceslau em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. São Paulo, SP, 3 de agosto de 2019.

### 3.6.4 Comando da operação

Sobre a atuação do comandante da operação, Virgílio Gomes da Silva, existe uma divergência profunda entre a forma que este foi apresentado na película documentário *Hercules 56*, do diretor Silvio Da-Rin e a película ficção *O que é isso, companheiro?*, do diretor Bruno Barreto, inspirado no livro homônimo de Fernando Gabeira. No filme de Barreto, Virgílio é apresentado como um sujeito totalmente sem equilíbrio emocional e altamente violento.

Já no documentário de Da-Rin, Virgílio é elogiado pelos componentes do sequestro, eles destacam inclusive que o sucesso da operação se deveu a seu senso de liderança e equilíbrio. Segundo Franklin Martins, “O clima era de absoluta determinação, tranquilidade e segurança. O que se transmitia para o próprio embaixador, que ficou tranquilo, seguro. Isso tudo tem a ver evidentemente, com o comando. Se tivesse um comando elétrico, inseguro, aquela casa ali explodiria” (DA-RIN, 2007, p. 317).

Para Paulo de Tarso Venceslau, “Virgilio Gomes, não era um primor de educação, mas no filme de Bruno Barreto ele é mostrado como um psicopata”.<sup>97</sup> Por outro lado, Venceslau entende que o filme de Bruno Barreto é uma ficção, portanto se distingue até do livro de Fernando Gabeira. Visto que, “eu acho aquilo um exagero, não é o que o Gabeira escreveu”.<sup>98</sup>

### 3.6.5 Elaboração do Manifesto

Após o sequestro do embaixador, os militantes elaboraram um manifesto. Sobre este texto existe uma divergência das duas películas citadas acima. Ela está relacionada a quem de fato redigiu o manifesto. No filme

---

<sup>97</sup> Paulo de Tarso Venceslau em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. São Paulo, SP, 3 de agosto de 2019.

<sup>98</sup> Idem.

de Barreto, o autor foi Fernando Gabeira que, aliás, desponta como personagem fundamental na trama. Já no documentário de Da-Rin, Gabeira praticamente não é citado.

Tendo como base os testemunhos contidos no documentário Hércules 56, a edição do manifesto foi realizada por Franklin Martins, com colaboração de Joaquim Câmara Ferreira (Toledo), visto que

Todas as condições de fundo político foram discutidas ali. Primeiro o manifesto. Bota isso, não bota isso. De modo geral ele (Toledo) achou muito bom o texto do manifesto. Ele propôs uma coisa importante: “precisamos botar alguma coisa aqui fazendo uma advertência aos torturadores”. Então foi incluído aquele negócio no final, eu incluí: “Os torturadores ponham as suas barbas de molho, olho por olho”, que virou final (DA-RIN, 2007, p. 331).

Sobre estas fraturas existentes entre o filme e o documentário, Paulo de Tarso Venceslau criticou o fato de o diretor do documentário Hércules 56, não ter convidado Fernando Gabeira para participar da película. O filme intercala relatos individuais e uma reunião com alguns militantes que participaram da captura. Segundo Venceslau “como se monta uma mesa redonda com os sobreviventes da ação e o Gabeira não está? Acho que Gabeira sempre teve valores e costumes que não eram apreciados pela esquerda”.<sup>99</sup>

No manifesto – que foi divulgado em cadeia nacional de rádio, televisão e jornal assinado pela ALN e pelo MR-8 (a partir da elaboração deste manifesto a DI-GB passou a se chamar MR-8) – os militantes denunciaram torturas, falta de democracia e injustiças sociais que ocorriam no Brasil, ao afirmarem que “o senhor Burke Elbrick representa em nosso país os interesses do imperialismo, que aliados aos grandes patrões, aos grandes

---

<sup>99</sup> Paulo de Tarso Venceslau em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. São Paulo, SP, 3 de agosto de 2019.



fazendeiros e aos grandes bancos nacionais mantém o regime de opressão e exploração” (DA-RIN, 2007, p. 338).

### 3.6.6 Listas dos militantes

Venceslau relatou que a princípio a lista era composta apenas por três lideranças estudantis que haviam sido presos no Congresso de Ibiúna: Luís Travassos/UNE,<sup>100</sup> José Dirceu/Líder estudantil<sup>101</sup> e Vladimir Palmeira/MR-8. No entanto, houve uma articulação da ALN para ampliar a lista: “Câmera Ferreira, foi atrás de outros nomes, para completar um total de quinze presos políticos, que seriam trocados pelo embaixador americano”.<sup>102</sup>

Na tarde do dia 5 de setembro de 1969 foi divulgada uma relação de militantes de esquerda que teriam de ser liberados, em troca do embaixador. Os 15 presos políticos que compunham a relação eram os seguintes: Agnaldo Pacheco/ALN, Flávio Tavares/MNR, Gregório Bezerra/PCB,<sup>103</sup> Ivens Marechetti/ MR-8, João Leonardo Rocha/ALN, José Dirceu, Luís Travassos, Maria Augusta/MR-8, Mário Zanconato/CORRENTE,<sup>104</sup> Onofre Pinto/VPR, Ricardo Vilas/MR-8, Ricardo Zarantini/ALN, Rolando Frati/ALN, José Ibrahin/VPR e Vladimir Palmeira.

### 3.6.7 Libertação do embaixador e dos 15 presos políticos

No dia 7 de setembro de 1969, depois de quatro dias de cativo e após a liberação dos presos políticos que foram levados para a Cidade do México, o embaixador foi liberado. Revoltados com as negociações, uma

---

<sup>100</sup> Presidiu a UNE (União Nacional dos Estudantes, 1968-1969).

<sup>101</sup> Presidente da UME (União Metropolitana dos Estudantes/SP em 1968)

<sup>102</sup> Paulo de Tarso Venceslau em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. São Paulo, São Paulo, 3 de agosto de 2019.

<sup>103</sup> Gregório Lourenço Bezerra (Painéis, 13 de março de 1900 — São Paulo, 21 de outubro de 1983) foi um destacado dirigente comunista brasileiro, do PCB, participando dos Levantes da ANL, sendo deputado constituinte de 1946 e opositor da Ditadura Militar Brasileira.

<sup>104</sup> A Corrente foi uma organização que atuou em Minas Gerais, era uma espécie de braço da ALN em Minas Gerais. Desta maneira difundiu a luta armada em território mineiro.

tropa de paraquedista pretendeu invadir o aeroporto para matar os prisioneiros, mas tomou somente a Rádio Nacional em Parada de Lucas e leu um comunicado contra a “medida impatriótica”, sem maiores consequências (GASPARI, 2014).

O voo que conduziu os militantes partiu do Rio de Janeiro, e teve escalas em Recife, onde embarcou Gregório Bezerra, e em Belém, onde embarcou Mário Zanconato, proveniente de São Paulo.

### **3.6.8 Avaliações dos militantes sobre a captura**

Carlos Eugênio Coelho da Paz (Clemente) considerou que “a leitura em todas as rádios de televisão e a publicação nos jornais do manifesto foi muito importante, pois furou o bloqueio que a imprensa fazia aos movimentos de resistência armada à ditadura”.<sup>105</sup>

Porém, Clemente avaliou que a captura do embaixador

[...] desencadeou um aumento dos recursos para repressão no Brasil, advindos dos Estados Unidos, através dos seus organismos, tipo CIA. Eles colocaram muitos recursos, que ajudou a estruturar a repressão e nós estávamos ainda no começo da guerrilha, não suportamos a ofensiva.<sup>106</sup>

O líder da ALN criticou a captura do embaixador, visto que, “Marighella discordou do plano, pois entendia que era muito ousado para o contexto daquela época”.<sup>107</sup>

Corroborando com as declarações de Paz, Nova e Nóvoa apresentaram este diálogo entre Marighella e Câmara Ferreira: “Marighella disse a Ferreira que não entendia como havia ficado à margem da discussão sobre

---

<sup>105</sup> Carlos Eugênio da Paz, em entrevista a Rádio NF. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 04 de fevereiro de 2014.

<sup>106</sup> Idem.

<sup>107</sup> Idem.

uma ação daquela magnitude. Achava que ela devia ter tido melhor avaliação, sobretudo nas suas consequências” (NOVA; NÓVOA, 1999, p. 152).

Paulo de Tarso Venceslau relatou que “pensou que Marighella tivesse sido informado do plano de captura”,<sup>108</sup> e que a pessoa indicada para informar Marighella sobre a decisão de realizar a captura seria Joaquim Câmara Ferreira.

No entanto, Venceslau avaliou que Toledo vislumbrava com esta ação, se afirmar na organização. Visto que “Toledo ficava em uma posição ofuscada diante de Marighella. Eu estava na reunião que decidiu a captura, a impressão que ficou era de que seria uma grande ação de Toledo. O Marighella não soube, porque Toledo não contou” (DA-RIN, 2007, p. 308).

Reis avalia que dentro da ALN, se o militante não realizasse ações armadas, não teria o respeito dos companheiros. Desta forma, ele entende que esta prática pode ter interferido na decisão de Toledo em permanecer no aparelho durante a captura, pois, “não havia nenhum motivo pra isso, porque na ação concreta o Toledo não participou, mas ele fez questão de ir pra casa para correr os riscos e ter os louros da vitória. E nesse ponto de vista ele se tornaria também um homem de ação respeitado”.<sup>109</sup>

As inquietações de Marighella se confirmaram, como sinaliza Nova e NÓvoa:

Após o desfecho do sequestro, a Junta militar promulgou uma nova constituição, incorporando todos os mecanismos dos anteriores Atos Institucionais e acrescentando a Lei de Segurança Nacional, que dava maiores poderes ao Executivo e aos órgãos repressores (NOVA; NÓVOA, 1999, p. 154).

---

<sup>108</sup> Paulo de Tarso Venceslau em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. São Paulo, SP, 3 de agosto de 2019.

<sup>109</sup> Daniel Aarão Reis em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Recife, Pernambuco, 14 de junho de 2019.

O jornalista Flávio Tavares apresentou sua avaliação sobre a captura, destacando o caráter, voluntarista dos militantes que participaram do ato.

Foi nosso equívoco triunfal. A partir de então a repressão se transformou. Passou a ser muito mais sofisticada, os organismos da repressão se unificaram, criaram o DOI-CODI e seus congêneres, o governo prestou muito mais atenção na propaganda, até chegar àquela coisa brutalmente triunfalista da ditadura Médici: “Ame-o ou deixe-o”. Mas foi o ato mais significativo da rebelião em si mesmo. Foi uma coisa de amadores? Foi. Mas foi o ato mais bonito, o mais marcante (DA-RIN, 2007, p. 62).

Entretanto, Reis, avalia que, apesar da ação ter sido um sucesso do ponto de vista operacional, não teve o apoio da população. Esta falta de apoio deixou os militantes da luta armada totalmente vulneráveis às ações da repressão, que aumentou substancialmente após a captura:

Eu acho que foi a maior ação da época e acho que ela simboliza aquele momento revolucionário. Ela foi bem pensada, no sentido que conseguiu atingir todos os objetivos, globalizou as ações diversificadas que já tinham sido feitas. [...] Agora o espírito revolucionário que animava não correspondia às demandas da sociedade (DA-RIN, 2007, p. 327).

Após a captura do embaixador americano a repressão concentrou e estruturou ainda mais seu aparelho repressor. Pois, “ela atuou de uma maneira brutal e a captura contribuiu para a unificação das repressões, coisa que já tinha existido em São Paulo com a OBAN, mas que agora vai adquirir um nível nacional com a estruturação dos DOI-CODI”.<sup>110</sup>

Em resumo, podemos perceber pelas entrevistas de alguns militantes envolvidos no sequestro, que a operação atendeu os objetivos imediatos de

---

<sup>110</sup> Daniel Aarão Reis em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Recife, Pernambuco, 14 de junho de 2019.

liberar alguns presos políticos, alguns deles estavam fadados a morrer no cárcere. Porém, a ação trouxe uma grande perda futura, pois a ALN e o MR-8 não estavam preparados para o aumento da repressão, que naquele ano já não era pequena.

Por outro lado, pela narrativa do militante Paulo de Tarso Venceslau, que vivenciou de perto as relações no comando da ALN, houve uma disputa de poder entre Marighella e o comandante da ALN em São Paulo. Toledo, no intuito de se fortalecer na legenda organizou uma ação de grande magnitude sem o consentimento de Marighella.

### **3.7 Escalada de horror: o assassinato de Marighella**

Em 25 de outubro de 1969, Emílio Garrastazu Médici<sup>111</sup> é eleito indiretamente Presidente da República. Nesta esteira, as prisões e mortes de importantes quadros da ALN, que já estavam acontecendo mesmo antes da captura do embaixador americano, ficaram cada vez mais frequentes.

Logo após, a finalização da captura foram ocorrendo sucessivas quedas nas organizações guerrilheiras, sobretudo na ALN e no MR-8. Na ALN, foram presos personagens centrais da estrutura da organização em São Paulo, incluindo dirigentes do GTA (NOVA; NÓVOA, 1999).

#### **3.7.1 Desarticulação do GTA-SP**

Na última semana de setembro de 1969, a repressão conseguiu prender grande parte dos principais militantes da ALN, em São Paulo. No dia 24 de setembro o militante da ALN Luis Balboni, ao pegar um carro com placa fria na Alameda Campinas, foi vitimado por uma emboscada e morto pela polícia. Junto com ele estava Manoel Cyrillo, que conseguiu escapar momentaneamente. No dia 25, dois membros do GTA, Takao Amaro e Carlos Lichszim foram presos (NOVA; NÓVOA, 1999).

---

<sup>111</sup> Governou o Brasil de 30 de outubro de 1969 a 15 de março de 1974.

O comandante do GTA, Virgílio Gomes da Silva foi preso no dia 29, com 36 anos, e foi assassinado, no mesmo dia, sob torturas, na rua Tutóia em São Paulo. Virgílio foi morto, por agentes da OBAN de acordo com registro do livro “Direito à verdade e à Memória”, realizado pela Comissão Especial sobre mortos e desaparecidos políticos, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República:

A denúncia de seu assassinato foi feita em depoimentos na Justiça Militar e em documentos elaborados pelos presos políticos. Segundo eles, Virgílio morreu nas mãos de torturadores liderados pelo major Inocêncio F. Beltrão e pelo Major Valdir Coelho, chefes da OBAN. Participaram também os capitães Beni Arruda Albinas, Dalmo Lúcio Muniz Cirillo, Maurício Lopes Lima, Homero César Machado - capitão conhecido como “Tomás”, da PM-SP – delegado Octávio Gonçalves Moreira Jr., sargento da PM Paulo Bordini, os agentes policiais Maurício de Freitas, vulgo “Lungaretti”, Paulo Rosa, vulgo “Paulo Bexiga” e um agente da Polícia Federal conhecido como “Américo”. (BRASIL, 2007, p. 105).

Antes de falecer Virgílio Gomes foi barbaramente torturado, por estes agentes, tanto que no dia seguinte, quando Paulo de Tarso Venceslau deu entrada na mesma sala de torturas, eles mostraram a Venceslau que as manchas existentes na parede eram provenientes da massa encefálica de Virgílio Gomes. Virgílio tornou-se o primeiro desaparecido da luta armada. A ditadura inventou que ele fugiu após prisão (MAGALHÃES, 2012).

No dia seguinte, a morte de Virgílio o DOPS-SP prendeu Manoel Cyrillo que passou dez anos na cadeia. No dia 1º de outubro, Paulo de Tarso Venceslau foi preso. Segundo a versão de Venceslau, ele viajou até a cidade de São Sebastião-SP para apanhar a mulher e os três filhos de Virgílio, “quando eu desci e abrir o portão estava aquele monte de policiais, esta cena eu nunca esquecerei. Fui preso ali”.<sup>112</sup>

---

<sup>112</sup> Paulo de Tarso Venceslau em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. São Paulo, SP, 3 de agosto de 2019.

Após a prisão, Venceslau foi torturado durante 15 dias seguidos pela OBAN, “me colocaram no pau de arara, e me afogaram. Eu fiquei tão fragilizado que não conseguia comer. Dois jornalistas que estavam na sela comigo é que me alimentavam. Os torturadores queriam saber informações sobre Marighella”.<sup>113</sup>

A barbárie da ditadura também atingiu a esposa de Virgílio e três de seus filhos. Também na OBAN, Ilda Martins foi torturada com pau de arara, após levar um soco que quebrou seus dentes. Os três filhos do casal foram levados à sede do DOPS, onde ficaram duas noites trancados (MAGALHÃES, 2012).

Em seguida foram levados a um juizado de menores onde passaram várias noites amarrados uns aos outros com medo de serem entregues a famílias diferentes. Pois eram constantemente ameaçados neste sentido. A caçula tinha quatro meses, em fase de amamentação foi separada da mãe. Não satisfeitos, os agentes informaram à mãe que a criança havia falecido (MAGALHÃES, 2012).

Estes episódios que acabamos de narrar mostra o quanto foi cruel os porões da ditadura militar, pois seus agentes assassinaram cruelmente um militante que se encontrava preso e indefeso. Não satisfeitos torturam uma mãe com três filhos pequenos, um deles com apenas quatro meses de vida, impedindo-a de amamentar. Ainda não saciados, torturam emocionalmente as crianças ameaçando-as de separação.

Logo após a prisão de Paulo de Tarso Venceslau, o militante Eduardo Pires Fleury seria preso e brutalmente torturado no DOI-CODI, posteriormente levado ao presídio Tiradentes em São Paulo. Assim em uma

---

<sup>113</sup> Paulo de Tarso Venceslau em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. São Paulo, SP, 3 de agosto de 2019.

semana, a repressão conseguiu empreender uma ação devastadora no GTA da ALN em São Paulo (NOVA; NÓVOA, 1999).

Diante de tamanha escalada de prisões, o principal líder da organização não poderia estar em segurança. Os caminhos de Marighella estavam cada vez mais próximos dos órgãos de repressão da Ditadura Militar, neste contexto, ele esboçou sinais de que pretendia dar um freio em seu projeto revolucionário, pois

O último mês de vida Marighella fora marcado por uma grande tensão não apenas pela perda de quadros experientes, mas também pelo fato de estes terem informações importantes sobre a estrutura organizacional e a rede de informações da ALN (NOVA; NÓVOA, 1999, p. 154).

### **3.7.2 Ligações de Marighella com os freis dominicanos**

A chave que a repressão usou para desvendar o paradeiro do líder da ALN veio de suas ligações com alguns freis dominicanos. No final de outubro de 1969, os órgãos de repressão conseguiram interceptar a conexão entre Marighella e estes religiosos. No entanto, as formas às quais eles obtiveram estas informações ainda não se encontram completamente esclarecidas (NOVA; NÓVOA, 1999).

De acordo com o DOPS-SP, a ligação teria sido descoberta através dos depoimentos de Paulo de Tarso Venceslau (ALN) e Isaías do Vale Almada (VPR). Numa entrevista concedida ao jornal, Estado de São Paulo, pouco tempo após o assassinato de Marighella, o diretor do departamento, Sérgio Fleury,<sup>114</sup> informou que as declarações de Paulo de Tarso confirmaram as suspeitas da ligação de Marighella com os dominicanos: “As suspeitas

---

<sup>114</sup> Sérgio Fernando Paranhos Fleury (Niterói, 19 de maio de 1933 – Ilhabela, 1 de maio de 1979) foi um policial que atuou como delegado do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS-SP). Fleury ficou conhecido por sua atuação violenta e foi acusado de tortura e homicídio de inúmeras pessoas pelo Ministério Público, mas morreu antes de ser julgado.



foram se fortalecendo até que coletamos as declarações de Paulo de Tarso Venceslau, de que seu contato com Marighella era feito através de Frei Ivo, residente do Convento dos Dominicanos”.<sup>115</sup>

Em relação aos indícios anteriores de apoio de religiosos nas ações da ALN, podemos relatar um trecho da entrevista de Carlos Zarattini a Silvio Da-Rin, militante da ALN-São Paulo, que foi preso no Recife em 1968, por envolvimento nas greves dos engenhos de cana de açúcar.

A minha prisão se deu três dias antes do AI-5, em 10 de dezembro de 1968-minha e de mais 14 camponeses que foram presos ali, no meu processo. Fiquei preso em Recife até nove de abril de 1969, quando fugi do quartel do Derby, quem me abrigou depois da fuga foi Dom Hélder, por intermédio das irmãs Dorotéia. Fiquei no convento com as irmãs durante quase um mês. E então, através dos contatos que tínhamos, o Toledo (ALN) me retirou de Recife, eu vim aqui para São Paulo e tive uma reunião com Marighella. (DA-RIN, 2007, p. 124).

Por outro lado, o jornalista Silvio Da-Rin, em suas pesquisas no Arquivo Público do Estado de São Paulo, encontrou um dossiê do DOPS-SP datado de 16 de janeiro de 1969, que aponta indícios que as ligações de Marighella com os dominicanos já eram monitoradas pelo órgão de repressão desde janeiro de 1969. De acordo com o dossiê:

As primeiras investigações deste serviço levaram a pessoa do médico Antônio Carlos Madeira, elemento de ligação entre a direção estadual da “Ala Marighella” e os líderes do interior. Nesta ocasião, soubemos que uma reunião da cúpula, da qual participava o próprio Marighella, teria lugar nesta capital. O primeiro informe nos dava conta de que ela se realizaria, possivelmente, no convento dos dominicanos em virtude da estreita ligação entre Madeira e os dirigentes daquele convento. Nestas circunstâncias, o DOPS-SP montou um

---

<sup>115</sup> ENTREVISTA com o Delegado Fleury. *O Estado de São Paulo*. 11 dez. 1969. Caderno Especial.

serviço de observações em torno das atividades do médico, mas na data prevista o conclave não se realizou (DA-RIN, 2007, p. 324).

Sobre esta questão, Paulo de Tarso Venceslau afirmou que as relações de Marighella com os dominicanos não atendiam a regra de segurança estabelecida pela organização, portanto, eram muito vulneráveis, afirmando que “em 1968, de vez em quando eu almoçava no convento. Em um desses almoços, eu presenciei frei Oswaldo lendo para todos os dominicanos um documento do Marighella, em voz alta. Uma leitura coletiva, em pleno convento. Eu achei aquilo um absurdo” (DA-RIN, 2007, p. 325).

Venceslau defende que desde 1968, o convento já era monitorado pelo DOPS-SP, visto que “durante o congresso de Ibiúna, um companheiro veio do sítio e se hospedou no convento. Um dia ele saiu do convento e entrou no jipe. Mas o motor do veículo, não deu partida. Era uma emboscada, o companheiro foi preso”.<sup>116</sup>

De acordo com Venceslau, a sua prisão apenas confirmou as suspeitas de Fleury que existia relações de Marighella com os dominicanos, pois “aquela vulnerabilidade já havia. Tanto é que quando eu cheguei ao DOPS-SP, Fleury pegou o telefone do convento, que eu tinha anotado no talão de cheques, e falou: você é um imbecil. É isso que nós queremos” (DA-RIN, 2007, p. 325).

Segundo a narrativa de Venceslau, este talão de cheques não tinha sido percebido antes, pela OBAN, contudo, “ele chamou a atenção de Fleury, no DOPS-SP, a partir deste momento foram mais três dias de torturas, me perguntaram quem eu conhecia no convento, mas informei apenas os que já haviam saído do Brasil”.<sup>117</sup> A partir deste momento, Paulo

---

<sup>116</sup> Paulo de Tarso Venceslau em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. São Paulo, SP, 3 de agosto de 2019.

<sup>117</sup> Idem.

de Tarso amargou seis longos anos de prisão, e só foi saiu em liberdade condicional, no ano de 1975.

Não se pode precisar a origem da descoberta, o que apresentamos é apenas uma das muitas possibilidades, contudo o fato é que os freis Fernando de Brito<sup>118</sup> (frei Fernando) e Ivens Amaral Lespaupine<sup>119</sup> (Frei Ivo) foram presos pelo DOPS na cidade do Rio de Janeiro e através de intensa tortura<sup>120</sup> confessaram as ligações que mantinham com a ALN.

### 3.7.3 A emboscada da Alameda Casa Blanca

Também existe uma lacuna na ação do DOPS-SP que ocasionou a queda de Marighella. Como o órgão repressor obteve a informação do dia e hora em que o líder revolucionário telefonaria para os dominicanos? Mir, por exemplo, afirma que teria sido Frei Tito quem teria confirmado: “Marighella entraria em contato com os dominicanos naquela manhã de quatro de novembro de 1969” (MIR, 1994, p. 458).

Gorender afirma: “Um telefonema já estava combinado para tarde do dia 4, visando confirmar o encontro à noite” (GORENDER, 1999, p. 111). Segundo Nova e Nóvoa: “Os Freis Fernando e Ivo negam já ter um encontro previsto com Marighella para o dia 4 de novembro de 1969. Eles dizem não saber como o DOPS-SP conseguiu informações acerca de seu último encontro como líder da ALN (NOVA; NÓVOA, 1999, p. 161). Venceslau acredita que o frei Fernando “sabia! Pois eles ficaram no local esperando o telefonema um bom tempo”.<sup>121</sup>

<sup>118</sup> Frei Fernando de Brito (1936-2019), frei dominicano. Passou quatro anos na prisão de 1969 à 1973.

<sup>119</sup> Deixou a carreira religiosa e hoje é mestre e doutor em sociologia. Passou quatro anos na prisão de 1969 à 1973.

<sup>120</sup> O filme “Batismo de Sangue” (Direção: Helvécio Ratton, 2007, 110 min) relata com detalhes o sofrimento dos freis. O delegado Sérgio Paranhos Fleury, comandou e participou diretamente das torturas.

<sup>121</sup> Paulo de Tarso Venceslau em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. São Paulo, São Paulo, 3 de agosto de 2019.

Através desta informação foi montado um esquema de tocaia para Marighella: “Fleury montou uma escuta telefônica na livraria e determinou que uma equipe do DOPS-SP ocupasse o local e permanecesse postada ao lado de Frei Fernando. Só faltava o telefonema do militante da ALN, para a livraria marcando o encontro” (MIR, 1994, p. 457-458).

Sem desconfiar da captura dos Freis pelo DOPS-SP, Marighella pediu para o militante da ALN, Antônio Médici Camargo telefonar na tarde do dia 4 de novembro de 1969 para a livraria Duas Cidades<sup>122</sup> e marcar um encontro com os dominicanos. Camargo cumpriu as ordens e telefonou para a livraria.

Cercado por policiais, Frei Fernando confirmou o encontro. Evidenciando mais uma falha de segurança, pois não havia entre Marighella e os freis uma senha, uma expressão que significasse um alerta, para abortar o encontro.

Este foi marcado para o mesmo dia às oito horas da noite. O combinado foi o seguinte: Marighella deveria se dirigir a pé até a Alameda Casa Blanca, nº 800, para se encontrar com os dois freis, que estariam posicionados dentro de um fusca (MAGALHÃES, 2012).

Na noite de 4 de novembro de 1969, às 8 horas em ponto, conforme combinado, Marighella chegou ao local marcado, porém além dos freis, Fernando e Ivo encontrou Fleury e seus agentes. Este episódio é narrado da seguinte forma pelo jornalista Mário Magalhães:

O revolucionário puxa a porta do carona, empurra para frente o banco de frei Fernando e se acomoda atrás. [...] os tiras abrem as duas portas aos berros [...] mancando: Fleury demora a chegar [...] Marighella estica a mão até uma pasta [...] os agentes atiram a queima roupa [...] uma bala perfura as nádegas e provoca quatro ferimentos. Outra alojasse no púbis. A terceira penetra e sai

---

<sup>122</sup> Esta livraria pertencia à ordem dos dominicanos.

pelo queixo. A falange do dedo indicador da mão esquerda é arrancada [...]. Até que da janela do fusca acertaram-no no tórax, lesionaram a artéria aorta e ele não se mexe mais (MAGALHÃES, 2012, p. 552).

Após constatar a morte do líder da ALN os agentes reviraram sua roupa e pasta, mas só encontram papéis com anotações em alfabeto grego e russo, código Morse e hieróglifos, a quantia de mil dólares e um frasco de cianureto.<sup>123</sup> Não localizaram armas, quando Marighella procurou a pasta durante o tiroteio, provavelmente deve ter tido a intenção de tomar o veneno para não ser preso ainda com vida.

Mas a ação policial não terminou com o assassinato de Marighella, após o ocorrido, um protético avançou com seu automóvel, a barreira policial que estava montada na Alameda. Os policiais achando que o carro do protético pertencia a um aparato de segurança retardatário da ALN resolveram disparar suas metralhadoras contra o homem, que morreu instantaneamente. Como consequência desta ação policial foi atingida uma investigadora, e um agente da polícia, que estavam na operação. A investigadora faleceu três dias depois.

Após estes crimes, o delegado Fleury divulgou uma narrativa de que Marighella estava armado com uma pistola Luger calibre nove milímetros e que teria havido troca de tiros entre militantes da ALN e os policiais do DOPS-SP. Segundo a versão do delegado, desta troca de tiros resultaram as mortes do protético e da investigadora, além do ferimento do policial (MAGALHÃES, 2012).

Esta narrativa foi incorporada pelos principais meios de comunicação do Brasil, que divulgaram a informação para o grande público. Os pesquisadores que fizeram a biografia de Marighella, como Mário Magalhães,

---

<sup>123</sup> Segundo a militante da ALN em Pernambuco Teresa Vilaça, muitos militantes andavam com este comprimido, incluindo ela.

Cristiane Nova e Jorge Nóvoa, afirmaram em seus trabalhos, que durante vários anos, esta foi à versão predominante. Portanto, a forma como foi veiculada a notícia evidencia que os meios de comunicação adotaram a narrativa dos órgãos repressores da ditadura militar.

Porém, esta versão foi contestada pelo advogado de defesa dos dominicanos. No julgamento dos religiosos ocorrido em setembro de 1971, o advogado Mário Passos Simas sustentou a ideia de crime cometido pelo DOPS-SP.

O advogado desmentiu a versão da ditadura militar, que havia militantes da ALN em uma caminhonete, na Alameda Casa Blanca, e que estes militantes trocaram tiros com a polícia. Simas também afirmou durante o julgamento, que Marighella teria sido assassinado covardemente (NOVA; NÓVOA, 1999).

No livro “Direito e Memória da verdade”, construído pela Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República está registrado que a morte de Carlos Marighella foi de responsabilidade do Estado Brasileiro, esta decisão foi deferida em 11 de setembro de 1996 com a votação de 5x2 e publicado no Diário Oficial da União em 18 de setembro de 1996, como podemos observar a seguir:

Ao final de consistentes ponderações, derivadas da análise das contradições detectadas e do parecer de Nelson Massini, o relator do processo na CEMDP, justificou seu voto favorável concluindo: “A morte de Carlos Marighella não corresponde à versão oficial divulgada na época pelos agentes policiais”. Os indícios apontam para a não ocorrência do tiroteio entre a polícia e seus supostos seguranças e indicam, também, que ele não morreu na posição em que o cadáver foi exibido para a imprensa. Carlos Marighella, afirma o parecer médico legal [...] foi morto com um tiro a curta distância depois de ter sido alvejado pelos policiais, quando já se encontrava sob seu domínio, e, portanto,

sem condições de reagir. Confirma-se, assim [...], que a operação policial extrapolou o objetivo legítimo de prendê-lo (BRASIL, 2007, p. 109).

Vale destacar que apesar do relator da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos ter responsabilizado o Estado pela morte de Marighella, não deixou de salientar no final da sentença que “a operação policial extrapolou o objetivo legítimo de prendê-lo”. Em uma concordância com a prisão de Marighella, este julgamento foi realizado quando eram já passados mais de dez anos do retorno ao estado democrático de direito.

Por outro lado, para Paulo de Tarso Venceslau, Marighella não levou em conta alguns aspectos básicos de segurança da organização, e isso contribuiu fortemente para sua queda. Segundo Venceslau,

Acabou sendo por não cumprir aquilo que estava previsto nos princípios básicos da organização, de segurança. Mandou um militante para Porto Alegre para verificar se estava havendo prisões dos padres. Por que ele não esperou um aviso? O militante chegou, estava entrando em São Paulo, e escutou pelo rádio que Marighella tinha morrido (DA-RIN, 2007, p. 323).

#### **3.7.4 Consequências da morte de Marighella para ALN**

A partir da morte de Marighella, Câmara Ferreira é posto na posição de principal comandante da ALN. Neste ponto, “Fidel diz a Câmara Ferreira que a ALN continuaria desfrutando da condição de organização preferencial para Cuba em relação ao Brasil e ele seria o principal vínculo dos cubanos com o movimento revolucionário brasileiro” (MIR, 1994, p. 505).

Praticamente toda a estrutura armada da ALN de São Paulo é destruída durante esses dois meses, entre setembro e novembro de 1969, porém de acordo com a narrativa de Clemente, “juntamente com o Comandante Toledo, conseguimos reestruturar a ALN na capital paulista. Toledo

montou a coordenação nacional, e nesta coordenação fiquei responsável pelo trabalho militar, eu tinha na época, apenas 21 anos”.<sup>124</sup>

Apesar destas iniciativas, a morte de Marighella ocasionou uma fissura na estrutura da ALN. Acesso a reservas financeiras, e depósitos de armas e algumas terras no campo foram abruptamente interrompidos com sua morte. Marighella sepultou consigo esta estrutura da futura guerrilha rural, que a ALN planejou. Quem estava instalado no campo ficou perdido na imensidão brasileira (MIR, 1994).

O fato de grande parte dos planos da ALN ter sucumbido com a morte de Marighella evidencia que, apesar do revolucionário pregar a descentralização das ações armadas, nas questões estratégicas para a guerrilha rural, ele não praticou este fundamento.

Por outro lado, Paulo de Tarso Venceslau entende que a morte de Marighella originou a descontinuidade de uma rede de apoios, construída através de uma gama enorme de fios de relacionamentos. Pois, o que fazia a junção destas pessoas era a presença carismática do líder da ALN, segundo Venceslau,

Marighella tinha a qualidade de atrair pessoas diferentes. Tinha desde militares, padres, velhos comunistas, a rede de apoio que ele tinha era muito significativa, tinha empresários, médicos, psiquiatras, eram pessoas que tinham muito a ver com ele. Concepções políticas completamente diferentes. Ele se caracterizava exatamente por galvanizar coisas muito diferentes. Então quando Marighella morreu Toledo não tinha o mesmo tipo de vida, o mesmo tipo de relacionamento. Na luta armada, a morte de Marighella foi um abalo muito grande. A partir deste momento, ninguém mais tinha a mesma segurança de pregá-la como antes, com aquele símbolo, aquela figura emblemática (DA-RIN, 2007, p. 323).

---

<sup>124</sup> Carlos Eugênio da Paz, em entrevista a Rádio NF. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 04 de fevereiro de 2014.



Menos de um ano, após a morte de Marighella, Toledo também foi assassinado. O crime ocorreu em São Paulo, no mês de outubro de 1970. Toledo foi vítima de uma emboscada, montada pela equipe de Fleury. Levado preso para um sítio clandestino nas proximidades da cidade, ele morreu de infarto, após torturas.<sup>125</sup> Em seguida, Clemente assumiu o comando, da legenda, visto que, “a partir da morte de Toledo até o final da ALN, eu exerci o comando da organização”.<sup>126</sup>

Entretanto, após as mortes de Marighella e Câmara Ferreira, o processo de desarticulação da ALN, que já estava em franco andamento, aumentou drasticamente. Com grandes dificuldades de sobrevivência provenientes do agravamento do isolamento social e da repressão e o surgimento de dissidências como o Movimento de Libertação Popular (MOLIPO),<sup>127</sup> a ALN foi extinta em dezembro de 1973. Segundo Clemente “a ALN só parou de lutar porque não existiam mais militantes para continuar o trabalho armado”.<sup>128</sup>

Esta repressão imposta à ALN foi vivenciada pelas outras organizações armadas. Os movimentos que ocorreram após o golpe civil-militar de 1964 foram reprimidos de maneira brutal pela ditadura militar e praticamente dizimados a partir de 1974. Segundo dados da Comissão Nacional da Verdade (CNV) 434 pessoas foram mortas pela ditadura militar entre os anos de 1964 a 1984. Dentre estas 210 estão desaparecidas.<sup>129</sup>

---

<sup>125</sup> MEMORIAL DA DEMOCRACIA. O “velho” morre sob as garras de Fleury. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/o-velho-morre-sob-as-garras-de-fleury>. Acesso em 12 mai. 2020.

<sup>126</sup> Carlos Eugênio da Paz, em entrevista a Rádio NF. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 04 de fevereiro de 2014.

<sup>127</sup> MOLIPO foi uma organização revolucionária guerrilheira, formada por estudantes universitários de São Paulo, durante os anos de 1970 e 1971, após um processo crítico de divergência contra o comando militar da ALN, principalmente pelo grande voluntarismo e ausência total de trabalho com a população.

<sup>128</sup> Carlos Eugênio da Paz, em entrevista a Rádio NF. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 04 de fevereiro de 2014.

<sup>129</sup> Depois de dois anos e sete meses de trabalho, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) confirmou, em seu relatório final, 434 mortes, vítimas da ditadura militar no país. Entre essas pessoas, 210 estão desaparecidas.

Apesar desse quadro, os órgãos de repressão, nunca conseguiram capturar o comandante Clemente, segundo sua narrativa, “o preço pela minha recompensa era de um milhão de dólares”.<sup>130</sup> Em dezembro de 1973, ele viajou para Cuba e em seguida conseguiu asilo político na França, onde ficou até 1981, quando retornou ao Brasil, ainda na clandestinidade, só conseguindo o benefício em 1982.<sup>131</sup> <sup>132</sup>

### **3.8 ALN e a imprensa**

A seguir, apresentaremos matérias da imprensa nacional e de Pernambuco relacionadas a atuação da Aliança Libertadora Nacional. Analisamos reportagens dos periódicos O Globo, Jornal do Brasil e da Revista Veja, através do estudo de Ana Paula Libardi (2007); e dos periódicos Jornal do Commercio e Diário de Pernambuco, consultados na Hemeroteca do Apeje.

#### **3.8.1 Jornal o GLOBO, Jornal do Brasil e a Revista Veja**

A historiadora Ana Paula de Souza Libardi escreveu uma dissertação sobre a forma como as ações da ALN foram noticiadas pela revista Veja, e os jornais O Globo<sup>133</sup> e Jornal do Brasil.<sup>134</sup> Nas conclusões finais de sua dissertação ela defende que não havia uma homogeneidade de tratamento, ou seja, existiam diferenças marcantes de abordagem sobre as ações armadas da ALN, pois

---

<sup>130</sup> Carlos Eugênio da Paz, em entrevista a Rádio NF. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 04 de fevereiro de 2014.

<sup>131</sup> Idem.

<sup>132</sup> Ele não foi anistiado em 1979 devido a várias participações em ações com vítimas fatais.

<sup>133</sup> O Globo é um jornal diário de notícias brasileiro, fundado em 29 de julho de 1925 e sediado no Rio de Janeiro. Fundador Irineu Marinho.

<sup>134</sup> Jornal do Brasil é um jornal brasileiro diário, que é editado na cidade do Rio de Janeiro. Foi fundado em 1891 pelo jornalista Rodolfo Epifânio de Sousa Dantas.

O Globo, Jornal do Brasil e Veja, aqui representavam a imprensa censurada. Enfim cada veículo de comunicação informou e se expôs de um modo diferente. Veja e Jornal do Brasil, apesar de não apoiarem a luta armada, em suas publicações procuravam quase sempre noticiar sem condenar os guerrilheiros, ou apoiar o regime militar. A revista Veja com tom mais provocativo, o Jornal do Brasil de forma mais sutil, preferiu chamar Marighella de ex-deputado e não de terrorista, o Globo ao contrário expunha sempre uma postura contra a guerrilha e de apoio aos militares (LIBARDI, 2007, p. 157).

De acordo com Libardi a revista Veja se destacou pela quantidade de matérias dedicadas à ALN. Nestas reportagens, “apesar de taxá-lo de terrorista em várias edições, ela fez uma cobertura sobre o tema, sem apoiar o regime militar. Além disso, procurou expor os fatos, apesar das censuras” (LIBARDI, 2007, p. 155).

Podemos constatar as afirmações de Libardi, nas matérias apresentadas pelo jornal o Globo, sobre a tomada da rádio Nacional, e o assassinato do capitão Charles Chandler. O Jornal tinha uma narrativa em sintonia com o discurso dos órgãos repressores do governo, visto que,

Bando Armado toma a rádio de assalto, metralhadoras e revólveres garantiram ontem a tomada dos transmissores da Rádio Nacional de São Paulo, numa ação de 25 minutos sob o comando pessoal de Marighella e Lamarca, à frente de um bando de dez terroristas, cinco ainda não identificados. Na voz de Marighella, uma mensagem de desordem e ofensa às autoridades foi irradiada durante 15 minutos, e parcialmente repetida antes que a emissora pudesse ser retirada do ar. O ataque estava planejado há mais de seis meses, e a polícia sabia.<sup>135</sup>

Da janela de seu quarto, uma mulher foi testemunha do assassinato de um herói de guerra norte-americano. O capitão Charles Rodney Chandler, de 30 anos, instrutor de guerrilhas e ex-combatente no Vietnã, foi metralhado por três homens no interior de seu carro, ao sair de casa no sábado de manhã, em

---

<sup>135</sup> BANDO armado toma rádio de assalto. *O Globo*. 16 ago. 1969. Página Policial, p.12, apud LIBARDI, 2007.

companhia do filho, que levaria à festa do Texas, montada no Ibirapuera. No impala do militar assassinado, seis panfletos datilografados, junto ao cadáver, diziam que sua morte foi “a pena imposta pela justiça revolucionária” a um homem que quarenta vezes, num ano, enfrentou os vietcongues. O crime está sendo investigado pela Polícia Federal, DOPS, Delegacia de Homicídios e 21ª Delegacia. O delegado da Polícia Federal, General Sílvio Correia de Andrade, vê no atentado um prosseguimento da onda de terrorismo em São Paulo.<sup>136</sup>

Por outro lado, mesmo com toda a censura, outros veículos de comunicação conseguiam informar apresentando Marighella de forma diferente do O Globo.

General França deve chefiar em S. Paulo caça a Marighella. O secretário de Segurança, General Luís de França Oliveira, deverá viajar nas próximas horas para o interior de São Paulo, a fim de chefiar a caçada ao ex-deputado comunista Carlos Marighella, apontado como chefe da quadrilha que assaltou o carro-pagador.<sup>137</sup>

Podemos perceber que ao publicar esta matéria, o Jornal do Brasil não utilizou “a palavra terrorista, que era algo comum na imprensa, a palavra utilizada foi ex-deputado, lembrando ao leitor a sua condição anterior ao golpe, condição essa de um político e não de alguém perigoso e desordeiro” (LIBARDI, 2007, p. 132).

Apesar desta diferença de abordagem defendida por Libardi, sobre o passado político de Marighella, o Jornal do Brasil classificou o líder da ALN de chefe de quadrilha, ou seja, de bandido.

Na matéria do jornal o Globo ao noticiar a prisão de um guerrilheiro e “a desarticulação de quatro aparelhos da ALN percebe-se claramente, já

---

<sup>136</sup> HERÓI de guerra metralhado por terroristas. *O Globo*. 14 out. 1968. Página Policial, p. 18, apud LIBARDI, 2007.

<sup>137</sup> GENERAL França deve chefiar em S. Paulo caça a Marighella. *Jornal do Brasil*. 13 nov. 1968. Página p. 10, apud LIBARDI, 2007.

na manchete do jornal, uma opinião que os desqualificava” (LIBARDI, 2007, p. 133).

#### Estourados Mais Quatro Ninhos de Terroristas

No estouro do aparelho da subversão, as armas foram encontradas na geladeira. Em 24 horas de atividades ininterruptas, agentes do Exército e da polícia desmantelaram ao todo mais quatro ninhos do terrorismo.<sup>138</sup>

Por outro lado, em uma matéria sobre o líder da ALN, em 1968 a revista *Veja*, “não o descreve como um bandido, e sim como um líder comunista exemplar, deputado baiano” (LIBARDI, 2007, p. 146):

Onde andarรก Carlos Marighella? Estรก treinando guerrilha, quase sexagenรกrio, em algum ponto no interior do país? Muitas autoridades acham que isso 茅 provรกvel. Por isso, a caça sem tregua, a mobilizaçŁo permanente contra o homem acusado de assaltar bancos para conseguir fundos que sustentem a guerrilha. Um Dom Quixote, dizem as esquerdas mais comportadas.<sup>139</sup>

No entanto, 茅 importante pontuar que a cobertura jornalística realizada por *Veja*, quando o embaixador dos Estados Unidos foi capturado teve um tratamento, semelhante ao praticado pelo jornal o *Globo* (LIBARDI, 2007). Como podemos ver, neste trecho da matéria, apresentada a seguir:

Para os diplomatas, habituados às boas maneiras e às gentilezas dos salões, a violência física 茅 a forma menos indicada de se resolver um problema. Para os terroristas, acostumados à subversão da ordem e à vida clandestina, a violência física 茅 uma das formas mais indicadas de se resolver um problema. [...] As pesadas condiçŁes dos terroristas estavam lançadas. Mas que alternativa

---

<sup>138</sup> ESTOURADOS mais quatro ninhos de terroristas. *O Globo*. 22 dez. 1969. Pรกgina Policial, p.12, apud LIBARDI, 2007.

<sup>139</sup> A CAÇADA. *Revista Veja*. SŁo Paulo, nº 11, p. 17, nov. 1968, apud LIBARDI, 2007.

teria o governo para não engolir essa taça de amargura, se isto dependia a vida do embaixador?<sup>140</sup>

### 3.8.2 Jornal do Commercio e Diário de Pernambuco

Em finais da década de 1969 e início de 1970, os periódicos de Pernambuco publicaram algumas matérias sobre as ações da ALN no Brasil. Em uma delas, o Jornal do Commercio, ao fazer uma retrospectiva do ano de 1969, elencou algumas ações, destacando a captura do embaixador, como aquela que mais chocou a sociedade brasileira.

Nenhuma linha foi utilizada para indicar quais eram as reivindicações dos envolvidos. O jornal também não apresentou algum aspecto político aos eventos, tratando-os apenas como ações terroristas. Também não mencionou o nome das organizações. Como podemos ver a seguir: “o terrorismo colocou todas as baterias para funcionar em 1969, realizando desde assaltos a banco, atentados a quartéis e até o sequestro do embaixador americano no Brasil [...]”.<sup>141</sup>

Na mesma página o Jornal do Commercio,<sup>142</sup> apresenta o assassinato de Marighella como um grande feito do DOPS-SP. Destacando que a morte dele foi um duro golpe na escalada terrorista que estava ocorrendo no Brasil. Como o Jornal o Globo, o periódico pernambucano manteve a narrativa de que Marighella era um inimigo do país.

Nesta retrospectiva anual, o JC, ainda exibiu, a relação dos atos institucionais decretados pelo governo militar durante o ano de 1969. O Jornal não apresentou discordâncias em relação a estes atos.

---

<sup>140</sup> QUE vão fazer? *Revista Veja*. São Paulo, n° 49, p. 20, ago. 1969, apud LIBARDI, 2007.

<sup>141</sup> O SEQUESTRO do embaixador foi o ato que mais chocou. *Jornal do Commercio*. Recife, 28 dez. 1969. Caderno Especial. Hemeroteca do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (Apeje).

<sup>142</sup> MORTE de Marighella é golpe na escalada terrorista. *Jornal do Commercio*. Recife, 28 dez. 1969. Caderno Especial. Hemeroteca do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (Apeje).

Nesta relação, está presente o Ato Institucional nº 14, com a seguinte descrição: “estabeleceu a pena de morte para a guerra subversiva. O fuzilamento será o meio de execução e o presidente da república, poderá comutar a pena em prisão perpétua, de acordo com a nova lei de segurança nacional”.<sup>143</sup>

Em março de 1970, o *Jornal do Commercio*, após o sequestro do cônsul japonês no Brasil,<sup>144</sup> que havia sido realizado no dia 11 de março de 1970, apresentou um editorial onde endossa e justifica as ações repressivas do governo militar. Nesta matéria, o periódico afirma “[...] no ano passado o sequestro do embaixador dos Estados Unidos deflagrou uma crise [...] e obrigou o governo a editar, [...], o ato Institucional nº 5”.<sup>145</sup>

Na realidade o AI-5 ocorreu em 13 dezembro de 1968 e a captura do embaixador americano ocorreu posteriormente, em 4 setembro de 1969. Portanto esta narrativa de vincular o AI-5 a captura do diplomata americano não tem fundamento. Desta forma ela se apresenta como uma iniciativa do periódico, para justificar as ações de repressão da ditadura militar.

A VPR, durante o cativeiro do cônsul japonês, divulgou uma lista com cinco militantes de esquerda que deveriam ser trocados pelo diplomata. Quatro eram do VPR<sup>146</sup> e um da ALN, o dirigente Otávio Ângelo.<sup>147</sup> Porém, o *Diário de Pernambuco*<sup>148</sup> divulgou, equivocadamente, que na relação estaria Câmara Ferreira, ao invés de Diógenes Arruda da VPR.

<sup>143</sup> SETEMBRO trouxe pena de morte para subversão. *Jornal do Commercio*. Recife, 28 dez. 1969. Caderno Especial. Hemeroteca do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (Apeje).

<sup>144</sup> Sequestro foi realizado pela VPR e ocorreu no dia 11 de março de 1970, em São Paulo. Terminou no dia 15 de março de 1970. Foi o primeiro sequestro realizado pela VPR, que na época era comandada pelo ex-capitão do Exército Carlos Lamarca.

<sup>145</sup> NOVO sequestro. *Jornal do Commercio*. Recife, 13 mar. 1970. Editorial. Hemeroteca do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (Apeje).

<sup>146</sup> Madre Marina Silveira, Diógenes Carvalho, Damares Lucena (com 3 filhos) e Mário Japa.

<sup>147</sup> MEMORIAL DA DEMOCRACIA. Cônsul do Japão é trocado por presos. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/consul-do-japao-e-trocado-por-presos>. Acesso em: 15 mai. 2020.

<sup>148</sup> NOVO sequestro. *Jornal do Commercio*. Recife, 14 mar. 1970. Capa. Hemeroteca do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (Apeje).

A matéria, que estampava na capa do jornal uma foto de Câmera Ferreira, avaliava de forma irônica a condição de Toledo ter sido incluído na lista, mesmo sendo o substituto de Marighella no comando da ALN. Ora, Toledo não estava detido naquele momento. Não sabemos se este erro foi mesmo um equívoco, ou uma ação deliberada, no intuito de causar mais um desgaste na imagem da ALN perante os leitores.

Em algumas matérias ficava evidente a preocupação dos periódicos, em passar para população que o governo estava com o controle da situação. Visto que,

Realmente foram desarticulados [...] a ala vermelha do PCB, ALN de Marighella e a VAR-Palmares, ligada a Lamarca [...]. Os terroristas ainda praticam algumas ações de efeito apenas psicológico visando provar a opinião pública que ainda estão atuantes. [...] como neste assalto a união dos bancos brasileiros realizado no último dia 2 de março, quando os assaltantes escreveram nas paredes “Comando Virgílio Gomes”.<sup>149</sup>

No aniversário de oito anos do golpe civil-militar de 1964, os periódicos de Pernambuco publicaram vários editoriais negando as evidências de que o país estava sendo governado por uma ditadura. Como podemos ver nesta matéria do Diário de Pernambuco, em que o jornal faz uma avaliação positiva do desempenho do governo ao afirmar que, “as forças vigilantes da democracia detiveram o projeto declive em que nos encontrávamos e restauraram a vida nacional nos seus princípios da democracia e do cristianismo”.<sup>150</sup>

Quatro dias antes, da publicação deste editorial do Diário de Pernambuco, que enalteceu a “democracia brasileira”, o Jornal do Commercio

---

<sup>149</sup> POLÍCIA garante o fim dos principais terroristas. *Jornal do Commercio*. Recife, 05 mar. 1970. Capa. Hemeroteca do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (Apeje).

<sup>150</sup> A REVOLUÇÃO de março. *Diário de Pernambuco*. Recife, 31 mar. 1970. Editorial. Hemeroteca do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (Apeje).



havia noticiado a condenação do escritor Caio Prado Júnior, a quatro anos e seis meses de detenção, apenas por ter dado, em 1967, uma entrevista a revista *Revisão*.<sup>151</sup> Segundo a matéria do *Jornal do Commercio* “sob a acusação de incitar a guerra e a subversão da ordem política e social”.<sup>152</sup>

Ao contrário da historiadora Libardi, que concluiu haver diferentes formas de narrativas, entre *Veja*, *Globo* e *Jornal do Brasil*, sobre as ações da ALN, em Pernambuco, pelo menos durante o período que pesquisei, não percebi esta diferença. Pois, o *Diario de Pernambuco* e o *Jornal do Commercio* estiveram com suas narrativas coladas com a do governo militar.

### 3.9 Memória de Marighella

Carlos Marighella, além da carreira política, e líder da ALN escreveu diversos livros, entre eles “A Crise Brasileira” (1966), “Porque Resisti à Prisão” (1964) e o “Mini-manual do Guerrilheiro Urbano” (1969), além de vários poemas, tais como: *Rondó da Liberdade*, *Fernando de Noronha* e *Pão de açúcar*.

Era uma figura pública admirada por vários intelectuais e cineastas como Antônio Cândido,<sup>153</sup> Jorge Amado e Glauber Rocha. Portanto, para alguns, Marighella não era apenas um comandante de um agrupamento armado militarista, era visto como um personagem que tinha formação intelectual. Neste ponto, Rollemberg faz um resumo de como o líder da ALN era compreendido por alguns escritores:

---

<sup>151</sup> Revista editada pela faculdade de filosofia, ciências e letras da USP.

<sup>152</sup> CAIO Prado é condenado por auditoria militar a quatro anos e seis meses de detenção. *Jornal do Commercio*. Recife, 26 mar. 1970. Capa. Hemeroteca do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (Apeje).

<sup>153</sup> Antonio Candido de Mello e Souza (Rio de Janeiro, 24 de julho de 1918 – São Paulo, 12 de maio de 2017) foi um sociólogo, crítico literário e professor universitário brasileiro. Estudioso da literatura brasileira e estrangeira, é autor de uma obra crítica extensa, respeitada nas principais universidades do Brasil.

Em Jorge Amado, “ele é aquele que representa, mais autenticamente, o povo brasileiro naquele momento da ditadura”. Para os historiadores Cristiane Nova e Jorge Nóvoa, “Ao exército de visionários e idealistas juntou-se a figura de Marighella”. No panteão de Zumbi, Guevara e Sandino. Como um personagem da mitologia grega, Glauco, imortalizado, meio homem meio Deus. (ROLLEMBERG, 2009, p. 91).

Para alguns pesquisadores, Marighella também representou um grande herói do povo brasileiro: “Com sua morte Marighella perdia a vida, mas entrava para a história, como um grande herói brasileiro. Como diria Antônio Candido, mesmo que seu reconhecimento público venha se manifestando aos poucos” (NOVA; NÓVOA, 1999, p. 178).

Esta versão contrasta fortemente com a imagem difundida por grande parte da imprensa durante a ditadura militar. Como podemos ver nesta matéria divulgada pelo jornal “O Globo” que o identificava como o inimigo número 1 do Brasil.

Poucos meses depois da morte de Marighella, o Globo priorizou as relações de padres dominicanos com a guerrilha mais do que a morte do ex-deputado, citando como única fonte o DOPS-SP, o que demonstra, claramente, que o jornal adotou como absoluta a versão dos órgãos de segurança. Marighella recebeu as qualificações de chefe terrorista e líder de bando (LIBARDI, 2007, p. 136).

Mesmo passados mais de cinquenta anos da morte de Marighella, esta corrente de pensamento ainda existe, haja vista, estas declarações do deputado federal Carlos Jordy (PSL): “Ouvir as pessoas falarem que Marighella é um herói, para mim, é inadmissível! Um terrorista, assassino, que, no seu livro Manual do Guerrilheiro Urbano, ensinava como assassinar policiais” (ARGEMON, 2019).

Por outro lado, de todos os militantes entrevistados durante esta pesquisa Teresa Vilaça foi a que revelou maior relação com a memória de Marighella, tanto que fez questão absoluta de realizar a primeira entrevista no cemitério Quinta dos Lázaros (Figura 1), na cidade de Salvador, Bahia, local onde se encontram os restos mortais do líder da ALN.



Figura 1 – Entrevista com Tereza Vilaça no Cemitério Quinta dos Lázaros. Salvador, BA, 11 de dezembro de 2017.  
Fonte: Acervo pessoal.

Vilaça falou sobre a lápide de Marighella, que foi projetada pelo arquiteto Oscar Niemeyer.<sup>154</sup> Naquele momento, ela estava engajada no projeto de recuperação da obra e tinha expectativa de terminá-la em 2019, pois, naquele ano iria completar 50 anos do assassinato do líder da ALN. Como podemos perceber na Figura 2, a obra de Niemeyer estava bastante deteriorada.

---

<sup>154</sup> Oscar Ribeiro de Almeida Niemeyer Soares Filho (Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 1907 – Rio de Janeiro, 5 de dezembro de 2012) foi um arquiteto brasileiro, considerado uma das figuras-chave no desenvolvimento da arquitetura moderna. Niemeyer ficou popularmente conhecido pelos projetos de edifícios cívicos para Brasília.



Figura 2 – Túmulo de Marighella. Cemitério Quinta dos Lázaros, Salvador, BA, 11 de dezembro de 2017. Fonte: Acervo pessoal.

Também estava previsto para aquela data, o lançamento do filme “Marighella” de Wagner Moura, Vilaça nutria grandes expectativas sobre o sucesso do filme perante a população. A recuperação da lápide não foi executada e o filme até o momento não foi lançado no mercado.

Contudo, mesmo antes de sua exibição, aqui no Brasil, a película já está gerando polêmicas. Como podemos ver nestes comentários do professor Francisco Razzo,<sup>155</sup> que analisou,

Marighella usou da retórica e do terrorismo urbano para fazer valer sua causa revolucionária. [...] Podem buscar traços de heroísmo, pintar uma narrativa coerente para funcionar nas telas de cinema, no imaginário dos intelectuais, [...] fazer apelos a dimensão humanista da luta da vida ou morte, pela liberdade no contexto de ditadura. Mas o próprio Marighella tinha orgulho da guerrilha que idealizou (MANSQUE, 2019).

---

<sup>155</sup> Professor de filosofia e colunista do site gazeta do povo.

O filme foi exibido em 2019, no festival de cinema de Berlim, como resultado, alguns periódicos da Alemanha apontaram que a mitificação da imagem de Marighella estava presente na película:

[...] Somente na América Latina, depois da eleição do populista de direita, Jair Bolsonaro para presidente – em especial no Brasil, a crença na pertinência da luta armada parece intocada. Um nome sempre a simbolizou: Carlos Marighella precursor intelectual do conceito de guerrilha urbana. [...] (Der Tagesspiegel)

Wagner Moura quer, inconfundivelmente, criar um monumento para Marighella. E Marighella certamente foi uma personalidade carismática. Só que, a carência de domínio e de um distanciamento, em relação a material histórico levaram a uma epopeia (Taz).<sup>156</sup>

Presente no lançamento do filme, o diretor Wagner Moura fez a seguinte avaliação de sua obra:

“Nosso filme não é obviamente somente sobre os que resistiram nas décadas de 1960 e 1970, mas é também sobre os que estão resistindo agora”, afirmou Moura, após a exibição do filme, arrancando aplausos da plateia. [...] “Esse filme é provavelmente um dos primeiros produtos culturais da arte brasileira que está em contraste com o grupo que está no poder no Brasil”, acrescentou (NEHER; COELHO, 2019).

O atual arquiteto, e presidente da UEP em 1970, Roberto Peixe<sup>157</sup> e ainda hoje, admirador da figura de Marighella, observou que pelo fato “de Marighella ter morrido, suas ideias ficaram com mais força. Como um mártir, um verdadeiro herói”.<sup>158</sup>

---

<sup>156</sup> CRÍTICA alemã aponta mitificação em “Marighella”. *DW Brasil*. 18 fev. 2019. Disponível em: <https://p.dw.com/p/3DbcW>. Acesso em 01 mai. 2020.

<sup>157</sup> Estudante, preso em março de 1970 e liberado em agosto de 1970. Já foi secretário de Cultura da prefeitura do Recife nas duas gestões de João Paulo, de 2001 a 2008. Quando ele pertencia ao PT.

<sup>158</sup> Roberto Peixe em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Olinda, Pernambuco, 16 de junho de 2016.

Dulce Pandolfi destacou a importância da disputa de memórias em nossa sociedade. Citou o caso de Marighella, que em algumas obras é taxado como herói e em outras é taxado de bandido. Ela entende que mesmo com alguns avanços ocorridos após a Comissão da Verdade, os militantes que aderiram à luta armada ainda são bastante estigmatizados no Brasil.<sup>159</sup>

Indagada qual sua visão hoje sobre Marighella, ela afirmou que considera o líder da ALN um herói do povo brasileiro, mesmo que para alguns ele tenha sido um terrorista. Nesta perspectiva, ela considera fundamental que haja um debate permanente destas narrativas históricas.<sup>160</sup>

Perly Cipriano só destacou os atributos positivos do líder da ALN: a capacidade intelectual na proposição da teoria revolucionária; a participação nas ações armadas, que fez com que ele fosse identificado como um homem de ação e a capacidade de integrar várias camadas da população, com correntes de pensamento distintos.

Nesta linha, Cipriano defendeu que mesmo com a extinção da ALN os seus integrantes ainda mantiveram algum tipo de identidade. Segundo ele, esta identidade se fez presente através da corrente Marighella, na formação do Partido dos Trabalhadores.<sup>161</sup> Ele defendeu que a forma de estruturação da ALN influenciou na formação do PT, pois em ambos não existia rigidez dogmática. Tinham trotskistas, marxistas, leninistas, ma-  
oistas e stalinistas.<sup>162</sup>

---

<sup>159</sup> Dulce Chaves Pandolfi em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Rio de Janeiro, RJ, 08 de dezembro de 2014.

<sup>160</sup> Dulce Chaves Pandolfi em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Rio de Janeiro, RJ, 04 de junho de 2018.

<sup>161</sup> O PT foi fundado por um grupo heterogêneo, formado por militantes de oposição à Ditadura Militar, sindicalistas, intelectuais, artistas e católicos ligados à Teologia da Libertação, no dia 10 de fevereiro de 1980, no Colégio Sion, em São Paulo.

<sup>162</sup> Perly Cipriano em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Vitória, Espírito Santo, 31 de maio de 2018.

O atual jornalista e militante da ALN de 1969 a 1970, Luciano Almeida<sup>163</sup> respondeu que mantém grande admiração pelo líder da ALN, pois ele foi um herói, um revolucionário. No entanto, considera que Marighella cometeu um erro, de nunca ter feito críticas ao regime soviético. Almeida relatou que soube que Marighella até chorou com a morte de Stálin.<sup>164</sup>

O atual aposentado do Banco do Brasil e militante da ALN entre os anos de 1969 e 1970, Maurício Anísio<sup>165</sup> avaliou Marighella como herói, por ter dedicado a sua vida ao país. Anísio entende que o fato de Marighella não ter usado e nem ter permitido que os militantes gastassem o dinheiro, proveniente das ações em proveito próprio é um exemplo do bom caráter do revolucionário.<sup>166</sup>

O professor Daniel Aarão Reis entende que Marighella foi um homem muito determinado, um homem da ação e muito sensível às realidades políticas. Não tinha ortodoxias, pois estava sempre sensível às mudanças da conjuntura e disposto a mudar sua orientação em função dos acontecimentos.

Por este ângulo, Reis estabelece diferenças entre Marighella e outros líderes da luta armada. Cita Carlos Lamarca,<sup>167</sup> pois acredita que este era

---

<sup>163</sup> Luciano Almeida trabalha como jornalista desde 15 anos de idade, antes de entrar na luta armada atuava no sindicato, da categoria, porém nunca se graduou em jornalismo. Estudante e Militante do PCBR até 1969 quando aderiu a ALN. Preso em 1970, saiu da prisão em fevereiro de 1980. Um dos últimos presos políticos a entrar em liberdade, na ditadura militar. Após sair da prisão ocupou os cargos de vice-presidente e diretor do Sindicato dos jornalistas, no Rio Grande do Norte.

<sup>164</sup> Luciano Almeida em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Parnamirim, Rio Grande do Norte, 5 de maio de 2018.

<sup>165</sup> Hoje aposentado. Estudante e Militante do PCBR até 1969 quando aderiu a ALN. Preso em 1970, saiu da prisão em dezembro de 1979.

<sup>166</sup> Maurício Anísio em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Santa Cruz, Rio Grande do Norte, 29 de abril de 2019.

<sup>167</sup> Carlos Lamarca (Rio de Janeiro, 23 de outubro de 1937 — Pintada, 17 de setembro de 1971) foi um dos líderes da luta armada contra a ditadura militar. Capitão do Exército Brasileiro, desertou em 1969, tornando-se um dos comandantes da VPR. Em 2007, a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, dedicou sua sessão inaugural para promovê-lo a coronel do Exército e a reconhecer a condição de perseguidos políticos de sua viúva e filhos. Em 2015, porém, os atos da comissão que determinaram o pagamento de indenização, uma pensão equivalente ao posto de general de brigada para a viúva Maria Lamarca e a promoção ao posto de coronel, foram anulados em decisão de primeira instância, pela Justiça Federal do Rio de Janeiro.

muito limitado teoricamente e tinha a revolução como um imperativo ético e moral. De modo contrário, Marighella analisava a conjuntura, as condições e as possibilidades.

Reis apresenta como exemplo desta visão estratégica de Marighella, a disposição que o líder da ALN teria demonstrado em recuar diante do agravamento do isolamento social e da repressão que as esquerdas revolucionárias estavam submetidas no Brasil, em fins de 1969.

Segundo Reis, Marighella não estava para viver ou morrer, como era o lema comum na época entre os revolucionários. Ele queria fazer a revolução, mas queria viver também. Existia uma referência moral, entre as esquerdas revolucionárias, que taxava de vergonhosa a retirada. Contudo, segundo o historiador, Marighella não comungava com este pensamento, pois era treinado em analisar os movimentos políticos com alguma frieza.<sup>168</sup>

Sem discordar da falta de ortodoxias de Marighella, apresentada por Reis, talvez a decisão de interromper a luta tenha demorado um pouco. Pois, pelas referências documentais, ainda em dezembro de 1968, em seguida ao AI-5, as quedas na ALN já se faziam bastante presente.

Por outro lado, Carlos Eugênio Coelho da Paz classificou Marighella, como o maior homem público brasileiro do seu tempo. Nesta linha, ele avaliou de forma positiva a biografia sobre Marighella escrita por Mário Magalhães, pois segundo Clemente, a obra conseguiu colocar a imagem de Marighella em pauta.<sup>169</sup>

Segundo suas análises, para a classe dominante, e para parte da esquerda, que aceitou a ideia de não punir torturadores era importante que não se falasse sobre a memória de Marighella. No entanto, em sua

---

<sup>168</sup> Daniel Aarão Reis em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Recife, Pernambuco, 14 de junho de 2019.

<sup>169</sup> Carlos Eugênio da Paz, em entrevista a Rádio NF. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 04 de fevereiro de 2014.



avaliação, o livro de Magalhães apresenta Marighella de forma positiva. Clemente também incluiu o compositor Caetano Veloso e o diretor Wagner Moura, como vetores dessa construção da imagem de Marighella como herói brasileiro.<sup>170</sup>

Ao escutar a música “O comunista”,<sup>171</sup> de Caetano e ler o livro de Magalhães percebe-se claramente o respeito que ambos tiveram à memória do líder da ALN. Como também fica explícito que ambos tiveram o claro objetivo de dar luz na história de vida de Marighella.

Porém, tanto no livro, como na música há elogios e críticas a atuação do político. Elas, diferentemente do que avaliou Clemente, de forma alguma apresentam apenas aspectos positivos e muito menos classificam Marighella como herói da nação.

Sobre Marighella, o jornalista Mário Magalhães em entrevista à William Mansque afirmou que “a ditadura e certa historiografia tentaram eliminar Marighella da memória brasileira. Fracassaram, ainda que ao conhecer sua vida seja tão legítimo admirá-lo quanto deplorá-lo” (MANSQUE, 2019).

Caetano em uma das estrofes da música revela: “ô mulato baiano o samba o reverencia. Muito embora não creia. Em violência e guerrilha. Tédio horror e maravilha”.<sup>172</sup>

O objetivo de apresentamos estas opiniões sobre a memória de Marighella, não é emitir julgamentos. Entendo que a nossa função não é a de juiz da história, pois “o juiz dos tribunais é que emite um julgamento definitivo [...]. Já o historiador não vai tão longe, ele se contenta em emitir verdades provisórias [...] ainda que não se trate de discurso aleatório,

---

<sup>170</sup> Carlos Eugênio da Paz, em entrevista a Rádio NF. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 04 de fevereiro de 2014.

<sup>171</sup> A canção composta em 2012 por Caetano Veloso, conta a história do comunista baiano Carlos Marighella.

<sup>172</sup> Trecho da música o comunista, de Caetano Veloso.

posto que escudado em pesquisas e cuidados teórico-metodológicos” (MOTTA, 2013, p. 67).

A disputa de memória entre estas narrativas que apresentamos, sobre Marighella “configura um verdadeiro campo minado para o pesquisador acadêmico, cuja função é (ou deveria ser) usar a memória como fonte, submetendo-a ao crivo da crítica e ao confronto com outras evidências” (MOTTA, 2013, p. 62).

Desta forma, não devemos transformar a memória da esquerda e da direita sobre Marighella em História, “o historiador não deve nem é capaz de esconder suas opiniões e preferências, mas o melhor seria não se deixar envolver pelas seduções da memória sob pena de anular a contribuição específica da historiografia” (MOTTA, 2013, p. 62).

Portanto é possível “ter simpatias pelos grupos e pessoas que foram alvos da repressão da direita autoritária e, ao mesmo tempo, não aceitar como sagrados seus testemunhos que podem conter exageros e imprecisões” (MOTTA, 2013, p. 62).

Entendo que a imagem guardada pelas esquerdas, que atribui a Marighella o status de herói da nação, não tem fundamento nas referências documentais que tivemos acesso. Marighella e seus companheiros nunca conseguiram sair do isolamento. Pois não encontraram apoio consistente na população para seu projeto revolucionário.

Marighella enquanto líder da ALN projetou melhorias para reverter às injustiças políticas, sociais e econômicas existentes no Brasil. Contudo, no seu projeto, também havia motivações e até ambições de caráter pessoal, pois em meados da década de 1960 ocorria uma clara disputa de poder nas relações entre as esquerdas revolucionárias.

Estas disputas existiam dentro da própria ALN, como vimos no episódio da captura do embaixador, em que Marighella foi ignorado por Toledo. Elas também existiam entre a ALN e outras organizações, como

apresentou o jornalista Flávio Tavares, quando se referiu as divergências entre a ALN e a VPR de Lamarca. Portando, entendo que a narrativa de classificar Marighella como herói é parte de uma estratégia de legitimar o projeto de poder da esquerda perante a população.

Destarte, considero que, de acordo com as referências documentais, não existem motivos para o enquadramento de Carlos Marighella como inimigo do Brasil. Acredito que estas narrativas, que colam à imagem de Marighella a um bandido têm o objetivo de justificar a violência autoritária durante a ditadura militar e também de respaldar seu projeto político.

Entendo que o status de bandido e herói não é adequado para representar a figura de Marighella. Durante sua trajetória ele cometeu erros e acertos, como qualquer ser humano. Nesta constante disputa de memórias que ocorre na história dos movimentos de resistência política, considero importante frisar este aspecto. Estas narrativas atendem a projetos políticos que se apropriam delas para legitimar as suas relações de poder.

## **Atuação de um grupo de militantes da ALN em Pernambuco**

A princípio, faremos algumas discussões sobre a utilização das referências documentais que nortearam as pesquisas desta etapa dissertação de mestrado. Buscamos detalhar a história de um grupo da ALN em Pernambuco, mesmo compreendendo que fato histórico não é a cópia daquilo que se passou e nem coincide com a memória das testemunhas oculares (RICOEUR, 2007).

Koselleck (2006) alerta que os fatores linguísticos são importantes para reproduzirmos a História. Contudo, já por conta das limitações destas escolhas ficamos impedidos de relatar tudo que aconteceu no passado.

Entendo que o fato histórico, apesar de não ser a cópia do acontecido tem a função de representá-lo. Nesta linha apresentamos um texto de Ricoeur sobre esta questão:

O fato histórico não é o acontecimento, ele próprio devolvido a vida de uma consciência testemunha, mas o conteúdo de um enunciado que visa representá-lo. [...] Assim compreendido pode-se dizer do fato que ele é construído pelo procedimento que o extrai de uma série de documentos dos quais se pode dizer que, em troca, o estabelecem. Esta reciprocidade entre construção (pelo procedimento documental complexo) e o estabelecimento do fato (com base no documento) exprime o estatuto epistemológico específico do fato histórico (RICOEUR, 2007, p. 190).

Documento é tudo que pode ser questionado e interrogado pelo historiador com o objetivo de localizar uma informação a respeito do passado (RICOEUR, 2007). Assim, nas pesquisas sobre a ALN em Pernambuco procuramos utilizar: ficha remissiva, prontuário, processo jurídico, dossiê,

contratos de aluguel de aparelhos,<sup>1</sup> notícias de jornais, testemunhos orais e editoriais de jornais.

Sabemos que antes de o historiador profissional consultar os arquivos “há o arquivamento. Ora este se constitui uma ruptura em um trajeto de continuidade” (RICOEUR, 2007, p. 176). Portanto temos que levar em consideração que a passagem para o arquivo é uma operação não natural.

Nesta perspectiva, durante as pesquisas nos arquivos públicos, para analisarmos a história dos militantes da ALN em Pernambuco, consideramos que existem diferenças entre o que foi registrado naqueles documentos e o acontecimento. Aquilo que foi dito por um testemunho oral já foi modificado no momento da escrita. Desta forma, o que foi registrado nos arquivos sobre o acontecido é o que se diz sobre ele.

Entendo que a consulta do arquivo pela perspectiva positivista é totalmente ultrapassada. Sobre esta questão, Ricoeur defende que, “em uma fase hoje considerada ultrapassada dos estudos históricos, o trabalho nos arquivos tinha a reputação de embasar a objetividade do conhecimento do historiador, assim abrigado de sua subjetividade” (RICOEUR, 2007, p. 179).

Os arquivos do DOPS-PE e do SNI dos militantes onde estão fichas remissivas; depoimentos; inquéritos e outros documentos não são a cópia fiel do que aconteceu. O mesmo acontece com as matérias jornalísticas dos Jornais do Commercio e do Diário de Pernambuco. A história não deve se servir apenas da leitura cartesiana dos documentos. O documento não fala sozinho como pensavam os positivistas.

O acesso a estas referências documentais nos ajudou na compreensão da dinâmica da organização em Recife. Pois neles havia informações importantes que, passados cinquenta anos do ocorrido, ficaria difícil de

---

<sup>1</sup> Local onde os militantes moravam e guardavam armas, munições e materiais de propaganda política.

acessar. Porém podemos perceber pelos termos usados durante os inquéritos contra os militantes e nas coberturas jornalísticas das ações da ALN, que havia neles uma atitude discriminatória com os militantes da ALN.

Desta forma, ao lermos estes documentos pertencentes aos arquivos temos que considerar que eles foram produzidos pelos agentes públicos. Através de suas investigações e de informações prestadas nos depoimentos, do acusado e de delatores. Neste ponto, o teor desta informação pode ter sido modificado quando registrado. Eles também foram realizados após intenso e abominável processo de torturas física e psicológica nos militantes, portando abstraídos de respeito à condição humana destes.

Na mesma linha, as matérias jornalísticas dos periódicos estavam totalmente coladas com a narrativa dos órgãos de repressão da ditadura militar. Os jornais só exploravam as ações armadas dos militantes. Portanto, considero que mais importante do que extrair informações factuais destas referências documentais é entender as narrativas da repressão, que também eram incorporadas pelos periódicos.

Estas narrativas tiveram o objetivo principal de relacionar estes militantes da ALN a indivíduos altamente perigosos, inimigos da nação, que deveriam ser isolados definitivamente do convívio com a sociedade. Desta forma, o DOPS-PE procurava aumentar a dimensão bélica da ALN para veicular a ideia de que o país estava à mercê de uma revolução comunista e por isso todo tipo de agressão à condição humana destes indivíduos estaria justificada.

Por outro lado, quando realizei as entrevistas orais com os militantes da ALN considerei que “o testemunho proporciona uma narrativa à memória declarativa” (RICOEUR, 2007, p. 176). Incorporarmos ao nosso trabalho as histórias de vida dos militantes, contudo estes “relatos orais não devem ser pensados na perspectiva de restituí-los à sua totalidade (uma totalidade prévia ou restaurada); são fragmentos que devem ser

avaliados em sua potência multiplicadora de criar novos significados” (GUIMARÃES NETO, 2012, p. 18).

Em contrapartida, Ricoeur defende a ideia de que devemos ter critérios na utilização destes testemunhos orais, mais precisamente os que estiveram no passado envolvido em algum acontecimento traumático, pois “resta o limite de certos testemunhos fundamentalmente orais, ainda que escritos na dor, cujo arquivamento é questionado, a ponto de suscitar uma verdadeira crise ao testemunho” (RICOEUR, 2007, p. 186).

O autor defende que existem dificuldades na realização de testemunhos orais com pessoas que foram impactados durante o acontecimento em questão. Segundo Ricoeur:

Para ser recebido, um testemunho deve ser [...] despojado tanto quanto possível da estranheza absoluta que o horror engendra. Esta condição drástica não é satisfeita no caso dos testemunhos dos que se salvaram. Uma razão suplementar da dificuldade de comunicar deve-se ao fato de que a testemunha não esteve ela mesma distante dos acontecimentos; ela não assistiu a eles; ela mal foi um agente, um ator; ela foi sua vítima (RICOEUR, 2007, p. 187).

Para Koselleck, a experiência pode representar um ensinamento, porém se nela estiver embutida um trauma ou um ressentimento é possível causar um discurso totalmente fora de contexto, visto que se transformará em um discurso de ressentido. Durante as análises das entrevistas com os militantes da ALN levamos esta questão em consideração.

Eles foram presos durante vários anos e nas prisões, com exceção de Maurício Anísio, relataram que foram vítimas de torturas intensas. Estes fatos contribuíram decisivamente em suas análises dos acontecimentos históricos.

Além destes traumas do passado “Ricoeur já descreveu a aporia da representação presente do passado ausente e as tensões e confusões entre

imaginação e memória dela derivadas” (SELIPRANDY, 2012, p. 301). A memória dos militantes, e conseqüentemente suas narrativas, não são a cópia dos fatos ocorridos cinquenta anos atrás.

Mesmo assim, Ricoeur registra que o testemunho oral é muito utilizado em micro-história. Segundo o autor, “Seu papel é considerável no conflito entre a memória dos sobreviventes e a história já escrita” (RICOEUR, 2007, p. 189). Desta forma, estes testemunhos orais foram fundamentais, pois a partir deles tivemos acesso a narrativas diferentes das que estão registradas nos arquivos públicos.

Ao realizarmos as entrevistas com os militantes da ALN produzimos uma operação de gravação dos testemunhos orais, que desta maneira passam de testemunhos de conversação para documentos (RICOEUR, 2007).

Por outro lado percebemos a importância da elaboração de perguntas quando o historiador faz as pesquisas nos arquivos, as perguntas constroem o objetivo histórico. Para construir um fato histórico, Ricoeur defende que o historiador tem de conhecer o debate historiográfico, para poder formular perguntas e questões quando estiver pesquisando os documentos históricos (RICOEUR, 2007).

Segundo Ricoeur, “Rastro, documento e pergunta forma um tripé de base do conhecimento histórico” (RICOEUR, 2007, p. 189). “[...] documento não está simplesmente dado, como a ideia de rastro deixado poderia sugerir. Ele é procurado e encontrado. [...] ele é circunscrito, e nesse sentido constituído, instituído documento, pelo questionamento” (RICOEUR, 2007, p. 189).

Ricoeur defende que na análise dos acontecimentos históricos os indícios e rastros sejam confrontados com os testemunhos, pois, segundo o autor, “os vestígios desempenham um papel não desprezível na corroboração dos testemunhos, como confirmam as perícias e a interpretação dos testemunhos orais ou escritos” (RICOEUR, 2007, p. 184).



Nesta linha, Ricoeur recorre ao paradigma indiciário de Carlos Ginzburg, este método prioriza o exame de detalhes aparentemente negligenciados. Assim o autor sugere que se confronte indícios com as testemunhas através de detalhes. O autor defende que a história tem um caráter de probabilidade.

Ele estipula o mesmo grau de importância aos indícios e aos testemunhos, contudo entende que existe diferença de aplicação “o indício é referenciado e decifrado; o testemunho é dado e criticado. Certamente é a mesma sagacidade que preside às duas séries de operações” (RICOEUR, 2007, p. 185). Assim os dois componentes estruturam o que Ricoeur chama de prova documental, pois “ao mesmo tempo, a relação de complementaridade entre testemunho e indício vem inscrever-se no círculo da coerência interna e externa que estrutura a prova documental” (RICOEUR, 2007, p. 185).

Desta forma, na conceituação de Ricoeur o documento é o somatório dos indícios e dos testemunhos. Segundo o autor “Tudo considerado, o benefício da operação seria o conceito de documento, soma dos indícios e dos testemunhos, cuja amplitude final alcança a amplitude inicial de rastro” (RICOEUR, 2007, p. 186). Estando o rastro na raiz comum ao testemunho e ao indício.

Desta forma, procuramos confrontar as narrativas dos militantes da ALN em Pernambuco com indícios e vestígios que encontramos nos arquivos como: os prontuários, fichas, matérias de jornais.

Por último, Ricoeur entende que existe uma essência nos acontecimentos, e é importante buscar a verdade das coisas. Os fatos históricos devem representar o acontecimento e a história tem um compromisso com a verdade. Diferente do filósofo Michel Foucault, que defendia que o discurso produz a realidade, Ricoeur estabelece que o discurso possui uma essência.

Atualmente a nível nacional existem correntes políticas que tentam negar a existência de uma ditadura militar no Brasil durante os anos de 1964 e 1985. Violações dos direitos humanos, torturas, assassinatos e prisões ilegais ocorreram durante os “anos de chumbo”. Veremos que as histórias destes militantes da ALN em Pernambuco estão carregadas das marcas destas violências, que foram praticadas pelos órgãos de repressão do governo.

No entanto, estas mesmas correntes tentam relativizar estas práticas e até negar a existência da ditadura militar. Desta forma, entendo que a preocupação de Ricoeur em representar os acontecimentos através de fatos históricos embasados em procedimentos técnicos pode ajudar a alicerçar uma memória do passado livre destas visões negacionistas.

#### **4.1 Formação do grupo**

Quando a então estudante Dulce Chaves Pandolfi ingressou no curso de Ciências Sociais da UFPE, em 1967, com apenas 17 anos de idade, a polêmica sobre a existência ou não de uma burguesia nacional ainda dominava os debates das esquerdas revolucionárias no Brasil. De um lado o PCB, que entendia que o Brasil ainda não tinha chegado ao capitalismo e que seria importante fazer uma aliança com a burguesia, para estabelecê-lo e só no segundo momento efetivar a revolução socialista.<sup>2</sup>

E do outro as dissidências como a Corrente,<sup>3</sup> que não concordavam com este procedimento e defendiam de imediato a revolução socialista. Ela narrou que naquele ano era comum haver cooptações de estudantes para as duas linhas de ação, cita inclusive um destes momentos,

---

<sup>2</sup> Dulce Chaves Pandolfi em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Rio de Janeiro, RJ, 04 de junho de 2018.

<sup>3</sup> Dissidência do PCB no Nordeste, quando em 1968 houve a fundação do PCB/R o grupo foi incorporado.

[...] Alguém ligado a Partido Comunista me chamava e dizia assim, “vamos refletir aqui, você não acha que existe uma burguesia nacional no Brasil”. Dava até o exemplo do dono da Fratelli Vita,<sup>4</sup> que era tido como progressista.<sup>5</sup>

Já no primeiro ano de sua carreira universitária, Pandolfi começou a se envolver na política estudantil, optando pelo alinhamento com as posições do PCBR, que controlava os diretórios acadêmicos na UFPE. Desta maneira, ela explica como era o cotidiano da política estudantil, visto que

A gente frequentava muito pouco a sala de aula, o que contava muito era política, feira de livro e debate. Eu entrei inteira nessa militância. Fazíamos grupo de estudo com seis pessoas para começar a discutir. A gente começava lendo para entender o que era marxismo. Começava com a História da Riqueza dos Homens. Depois Lênin, aí você vai aprofundando. Toda quinta-feira à tarde tinha esse grupo de estudos, e isso já era à base das organizações porque nessa época, toda organização tinha um negócio chamado OPP: Organização Para Partidária, antes de você entrar no partido você participava da base aliada. Eu era da OPP do PCBR.<sup>6</sup>

Pandolfi explicou o processo vitorioso do PCBR contra a AP, tanto nas eleições do DCE da UFPE como na UEP (União dos Estudantes de Pernambuco). Nesta linha, ela destacou seu envolvimento total na militância política universitária, visto que:

Em 1968, eu participei de uma chapa do PCBR, para disputar o DCE<sup>7</sup>, da UFPE. Cândido Pinto disputava a presidência da UEP com Roberto Peixe na vice-presidência da chapa. Nós ganhamos tanto o DCE quanto o UEP. Derrotando uma

---

<sup>4</sup> A Fratelli Vita foi uma empresa brasileira de refrigerantes e cristais. Fundada em 1902, fabricou os melhores e mais luxuosos cristais já produzidos no Brasil até sua venda, sessenta anos mais tarde. Foi criada em sociedade pelos irmãos Giuseppe e Francesco Vita.

<sup>5</sup> Dulce Chaves Pandolfi em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Rio de Janeiro, RJ, 04 de junho de 2018.

<sup>6</sup> Idem.

<sup>7</sup> Diretório Central dos Estudantes.

chapa da AP. Nesta militância, a gente fazia greve e pedágio para arrecadar dinheiro para ajudar os camponeses. Eu estava muito envolvida neste processo político.<sup>8</sup>

#### 4.1.1 Primórdios do Grupo

Segundo a narrativa de Dulce Pandolfi, o processo de formação da ALN em Pernambuco começou neste clima político estudantil que existia em Recife e teve como principal articulador o militante da ALN do Rio de Janeiro, Ronaldo Dutra Machado<sup>9</sup>.

O movimento da ALN só ganhou força, quando Ronaldo Dutra Machado, foi para o Nordeste em 1968. Marighella determinou que Ronaldo fosse para Recife, estruturar a ALN. Ronaldo era do movimento estudantil, foi para Recife fazer uma ligação com o movimento estudantil local. Naquele momento estávamos próximos do congresso de Ibiúna da UNE, e antes iria ter os congressos estaduais. Então ele vai com esse objetivo e se aproxima de pessoas do movimento estudantil. Algumas pessoas sabiam que ele era da ALN, outros não sabiam. Assim ele se aproximou de mim e de Roberto Peixe, por exemplo. Ele também se aproximou da base operária, através de Samuel Firmino<sup>10, 11</sup>

Em finais dos anos 60, Roberto Peixe tinha grande liderança no movimento estudantil. Tanto que em 1969, após o atentado sofrido por Cândido Pinto,<sup>12</sup> ele assumiu a presidência da UEP. No início de sua participação no movimento estudantil, ele manteve um alinhamento político com o PCBR.

---

<sup>8</sup> Dulce Chaves Pandolfi em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Rio de Janeiro, RJ, 04 de junho de 2018.

<sup>9</sup> Ronaldo Dutra Machado (1948-1993), dirigente da ALN-Nacional preso em Olinda, em março de 1970. Faleceu em 1993, vítima de um infarto, em Rondônia.

<sup>10</sup> Samuel Firmino (1938-2015), Bancário, estudante e militante da ALN entre 1968 e 1969, preso em 1970. Liberado em meados de 1978. Quando faleceu trabalhava na área administrativa da UFPB em João Pessoa-PB.

<sup>11</sup> Dulce Chaves Pandolfi em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Rio de Janeiro, RJ, 04 de junho de 2018.

<sup>12</sup> Ver a discussão realizada no Capítulo 1.

No entanto, Peixe pondera que, “tinha o alinhamento, mas não era uma vinculação orgânica, como outras pessoas”.<sup>13</sup> Durante sua gestão na presidência da UEP começou a haver divergências<sup>14</sup> entre ele e o PCBR, sobre algumas demandas do movimento estudantil. Estes problemas evoluíram para o rompimento de Roberto Peixe com o partido.

A partir deste momento, sem vínculo partidário, ele começou a ter “simpatias pelas posições da ALN e pelo simbolismo que Marighella representava naquele momento tão difícil do país”.<sup>15</sup> Chegou até a cogitar participar do grupo.

Contudo, apesar desta identificação e da aproximação de Ronaldo Dutra com o movimento estudantil em Recife, Peixe nunca chegou de fato a aderir a ALN. Segundo a sua narrativa, “conversei com alguns militantes sobre a possibilidade de fazer parte do grupo, mas na verdade nunca cheguei a ser da ALN”.<sup>16</sup>

Sobre Samuel Firmino, não temos muitas informações. Segundo os arquivos do SNI,<sup>17</sup> ele era estudante secundarista, porém segundo, Luciano Almeida, “ele também exercia a função de bancário”.<sup>18</sup>

Podemos perceber que o projeto revolucionário do PCBR, naquele momento contava com o apoio de alguns estudantes em Pernambuco. O que se evidencia é que Marighella percebendo este movimento enviou para Recife um militante profissional da ALN e de sua confiança, para tentar,

---

<sup>13</sup> Roberto Peixe em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Olinda, Pernambuco, 16 de junho de 2016.

<sup>14</sup> Em reuniões na UEP, o PCBR entendia que todas as suas propostas teriam que ser atendidas, mas Roberto Peixe, em algumas vezes acatava as proposições de outras legendas.

<sup>15</sup> Roberto Peixe em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Olinda, Pernambuco, 16 de junho de 2016.

<sup>16</sup> Idem.

<sup>17</sup> Relatório “Desarticulação de aparelho do PCBR e ALN”. Fundo: Serviço Nacional de Informação. Contra-informação N° 222/ARE/SNI-SS/16/94.

<sup>18</sup> Luciano de Almeida, em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello na cidade de Parnamirim, Rio Grande do Norte, em 5 de maio de 2018.

através destes estudantes, organizar grupos de fogo<sup>19</sup> e redes de apoio da ALN no Recife.

Pandolfi contou que após o início do namoro com Ronaldo Dutra Machado houve uma aceleração de sua relação com a ALN. Pois havia muita desconfiança dentro da legenda e essa relação pessoal ajudou na sua inserção. Apesar de morar no Rio de Janeiro, Dutra permanecia muito tempo no Nordeste articulando as diversas frentes da ALN espalhadas pelos Estados da região.

Os militantes que aderiram naquele momento a ALN não tinham experiência em ações armadas. Diferentemente de Ronaldo Dutra, que era um jovem estudante, mas já pertencia aos quadros da ALN e vivenciava o cotidiano da organização armada há alguns meses. Dutra, na realidade já era uma referência na ALN.

Segundo Reis, “Ronaldo Dutra, também atuava no movimento estudantil no Rio de Janeiro e tinha base no restaurante Calabouço<sup>20</sup>”.<sup>21</sup> De acordo com Paulo de Tarso Venceslau, em outubro de 1968, Dutra teve participação destacada no Congresso da UNE em Ibiúna, pois conseguiu mobilizar um grande contingente de estudantes do Rio de Janeiro.<sup>22</sup> Ele ainda relatou que Ronaldo Dutra, antes de aderir a ALN integrava os quadros do PCB.

Perly Cipriano entende que este grupo da ALN em Pernambuco tem suas raízes em 1968. Segundo Cipriano participou deste grupo: “Edvaldo

---

<sup>19</sup> Grupo especializado em ações armadas.

<sup>20</sup> Restaurante central dos estudantes. Foi, durante as décadas de 1950 e 1960, um restaurante estudantil que fornecia comida a baixo custo para estudante de baixa renda. Era palco de manifestações por melhoria na educação. O assassinato do estudante, Édson Luís em março de 1968, ocorreu neste estabelecimento.

<sup>21</sup> Daniel Aarão Reis em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Recife, Pernambuco, 14 de junho de 2019.

<sup>22</sup> Paulo de Tarso Venceslau em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. São Paulo, SP, 3 de agosto de 2019.

Marques (Padre);<sup>23</sup> José Pedro;<sup>24</sup> Zoé Lucas;<sup>25</sup> Samuel Firmino; Dulce Pandolfi e Ronaldo Dutra”.<sup>26</sup>

Zoé Brito era professor de geografia,<sup>27</sup> e segundo Cipriano “ele era contato de Samuel Firmino, mas nunca executou ações armadas”.<sup>28</sup> Segundo Luciano Almeida, “o atual funcionário do sindicato dos bancários José Pedro, na época de sua atuação na ALN trabalhava como operário”.<sup>29</sup> Sobre Edvaldo Marques (Padre), não consegui informações.

Dulce Pandolfi explica que sua função na ALN em Recife “esteve ligada à formação do grupo, e desta forma conheceu muita gente”.<sup>30</sup> Foi assim que ela conheceu Perly Cipriano, em outubro de 1969, que em seguida, aderiu à ALN. Ronaldo Dutra Machado havia passado para Pandolfi uma lista de possíveis contatos de apoio da ALN, onde o principal era Perly Cipriano.<sup>31</sup>

Cipriano, antes desse período, cursou odontologia na Universidade Federal do Espírito Santo quando pertencia aos quadros do PCB. Durante sua vida acadêmica, ele chegou a exercer a Presidência da União Estadual dos Estudantes do Espírito Santo (UEE-ES) e sofreu algumas prisões por participações em protestos e greves no movimento estudantil.

---

<sup>23</sup> Existem poucas informações sobre ele, militante da ALN entre 1968 e 1969, preso em 1970. Liberado em 1972.

<sup>24</sup> Hoje funcionário no sindicato dos bancários no Rio de Janeiro. Operário e militante da ALN entre 1968 e 1969, preso em 1970. Liberado em dezembro de 1979.

<sup>25</sup> Zoé Lucas De Brito Filho (1944-1973), foi um professor e militante da ALN. Preso em 1970, passou poucos meses na cadeia. Encontrado morto na cidade de São Paulo, em junho de 1973. As circunstâncias de sua morte estão sob investigação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), sendo consenso que Zoé foi assassinado pelas forças de repressão de São Paulo. Seu nome consta na lista de Desaparecidos políticos no Brasil durante o Regime Militar.

<sup>26</sup> Perly Cipriano em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Vitória, Espírito Santo, 15 de setembro de 2018.

<sup>27</sup> COMITÊ Estadual pela Verdade, Memória e Justiça RN. *Zoé Lucas de Brito*. Natal. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/dossiers/dh/br/dossie64/rn/zoelucas.htm>. Acesso em 06 mai. 2020.

<sup>28</sup> Perly Cipriano em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Vitória, Espírito Santo, 15 de setembro de 2018.

<sup>29</sup> Luciano Almeida em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Parnamirim, Rio Grande do Norte, 5 de maio de 2018.

<sup>30</sup> Dulce Chaves Pandolfi em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Rio de Janeiro, RJ, 04 de junho de 2018.

<sup>31</sup> Idem.

Porém, em 1968, abandonou o curso no último período, e viajou para Kiev,<sup>32</sup> na União Soviética. Nesta cidade, fez um curso técnico, durante um ano e oito meses. No final do curso, Cipriano tentou viajar para Cuba para fazer treinamento militar, e se especializar em guerrilhas, contudo não conseguiu êxito, pois segundo sua narrativa, havia certa limitação de apoio dos soviéticos aos projetos revolucionários da América Latina.

Em 1969, ele voltou para o Brasil, e pelo fato do PCB continuar com a linha reformista, contrária a luta armada, abandonou o partido e aderiu ao PCBR. Estando nesta legenda, ele foi enviado pela direção do partido para o Nordeste. Pois em Vitória, no Espírito Santo, sua permanência ficou inviável devido as constantes ameaças que estava recebendo da polícia civil capixaba. No entanto, antes de aderir à ALN, Cipriano ainda passou pelos Estados do Piauí e Maranhão.<sup>33</sup>

A partir da entrada de Cipriano na ALN, o militante passou a manter contato semanal com Dulce Pandolfi. Assim, ela detalha a pauta destes encontros: “eu combinava com ele o seguinte: você vai encontrar com fulano ele vai estar com um exemplar da revista O Cruzeiro,<sup>34</sup> na mão, vai estar com camisa listrada, na porta do bar tal às 10h”.<sup>35</sup> A militante também narrou que ficava em pânico quando levava os documentos da ALN para os pontos de encontro.

---

<sup>32</sup> Capital da Ucrânia.

<sup>33</sup> Perly Cipriano em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Vitória, Espírito Santo, 15 de setembro de 2018.

<sup>34</sup> Revista semanal ilustrada brasileira, lançada no Rio de Janeiro, em 10 de novembro de 1928, pelos Diários Associados, de Assis Chateaubriand. Foi a principal revista ilustrada brasileira da primeira metade do século XX. Deixou de circular em julho de 1975.

<sup>35</sup> Dulce Chaves Pandolfi em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Rio de Janeiro, RJ, 04 de junho de 2018.



Por questões de segurança, Pandolfi não foi informada dos nomes que formaram o grupo de fogo da ALN. Em suas entrevistas, ela também narrou que não havia reuniões com grande número de pessoas.<sup>36</sup>

Cipriano confirmou que entrou na ALN através do contato com Pandolfi e, a partir daí, “fez contato com Samuel Firmino, José Pedro, Edvaldo (Padre) e Zoé Brito. Também através dela conheci Ronaldo Dutra Machado”.<sup>37</sup> Após sua entrada na ALN, Perly Cipriano começou a ministrar treinamentos militares com o grupo.

Pandolfi narra que a ALN foi estruturada através de vários grupos que não mantinham ligações orgânicas. “No Recife, Ronaldo, devia ter contatos com outras pessoas que eu não conhecia, porque tudo era clandestino. Era tudo muito estanke. Várias coisas que aconteceram, até hoje não foram descobertas”.<sup>38</sup>

Teresa Vilaça corrobora com este entendimento de Pandolfi ao narrar que “a ALN tinha uma vantagem em relação às outras organizações, cada grupo era direcionado para uma atividade, você não tinha contato com muita gente”.<sup>39</sup>

Vale destacar que apesar de ter participado da montagem da ALN em Recife, Pandolfi não se envolveu com a execução das ações armadas em Pernambuco.

---

<sup>36</sup> Dulce Chaves Pandolfi em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Rio de Janeiro, RJ, 04 de junho de 2018.

<sup>37</sup> Perly Cipriano em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Vitória, Espírito Santo, 15 de setembro de 2018.

<sup>38</sup> Dulce Chaves Pandolfi em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Rio de Janeiro, RJ, 04 de junho de 2018.

<sup>39</sup> Teresa Vilaça em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Salvador, Bahia, 11 de dezembro do ano de 2017.

#### 4.1.2 Militantes deixam o grupo de fogo do PCBR e aderem à ALN

Após entrar na ALN, Perly Cipriano percebeu que para formar um grupo de fogo, precisaria contar com militantes mais experientes em ações armadas. Em Recife, naquele momento, o PCBR estava estruturado militarmente e já havia realizado algumas ações. Desta forma, ele decidiu iniciar contatos com integrantes do partido, para que eles aderissem à ALN.<sup>40</sup>

Depois de algumas semanas de discussão, no início de dezembro de 1969, alguns militantes aderiram aos quadros da ALN. Segundo, Luciano Almeida, após a transferência deste grupo de fogo, o quantitativo de ações armadas da ALN aumentou substancialmente, porquanto,

A partir desta incorporação ocorreram as ações armadas mais significativas, da ALN, em Pernambuco. Os militantes advindos do PCBR foram: Luciano Almeida, Teresa Vilaça, Rholine Sonde Cavalcanti<sup>41</sup>, Grivaldo Tenório<sup>42</sup> e Maurício Anísio.<sup>43</sup>

Luciano Almeida estava no PCBR desde 1968, e um ano antes havia deixado o PCB e aderido a Corrente. Assim como, Perly Cipriano, por discordar da política reformista do partido. No PCBR, Almeida participou de algumas ações armadas, em 1968 e 1969.

Em 1969, o militante foi nomeado para o Comando Político Militar do PCBR. Ele também estava cotado para substituir Salatiel Teixeira Rolim<sup>44</sup>

---

<sup>40</sup> Perly Cipriano em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Vitória, Espírito Santo, 15 de setembro de 2018.

<sup>41</sup> Rholine Sonde Cavalcanti (1948-1995) estudante e Militante do PCBR até 1969, quando aderiu a ALN. Preso em março de 1970. Saiu da prisão em fevereiro de 1980. Um dos últimos presos políticos da ditadura militar no Brasil. Quando faleceu em decorrência de um acidente automobilístico trabalhava na área administrativa de uma imobiliária.

<sup>42</sup> Soldador e militante do PCBR, até 1969, quando aderiu a ALN. Apesar de ter se engajado na ALN, não participou de nenhuma ação armada. Preso em março de 1970 e solto em 1972.

<sup>43</sup> Luciano Almeida em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Parnamirim, Rio Grande do Norte, 31 de julho 2018.

<sup>44</sup> Salim posteriormente foi assassinado por companheiros do PCBR em 1973, que o acusaram de traição.

na Comissão Executiva Nacional da legenda, Rolim havia sido detido pela repressão.

Diante disso, Almeida viajou para Salvador, com o objetivo de se reunir com integrantes da executiva do PCBR e assumir seu posto no Comando. Em seguida foi para o Recife, e segundo sua narrativa manteve contato com Perly Cipriano.<sup>45</sup>

Teresa Vilaça era professora de História e militante do PCBR desde 1968. Antes do PCBR, militava no PCB, legenda que tinha aderido em 1964, quando ingressou na UFPE.<sup>46</sup> Vilaça narra que sentiu bastante a saída do PCB, visto que “foi muito difícil para mim e para a maioria dos militantes que conheço romper com o PCB, eu preferia que o partido tivesse mudado, e tivesse um discurso favorável a luta armada”.<sup>47</sup>

No período que militou no PCB, ela morava em Moreno, município de Pernambuco, cidade que concentrava três grandes fábricas. Assim, acompanhava a movimentação sindical na cidade, que na época contava com a participação de líderes nacionais de esquerda, como Luís Carlos Prestes.<sup>48</sup>

Mas, segundo sua narrativa, em Moreno também existia um grande anticomunismo posto que, “durante a permanência de Prestes, o padre ordenava que o sino da igreja ficasse tocando como se fosse dia de finados, até a saída do comunista da cidade”.<sup>49</sup>

---

<sup>45</sup> Luciano Almeida em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Parnamirim, Rio Grande do Norte, 31 de julho 2018.

<sup>46</sup> Teresa Vilaça em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Salvador, Bahia, 11 de dezembro de 2017.

<sup>47</sup> Idem.

<sup>48</sup> Teresa Vilaça em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Salvador, Bahia, 11 de dezembro de 2017.

<sup>49</sup> Idem.

No PCBR, Vilaça fazia parte do grupo responsável pelo trabalho na zona canavieira. Na época, um dirigente do PCBR, Bruno Maranhão<sup>50</sup> havia articulado a participação de um grupo de militantes do partido, em uma instituição formada pelas esposas dos usineiros, a Coperarte.

No entanto, o objetivo do partido era se aproximar dos trabalhadores rurais, para mobilizá-los, contra os usineiros. Segundo Vilaça, “Desta forma fizemos muitas reuniões clandestina e promovemos algumas queimas de canavial em Ribeirão-PE e Cortez-PE”.<sup>51</sup>

O atual aposentado do Banco do Brasil Maurício Anísio, em 1968 cursava Sociologia na UFRN. Neste ano participou intensamente do movimento estudantil e se filiou ao PCB. No entanto, no mesmo ano aderiu ao PCBR, pois “não era nossa linha, nossa linha era mais radical. Aí eu fui pro PCBR”.<sup>52</sup>

Em finais de 1968, o comando do partido decidiu transferi-lo para Recife. Porém, ele só se transferiu em fevereiro de 1969. Chegando a cidade foi morar no colégio Marista de Apipucos. Anísio, no PCBR participou de ações armadas, em Recife.<sup>53</sup>

Sobre Grivaldo Tenório, não temos muitas informações, segundo os arquivos do SNI<sup>54</sup> ele era soldador e participou de algumas ações armadas, durante a permanência no PCBR. Porém, segundo Luciano Almeida, “ao se transferir para a ALN, Tenório não participou das ações armadas”.<sup>55</sup>

---

<sup>50</sup> Militante do PCBR no final da década de 60, lutou contra a ditadura militar, foi exilado – morou na França – e no seu retorno, em 1979, se dedicou à fundação do PT e do MLST (Movimento de Libertação dos Sem Terra), uma dissidência do MST (Movimento dos Sem-Terra).

<sup>51</sup> Teresa Vilaça em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Olinda, Pernambuco, 28 de outubro de 2018.

<sup>52</sup> Maurício Anísio em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Santa Cruz, Rio Grande do Norte, 29 de abril de 2019.

<sup>53</sup> Idem.

<sup>54</sup> Relatório “Desarticulação de aparelho do PCBR e ALN”. Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informação. Contra-informação N° 222/ARE/SNI-SS/16/94.

<sup>55</sup> Luciano Almeida em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Parnamirim, Rio Grande do Norte, 05 de maio de 2018.

Rholine Sonde Cavalcanti Sonde, em 1964 já pertencia ao PCB e foi preso, em Maceió durante o golpe civil-militar. Em seguida foi morar em Recife, onde rompeu em 1968 com o PCB e filiou-se ao PCBR. No final dos anos 60 participou da direção do partido e realizou várias ações armadas (TICIANELI, 2016).

Almeida destaca que o grupo de fogo do PCBR aderiu à ALN, “porque estavam insatisfeitos com a direção nacional, pois faziam poucas ações”.<sup>56</sup> Segundo Almeida,

Chegamos à conclusão, que a ALN, despontava como a organização, que estava na frente, da vanguarda, da esquerda revolucionária. O sequestro do embaixador americano ocorrido em setembro de 1969 influenciou positivamente nessa análise. Para reforçar essa posição, nós decidimos romper com o PCBR e passamos a atuar na ALN.<sup>57</sup>

Vale destacar que a adesão dos militantes do PCBR ocorreu quando o comando da ALN estava sendo brutalmente massacrado pela repressão. Ela ocorreu inclusive após o assassinato de Marighella. Porém, segundo a narrativa de Almeida, esta ofensiva não arrefeceu os ânimos dos militantes em participar do projeto da ALN.

Alguns deles, inclusive custaram a acreditar que o líder da ALN tinha falecido como narrou Teresa Vilaça:

Nós achávamos que Marighella e Che Guevara eram imortais. Eu mesmo passei muito tempo para acreditar. Achava que era o imperialismo americano inventando. [...] mas foi Perly que me informou da morte de Marighella, nós

---

<sup>56</sup> Luciano Almeida em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Parnamirim, Rio Grande do Norte, 31 de julho 2018.

<sup>57</sup> Luciano Almeida em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Parnamirim, Rio Grande do Norte, 05 de maio de 2018.

estávamos no alto da Sé<sup>58</sup> em Olinda e ele disse assim “é verdade, Marighella foi assassinado”.<sup>59</sup>

Segundo Almeida, Teresa Vilaça foi uma das principais articuladoras desta migração dos militantes do PCBR para a ALN. As militantes Dulce Pandolfi e Teresa Vilaça tiveram uma participação destacada na formação da ALN em Pernambuco. Nesta linha, a historiadora Maria Cláudia Badan Ribeiro fez uma pesquisa de doutorado sobre a participação das mulheres na ALN. Ribeiro defende que esta participação foi bastante importante, se compararmos com outras organizações de esquerda armada. Ela disserta que “a ALN tratava de forma igualitária homens e mulheres” (RIBEIRO, 2011, p. 24).

Marighella, em junho de 1969, fez uma avaliação positiva da participação feminina no projeto revolucionário da ALN,

Com respeito à mulher brasileira, sua participação na guerra revolucionária, em particular na guerrilha urbana, tem se destacado por seu espírito lutador e tenacidade sem limite, não é somente por sorte que tantas mulheres têm sido acusadas de participação nas ações de guerrilha contra bancos, centros militares, etc., e que tantas estão em prisões enquanto que tantas outras ainda são procuradas pela polícia (MARIGHELLA, 1969, p. 51).

Segundo Ribeiro, a maior inserção das mulheres pode ter ocorrido pela estruturação hierárquica horizontal da ALN e pela adesão de jovens estudantes, visto que

A participação feminina na ALN pode ter se dado, sobretudo pela confrontação horizontal dada ao grupo por seus fundadores [...] e por ter agregado muitos

---

<sup>58</sup> O Alto da Sé é uma região de Olinda muito visitada por turistas. Nesse local concentram-se alguns pontos turísticos, como a Igreja da Sé de 1540.

<sup>59</sup> Teresa Vilaça em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Salvador, Bahia, 11 de dezembro de 2017.

estudantes que ganhavam a cena política naqueles anos. Parcelas do movimento estudantil que confluíam para a organização também traziam a modificação de costumes, da qual eram caudatários, para o interior da ALN, gerando, portanto, um conjunto de elementos culturais, psicológicos e morais inovadores (RIBEIRO, 2011, p. 25).

Com a saída do grupo do PCBR para a ALN houve um grande problema. Contudo, segundo as narrativas de Almeida este atrito, não deixou sequelas entre as organizações, visto que,

Nesta ruptura, houve uma atitude precipitada da ALN, em tomar um automóvel, marca Jipe do PCBR. Porém, depois, tudo foi resolvido, e a direção cedeu todas as armas que eram do PCBR e que estavam conosco, para serem usadas na ALN.<sup>60</sup>

Estes relatos que condicionam a criação deste grupo da ALN a rachas no PCBR coincidem com estudos de Jacob Gorender, quando este afirma: “em outros Estados, grupos da ALN surgirão mais tarde, comumente de rachas de organizações concorrentes” (GORENDER, 1999, p. 109).

Na visão de Cipriano, seus colegas advindos do PCBR estavam empolgados com o exemplo de Marighella, “eles achavam que o PCBR era muito lento na decisão de fazer ações armadas [...]. Para fazer uma ação precisava de autorização do comando nacional. Contudo, na ALN, ninguém poderia impedir alguém de fazer uma ação revolucionária<sup>61</sup>”. Para ele o PCBR praticava o “Reformismo armado<sup>62</sup>”. Nesta linha, Vilaça narrou que “a gente achava que ficava paralisado por causa da burocracia do PCBR<sup>63</sup>”.

---

<sup>60</sup> Luciano Almeida, em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Parnamirim, Rio Grande do Norte, 31 de julho de 2018.

<sup>61</sup> Perly Cipriano em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Vitória, Espírito Santo, 15 de setembro de 2018.

<sup>62</sup> O militante usa esta expressão de forma irônica para destacar um imobilismo do PCBR.

<sup>63</sup> Teresa Vilaça em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Salvador, Bahia, 11 de dezembro de 2017.

A liberdade de iniciativa para as ações estavam referendadas no livro *Mini-manual do guerrilheiro urbano*, nesta obra, Marighella estimulou que os militantes formassem grupos de fogo independentes, por todo Brasil. Para o líder da ALN, o princípio de hierarquia utilizada por muitos anos, pela esquerda teria que ser superada:

Qualquer grupo de fogo pode decidir em assaltar um banco, sequestrar ou executar um agente da ditadura, uma figura identificada com a reação, ou um espião norte-americano, e pode levar até o fim qualquer tipo de guerra de propaganda ou de nervos contra um inimigo sem a necessidade de consultar o comando geral (MARIGHELLA, 1969, p. 13).

Porém, apesar desta liberdade na articulação dos grupos de fogo, Marighella alertava que alguns indivíduos não atendiam o perfil necessário para participar na linha de frente da luta armada:

Pode se antecipar o resultado de uma ação pela forma em que os participantes atuam durante a fase preparatória. Aqueles que estão atrasados, que não fazem os contatos designados, são facilmente confundidos, esquecem coisas, deixam de completar os elementos básicos do trabalho, possivelmente são homens indecisos e podem ser um perigo. É melhor não incluí-los (MARIGHELLA, 1969, p. 24).

Segundo Pandolfi, “Marighella era um mito, influenciava a todos, uma das coisas que ele falava era que a estrutura do PCBR era muito paquidérmica e dificultava as ações revolucionárias, já a ALN tinha uma dinâmica mais flexível”.<sup>64</sup>

Ainda segundo Pandolfi, “o líder da ALN era aquele homem corajoso, que tinha feito acontecer, inteligente, enfim. Marighella tinha um apelo

---

<sup>64</sup> Dulce Chaves Pandolfi em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Rio de Janeiro, RJ, 04 de junho de 2018.



muito forte”.<sup>65</sup> A crítica que ele fazia sobre PCBR, era de ser um partido leninista, ou seja, dificilmente podia se estruturar numa ditadura para fazer uma revolução armada. Que para atingir os objetivos seria melhor uma estrutura mais flexível.

Podemos perceber pelas palavras da militante, que as teses de Marighella exerciam naquele grupo de jovens da ALN um efeito de verdade, pois a militante finaliza sua narrativa dizendo que “esta era uma crítica bem aceita, na época, pelos estudantes. Marighella dizia que ao invés do centralismo democrático a gente tinha que ter iniciativa revolucionária, cada pessoa tinha que ter uma iniciativa revolucionária”.<sup>66</sup>

Desta forma, ela narra que existiu uma discussão com Manoel Lisboa,<sup>67</sup> para haver a anexação do PCR<sup>68</sup> à ALN. Pandolfi tinha um ponto com Lisboa. A ideia de Marighella era fazer aliança com o PCR para conseguir uma base no campo. O PCR, era forte no campo, e a ALN não tinha nada no campo, aqui em Pernambuco.<sup>69</sup> No entanto, a ação não foi efetivada.

Nesta perspectiva, Rollemberg indica o grau de liberdade que o comando da ALN dava na formação dos grupos de ação, os chamados GTA, Grupo Tático Armado, “pois o militante que se considerasse capaz de formar um grupo para fazer ações de expropriações que fizesse. Os grupos de ações, assim, se multiplicaram” (ROLLEMBERG, 2009, p. 70).

---

<sup>65</sup> Idem.

<sup>66</sup> Dulce Chaves Pandolfi em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Rio de Janeiro, RJ, 04 de junho de 2018.

<sup>67</sup> Manoel Lisboa de Moura (1944-1973) foi um militante comunista brasileiro, fundador do Partido Comunista Revolucionário (PCR) de vertente marxista-leninista. Foi torturado e morto pelo DOI-CODI de São Paulo.

<sup>68</sup> Partido Comunista Revolucionário, com sede em Recife.

<sup>69</sup> Dulce Chaves Pandolfi em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Rio de Janeiro, RJ, 04 de junho de 2018.

Para Maurício Anísio, “o PCBR demorou na ação de guerrilha e a gente começou a se inquietar. Aí no final de 69 nós fomos para ALN, que aí realmente o Marighella pregava a ação armada como o caminho”.<sup>70</sup>

Cipriano dissertou que a liberdade que a ALN ofertava a seus integrantes ajudou substancialmente na proliferação das ações, pois

As outras organizações faziam críticas, a ALN, pois achavam que deveria haver maior centralização. Mas havia nisso uma vantagem: os militantes faziam atividades sem que todos integrantes da organização estivessem sabendo. A ação revolucionária podia ser panfletagem, podia ser uma ação armada a banco, enfim, podia ser qualquer atividade.<sup>71</sup>

#### **4.1.3 Redes de apoio**

Dulce Pandolfi narra como eles construíram as redes de apoios da ALN em Recife, “uma rede polivalente, com médicos, professores, religiosos e advogados. Ronaldo vivia muito em Recife. Montamos uma base interessante na cidade, tinha grandes informações”.<sup>72</sup>

Segundo a militante, “Marighella tinha um negócio genial, era uma fita, que ele fazia uns discursos convocando as pessoas, que iria fazer uma coluna pelo Brasil. Essa fita era uma das maneiras que nós tínhamos de recrutar as pessoas”.<sup>73</sup>

Normalmente aos sábados os militantes da ALN em Recife levavam estas fitas de Marighella para reuniões com amigos, estes encontros tinham o objetivo de atrair pessoas para as redes de apoio da ALN.

A seguir ela narra o que seria as funções da rede de apoio, visto que,

---

<sup>70</sup> Maurício Anísio em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Santa Cruz, Rio Grande do Norte, 29 de abril de 2019.

<sup>71</sup> Perly Cipriano em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Vitória, Espírito Santo, 31 de maio de 2018.

<sup>72</sup> Dulce Chaves Pandolfi em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Rio de Janeiro, RJ, 04 de junho de 2018.

<sup>73</sup> Idem.

Suponhamos você era baleado de uma ação armada, você ia para casa de quem? De um médico para te socorrer. Você precisava ficar escondido na casa de quem? Você tinha uma rede do que a gente chamava de aliados, eram os aliados da organização.<sup>74</sup>

Ao detalhar como transcorriam os apoios, a entrevistada pronunciou que

Dizíamos, “a gente está nessa luta, se alguém se ferir você ajuda?” Se precisar esconder uma pessoa? Era esse tipo de apoio. Às vezes as pessoas não concordavam com o projeto nosso, mas achava que devia apoiar porque eram jovens que estavam ali lutando, achavam bonito aquele ideário.<sup>75</sup>

Pandolfi destaca que estas redes de apoio tinham participações de religiosos e destacou o apoio de Dom Hélder, visto que,

Por exemplo, Marighella mandou uma carta para Dom Hélder pedindo apoio. Eu tinha contato com Dom Hélder, por exemplo. E fui a pessoa que fez a ponte entre a ALN e Dom Hélder. Não que Dom Hélder fosse da ALN, de jeito nenhum. Dom Hélder, ajudava a gente, se precisássemos de um apoio, se esconder, por exemplo. Nesta carta, Marighella comunicava que a ALN estava se formando em Recife.<sup>76</sup>

Pela narração de Pandolfi havia participação de outros religiosos em Recife, pois “eu tinha contato com alguns irmãos Maristas,<sup>77</sup> esses eram da

---

<sup>74</sup> Dulce Chaves Pandolfi em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Rio de Janeiro, RJ, 08 de dezembro de 2014.

<sup>75</sup> Idem.

<sup>76</sup> Dulce Chaves Pandolfi em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Rio de Janeiro, RJ, 04 de junho de 2018.

<sup>77</sup> Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas é o nome de uma ordem religiosa fundada em 2 de janeiro de 1817, no pequeno vilarejo de La Valla, França, por Marcelino Champagnat.

ALN, agora não topavam fazer ação armada. Eles analisavam documentos e ajudavam na montagem das bases”.<sup>78</sup>

Sobre este apoio dos irmãos Marista à luta armada, vimos no início deste capítulo, que Maurício Anísio quando chegou a Recife advindo de Natal, ainda no PCBR ficou hospedado em um Colégio Marista.

Seguindo a orientação de Marighella, para fazer a guerrilha, seria necessário fazer essa rede enorme de apoios, clandestina. Nesta linha, Pandolfi narra que: “chamei alguns amigos para ALN, entre eles, um que estava se formando em medicina, para montar uma base de apoios de médicos em Recife. Também fazíamos grupos de discussão com essas pessoas, no intuito de levá-las para a ALN”.<sup>79</sup> O formato estanque que a ALN foi montada auxiliou no encobrimento desses apoios.

Pandolfi narra que a maioria dos integrantes desta rede de apoio da ALN ficou no anonimato, “se eu contar para você quem era minha base de apoio, eu vou falar do nome de pessoas que você conhece e não pode nem imaginar. São pessoas de esquerda, uns ficaram mais próximos, outros ficaram menos próximos”.<sup>80</sup>

Cipriano alertou para os riscos que estas pessoas corriam mesmo fazendo ações secundárias. Pois elas “[...] levavam um documento para dentro de uma fábrica, ou no movimento estudantil ou rodavam um panfleto. Mas tudo era perigoso. Até pichar ruas era uma ação perigosíssima. Podíamos ser presos ou mortos”.<sup>81</sup>

---

<sup>78</sup> Dulce Chaves Pandolfi em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Rio de Janeiro, RJ, 04 de junho de 2018.

<sup>79</sup> Idem.

<sup>80</sup> Idem.

<sup>81</sup> Perly Cipriano em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Vitória, Espírito Santo, 31 de maio de 2018.

Nesta linha, Teresa Vilaça, narra que “alguns intelectuais ofereciam para nós carros para as ações e escondiam os militantes em suas casas”.<sup>82</sup> Sobre este apoio, Luciano Almeida confirma que passou um tempo escondido na casa do compositor Carlos Fernando<sup>83</sup> e do professor, escritor e cineasta Jomard Muniz de Britto.<sup>84</sup> Segundo Almeida, “Teresa Vilaça foi quem conseguiu estas casas para nós”.<sup>85</sup>

Rollemberg destaca a importância que Marighella dava na organização nacional das redes de apoio da ALN, visto que

Marighella acreditava que era preciso criar uma ampla rede de contatos em todo país. A ALN seria uma peça importante. Pessoas que circulavam pelo país, comissários de bordo que atravessavam os estados levando e trazendo orientações, militantes deslocados para o interior. Tudo era somado, preservado na formação desta rede que ia sendo tecida nos subterrâneos da sociedade (ROLLEMBERG, 2009, p. 70).

No prontuário de Perly Cipriano ele reconhece Teresa Vilaça como integrante da célula da ALN em Recife, pois “conhece Maria Teresa Lemos Vilaça, cuja linha política dissidente do PCBR, no racha ocorrido, em fins de 1969, [...] ela manteve daí várias ligações com o interrogado”.<sup>86</sup>

No entanto, ao analisar o grupo da ALN em Recife, Perly Cipriano afirma que Teresa Vilaça, mesmo advinda do PCBR, não participava

---

<sup>82</sup> Teresa Vilaça em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Salvador, Bahia, 11 de dezembro de 2017.

<sup>83</sup> Carlos Fernando (1938- 2013) foi um cantor e compositor de música popular brasileira. Compôs entre outras músicas: Banho de Cheiro e Noites olindenses.

<sup>84</sup> Nascido em 1937, é professor da UFPE, autor dos livros: “Contradições do homem brasileiro” e do “Modernismo à Bossa Nova”.

<sup>85</sup> Luciano Almeida em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Parnamirim, Rio Grande do Norte, 31 de julho de 2018.

<sup>86</sup> Prontuário Perly Cipriano (Nº 19.007). Arquivo Público do Estado Jordão Emerenciano (Apeje). DOPS. Fundo: SSP, Nº 25.026. Ver Anexo C, 3.5.

diretamente das ações armadas, por ser uma pessoa muito conhecida, mas era preponderante na formatação das redes de apoio da ALN, pois esta,

Era uma professora muito conhecida. Não podia participar das ações armadas. Mas, também, por ser muito conhecida participava dos contatos e da formação da rede de apoios. Então uma pessoa como Teresa era muito importante, porque ela tinha a vida normal, andava para todos os lados e estabelecia contatos.<sup>87</sup>

Vilaça destaca que o fato de ser uma das poucas integrantes do grupo nascida em Pernambuco ajudou no estabelecimento destes contatos. Sobre participação dos militantes nas ações, ela narrou que o militante “poderia participar da ação propriamente dita, ou poderia fazer o levantamento das condições, a observação”.<sup>88</sup>

Pelas narrativas dos militantes, Roberto Peixe era um exemplo da existência da rede de apoio da ALN. Segundo eles, essas pessoas não tinham participação direta na organização. Porém alugavam e/ou cediam casas para os aparelhos, forneciam alimentos ou mesmo viabilizavam atendimento médico. Sobre esta questão, Peixe relata que “no movimento estudantil nós tínhamos contatos com todas as organizações”.<sup>89</sup>

Luciano Almeida relatou que Roberto Peixe não participava das ações da ALN. “Não havia nenhuma relação de Roberto Peixe com as ações armadas da ALN. Eu apenas estava hospedado em sua casa há pouco tempo. Quem conseguiu o local foi Teresa Vilaça”.<sup>90</sup>

---

<sup>87</sup> Perly Cipriano em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Vitória, Espírito Santo, 15 de setembro de 2018.

<sup>88</sup> Teresa Vilaça em entrevista concedida ao entrevistador Paulo Marcelo Mello. Salvador, Bahia, 11 de dezembro de 2017.

<sup>89</sup> Roberto Peixe em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Olinda, Pernambuco, 16 de junho de 2016.

<sup>90</sup> Luciano Almeida em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Parnamirim, Rio Grande do Norte, 31 de julho de 2018.

#### 4.1.4 Trabalho de base nas fábricas

Pandolfi narra que o bancário e secundarista Samuel Firmino era o contato da ALN com a base operária. Segundo a militante, “me encontrava toda semana, ou de 15 em 15 dias, com Samuel Firmino”.<sup>91</sup> Nestes encontros, Pandolfi repassava panfletos para o militante entregar nas fábricas.

Pelas referências documentais que tivemos acesso, Firmino além de atuar junto ao proletariado atuou em quase todas as ações armadas da ALN em Recife.

Nesta linha, Pandolfi defende que as ações da ALN não se restringiam a luta armada, embora entenda que esta tenha sido a maior característica da legenda, visto que,

A ALN não era só militarista, ela tinha trabalho de base também. Por exemplo, havia outros dois operários, que eu encontrava e passava panfleto, eles faziam panfletagem nas fábricas. Quem quisesse fazer trabalho de base, era apoiado. A palavra de ordem não era todo mundo entrar para luta armada. Agora claro que a propaganda era da luta armada.<sup>92</sup>

Porém, Cipriano narrou a quase desconexão da ALN em Pernambuco com o proletariado ao afirmar que “até para fazer trabalho de massa tínhamos dificuldades, porque à maioria dos militantes não estavam empregados na indústria e no comércio”.<sup>93</sup>

Esta condição de isolamento dos grupos armados, já era prevista por Marighella visto que “[...] a característica fundamental do guerrilheiro urbano é que é um homem que luta com armas; dada esta condição, há

---

<sup>91</sup> Dulce Chaves Pandolfi em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Rio de Janeiro, RJ, 04 de junho de 2018.

<sup>92</sup> Idem.

<sup>93</sup> Dulce Chaves Pandolfi em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Rio de Janeiro, RJ, 04 de junho de 2018.

poucas probabilidades de que possa seguir sua profissão normal por muito tempo” (MARIGHELLA, 1969, p. 15).

#### **4.2 Participação de Dulce Pandolfi na ALN do Rio de Janeiro**

Em 1969, Pandolfi viajou para o Rio de Janeiro “de férias da faculdade em 1969, fiquei um tempo no Rio de Janeiro, durante os meses de julho e agosto”.<sup>94</sup>

Segundo os arquivos do SNI,<sup>95</sup> Dulce Pandolfi participou de algumas ações da ALN no Rio de Janeiro. As datas destas ações que estão nos registros do órgão coincidem com o período que Pandolfi diz ter estado no Rio de Janeiro.

Foi registrado nestes arquivos que Ronaldo Dutra Machado informou a participação de Pandolfi, juntamente com ele e outros integrantes da ALN-Rio, na expropriação de um fusca em Ipanema e de uma agência de veículos de nome Novocar, ambas as ações teriam ocorrido em julho de 1969.

Segundo o registro do SNI, Ronaldo Dutra declarou que “no assalto da agência Novesi ou Novocar, participaram Domingos Fernandes (Jorge), Carlos Eduardo Coelho da Paz (Clemente), Dulce Chaves Pandolfi (Verônica), ele e o companheiro Carneiro que o nome real não conhece”.<sup>96</sup>

Este mesmo documento informa que Dutra só conheceu Pandolfi naquele mês e que só no mês seguinte ela, por solicitação de Dutra iniciou a articulação da ALN em Pernambuco. No Rio de Janeiro Pandolfi usava o codinome<sup>97</sup> de Verônica, no Recife era Ana.

---

<sup>94</sup> Idem.

<sup>95</sup> Depoimento de Ronaldo Dutra Machado. Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informação. Informação n/ 106/ARE/SNI de 10/04/70. Difusão: AC/SNI-GAB ARO=3. Ver Anexo A.

<sup>96</sup> Depoimento de Ronaldo Dutra Machado. Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informação. Informação N° 106/ARE/SNI de 10/04/70. Difusão: AC/SNI-GAB ARO=3.

<sup>97</sup>Nome fantasia usado pelos militantes, para confundir a repressão.



É possível aferir que há uma divergência entre o conteúdo deste documento do SNI e o conteúdo da entrevista concedida por Pandolfi. Estas divergências estão relacionadas ao ano dos primeiros contatos de Ronaldo Dutra com Pandolfi. Os relatos de memória, muitas vezes contém imprecisões sobre datas. O tempo vivido e o rememorado articulam-se por meio de mediações que não contemplam necessariamente a temporalidade cronológica (MONTENEGRO, 2019, p. 44-45).

Tomando por base a entrevista de Pandolfi, o contato entre ela e Ronaldo Dutra foi iniciado já em 1968. Temos que considerar que este documento do SNI é alicerçado no depoimento de Ronaldo Dutra na prisão, portanto, sendo possível inferir que este omitiu informações para proteger seus companheiros e confundir a repressão.

Por outro lado, a militante Dulce Pandolfi admite ter participado de ações de expropriações na capital carioca, visto que, “ações armadas só fiz no Rio de Janeiro, em julho de 1969”.<sup>98</sup>

Desta forma ela confirmou a participou na ação na agência de automóveis e relatou a participação em uma agência bancária, no entanto negou a da expropriação do fusca destacando que, elas fizeram parte do seu processo jurídico, visto que

Fiz uma no banco e uma agência de automóveis depois. Nestas ações, o fator, surpresa era muito grande. Não teve tiros. Marighella dizia que “poderia fazer assalto até com armas de plástico”, uma vez ele fez um assalto com arma de plástico, para mostrar que podia. Acho que isto de estar protegido pelo fator surpresa era outra ilusão nossa.<sup>99</sup>

---

<sup>98</sup> Dulce Chaves Pandolfi em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Rio de Janeiro, RJ, 04 de junho de 2018.

<sup>99</sup> Dulce Chaves Pandolfi em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Rio de Janeiro, RJ, 08 de dezembro de 2014.

Ela relatou as recomendações que foram elaboradas por Carlos Marighella, estas deveriam ser cumpridas antes das ações armadas. Destaca que primeiro se fazia um levantamento na área e o estudo detalhado de cada passo da ação. Segundo Pandolfi: “essa agência da Tijuca que eu participei foi assim: estudamos, fomos lá várias vezes, pagamos conta, vimos como era o movimento e se passava patrulha da polícia”.<sup>100</sup>

Pandolfi destacou como era feita sua participação nas ações armadas, ao mencionar que “[...] disfarçada pano na cabeça, peruca, chapéu. Era uma equipe grande. Porque tinha o que entrava, tinha o que ficava do lado de fora, na logística, o que chamava. Eu fiquei dentro. Logo na linha de frente”.<sup>101</sup>

### **4.3 Ações armadas do grupo, em Recife e Jaboatão**

Todo esse processo gerou a organização de uma célula da ALN em Pernambuco, que realizou algumas ações armadas durante os anos de 1969 e 1970 em Recife e Jaboatão, atual Jaboatão dos Guararapes.

Segundo o líder da ALN, para poder funcionar, uma guerrilha urbana tem que estar “organizada em um pequeno grupo e coordenada por uma ou duas pessoas, isto é o que se constitui um grupo de fogo” (MARIGHELLA, 1969, p. 13).

Sobre a escolha do líder, Marighella recomendava que, “dentro do grupo de fogo tem que haver confiança plena entre os camaradas. O melhor atirador e o que melhor souber manejar a metralhadora é a pessoa encarregada pelas operações” (MARIGHELLA, 1969, p. 13).

Perly Cipriano exerceu uma liderança nas ações e era o comandante do GTA da ALN em Pernambuco. A partir da inclusão de Cipriano neste grupo da ALN, algumas ações armadas foram executadas alternadamente

---

<sup>100</sup> Idem.

<sup>101</sup> Dulce Chaves Pandolfi em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Rio de Janeiro, RJ, 08 de dezembro de 2014.

por vários integrantes, como Luciano Almeida; Ronaldo Dutra; José Pedro; Maurício Anísio; Rolhine Sonde; Samuel Firmino; Gordo<sup>102</sup> e Gates.<sup>103</sup> Contudo em todas as ações esteve presente Perly Cipriano.

Cipriano informou que antes deste momento, o grupo executou algumas ações armadas, visto que, “eu lembro que demos o apelido de ‘o padre’ a Edvaldo Marques, porque ele fez uma ação armada vestido de batina. Contudo, não posso precisar quantas ações foram porque eu não estava em Pernambuco”.<sup>104</sup>

Não consegui localizá-las nos arquivos, e nenhum dos entrevistados especificou alguma delas. Portanto, todas as ações armadas que listaremos a seguir foram realizadas após a incorporação de Perly Cipriano ao grupo.

Luciano Almeida também se destacou nestas ações, ele narrou que sempre as executou de maneira equilibrada, não possuindo “medo em ação armada, a ideologia era mais forte”.<sup>105</sup>

O dinheiro arrecadado nas expropriações foi utilizado para pagar os aluguéis, contas de luz e água dos aparelhos da ALN, como também para custear despesas pessoais dos militantes.

A situação financeira do grupo era de penúria porque eles não fizeram ações que tivesse gerado recurso financeiro suficiente para bancar os custos do grupo de maneira razoavelmente satisfatória. Além destas funções, estas ações eram usadas para comprar armas de fogo e manter a organização funcionando.<sup>106</sup>

---

<sup>102</sup> Não consegui identificar a identidade. Há algumas referências a este militante, porém nem nas entrevistas consegui a identificação.

<sup>103</sup> Não consegui identificar a identidade. Há algumas referências a este militante, porém nem nas entrevistas consegui a identificação.

<sup>104</sup> Perly Cipriano em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Vitória, Espírito Santo, 15 de setembro de 2018.

<sup>105</sup> Perly Cipriano em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Vitória, Espírito Santo, 15 de setembro de 2018.

<sup>106</sup> Idem.

O comando nacional da ALN não repassava recursos para as ações em Pernambuco. Segundo Cipriano, porque “havia a tese da autonomia. Portanto não tínhamos como cobrar ajuda do comando da ALN”.<sup>107</sup>

Por outro lado, quando houve a entrada na ALN do pessoal do PCBR. Eles já vivenciavam integralmente o cotidiano da luta armada. Não trabalhavam em um bar, ou em um banco, por exemplo. Então os recursos que estes militantes tinham eram baixíssimos. Esta falta de recursos dificultava a ALN. Alguns, que já estavam na ALN antes, como Zoé Brito, professor de geografia, ainda tinham emprego formal. Mas estes eram minoria.<sup>108</sup>

Em abril de 1970, após realizar investigações sobre uma onda de ações revolucionárias que estavam ocorrendo em Pernambuco, o SNI<sup>109</sup> concluiu que “ficou positivada a participação dos elementos pertencentes ao PCBR e ALN, em assaltos e atos de terrorismo, inclusive com assassinatos ocorridos nesta área”.<sup>110</sup>

Desta forma, o órgão relacionou os seguintes atos (Anexo B): assalto ao Banco Financeiro em Cavaleiro, Jaboatão, dia 19 de dezembro de 1969 que teria gerado um prejuízo de 8.031,20<sup>111</sup> cruzeiros novos, assalto ao Pronto Socorro e Farmácia Jayme da Fonte<sup>112</sup> em Recife, no dia 23 de fevereiro de 1970, com prejuízo de 1.513,54<sup>113</sup> cruzeiros novos, assalto ao depósito Souza Cruz<sup>114</sup> em Olinda com assassinato do gerente, no dia 30

---

<sup>107</sup> Idem.

<sup>108</sup> Idem.

<sup>109</sup> Relatório “Desarticulação de aparelho do PCBR e ALN”. Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informação. Contra-informação N° 222/ARE/SNI-SS/16/94. Ver Anexo B, 2.2.

<sup>110</sup> Relatório “Desarticulação de aparelho do PCBR e ALN”. Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informação. Contra-informação N° 222/ARE/SNI-SS/16/94. Ver Anexo B, 2.2.

<sup>111</sup> R\$ 64.937,59 reais, corrigido para julho 2019

<sup>112</sup> Inaugurado em julho de 1955, pelo médico pernambucano Jayme da Fonte foi o primeiro Pronto Socorro particular do Recife e um dos primeiros do Brasil.

<sup>113</sup> R\$ 12.052,20 reais, corrigido para julho 2019.

<sup>114</sup> Segundo matéria do Diário de Pernambuco do dia 07 de abril de 1970, o gerente Nilson Jorge Lins saiu a pé da Souza Cruz, levava uma pasta com NCr\$ 23 mil, da firma, para depósito bancário, o banco ficava próximo. Neste

de outubro de 1969 e prejuízo de 52.062,08<sup>115</sup>, assalto aos funcionários do banco Lavoura de Minas, em João Pessoa em 05 de maio de 1969 com prejuízo de 56.000,00<sup>116</sup> cruzeiros novos, organização de comício em homenagem a Che Guevara no dia 08 de outubro de 1969 e colocação de bombas no palanque do IV Exército durante o desfile de sete de setembro de 1969.<sup>117</sup>

O SNI, neste documento, não distingue a ALN do PCBR, considera como se as ações fossem realizadas pelas duas organizações. Porém Luciano Almeida rebateu estas informações. Segundo ele, desta relação, a ALN, foi autora dos assaltos ao Banco Financial e ao Hospital e Pronto Socorro Jayme da Fonte.<sup>118</sup> Os demais militantes da ALN entrevistados também confirmaram este relato de Almeida.

De acordo com o militante, “o assalto ao depósito da Souza Cruz em Olinda, aos funcionários do Banco Lavoura de Minas Gerais e o comício em homenagem a Che Guevara foram praticados pelo PCBR”.<sup>119</sup>

No entanto, vale ressaltar que, pelos arquivos do SNI e pelas informações de Almeida, nestas quatro ações, estiveram presentes militantes que integraram a ALN em Pernambuco, após terem saído do PCBR. Caso de Rholine Sonde na ação contra a Souza Cruz em Olinda, o próprio Luciano Almeida e Grivaldo Tenório nas ações contra o Banco Lavoura de Minas Gerais e Luciano Almeida no comício em pró de Che Guevara e na colocação da bomba no palanque do Exército.

---

momento é assaltado, o gerente esboçou uma reação, mas foi baleado e morto por um dos dois homens que executaram a ação.

<sup>115</sup> R\$ 416.000 reais, corrigido para julho 2019.

<sup>116</sup> R\$ 448.000 reais, corrigido para julho 2019.

<sup>117</sup> Relatório “Desarticulação de aparelho do PCBR e ALN”. Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informação. Contra-informação N° 222/ARE/SNI-SS/16/94.

<sup>118</sup> Luciano Almeida em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Parnamirim, Rio Grande do Norte, 31 de julho de 2018.

<sup>119</sup> Idem.

Segundo o arquivo do SNI,<sup>120</sup> o outro militante do PCBR que participou da ação contra os funcionários do Banco Lavoura de Minas Gerais foi João Baltar, já na ação contra a fábrica de cigarros participaram além de Rholine Sonde: Alberto Vinicius, João Baltar e Carlos Alberto.

De acordo com uma matéria do Diário de Pernambuco, a ação realizada no depósito da companhia de cigarros Souza Cruz transcorreu da seguinte maneira,

[...] Nilson Jorge Lins, de 23 anos deixa o depósito de cigarros e se dirige ao banco, levava uma pasta na mão, de cor preta, com NCr\$ 23 mil, para depósito da firma. Ia com um colega de trabalho. Defronte ao cinema Duarte Coelho é interceptado por dois homens armados que lhe advertem “Passa a pasta se não leva chumbo”. Nilson reagiu e seu colega sacou uma arma. Nilson é baleado e a bolsa carregada para um automóvel fusca [...] que estava parado nas imediações do cinema. [...] Os bandidos fogem em meio ao tiroteio [...] levando o dinheiro. No chão, o corpo de Nilson varado de balas e uma poça de sangue.<sup>121</sup>

Sobre o comício em homenagem a Che Guevara no dia 8 de outubro de 1969, na fábrica de tecidos da Macaxeira<sup>122</sup> - que era um polo de concentração operária no Recife - e a colocação de uma bomba no palanque do IV Exército nas comemorações da independência do Brasil em sete de setembro de 1969, Almeida informou que

---

<sup>120</sup> Relatório “Desarticulação de aparelho do PCBR e ALN”. Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informação. Contra-informação N° 222/ARE/SNI-SS/16/94.

<sup>121</sup> POLÍCIA desbarata subversão. *Diário de Pernambuco*. Recife, 7 abr. 1970. Capa. Hemeroteca do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (Apeje).

<sup>122</sup> Fundada no ano de 1895, somente veio a ter sua vila operária após ser adquirida pelo comerciante Othon Bezerra de Mello, no ano de 1925. Com o crescimento da fábrica, o bairro foi se desenvolvendo e foi iniciada a construção de um complexo fabril. Entre as décadas de 1930 e 1940, duas vilas operárias foram construídas: a Vila Maria Amália, conhecida como Vila da Carrapateira e a Vila Regina, conhecida como Vila Buriti e a partir daí o bairro foi crescendo. Em 1992 a fábrica fecha e conseqüentemente, a vila perdeu seu caráter operário.

O comício foi uma operação de propaganda armada do PCBR. Atuei, na cobertura armada do comício, porque a ação se desdobrou em várias atividades. Agrupar os operários na hora da entrada do trabalho; fazer um discurso, uma espécie de comício, que foi realizado por Marcelo Mário Melo<sup>123</sup>; fazer uma pichação local; distribuir panfletos e colocar uma bandeira com o nome Che Guevara. Tudo alusivo, ao aniversário de dois anos da morte do Comandante, na Bolívia. Cerca de 300 trabalhadores, assistiram o comício e receberam os panfletos. A grande maioria nem sabia quem era Che Guevara. Sobre a colocação da bomba no palanque, foi uma ação de protesto contra a ditadura e não causou vítimas<sup>124</sup>.

Esta ação do PCBR, no comício da Macaxeira, em homenagem a Che Guevara, demonstra o grau de distanciamento que a maioria dos operários mantinha do projeto das esquerdas revolucionárias. O próprio Luciano Almeida afirma que a maioria não sabia, nem mesmo quem era o comandante revolucionário, que estava sendo homenageado, no dia 8 de outubro de 1969.

#### **4.3.1 Assalto ao Banco Finacial**

Em seu livro *Mini-Manual do guerrilheiro urbano*, Marighella sugeriu que os estabelecimentos bancários estivessem na lista das ações dos grupos de fogo, visto que “os alvos mais vulneráveis para o assalto são os seguintes: bancos e estabelecimentos de crédito” (MARIGHELLA, 1969, p. 27).

Este grupo da ALN realizou uma ação no Banco Finacial – em Cavaleiro, bairro de Jaboatão dos Guararapes –, na manhã do dia 19 de dezembro de 1969. Luciano Almeida relatou que participou da expropriação junto com Rolhine Sonde, Perly Cipriano, Ronaldo Dutra Machado e Maurício Anísio. Visto que

---

<sup>123</sup> Militante do PCBR, hoje poeta e jornalista.

<sup>124</sup> Luciano Almeida em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Parnamirim, Rio Grande do Norte, 31 de julho de 2018.

Eu e Rolhine fomos até a agência de ônibus e Maurício, Perly e Ronaldo foram de fusca<sup>125</sup>. Maurício ficou no fusca, estava na condição de motorista, os outros quatro entraram na agência. Eu fiquei no comando da ação. Todos os quatro estavam armados. Eu estava com um fuzil ursos e os outros com revólver 38. Um grupo do PCBR estava na área, na hora do assalto, planejando a ação, para outro dia. Quando eles nos viram tiveram que sair rapidamente.<sup>126</sup>

Os arquivos do SNI (Anexo B) indicam que no “dia 19/12/1969: Rolhine, Maria Teresa Vilaça, Perly Cipriano, Maurício Anísio, Luciano Almeida e Ronaldo Dutra Machado, armados de metralhadoras e revólveres, assaltaram a agência do Banco Financeiro S/A, localizado na rua Manoel Conrado, Cavaleiro/ Jaboatão/PE, roubando a quantia de 8.031,20 cruzeiros novos. Não houve vítimas.<sup>127</sup>

O Diário de Pernambuco<sup>128</sup> noticiou a expropriação. A matéria enfatiza que este foi o primeiro assalto a banco realizado em Pernambuco. Além disso, informa que o assalto ocorreu às oito e meia da manhã e teria sido feito por três homens que estavam mascarados e de posse de metralhadoras. E que a quantia roubada foi de hum mil e novecentos Cruzeiros Novos.<sup>129</sup> O periódico ainda avaliou que o assalto foi realizado com audácia e rapidez se assemelhando aos que estavam acontecendo no Rio de Janeiro e São Paulo. O jornal relatou que um dos integrantes do grupo, que tinha sotaque sulista, anunciou o assalto, os demais obrigaram o caixa; uma

---

<sup>125</sup> Segundo matéria do Jornal do Commercio do dia 20 de dezembro de 1969, o fusca foi furtado no mesmo dia antes da ação no bairro de Casa Forte, ele pertencia ao Departamento de Saneamento do Governo do Estado de Pernambuco.

<sup>126</sup> Luciano Almeida em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Parnamirim, Rio Grande do Norte, 31 de julho de 2018.

<sup>127</sup> Relatório “Desarticulação de aparelho do PCBR e ALN”. Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informação. Contra-informação N° 222/ARE/SNI-SS/16/94.

<sup>128</sup> COM metralhadoras, bandidos assaltam em Cavaleiro um banco: quatro suspeitos presos. *Diário de Pernambuco*. Recife, 20 dez. 1969. Capa. Hemeroteca do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (Apeje).

<sup>129</sup> Quantia bem menor do que o SNI tinha registrado, cerca de R\$ 15.362,00, corrigido para julho de 2019.



funcionária; uma cliente e o vigia a se trancarem no banheiro. A matéria termina apresentando os esforços do DOPS-PE, na elucidação do caso. Destacando que já teriam sido presos três suspeitos, eles seriam estudantes mineiros que estariam em trânsito no Recife.<sup>130</sup>

A repressão montou um forte esquema de perseguição aos envolvidos no assalto bancário. O *Jornal do Commercio*<sup>131</sup> noticiou que a polícia fechou todos os pontos de saída de Recife e manteve um forte esquema de busca nos hotéis e no aeroporto dos Guararapes.

Durante todo mês de dezembro de 1969 (Figura 3), as matérias sobre o assalto continuaram ocupando as manchetes dos periódicos de Pernambuco. No dia 21 de dezembro de 1969, o *Diário de Pernambuco*<sup>132</sup> apresentou uma matéria, ainda relacionando o assalto a estudantes mineiros. O jornal, no transcorrer da matéria, também fez elogios ao desempenho do DOPS, inclusive elogiando a forma que o delegado Bartolomeu Gibson conduzia os “interrogatórios”. O delegado está presente na lista dos 377 policiais militares e agentes, acusados de participar de violações contra os direitos humanos na ditadura militar no Brasil. Segundo a Comissão da verdade,

José Bartolomeu Lemos Gibson (1923-1991) - Quando integrava uma comissão de investigação de segurança pública de 1969 em Pernambuco, o promotor se envolveu em detenção ilegal, tortura e execução (MIRANDA, 2015).

---

<sup>130</sup> Estes estudantes, três homens e uma mulher, foram presos preventivamente, mas não tiveram qualquer participação no assalto.

<sup>131</sup> SUSPEITOS ao assalto a banco em Cavaleiro negam autoria do crime. *Jornal do Comércio*. Recife, 20 dez. 1969. Capa. Hemeroteca do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (Apeje).

<sup>132</sup> DOPS do Recife captura 7 suspeitos do assalto ao banco de Cavaleiro. *Diário de Pernambuco*. Recife, 21 dez. 1969. Capa. Hemeroteca do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (Apeje).

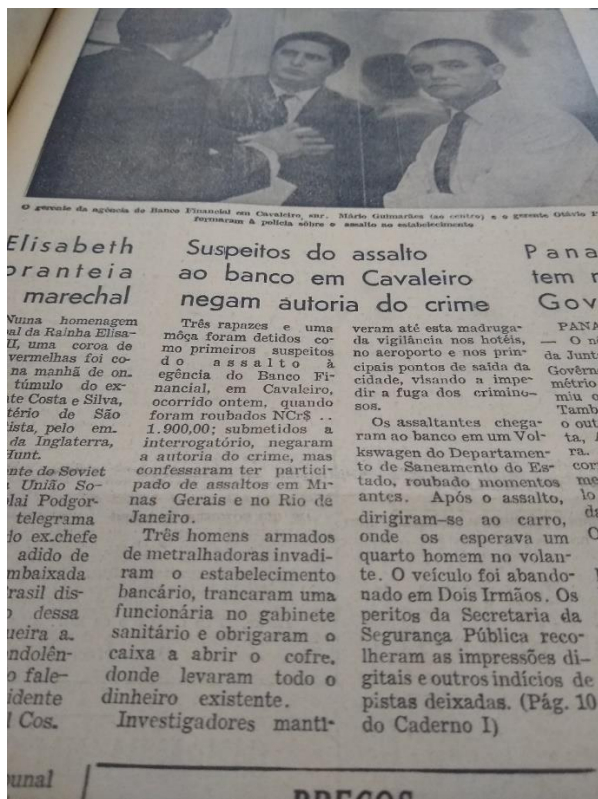


Figura 3 – Matéria do Jornal do Commercio sobre o assalto ao Banco Financial, com foto do gerente da agência e do diretor do banco. Fonte: Jornal do Commercio, 20 dez. 1969. Apeje.

De acordo com o Jornal do Commercio, depois de três dias de investigação, o DOPS descartou a participação dos estudantes mineiros no assalto. O periódico publicou a versão de um destes estudiantis, que estavam de férias em Recife, “em conversa com a reportagem, Maria Teresa demonstrou revolta com a prisão, sempre afirmando que nem um dos quatro é criminoso, mas também contou que todos fumam maconha e isto também fizeram aqui, quando conseguiram um fornecedor no bairro do Recife”.<sup>133</sup>

<sup>133</sup> SUSPEITOS a assalto a banco serão entregues a autoridades mineiras. *Jornal do Commercio*. Recife, 23 de dezembro de 1969. Capa. Hemeroteca do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (Apeje).

O que se apresenta, através das matérias destes periódicos, que na verdade reproduziam a narrativa do DOPS-PE, é que os investigadores, naquele momento, ainda não haviam relacionado o assalto a banco com as ações da ALN. Por outro lado, percebe-se que o jornalista que realizou a matéria conseguiu espaço para apresentar uma indignação de alguém que foi detido injustamente. Embora, no terço final da reportagem ele justifique que os estudantis foram envolvidos no caso por serem usuários de maconha.

O prontuário de Perly Cipriano<sup>134</sup> faz uma referência a participação de Teresa Vilaça nesta ação. Apesar de não estar presente no dia do assalto ao Banco, a militante teria feito uma análise das condições de segurança do estabelecimento, no dia anterior ao evento. Esta também foi a versão do *Jornal do Commercio*, visto que, “[...] a professora Teresa Vilaça se encarregou de observar o sistema de vigilância do estabelecimento”.<sup>135</sup>

Sobre esta questão Teresa Vilaça narrou o seguinte: “o que fiz foi o levantamento do local antes [...], eu sentei na cadeira e demonstrei a intenção de pedir um empréstimo”.<sup>136</sup> A seguir, ela descreve como realizava estas análises:

Eu lembro que muitas vezes eu fiz observação de banco. Entrava em um banco e ficava como se tivesse procurando alguma coisa. Mas, na verdade era para saber a quantidade de mesas e de pessoas. Para saber a hora de maior e menor movimento. Para saber a hora que o funcionário vai ao cofre. Enfim, tudo isso faz parte. Porque se isso for uma coisa mal feita vai dar errado.<sup>137</sup>

---

<sup>134</sup> Prontuário Perly Cipriano (Nº 19.007). Arquivo Público do Estado Jordão Emerenciano (Apeje). DOPS. Fundo: SSP, Nº 25.026. Ver Anexo B, 3.3.

<sup>135</sup> TERRORISTAS confessam assaltos em várias cidades. *Jornal do Commercio*. Recife, 5 abr. 1970. Capa. Hemeroteca do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (Apeje).

<sup>136</sup> Teresa Vilaça em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Olinda, Pernambuco, 28 de outubro de 2018.

<sup>137</sup> Teresa Vilaça em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Salvador, Bahia, em 11 de dezembro de 2017.

Os militantes negaram a narrativa do SNI sobre a utilização de metralhadoras durante o assalto. Eles disseram que o suporte bélico da ALN em Recife era muito limitado. Maurício Anísio destacou que “[...] ninguém tinha metralhadora. O que existia era aqueles riflezinhos [sic], Luciano até entrou com um, e com uma máscara, ele parecia o zorro”.<sup>138</sup>

Ao confrontarmos os arquivos do DOPS-PE com as entrevistas com os militantes, podemos perceber que as autoridades constituídas sempre procuravam ampliar o quantitativo de armas e munições pertencentes aos integrantes da ALN.

Por outro lado, pela narrativa dos militantes, nesta ação, eles não atenderam uma recomendação de Marighella visto que, “cada grupo de tiro das guerrilhas urbanas tem que ter uma metralhadora manejada por um bom atirador. Os outros componentes dos grupos têm que estarem armados com revólveres calibre 38, nossa arma padrão” (MARIGHELLA, 1969, p. 9).

Pela expectativa de arrecadação que se tinha, o grupo avaliou que o montante subtraído do Financial foi muito pouco. Teresa Vilaça entende que a gerência do Banco, desconfiada com a sua presença na véspera do assalto, possa ter retirado a maior parte do dinheiro dos cofres.<sup>139</sup>

Luciano Almeida afirmou que além destes recursos financeiros, um dos militantes pegou um pacote de cédulas de um cliente, que estava dentro da agência. Esta ação foi repreendida posteriormente pelo grupo, o militante reconheceu que estava errado e alegou o nervosismo como causador do lapso.<sup>140</sup>

---

<sup>138</sup> Maurício Anísio em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Santa Cruz, Rio Grande do Norte, 29 de abril de 2019.

<sup>139</sup> Teresa Vilaça em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Salvador, Bahia, 11 de dezembro de 2017.

<sup>140</sup> Luciano Almeida em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Parnamirim, Rio Grande do Norte, 31 de julho de 2018.

Marighella defendia que os militantes durante as ações “tinham que evitar a técnica de bandidos, o qual é o uso de violência desnecessária e da expropriação de mercadorias e posses da população” (MARIGHELLA, 1969, p. 28).

No prontuário do DOPS-PE de Perly Cipriano<sup>141</sup> existe um depoimento, onde ele afirma que o grupo, no final da ação teria deixado escrito dentro do fusca, um envelope com frases pró-luta armada.<sup>142</sup> Sobre este assunto, o *Jornal do Commercio* publicou o seguinte: “[...] em seguida rumaram ao subúrbio de Casa Forte onde abandonaram o fusca oficial 45-20, deixando um envelope com os seguintes dizeres ‘Viva Marighella e Viva a guerrilha’”.<sup>143</sup>

Maurício Anísio confirmou o registro ao afirmar que “nós fizemos uma tolice, largamos o fusca, mas deixamos uma panfletagem para polícia ver que tinha sido a gente”.<sup>144</sup>

Naquele momento já fazia quarenta e cinco dias da morte de Marighella, mas a crença na revolução ainda permeava o projeto daqueles militantes. Esta ação também indica que este grupo utilizou a estratégia de propaganda proposta por Marighella visto que,

Tem que usar o assalto para propósitos de propaganda, no mesmo momento em que está acontecendo, e depois distribuir material, papéis, e todo meio possível de explicar os objetivos e os princípios do guerrilheiro urbano como expropriador do governo, das classes governantes, e do imperialismo (MARIGHELLA, 1969, p. 28).

---

<sup>141</sup> Prontuário Perly Cipriano (Nº 19.007). Arquivo Público do Estado Jordão Emerenciano (Apeje). DOPS. Fundo: SSP, Nº 25.026.

<sup>142</sup> Prontuário Perly Cipriano (Nº 19.007). Arquivo Público do Estado Jordão Emerenciano (Apeje). DOPS. Fundo: SSP, Nº 25.026.

<sup>143</sup> TERRORISTAS confessam assaltos em várias cidades. *Jornal do Commercio*. Recife, 05 abr. 1970. Capa. Hemeroteca do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (Apeje).

<sup>144</sup> Maurício Anísio em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Santa Cruz, Rio Grande do Norte, 29 de abril de 2019.

No final de 1969, as manchetes dos jornais exibiam grande preocupação com a onda de assaltos que estava ocorrendo na região metropolitana do Recife. Neste sentido, o Diário de Pernambuco<sup>145</sup> publicou uma matéria, onde creditou ao mesmo grupo as ações na companhia de cigarros Souza Cruz; no Banco Financial e na tentativa de assalto a fábrica Tacaruna.<sup>146</sup>

No ano seguinte, uma matéria do Jornal do Commercio publicada em março (Figura 4) parece se relacionar com os eventos ocorridos meses antes, e demonstra preocupação do governo com a segurança nos bancos.



Figura 4 – Matéria do Jornal do Commercio sobre a segurança nos bancos. Fonte: Jornal do Commercio, 13 mar. 1970. Capa. Apeje.

<sup>145</sup> POLÍCIA inteira caçada a assaltantes terroristas. *Diário de Pernambuco*. Recife, 25 dez. 1969. Segundo caderno. Hemeroteca do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (Apeje).

<sup>146</sup> De acordo com a matéria do Jornal do Commercio do dia 25 de dezembro de 1969, esta tentativa de assalto ocorreu no dia 24 de dezembro de 1969, houve um confronto armado, onde um operário da fábrica saiu ferido. Segundo Luciano Almeida, a ação foi realizada por integrantes do PCBR.

### 4.3.2 Assalto ao Pronto Socorro e farmácia Jayme da Fonte

Sobre a ação realizada no Pronto Socorro e Farmácia Jayme da Fonte (Figura 5), localizado no Bairro das Graças em Recife ocorrida na noite do dia 23 de fevereiro de 1970, Almeida relatou que participou da expropriação junto com Rolhine Sonde, Perly Cipriano e Samuel Firmino, porquanto

Todos nós chegamos até a agência em um fusca expropriado na ilha do Leite<sup>147</sup>. Samuel ficou no fusca, ele estava dirigindo, os outros entraram no Hospital, todos estávamos armados com revólveres calibre 38. À ação foi rápida durou apenas três minutos. No início da ação eu anunciei que era uma ação revolucionária, neste instante um funcionário da farmácia falou “Sei”, como se estivesse debochando nosso discurso. Saímos do hospital e fomos até a avenida Rosa e Silva com o fusca de freio de mão puxado. Isto chamou a atenção de um policial, mas não causou maiores problemas, apenas mostrou nosso nervosismo.<sup>148</sup>



Figura 5 – Matéria do Diário de Pernambuco sobre o assalto ao Jayme da Fonte. Fonte: Diário de Pernambuco, 24 fev. 1970. Primeiro Caderno. Apeje.

<sup>147</sup> Segundo matéria do Diário de Pernambuco de 24 de fevereiro de 1970, após o assalto, o fusca foi abandonado no bairro da Torre na rua Conde de Irajá.

<sup>148</sup> Luciano Almeida em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello, Parnamirim, Rio Grande do Norte, 31 de julho de 2018.

O SNI (Anexo B) registrou assim este assalto: “dia 23/02/1970: Rho-line Sonde, Samuel Firmino, Luciano Almeida e Perly Cipriano de arma em punho e máscaras. Assaltaram a Farmácia e Pronto Socorro Jayme da Fonte, localizada na Rua das Pernambucanas, 167, Graças/Recife roubando a quantia de 1.513,54 cruzeiros novos, todos pertencentes à ALN”.<sup>149</sup>

No dia seguinte, o *Jornal do Commercio* publicou uma matéria sobre o assalto exibindo a versão dos funcionários do hospital. A matéria informa que o assalto ocorreu às oito e quarenta da noite e os funcionários informaram que “os assaltantes mostraram-se educados dando boa noite, e agradecendo a maneira como todos se portaram durante a investida. Na farmácia havia três clientes [...] o caixa Jozebel Antônio nem se mexeu quando o homem que havia pulado o balcão [...] esvaziou os guichês e colocou o dinheiro na sacola [...]”.<sup>150</sup>

Desta feita, as informações do DOPS-PE sobre os participantes do assalto coincidem com a dos militantes, a diferença das narrativas esta relacionada à utilização de máscaras. Os militantes informaram que não utilizavam este disfarce.

Na narrativa de Almeida, dois pontos chamam atenção: o desprezo de um dos funcionários do Hospital ao ouvir o discurso revolucionário de um dos militantes, e o amadorismo deste grupo da ALN evidenciado na hora da fuga do Jayme da Fonte.

Sobre a indiferença do funcionário durante a leitura do manifesto revolucionário, os militantes relataram nas entrevistas que esta era uma reação corriqueira. Indicando que não havia apoio popular nas ações do grupo, eles na realidade estavam isolados em seu projeto revolucionário.

---

<sup>149</sup> Relatório “Desarticulação de aparelho do PCBR e ALN”. Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informação. Contra-informação N° 222/ARE/SNI-SS/16/94.

<sup>150</sup> LADRÕES assaltam farmácia Jayme da Fonte. *Jornal do Commercio*. Recife, 24 fev. 1970. Página policial. Hemeroteca do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (Apeje).



Não estou dizendo com isso que a população teria que apoiar o projeto, mas apenas ponderei que estes episódios indicam que a grande maioria da população do Grande Recife não estava em sintonia com luta armada revolucionária da ALN.

Por outro lado, Samuel Firmino dirigiu o carro usado na fuga (Figura 6) por cerca de 2 km com o freio de mão puxado, sem que nenhum dos quatro integrantes do grupo percebesse. Por ironia do destino, um policial alheio ao episódio é que alertou ao grupo sobre a direção equivocada. Portanto, ao contrário do que foi divulgado pelo DOPS-PE após a prisão, o grupo não era formado por experientes profissionais treinados e preparados no exterior para guerrilha urbana.



Figura 6 – Foto do fusca usado na fuga do assalto a Farmácia Jayme da Fonte. Fonte: Jornal do Commercio, 24 fev.

Indagado sobre o motivo da escolha do Hospital e Farmácia Jayme da Fonte como estabelecimento a ser expropriado, Almeida respondeu que o hospital apoiava a repressão.

A escolha do Jayme da Fonte tinha uma justificativa ideológica, pelo menos para mim. Jayme da Fonte tinha estreitas ligações com o aparelho repressor. Eles tratavam no hospital, prisioneiros políticos torturados. Quando eu estava no PCBR, nós planejamos tirar um pessoal da AP, que tinha sido preso: Edinaldo Luís Miranda e Luís Medeiros. Medeiros jogou-se pela janela do DOPS-PE e bateu com a cabeça no chão, quebrou a espinha, ficou paraplégico até o fim da vida. Passou 30 anos de cadeira de rodas.<sup>151</sup>

O apoio de entidades civis ao golpe civil-militar de 1964 e a ditadura militar 64/85 é bastante estudada por pesquisadores, porém neste caso específico, o único militante que confirmou esta versão foi Luciano Almeida. Os demais militantes entrevistados, não fizeram a relação do assalto, com a participação do estabelecimento hospitalar nas ações de repressão.

O Diário de Pernambuco apresentou algumas análises do delegado Bartolomeu Gibson, sobre o assalto, onde ele afirma que “ficou demonstrado à falta de organização do grupo, pois praticaram o assalto sem planejamento ou tática geralmente usadas por bandidos mais perigosos radicados no sul, onde o estabelecimento é meticulosamente estudado”.<sup>152</sup>

Cipriano relatou que a ação do hospital foi muito planejada, pois tinha uma grande expectativa de retorno financeiro.<sup>153</sup> Porém, dois dias

---

<sup>151</sup> Luciano Almeida em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Parnamirim, Rio Grande do Norte, 31 de julho de 2018.

<sup>152</sup> GANG seria composta por toxicômanos do Recife. *Diário de Pernambuco*. Recife, 26 fev. 1970. Primeiro Caderno. Hemeroteca do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (Apeje).

<sup>153</sup> Perly Cipriano em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Vitória, Espírito Santo, 15 de setembro de 2018.

após o assalto, o *Jornal do Commercio*<sup>154</sup> exibiu uma matéria, onde Bartolomeu Gibson afirma que o dia escolhido para o assalto foi equivocado, pois o Hospital sempre depositava o apurado da semana, toda segunda de manhã. Os militantes planejaram e executaram o assalto para uma segunda-feira à noite, desta forma, não se planejaram adequadamente, como determinava o Mini-manual do guerrilheiro urbano de Marighella.

Nesta mesma matéria, o delegado relatou não acreditar que houvesse ligações entre o assalto do Jayme da Fonte com os eventos do Banco Financeiro, o depósito da Souza Cruz e a fábrica Tacaruna. O *Diário de Pernambuco*<sup>155</sup> publicou uma matéria em que o delegado considerava a hipótese que o assalto ao Jayme da Fonte pudesse ter sido praticado por jovens viciados em entorpecentes, inexperientes na prática de assaltos a mão armada.

Por outro lado, o *Diário de Pernambuco* fez uma matéria com o dono do fusca furtado, “o contador Carlos Alberto Solano receando represálias dos assaltantes [...], raspou o bigode, vendeu o carro que os bandidos usaram no assalto e mudou de residência [...]”.<sup>156</sup>

Nos dias seguintes do assalto ao Jayme da Fonte a polícia efetuou uma intensa perseguição em alguns bairros mais populosos do Recife. Levando-se em conta os modus operandi destes policiais, consegue-se perceber o sofrimento destes moradores, durante a operação policial.

Segundo matéria do *Jornal do Commercio*, “na tentativa de capturar os quatro marginais [...] o secretário de Segurança pública coronel Gastão

---

<sup>154</sup> POLÍCIA ainda não localiza os quatro assaltantes da farmácia. *Jornal do Commercio*. Recife, 25 fev. 1970. Página policial. Hemeroteca do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (Apeje).

<sup>155</sup> GANG seria composta por toxicômanos do Recife. *Diário de Pernambuco*. Recife, 26 fev. 1970. Primeiro caderno. Hemeroteca do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (Apeje).

<sup>156</sup> CONTADOR amedrontado, muda fisionomia e vende veículo. *Diário de Pernambuco*. Recife, 26 fev. 1970. Primeiro Caderno. Hemeroteca do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (Apeje).

Barbosa Fernandez,<sup>157</sup> orientou uma incursão aos principais redutos de malandros recifenses. [...] e ao término dos trabalhos foram recolhidos vinte dos mais perigosos fora da lei”.<sup>158</sup> O periódico ainda informou que o delegado de roubo e furtos Jonathan Marques escalou para ação cerca de quarenta investigadores. Luciano Almeida relatou que o delegado foi um de seus torturadores, quando ele esteve detido na sede do DOPS-PE.<sup>159</sup>

Durante todo mês de março de 1970, as manchetes com a notícia sobre as investigações a cerca do assalto ao Jayme da Fonte permaneceram estampadas diariamente nos jornais de Pernambuco.

No dia 05 de março, o *Jornal do Commercio* exibiu uma matéria onde informa que “em nova acareação o viciado em maconha Clímaco José da Silva, foi visto ontem pelos servidores da firma roubada [...], o maconheiro continua a disposição do DI, o que não se sucederia se fosse inocente”.<sup>160</sup>

Como aconteceu nas primeiras investigações sobre o assalto ao Banco Financial, uma pessoa estava sendo punida por algo que não cometeu. E tal qual o outro caso, também era um usuário de drogas. Indicando como estas pessoas eram discriminadas pela polícia, pela imprensa e pela sociedade pernambucana de um modo geral.

### **4.3.3 Assaltos a postos de gasolina, oficinas mecânicas e carros particulares**

Localizamos no Arquivo Público do Estado Jordão Emerenciano (Anexo C) o prontuário do DOPS-PE, de Perly Cipriano.<sup>161</sup> Este prontuário faz referências às várias ações armadas da ALN em Pernambuco. Os

<sup>157</sup> De 1967 a 1971 Pernambuco era governado por Nilo Coelho (ARENA).

<sup>158</sup> LADRÕES da farmácia ainda estão soltos. *Jornal do Commercio*. Recife, 27 fev. 1970. Página policial. Hemeroteca do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (Apeje).

<sup>159</sup> Luciano Almeida, entrevista concedida ao entrevistador, Paulo Marcelo Mello, na cidade de Parnamirim, Rio Grande do Norte, em 31 de julho de 2018.

<sup>160</sup> AUTORIDADE acredita que assalto a farmácia será esclarecido em 10 dias. *Jornal do Commercio*. Recife, 05 mar. 1970. Capa. Hemeroteca do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (Apeje).

<sup>161</sup> Prontuário Perly Cipriano (Nº 19.007). Arquivo Público do Estado Jordão Emerenciano (Apeje). DOPS. Fundo: SSP, Nº 25.026.

depoimentos foram prestados entre abril e maio de 1970, por Cipriano e alguns dos seus delatores.

Além dos assaltos ao Banco Financial e ao Pronto Socorro Jayme da Fonte, que já foram mencionadas, está relacionado à ALN furtos de armas de fogo de vigilantes de oficinas mecânicas e de ruas; assaltos a postos de gasolina e roubo de automóveis. Estes furtos foram realizados na Zona Norte e no Centro do Recife, nos bairros dos Aflitos, Torre, Iputinga, Tamarineira, Graças, Macaxeira e Ilha do Leite.

Antes de executar as ações nos estabelecimentos, eles furtavam um veículo particular, geralmente um fusca. De posse do automóvel, executavam as ações que eram realizadas com três ou quatro militantes.

As ações registradas nestes depoimentos foram confirmadas por Perly Cipriano, “Estas ações realizadas nos postos de gasolina e os assaltos contra vigilantes e motoristas eram realizadas com o objetivo de treinar os militantes da ALN”.<sup>162</sup> Nesta mesma entrevista, Cipriano informou que o objetivo dos treinamentos era preparar os integrantes da ALN para ações de maior vulto, portanto mais complexas.

Ele ainda informou que não tinham armas e por isso fizeram ações contra vigias, assim narrou: “tínhamos que conseguir armas, conseguimos com vigias”.<sup>163</sup> Marighella recomendava que para realização das ações armadas, os grupos de fogo utilizassem “armas leves, facilmente trocadas e usualmente capturadas do inimigo” (MARIGHELLA, 1969, p. 9).

---

<sup>162</sup> Perly Cipriano em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Vitória, Espírito Santo, 15 de setembro de 2018.

<sup>163</sup> Perly Cipriano em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Vitória, Espírito Santo, 31 de maio de 2018.

Segundo os arquivos do DOPS-PE,<sup>164</sup> no dia 11 de novembro de 1969, Perly Cipriano, Samuel Firmino e José Pedro imobilizaram e furtaram um revólver calibre 38 do vigia da rua Evaristo Veiga em Casa Amarela.

No dia 13 de novembro de 1969, o mesmo grupo invadiu a oficina mecânica Santo Antônio e da mesma forma furtou um revólver calibre 22 do vigilante da oficina. Estas ações ocorreram de madrugada.

No prontuário do DOPS de Perly Cipriano<sup>165</sup> existem referências a assaltos a postos de gasolina na região Norte do Recife. Destacamos um no posto Shell do bairro dos Aflitos, na avenida Rosa e Silva<sup>166</sup> e o outro no posto Texaco da Tamarineira,<sup>167</sup> na Estrada do Arraial.

Pelo que pudemos apurar nos arquivos do DOPS-PE, o dos Aflitos ocorreu no dia 21 de dezembro de 1969, e contou com a participação<sup>168</sup> de Perly Cipriano, José Pedro e Samuel Firmino. Eles roubaram dos frentistas a importância de cerca de 50 cruzeiros novos, o equivalente hoje a 400 reais.

O assalto na Tamarineira ocorreu no dia 05 de março de 1970, e contou com a participação de Luciano Almeida, Maurício Anísio, Rholine Sonde e Perly Cipriano. Eles roubaram 30 cruzeiros novos dos frentistas. O equivalente hoje a 240 reais.

No prontuário do DOPS-PE de Perly Cipriano, também encontramos um trecho de seu depoimento sobre a ação no posto Texaco. O militante explica que antes do assalto ao posto Texaco, eles roubaram um carro que estava nas imediações da sede do Sport Clube do Recife.

---

<sup>164</sup> Prontuário Perly Cipriano (Nº 19.007). Arquivo Público do Estado Jordão Emerenciano (Apeje). DOPS. Fundo: SSP, Nº 25.026. Ver Anexo C.

<sup>165</sup> Prontuário Perly Cipriano (Nº 19.007). Arquivo Público do Estado Jordão Emerenciano (Apeje). DOPS. Fundo: SSP, Nº 25.026. Ver Anexo C.

<sup>166</sup> O posto ainda está em operação e continua como franquia Shell.

<sup>167</sup> O posto ainda está em operação e continua como franquia Texaco.

<sup>168</sup> Nos arquivos do DOPS-PE está registrado participação de mais uma pessoa, mas ela é apenas identificada pelo apelido de Gordo.

Durante esta ação, os militantes informaram ao proprietário do veículo não se tratar de um assalto e sim de uma ação revolucionária. Não temos os depoimentos do motorista sobre esta ocorrência. Mas, não sendo ele integrante ou simpatizante de alguma esquerda revolucionária, não deve ter ficado muito satisfeito.

Sobre esta ação, Luciano Almeida narra que o seu grupo já estava naquele momento totalmente isolado, pois, “[...] aquela foi uma ação puramente de sobrevivência. Uma coisa melancólica, que rendeu somente vinte e poucos cruzeiros novos. A gente expropriou o dinheiro dos frentistas, uma coisa triste”.<sup>169</sup>

Maurício Anísio corrobora com esta análise ao afirmar que: “fizemos uma ação no posto de gasolina, à noite, já no final da festa, a gente estava desesperado. Procurando qualquer coisa pra se agarrar”.<sup>170</sup>

#### **4.3.4 Visão das vítimas dos assaltos: vigilantes e proprietários de estabelecimento**

Neste prontuário de Perly Cipriano<sup>171</sup> também existem registros de depoimentos das supostas vítimas das ações armadas. Frentistas e vigilantes, juntamente com os gerentes e proprietários dos estabelecimentos comerciais, prestaram testemunhos contra os militantes da ALN.

Pelo teor da documentação, os frentistas e vigilantes não associaram estas ações a questões políticas, muito provavelmente nem soubessem da existência da ALN. Eles relacionavam os militantes da ALN a bandidos, como podemos ver no depoimento de Manoel Nunes da Silva, vigia da rua Evaristo Veiga no bairro de Casa Amarela, em Recife:

---

<sup>169</sup> Luciano Almeida em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Parnamirim, Rio Grande do Norte, 31 de julho de 2018.

<sup>170</sup> Maurício Anísio em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Santa Cruz, Rio Grande do Norte, 29 de abril de 2019.

<sup>171</sup> Prontuário Perly Cipriano (Nº 19.007). Arquivo Público do Estado Jordão Emerenciano (Apeje). DOPS. Fundo: SSP, Nº 25.026.

Sendo apresentado um revólver Taurus, calibre 38 de nº 163882 reconhece como de sua propriedade. E diz que esta arma foi roubada por três bandidos. [...] O depoente reconheceu-os nesta oportunidade, quando colocado em sua frente, dez pessoas. Eles têm os seguintes nomes. Samuel Firmino de Oliveira (Gouveia), Perly Cipriano (Pedro) e José Pedro da Silva (Moraes).<sup>172</sup>

Por outro lado, alguns trechos dos depoimentos dos funcionários destes estabelecimentos revelam o amadorismo deste grupo da ALN podemos perceber isso no depoimento do frentista do posto Shell da Rosa e Silva, Cícero Abílio da Silva.<sup>173</sup> Os militantes roubaram o dinheiro dos frentistas, mas deixaram intocado o apurado do posto:

Do bolso do depoente levaram vinte e dois cruzeiros novos, enquanto que do seu colega trinta e poucos cruzeiros novos. A renda do movimento do posto estava no traseiro do lado esquerdo do macacão, sem que fosse revistado, cujo movimento atingia a soma de quatrocentos e setenta e cinco cruzeiros novos.<sup>174</sup>

No depoimento de Laurindo Correia Silva,<sup>175</sup> frentista do posto Texaco da Estrada do Arraial, Tamarineira, está descrito que uma testemunha que teria presenciado o assalto associou, por incrível que pareça, o assalto a uma “brincadeira de carnaval”. Indicando que aparentemente, pelo menos para aquela pessoa, não havia um clima de apreensão na cidade naquele momento.

---

<sup>172</sup> Prontuário Perly Cipriano (Nº 19.007). Arquivo Público do Estado Jordão Emerenciano (Apeje). DOPS. Fundo: SSP, Nº 25.026. Ver Anexo C, 3.9.

<sup>173</sup> Prontuário Perly Cipriano (Nº 19.007). Arquivo Público do Estado Jordão Emerenciano (Apeje). DOPS. Fundo: SSP, Nº 25.026. Ver Anexo C, 3.11.

<sup>174</sup> Prontuário Perly Cipriano (Nº 19.007). Arquivo Público do Estado Jordão Emerenciano (Apeje). DOPS. Fundo: SSP, Nº 25.026.

<sup>175</sup> Prontuário Perly Cipriano (Nº 19.007). Arquivo Público do Estado Jordão Emerenciano (Apeje). DOPS. Fundo: SSP, Nº 25.026. Ver Anexo C, 3.16.



Neste mesmo depoimento percebemos que mais uma vez que os militantes da ALN não se apropriaram de parte do dinheiro do posto:

Quando ele e seu colega Evaldo se aproximaram do veículo, saltaram três rapazes dizendo “assalto”. Passando a revistar ele e seu colega. O depoente afirma que apesar de está com dinheiro no bolso, eles só encontraram e levaram o dinheiro que estava em posse de Edvaldo. Informa ainda que uma doméstica ia passando no local. Mas ela julgou se tratar de brincadeira carnavalesca.<sup>176</sup>

No depoimento do outro frentista do posto Texaco, Edvaldo José Andrade podemos perceber pelo pouco dinheiro apurado no assalto, a debilidade financeira deste grupo da ALN:

Saltaram do automóvel, os três já de armas em punho, vindo em direção dele e de seu companheiro de serviço. Usando a seguinte expressão, “assalto”. Que o mesmo, nada podendo fazer levantou os braços, sendo revistado por um deles que levou a quantia de trinta cruzeiros novos. Esta quantia era referente à venda de cigarros e sorvetes.<sup>177</sup>

Pelos registros dos arquivos que tivemos acesso, após estes assaltos ao posto Shell e a oficina Santo Antônio, proprietários, vizinhos, funcionários e policiais se empenharam conjuntamente na identificação dos participantes das ações.

Podemos perceber este comportamento no depoimento do proprietário do posto Shell, da Avenida Rosa e Silva, bairro dos Aflitos, Sérgio Pragana Paiva:

---

<sup>176</sup> Prontuário Perly Cipriano (Nº 19.007). Arquivo Público do Estado Jordão Emerenciano (Apeje). DOPS. Fundo: SSP, Nº 25.026.

<sup>177</sup> Prontuário Perly Cipriano (Nº 19.007). Arquivo Público do Estado Jordão Emerenciano (Apeje). DOPS. Fundo: SSP, Nº 25.026.. Ver Anexo C, 3.17.

[...] O depoente informa que um dos vizinhos do posto, muito fizera no sentido de identificar e localizar os assaltantes, juntamente com seus empregados. No entanto, não conseguiram o êxito desejado. O fato chegou ao conhecimento da polícia que adotou as medidas necessárias [...].<sup>178</sup>

Os proprietários da oficina e do posto de gasolina, apesar de demonstrarem que estavam preocupados com o aumento dos assaltos em Recife, não sabiam que estes assaltos eram decorrentes de ações contra o governo. Podemos perceber isto no depoimento do proprietário do posto Shell: “[...] o depoente ficou deveras surpreendido ao tomar conhecimento da prisão dos referidos assaltantes pela polícia local, os quais compunham uma organização de caráter puramente terrorista”.<sup>179</sup>

Também podemos perceber esta linha de raciocínio no depoimento prestado pelo diretor presidente da oficina Santo Antônio, Alberto de Souza. Neste depoimento o diretor afirma que estas ações da ALN foram noticiadas pelos jornais locais e estavam amedrontando os comerciantes do Recife, contudo somente agora com os integrantes presos é que ele soube da motivação política dos atos:

[...] Disse o depoente, que lendo os jornais que são editados nesta cidade ficou surpreso quando viu a notícia que haviam sido presos os responsáveis pelo assalto a oficina Santo Antônio, bem como outros assaltos ocorridos nesta capital. Que os mesmos jornais disseram ainda que tais assaltos foram feitos por imposição de partido político, a que seus integrantes faziam parte.<sup>180</sup>

---

<sup>178</sup> Prontuário Perly Cipriano (Nº 19.007). Arquivo Público do Estado Jordão Emerenciano (Apeje). DOPS. Fundo: SSP, Nº 25.026. Ver Anexo C, 3.12.

<sup>179</sup> Prontuário Perly Cipriano (Nº 19.007). Arquivo Público do Estado Jordão Emerenciano (Apeje). DOPS. Fundo: SSP, Nº 25.026.

<sup>180</sup> Prontuário Perly Cipriano (Nº 19.007). Arquivo Público do Estado Jordão Emerenciano (Apeje). DOPS. Fundo: SSP, Nº 25.026. Ver Anexo C, 3.15.

Pelo que se apresenta nestes depoimentos, neste universo de pessoas que foram vitimadas por estas ações da ALN, os militantes não tiveram apoio a suas ações revolucionárias. O comportamento posterior dos envolvidos nos eventos, também esteve totalmente atrelado ao posicionamento do DOPS-PE.

#### **4.3.5 Algumas ações planejadas e não executadas**

Nos interrogatórios, de Perly Cipriano que estão arquivados do DOPS-PE<sup>181</sup> há informações sobre ações da ALN Pernambuco que foram planejadas, mas não executadas. O militante relatou que estavam previstas ações de grande porte em redes de supermercado e em outro banco, mas que por razões de logística e de segurança foram suspensas.

Estas ações seriam realizadas no Banco Econômico da Bahia, na cidade de Jaboatão; em uma Companhia de gás localizada no bairro da Imbiribeira e em um supermercado localizado próximo ao cinema Coliseu em Casa Amarela, ambos na cidade do Recife. Segundo matéria do Diário de Pernambuco, o grupo estaria planejando as seguintes ações: “na Companhia Pibigás, localizada no bairro da Imbiribeira e ao supermercado Compre Bem, em Olinda”.<sup>182</sup>

Luciano Almeida e Teresa Vilaça relataram que, durante o carnaval do ano de 1970, eles planejaram uma ação a um supermercado no bairro de Casa Amarela, em Recife. Dirigiram-se até as proximidades do estabelecimento comercial, mas abortaram a ação devido ao grande número de clientes presente no local.<sup>183</sup>

---

<sup>181</sup> Prontuário Perly Cipriano (Nº 19.007). Arquivo Público do Estado Jordão Emerenciano (Apeje). DOPS. Fundo: SSP, Nº 25.026. Ver Anexo C, 3.3.

<sup>182</sup> POLÍCIA prende doze terroristas, autores de vários assaltos. *Diário de Pernambuco*. Recife, 05 abr. 1970. Capa. Hemeroteca do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (Apeje).

<sup>183</sup> Luciano Almeida em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Parnamirim, Rio Grande do Norte, 31 de julho de 2018.

Nestes depoimentos, Cipriano também relata que existia um planejamento para uma guerrilha rural no Nordeste. Visto “que estas ações se caracterizavam como início da guerrilha urbana, partindo-se posteriormente para a guerrilha rural, com a tomada do poder pela revolução armada, com a finalidade de implantar o governo popular revolucionário”.<sup>184</sup>

Durante as entrevistas com Cipriano procurei saber detalhes deste planejamento, mas o militante não quis dar maiores informações, apenas confirmou que existiu o planejamento e que prospectou algumas regiões para formatação da guerrilha rural no interior do Piauí e Bahia. Porém como não estão nos autos do seu processo jurídico, prefere não detalhá-las.

Ele também informou que a ALN estava programando queimadas nos canais dos engenhos em Pernambuco, mas que não foram executadas.<sup>185</sup>

#### **4.4 Epílogo do grupo**

Pela narrativa de Teresa Vilaça, em março de 1970 alguns integrantes do grupo pretendiam interromper momentaneamente a luta armada. Por conta das suas precárias condições financeiras e do aumento do cerco da repressão, porquanto, “a gente já tinha definido que alguns iam voltar para suas casas. Íamos fazer um recuo específico, mas aí as pessoas foram caindo no caminho”.<sup>186</sup>

---

<sup>184</sup> Prontuário Perly Cipriano (Nº 19.007). Arquivo Público do Estado Jordão Emerenciano (Apeje). DOPS. Fundo: SSP, Nº 25.026. Ver Anexo C, 3.2.

<sup>185</sup> Perly Cipriano em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Vitória, Espírito Santo, 15 de setembro de 2018.

<sup>186</sup> Teresa Vilaça em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Salvador, Bahia, 11 de dezembro de 2017.

#### 4.4.1 Prisões em Recife

Este núcleo da ALN foi desarticulado pelos órgãos de repressão entre os dias 28 e 31 de março de 1970. A partir das prisões de Perly Cipriano e Ronaldo Dutra, toda célula da ALN foi detida. O grupo foi totalmente desarticulado em menos de uma semana. Nas entrevistas que realizamos com os militantes desta célula da ALN, quase todos relataram que foram submetidos a intensas seções de torturas para revelar os aparelhos e o paradeiro de seus companheiros.

No dia 28 de março de 1970, Ronaldo Dutra havia regressado de uma viagem que fizera a Fortaleza para estabelecer contatos com integrantes da ALN. Quando retornou, marcou um encontro com Cipriano<sup>187</sup> no Mercado Eufrásio Barbosa,<sup>188</sup> no bairro do Varadouro, na cidade de Olinda.

Segundo Cipriano, “nós estávamos conversando sobre o que tínhamos na cabeça, uma série de ideias sobre o que nós iríamos fazer no campo e na cidade, como é que seria a estruturação”.<sup>189</sup> Além disso, Cipriano narra que estavam tentando traduzir uma matéria de uma revista francesa com uma entrevista do ex-governador Miguel Arraes de Alencar.<sup>190</sup>

Neste momento, os dois foram abordados por vários policiais militares que apareceram de repente no Mercado. Dutra estava armado, mas se entregou logo, Cipriano correu, mas logo foi dominado pelos militares na Praça do Varadouro.

Pelas narrativas de Cipriano, a ida dos policiais para o Mercado ocorreu devido à denúncia realizada por uma funcionária do Mercado:

---

<sup>187</sup> Cipriano, naquela época estava morando em uma república, juntamente com outros quatro estudantes. Teresa Vilaça tinha conseguido esta moradia provisória que se localizava em Olinda, Pernambuco.

<sup>188</sup> Construção datada dos séculos XVII e XVIII, onde existia a primeira Casa da Alfândega de Pernambuco, o local foi, entre 1894 e 1960, a Fábrica de Doces Amorim Ltda. Hoje funciona como espaço cultural.

<sup>189</sup> Perly Cipriano em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Vitória, Espírito Santo, 31 de maio de 2018.

<sup>190</sup> Idem.

Não sabíamos o motivo daquele grupo de policiais terem ido ao mercado. Por que duas pessoas tomando Coca-Cola num bar não chamam atenção em nada. Mas disseram na cadeia que uma garçonete viu um de nós dois, acreditou que nós teríamos participado de uma ação há um seis ou oito meses atrás, que resultou a morte de um tenente. Não tinha nada a ver com a gente, absolutamente nada.<sup>191</sup>

Porém, segundo a coluna do jornalista Gildson Oliveira,<sup>192</sup> publicada no Diário de Pernambuco, o encontro é que chamou a atenção da garçonete, que resolveu denunciá-los, “[...] Ambos estudavam o sistema de funcionamento do Banco Real, para poder posteriormente, assaltá-lo. Estavam armados e foram descobertos por uma senhorita, que passou a observá-los de longe. A moça desconfiou de suas atitudes e apontou-os a um soldado”.<sup>193</sup>

A coluna do jornalista apresenta uma grande riqueza de detalhes das ações e das prisões. Indicando que existia uma relação estreita entre o DOPS-PE e alguns jornalistas dos periódicos pernambucanos.

A princípio Cipriano e Dutra foram levados para delegacia de Olinda, Cipriano contou que quando os policiais viram a folha com a entrevista do governador, bateram com mais intensidade. Ele também foi confundido com o militante da ALN-SP, Aluísio Nunes. Porém, logo depois, eles se convenceram que não seria o caso.<sup>194</sup> No prontuário de Perly Cipriano, no DOPS-PE,<sup>195</sup> também há detalhes dos relatos destas prisões.

---

<sup>191</sup> Idem.

<sup>192</sup> Gildson Oliveira (1940-2014). Fez uma matéria jornalística com a última entrevista do cantor Luiz Gonzaga, que foi ganhadora do prêmio Esso, em 1990.

<sup>193</sup> POLÍCIA desbarata subversão. *Diário de Pernambuco*. Recife, 07 abr. 1970. Capa. Hemeroteca do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (Apeje).

<sup>194</sup> Perly Cipriano em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Vitória, Espírito Santo, 31 de maio de 2018.

<sup>195</sup> Prontuário Perly Cipriano (Nº 19.007). Arquivo Público do Estado Jordão Emerenciano (Apeje). DOPS. Fundo: SSP, Nº 25.026. Ver Anexo C, 3.20.

De acordo com matéria do Diário de Pernambuco, após as prisões de Perly Cipriano e Ronaldo Dutra, a Câmara Municipal de Olinda aprovou um requerimento do vereador Severino Arruda, da ARENA,<sup>196</sup> destacando a atuação dos policiais que executaram a prisão. Segundo o periódico: “disse o Sr Severino Arruda, que a polícia de Olinda desbaratou perigosa quadrilha que planejava outros assaltos a estabelecimentos comerciais, desarticulando planos com ramificações em vários pontos da cidade”.<sup>197</sup>

No aparelho<sup>198</sup> de Nova descoberta, residia Samuel Firmino, que foi capturado por agentes da polícia civil no dia 30 de março de 1970. Todas as outras prisões dos militantes que residiam em Recife ocorreram em seguida, no dia 31 de março de 1970.<sup>199</sup>

Teresa Vilaça narrou que após as primeiras prisões da ALN em Recife ficou sem alternativas para manter-se. Desta forma, seus companheiros decidiram que ela deveria retornar para casa dos seus pais,<sup>200</sup> que era localizada no bairro do Hipódromo, em Recife. Vilaça cumpriu a determinação e retornou na noite do dia 30 de março de 1970. Contudo, na madrugada do dia seguinte os agentes do DOPS-PE efetuaram a sua prisão. A militante descreveu desta forma, este episódio:

Eles cercaram todo bairro parecia que iam prender Hitler. Quando entraram no meu quarto, eu estava dormindo. Pegaram uns livros de meu irmão, sobre Exército, ele tinha sido do CPOR. Um dos policiais conhecia meu irmão, mas o investigador Luis Miranda disse “aqui pode ser o que for que vai preso”. Nesse

---

<sup>196</sup> Aliança Renovadora Nacional (ARENA) foi um partido político fundado em 1965 com a finalidade de dar sustentação política à ditadura militar.

<sup>197</sup> VEREADOR pede tribunal revolucionário para implicados em crime de terror. *Diário de Pernambuco*. Recife, 07 abr. 1970. Caderno 1. Hemeroteca do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (Apeje).

<sup>198</sup> Locais onde os militantes moravam e/ou escondiam os materiais e equipamentos da ALN.

<sup>199</sup> Luciano Almeida em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Parnamirim, Rio Grande do Norte, 31 de julho de 2018.

<sup>200</sup> Teresa Vilaça, naquele momento dividia o tempo entre os aparelhos e residências de apoiadores, contudo diante da ofensiva da repressão, estas pessoas já não estavam cedendo seus imóveis.

momento, toda família chorou bastante. [...] lembro-me da minha mãe dizendo “para onde vão levar a minha filha?” Depois quando cheguei ao DOPSP-PE e vi aquela quantidade de armas, pensei “a gente não tinha nem metade dessas”.<sup>201</sup>

Em uma residência no bairro de Casa Amarela, no Recife existia um aparelho da ALN, onde moravam Rholine Sonde e Maurício Anísio. Por volta das cinco horas da manhã, agentes da polícia civil cercaram a residência. Sonde atingiu um policial nas costas, mas foi logo detido. O policial ficou gravemente ferido e ficou paraplégico pelo resto da vida.

Maurício Anísio a princípio fugiu pulando o muro da frente da residência. Conseguiu correr por cerca de três km até a Avenida Norte, quando foi atingido por dois tiros pelo policial Fausto Venâncio Farias, que estava dentro de uma caminhonete.

Um dos tiros atingiu uma perna, mas no outro a bala pegou nas costas e atravessou seu corpo, quase atingindo o coração. Anísio ficou em estado gravíssimo, mas foi levado para um hospital público, onde se recuperou após dez dias de tratamento.<sup>202</sup>

Apesar de Maurício Anísio ter quase morrido na ação (Figura 7), o *Jornal do Commercio* minimizou o estado de saúde do militante da ALN, mas alertou sobre a grave situação que o agente policial ficou após o confronto. Segundo o periódico, “os subversivos reagiram à bala, tendo o policial Joaquim Francisco de Melo ficado gravemente ferido, [...] o terrorista Maurício Anísio [...], também ficou ferido, todavia levemente”.<sup>203</sup> Em contraponto, Anísio narrou à ação policial desta forma:

---

<sup>201</sup> Teresa Vilaça em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Salvador, Bahia, 11 de dezembro de 2017.

<sup>202</sup> Maurício Anísio em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Santa Cruz, Rio Grande do Norte, 29 de abril de 2019.

<sup>203</sup> *TERRORISTAS confessam crimes em várias cidades. Jornal do Commercio. Recife, 05 de abr. 1970. Capa. Hemeroteca do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (Apeje).*



Cansado, me escorei em um muro, e eles atiraram pelas minhas costas. Em seguida gritei “você mataram um homem”, naquele tempo eu era meio doido. Quando eu já estava deitado no chão, o delegado José Silvestre, se aproximou com um rifle calibre 44 dizendo que ia me matar, mas Fausto, disse “Não, ele já tá ferido”. Agora se fosse seis meses depois não tinha esse negócio não, a ordem era matar mesmo. Então, Fausto foi quem atirou. Mas também salvou minha vida.<sup>204</sup>

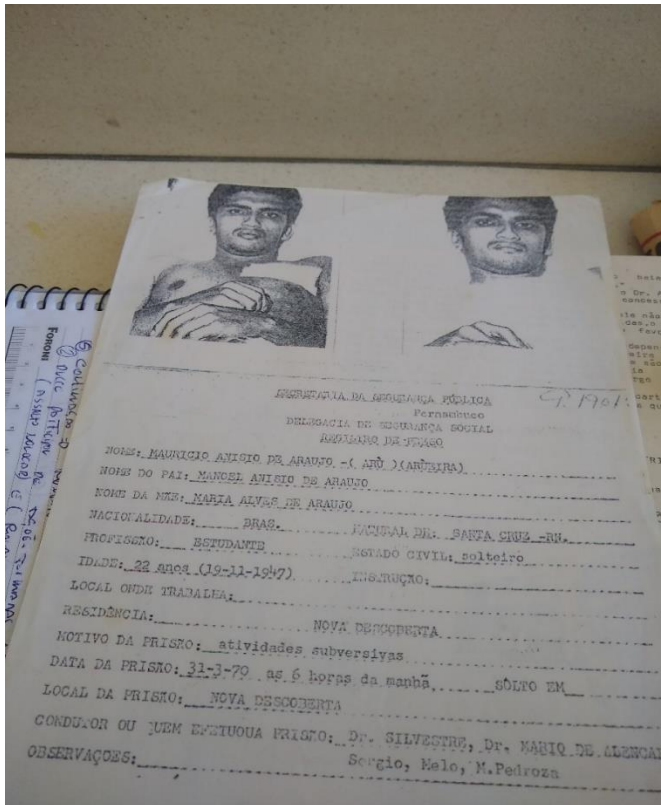


Figura 7 - Foto de Maurício Anísio após prisão, em 31 de março de 1970. Fonte: Acervo pessoal.

<sup>204</sup> Maurício Anísio em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Santa Cruz, Rio Grande do Norte, 29 de abril de 2019.

No mesmo dia da prisão destes militantes, Luciano Almeida tinha um ponto marcado com Rholine Sonde no cinema Recife,<sup>205</sup> que era localizado no bairro da Encruzilhada, no Recife. Sem saber da prisão de seu companheiro, o militante se dirigiu de ônibus para o cinema. Quando chegou por volta das nove horas da manhã, se deparou com uma estrutura espetacular montada pela polícia civil.

Os policiais, travestidos de funcionários da limpeza cercaram o militante. Almeida tinha uma arma dentro de sua pasta, mas os policiais deram chutes em seu braço e tomaram o revólver. Após grande reação ele foi preso, “me agarrei nas grades do portão da entrada do cinema. Mas eles me deram coronhada de rifle e me levaram para dentro do cinema”.<sup>206</sup>

Almeida narrou que o proprietário e funcionários do cinema participaram da montagem da estrutura para capturá-lo. Sendo assim, esta atitude, como a da garçonne que denunciou Cipriano e Dutra, se configura em mais um indício de colaboração de populares na desarticulação deste grupo da ALN.

A linha de ação destes militantes, não atendeu as expectativas de Marighella, pois ele acreditava que “[...] o guerrilheiro urbano tem certa vantagem sobre a polícia. Pois, enquanto a polícia atua a favor do inimigo, a quem as pessoas odeiam, o guerrilheiro urbano defende uma causa justa, que é a causa do povo” (MARIGHELLA, 1969, p. 4).

Marighella em seu livro *Mini-Manual do Guerrilheiro Urbano* contava que os informantes, espões, traidores, e a polícia seriam os inimigos da população, que os denunciaram aos guerrilheiros (Marighella, 1969). Mas nestes dois casos ocorreu justamente o contrário.

---

<sup>205</sup> O cinema na década de 70 era muito frequentado.

<sup>206</sup> Luciano Almeida em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Parnamirim, Rio Grande do Norte, 05 de maio de 2018.

Às dez horas da noite deste mesmo dia, a polícia invadiu o aparelho no Cajueiro e prendeu o presidente da UEP, João Roberto Costa do Nascimento (Roberto Peixe). O estudante apenas residia neste local, e dava guarida a Luciano Almeida. Ele também possuía um mimeógrafo, pois participava ativamente do movimento estudantil em Recife. É possível que a repressão tenha vinculado este equipamento às ações da ALN.<sup>207</sup>

O Jornal do Commercio publicou desta forma a prisão de Roberto Peixe, “[...] Finalmente na última célula comunista [...] foi preso o elemento João Roberto Costa, que portava um revólver calibre 38 [...]”.<sup>208</sup>

Como vimos no início do capítulo, Peixe declarou que apenas tinha simpatias pela ALN, desta forma ele atribuiu a sua prisão ao fato que “uma pessoa da ALN solicitou que eu hospedasse Luciano Almeida em meu apartamento e justamente, ele foi um dos militantes da ALN que foram presos”.<sup>209</sup>

Zoé Lucas também foi preso em 31 de março de 1970 pela repressão política.<sup>210</sup> Segundo, Luciano Almeida, Edvaldo Marques, “o padre”, Grivaldo Tenório e José Pedro também foram detidos neste mesmo dia, porém não temos os detalhes sobre estas prisões.<sup>211</sup>

Nos arquivos do SNI<sup>212</sup> existe um relatório que detalha a ficha completa dos militantes. Profissão, residência e idade. Mostrando que há algum tempo eles eram monitorados, a nível nacional. Mais uma vez o

---

<sup>207</sup> Idem.

<sup>208</sup> TERRORISTAS confessam crimes em várias cidades. *Jornal do Commercio*. Recife, 05 abr. 1970. Capa. Hemeroteca do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (Apeje).

<sup>209</sup> Roberto Peixe em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Olinda, Pernambuco, 16 de junho de 2016.

<sup>210</sup> COMITÊ Estadual pela Verdade, Memória e Justiça RN. *Zoé Lucas de Brito*. Natal. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/dossiers/dh/br/dossie64/rn/zoelucas.htm>. Acesso em 06 maio 2020.

<sup>211</sup> Luciano Almeida em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Parnamirim, Rio Grande do Norte, 05 de maio de 2018.

<sup>212</sup> Relatório “Desarticulação de aparelho do PCBR e ALN”. Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informação. Contra-informação N° 222/ARE/SNI-SS/16/94. Ver Anexo B, 2.3.

órgão mistura os integrantes da ALN, de Perly Cipriano, com o PCBR, de João Baltar. Mostrando que os partidos foram contemporâneos, embora com perfis distintos.

O *Jornal do Commercio* e o *Diario de Pernambuco* apresentaram os militantes presos, no dia 5 de abril (ver Figura 8 e Figura 9). A matéria do *Jornal do Commercio* sobre as prisões relatava que “o secretário de Segurança Pública [...] anunciou ontem, formalmente, o desbaratamento de grupos que promoveram vários atos terroristas no Recife, Jaboatão e Olinda e que planejavam outras ações subversivas. [...] Com a finalidade de promover badernas e insegurança à população”.<sup>213</sup>

O *Diario de Pernambuco* noticiou que “[...] a SSP e a PM de Pernambuco desbarataram vários aparelhos e ações subversivas que se encontravam em prática, no Estado resultando na prisão de doze elementos, todos envolvidos nos assaltos ao Banco Financial, Farmácia Jayme da Fonte e o depósito da Souza Cruz<sup>214</sup>[...]”.<sup>215</sup>

A informação do *Diario de Pernambuco* que foram detidos doze militantes coincide com o relato de Luciano Almeida.<sup>216</sup> Porém, alguns nomes informados pelos periódicos, ao longo das matérias, não coincidem com a identidade dos militantes.<sup>217</sup> Muito provavelmente eles estavam de posse de documentos falsos ou o DOPS-PE, não quis revelar a verdadeira identificação.

Nas fotos estampadas na capa dos dois periódicos fica visível que os militantes tinham sofrido agressões. É possível ver estes sinais nos rostos deles, porém, nem uma linha foi escrita neste sentido.

---

<sup>213</sup> POLÍCIA pernambucana desbarata grupo terrorista. *Jornal do Commercio*. Recife, 05 abr. 1970. Capa. Hemeroteca do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (Apeje).

<sup>214</sup> Como vimos, a ação da Souza Cruz foi praticada pelo PCBR.

<sup>215</sup> POLÍCIA prende doze terroristas, autores de vários assaltos. *Diario de Pernambuco*. Recife, 05 abr. 1970. Capa. Hemeroteca do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (Apeje).

<sup>216</sup> Luciano Almeida em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Parnamirim, Rio Grande do Norte, 05 de maio de 2018.

<sup>217</sup> Casos de Ronaldo Dutra, Samuel Firmino, José Pedro e Edvaldo Padre.



Figura 8 – Capa do Jornal do Commercio apresentando a prisão dos militantes. Fonte: Jornal do Commercio, 05 abr. 1970. Capa. Apeje.



Figura 9 – Primeiro Caderno do Diário de Pernambuco apresentando a prisão dos militantes. Fonte: Diário de Pernambuco, 05 abr. 1970, Primeiro Caderno. Apeje.

Posteriormente, o Diário de Pernambuco publicou uma matéria sugerindo pena máxima para os militantes, pois segundo o periódico, “seus crimes não têm precedentes em Pernambuco. Por isso mesmo, a lei em que eles devem ser enquadrados prevê a pena de morte. [...] Sobre isso o professor Armando Samico, opina: ‘podem ser os primeiros candidatos a pena de morte’”.<sup>218</sup>

A matéria segue traçando o perfil dos militantes, “frios e perversos, possuidores de alto grau de periculosidade, os bandidos tinham planos de explodir, depois de roubado o depósito da Pibigás, seria uma catástrofe sem precedentes. [...] No assalto planejado ao Compre bem, muitos inocentes seriam mortos pela sanha criminosa dos terroristas”.<sup>219</sup>

Como já vimos antes, as matérias jornalísticas das edições do Jornal do Commercio e Diário de Pernambuco estavam próximas à narrativa do DOPS-PE. Os jornais só exploravam as ações armadas dos militantes. Mostrando um apoio sistemático ao governo militar. Em nenhum momento salientaram ou procuraram averiguar e compreender as motivações políticas dos militantes. Como também não falavam sobre as torturas que eles sofreram nos porões do DOPS e não procuraram conhecer a história de vida daquelas pessoas.

Porém, nas pesquisas que realizei nos periódicos pernambucanos ficou constatado que esta forma depreciativa que os jornalistas usavam no tratamento aos suspeitos de crimes, não era apenas praticada para os presos políticos.

As pessoas humildes, sem condição financeira, suspeitas, pela polícia de terem realizado crimes comuns, também eram tratadas pela imprensa

---

<sup>218</sup> TERROR enquadrado na lei de Segurança Nacional. *Diário de Pernambuco*. Recife, 07 abr. 1970. Capa. Hemeroteca do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (Apeje).

<sup>219</sup> ESQUEMA começa funcionar e oito marginais são presos. *Diário de Pernambuco*. Recife, 22 mar. 1970. Hemeroteca do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (Apeje).

sem respeito à dignidade humana. Podemos constatar esta prática, ao lermos esta matéria do Diário de Pernambuco: “João Branco foi o primeiro fora da lei incurso na Lei das contravenções penais e por isso autuado por vadiagem [...]. Como ele existe uma centena de malandros que de hoje em diante, sendo preso, serão autuados”.<sup>220</sup>

Ao consultarmos os arquivos do SNI ou do DOPS-PE e os jornais de Pernambuco (Jornal do Commercio e Diário de Pernambuco), observamos que os militantes de esquerda eram taxados pejorativamente de elementos subversivos e terroristas. Expressão que até hoje acompanha a narrativa de parte da sociedade.

Por outro lado, na época da atuação deste grupo de militantes da ALN em Pernambuco, a narrativa destes periódicos salvaguardava o governo militar da responsabilidade sobre possíveis torturas a presos, destacando que o governo estaria preocupado com a integridade física destas pessoas.

Este procedimento fica claro em uma matéria publicada no Diário de Pernambuco, onde o periódico apresenta um trecho da entrevista do Ministro da Justiça, o professor Alfredo Buzaid “[...] Tanto o presidente<sup>221</sup> como o Ministro da Justiça, valem pela pessoa humana [...]. O meu Ministério não pretende tolerar neste país, que está mobilizando uma consciência política, que se pratiquem impunemente atos dessa natureza – torturas”.<sup>222</sup>

#### **4.4.2 Prisão de Dulce Pandolfi**

Só após cinco meses da desarticulação deste grupo da ALN em Recife é que houve a prisão Dulce Pandolfi. Esta ocorreu em agosto de 1970, após

---

<sup>220</sup> ESQUEMA começa funcionar e oito marginais são presos. *Diário de Pernambuco*. Recife, 22 mar. 1970. Hemeroteca do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (Apeje).

<sup>221</sup> Presidente Garrastazu Médici.

<sup>222</sup> GOVERNO não tolerará qualquer ato de tortura aos presos políticos. *Diário de Pernambuco*. Recife, 03 dez. 1969. Hemeroteca do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (Apeje).

ela ter viajado para a cidade do Rio de Janeiro. Dulce estava naquela cidade desde o mês de janeiro de 1970. Ela narrou que esta situação gerou gastos financeiros adicionais para a ALN, que teve que arcar com suas despesas pessoais. Pois em Recife ela morava com os seus pais.<sup>223</sup>

A sua permanência na capital pernambucana tinha ficado inviável após a prisão de um militante da ALN-RJ que conhecia sua real identidade, “prenderam Jim em janeiro de 1970, no Rio de Janeiro que conhecia onde eu morava e com quem eu convivia”.<sup>224</sup>

Havia uma prática entre os militantes da ALN de não informar ao companheiro o nome verdadeiro, porém quando Pandolfi esteve no Rio de Janeiro, em julho de 1969 foi escalada para fazer um ponto. Neste local estava Jim, que conhecia seu nome e residência.

Porém antes de se esconder no Rio de Janeiro, ela conta que se hospedou em algumas residências pertencentes às redes de apoio da ALN em Recife, que ela tinha estruturado. Com a ida de Pandolfi para o Rio de Janeiro e sua posterior detenção grande parte desta rede de apoio foi perdida para sempre<sup>225</sup>.

Em março de 1970, a repressão já estava à procura de Dulce. No prontuário do DOPS-PE de Perly Cipriano (Anexo C), há um depoimento dele, onde informa que a militante de codinome “Ana” poderia ser Dulce Chaves Pandolfi. Isto indica que naquele instante o DOPS-PE já estava fazendo ligações de Pandolfi com a ALN em Recife. Visto que,

Disse que reconhece uma fotografia tipo 6x9, ora lhe apresentada pela autoridade presente e pertencente à Dulce Chaves Pandolfi, como sendo a semelhança com a companheira Ana, já referida em declarações anteriores.

---

<sup>223</sup> Dulce Chaves Pandolfi em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Rio de Janeiro, RJ, 04 de junho de 2018.

<sup>224</sup> Idem.

<sup>225</sup> Idem.



Uma vez que teve contato, com a mesma, poucas vezes, à noite e muito rapidamente. Ele acredita ser a referida foto pertencente à Ana, não podendo, portanto, afirmar categoricamente.<sup>226</sup>

A prisão de Dulce se processou da seguinte maneira: sua mãe enviou-lhe uma carta, com dinheiro e roupa do Recife para o Rio de Janeiro. Este emissário foi preso e barbaramente torturado. A partir desta tortura, a repressão localizou e prendeu Dulce Pandolfi. A militante destacou na entrevista que este emissário era uma pessoa que não tinha nada a ver com ALN, com esquerda, apenas era seu amigo. E que resistiu por várias horas a um intenso e bárbaro processo de torturas.<sup>227</sup>

Sobre estes fatos que ocasionaram as prisões na ALN, ouvimos durante as entrevistas, algumas opiniões, destes militantes que condicionaram as suas prisões ao acaso ou a pura falta de sorte.

No entanto, Rollemberg analisa que “os militantes que tiveram uma participação efetiva na luta armada e que conseguiram escapar para o exílio ou para clandestinidade no próprio país, sem jamais passarem pela prisão e pela tortura, foram exceções” (ROLLEMBERG, 2009, p. 72). A força repressiva e o isolamento que estes indivíduos estavam submetidos, em relação à sociedade, não davam condições para que eles escapassem das perseguições policiais.

#### **4.4.3 Torturas após prisão**

Referente aos eventos de torturas que os militantes da ALN foram submetidos quando estavam detidos no DOPS de Pernambuco, Luciano Almeida indicou os nomes de seus algozes: “Delegados Jonathan Marques

---

<sup>226</sup> Prontuário Perly Cipriano (Nº 19.007). Arquivo Público do Estado Jordão Emerenciano (Apeje). DOPS. Fundo: SSP, Nº 25.026.

<sup>227</sup> Dulce Chaves Pandolfi em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Rio de Janeiro, RJ, 08 de dezembro de 2014.

da Cunha, José Silvestre, Moacir Sales, Carlos de Brito, Mário Tomás de Alencar; investigadores Luís Miranda e Evilásio” (ALMEIDA, 1991, p. 178).

Almeida relatou desta forma o momento que chegou ao DOPS-PE:

Cheguei algemado e já bastante espancado no DOPS, que era na Rua da Aurora, um edifício de Arquitetura neoclássica, bonita. E quando eu ia adentrando no saguão transitava muita gente a pé na rua. Fui falar com os transeuntes que estavam passando no local. Mas aí os policiais já me empurraram para dentro. Parei no meio do hall de entrada e um torturador lá de cima, gritou: “vamos arrancar os ovos desse filho da puta”.<sup>228</sup>

Quando Almeida chegou ao DOPS-PE sua companheira, Teresa Vilaça, já estava presente. Almeida narrou que os agentes procuraram saber se ele conhecia a militante. Contudo, segundos a narrativa de Almeida, ele negou que a conhecesse. No DOPS-PE ele foi torturado o dia inteiro. Um mês depois voltou a ser torturado, após a queda da organização VAR-Palmares<sup>229, 230</sup>.

Teresa Vilaça não escapou de intensos processos de torturas. As torturas que os agentes fizeram com a militante foram pau de arara<sup>231</sup> e afogamentos. Ela narrou que as torturas também eram feitas fora do DOPS-PE: “[...] de lá a gente era levado para tortura. Eu acho que teve uma vez que me levaram para os armazéns do porto do Recife. Porque

---

<sup>228</sup> Luciano Almeida em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Parnamirim, Rio Grande do Norte, 05 de maio de 2018.

<sup>229</sup> Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares, surgiu em de 1969, da fusão da COLINA (Comando de Libertação Nacional e a VPR (Vanguarda Popular Revolucionária). A ex-presidente Dilma Rousseff era militante da organização.

<sup>230</sup> Luciano Almeida em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Parnamirim, Rio Grande do Norte, 05 de maio de 2018.

<sup>231</sup> Barra de ferro que é atravessada entre os punhos amarrados e a dobra do joelho, sendo o conjunto colocado entre duas mesas, ficando o corpo do torturado pendurado a cerca de 20 ou 30 centímetros do solo. Este método quase nunca é utilizado isoladamente, seus complementos são eletrochoques, a palmatória e o afogamento.

dava para ouvir o barulho das ondas do mar”.<sup>232</sup> Em outra ocasião “[...] recebi uma bandeja que tinha o brasão das forças armadas”.<sup>233</sup>

O prontuário do DOPS-PE de Perly Cipriano<sup>234</sup> indica que no comando do seu interrogatório estavam presentes os delegados José Silvestre e José Bartolomeu Gibson. José Silvestre também está presente na lista dos 377 policiais militares e agentes, acusados de participar de violações contra os direitos humanos na ditadura militar no Brasil. Segundo a Comissão da Verdade, “José Oliveira Silvestre-Delegado do DOPS-PE participou de casos de torturas e execução em Pernambuco” (MIRANDA, 2019).

Sobre as torturas, Cipriano ainda recorda dos semblantes dos seus algozes, pois nestas torturas, torturadores e torturados não usavam capuz. O entrevistado explicou que foi levado a princípio para o quartel do Derby, onde foi interrogado pelo coronel e professor de odontologia Armando Samico. Mas no Derby não houve torturas, só ameaças.

Em seguida foi levado para o DOPS-PE, onde foi muito torturado pelo diretor do DOPS-PE, Ordolito Azevedo, o investigador Luís Miranda, o delegado José Oliveira Silvestre, o policial Fausto e o delegado Jonathan Marquês da Silva. Ainda segundo a narrativa de Cipriano, todos eram muito violentos, porém Miranda era o pior, pois havia ficado com um problema físico após a explosão da bomba durante o atentado contra o presidente Costa e Silva no Aeroporto dos Guararapes,<sup>235</sup> por isso tinha mais ódio que os demais<sup>236</sup>.

---

<sup>232</sup> Teresa Vilaça em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Salvador, Bahia, 11 de dezembro de 2017.

<sup>233</sup> Teresa Vilaça em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Olinda, Pernambuco, 28 de outubro de 2018.

<sup>234</sup> Prontuário Perly Cipriano (Nº 19.007). Arquivo Público do Estado Jordão Emerenciano (Apeje). DOPS. Fundo: SSP, Nº 25.026.

<sup>235</sup> Ver discussão no capítulo I.

<sup>236</sup> Perly Cipriano em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Vitória, Espírito Santo, 31 de maio de 2018.

A principal preocupação dos torturadores era saber qual grau de ligação que ele mantinha com a direção nacional da ALN e saber quais as ações planejadas para Pernambuco. No início das torturas eles ligaram o atentado à bomba no aeroporto Guararapes a Samuel Firmino, mas que depois não falaram mais sobre o assunto. Assim Cipriano descreve as torturas no DOPS-PE:

Combinavam o pau de arara com choque elétrico. Molhavam uma toalha e enfiavam em minha boca e no meu nariz para eu respirar água. Depois davam paulada no meu calcanhar, na minha costela, eles inventaram muitas formas de tortura. Inventaram a ciranda: pegava o pessoal algemava a minha mão para trás, em volta doze homens com cassetete, davam pancadas e chutes e eu caía no chão. Dependuravam-me no aparelho e me deixavam algemado com a mão para cima, era muito doloroso.<sup>237</sup>

Cipriano narrou que durante estas torturas os agentes falaram de crimes que a repressão cometeu contra estudantes e religiosos, visto que

Miranda, quando me torturava dizia: “nós vamos fazer com você o que nós fizemos com Cândido<sup>238</sup>”: colocar na cadeira de rodas. Silvestre e Miranda falavam comigo algumas vezes: “nós vamos fazer com você o que nós fizemos com o Padre Henrique<sup>239</sup>”, eles falavam isso. Significa que eles mataram o Padre Henrique.<sup>240</sup>

Ronaldo Dutra também foi muito torturado, nem a ida do seu pai,<sup>241</sup> um almirante da Marinha, ao DOPS-PE, minimizou as precárias condições

---

<sup>237</sup> Idem.

<sup>238</sup> Estudante, membro do DCE, da faculdade de Engenharia Eletrônica da UFPE e do PCBR em 1969.

<sup>239</sup> Segundo a Comissão da Verdade de Pernambuco, Padre Antônio Henrique foi sequestrado no dia 26 de maio de 1969 e torturado e morto na madrugada do dia 28 de maio de 1969 por um grupo de caça aos comunistas e por agentes da polícia civil de Pernambuco. O padre trabalhava com Dom Hélder Câmara.

<sup>240</sup> Perly Cipriano em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Vitória, Espírito Santo, 31 de maio de 2018.

<sup>241</sup> Cipriano narrou que um dos delegados, durante a visita do pai de Dutra informou ao almirante que no DOPS-PE, não havia torturas. Contudo Dutra mostrou a seu pai as marcas da violência física.

do militante nas dependências daquele órgão repressor.<sup>242</sup> Posteriormente ainda no DOPS-PE, Dutra foi levado para o Rio de Janeiro, Teresa Vilaça narrou este momento:

Não me esqueço desta cena nunca mais na vida: ele todo amarrado com um pano preto, [...] não sabia onde estava e os caras iam levando ele. Aí a gente começou a cantar a *Internacional*<sup>243</sup>, começamos a gritar: “estão levando o Ronaldo! Companheiro, firme!”. Como resposta um agente falou “vamos jogar ele do avião no mar”.<sup>244</sup>

Vale destacar que Ronaldo Dutra só passou dois meses e meio na prisão. Ele foi liberado através da captura do embaixador alemão no Brasil,<sup>245</sup> em junho de 1970. Neste sequestro foram trocados pelo diplomata alemão quarenta presos políticos. Além de Dutra estavam presentes entre eles, Daniel Aarão Reis e Fernando Gabeira.

Segundo Reis, “viajamos juntos para Argélia no dia 16 de junho de 1970 (ver Figura 10), um mês depois fomos para Cuba, onde Ronaldo Dutra foi meu companheiro de treinamento guerrilheiro”.<sup>246</sup> Este treinamento tinha o objetivo de preparar os militantes, para que eles retornassem para a luta armada no Brasil. Porém, devido à desarticulação

---

<sup>242</sup> Perly Cipriano em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Vitória, Espírito Santo, 31 de maio de 2018.

<sup>243</sup> *A Internacional* ganhou particular notoriedade entre 1922 e 1944, quando se tornou o hino da União Soviética. A canção é tradicionalmente cantada com o punho fechado ao ar. Apesar de estar associada aos movimentos socialistas, *A Internacional* também serve de hino para comunistas, social-democratas e anarquistas.

<sup>244</sup> Teresa Vilaça em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Olinda, Pernambuco, 28 de outubro de 2018.

<sup>245</sup> Numa ação conjunta da Ação Libertadora Nacional (ALN) e da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) foi sequestrado no Rio de Janeiro o embaixador da República Federal da Alemanha, Ehrenfried von Holleben. Um agente de segurança foi morto e dois ficaram feridos durante a captura do diplomata. Quatro dias depois, por exigência dos sequestradores, foram soltos, 40 presos políticos e enviados para a Argélia. Alguns militantes que realizaram o sequestro do embaixador dos EUA, em setembro de 1969, estavam nesta relação de presos. Um manifesto das organizações foi divulgado em cadeia de rádio e TV.

<sup>246</sup> Daniel Aarão Reis em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Recife, Pernambuco, 14 de junho de 2019.

do MR-8 e da ALN, ambos não conseguiram prosseguir no projeto revolucionário.<sup>247</sup>



Figura 10 – Ronaldo Dutra e seus companheiros trocados pelo embaixador da Alemanha. Fonte: Memorial da Democracia (Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/40-sao-trocados-por-embaixador-alemao>.

Acesso em 08 jun. 2020).

Roberto Peixe narrou que, após a prisão, foi torturado, na sede do DOPS-PE, seu principal torturador foi Luís Miranda. Após as seções de torturas ele ficou bastante machucado, e momentaneamente, sem movimentos. Nas entrevistas, ele também destacou as qualidades humanitárias de Ronaldo Dutra, e enfatizou que Dutra, lhe alimentava com sucos, já que tinha ficado por um tempo, com o sistema digestivo comprometido.<sup>248</sup>

Assim ele narrou às consequências das torturas: “Eu fiquei em estado de coma. Eu era muito conhecido, entre os estudantes, os agentes não me levaram para hospitais, pois se fosse poderia ser reconhecido por

---

<sup>247</sup> Daniel Aarão Reis em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Recife, Pernambuco, 14 de junho de 2019.

<sup>248</sup> Roberto Peixe em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Olinda, Pernambuco, 16 de junho de 2016.

estudantes estagiários de medicina, [...] desta forma fiquei durante dez dias em estado gravíssimo sem sair do DOPS-PE”.<sup>249</sup>

Nesta linha, Luciano Almeida relatou as angústias que os militantes foram submetidos nos porões da ditadura militar:

No dramático combate que se trava na tortura, ressaltam em última instância, a tentativa do torturador de dobrar psíquica e ideologicamente o torturado [...] forçado violentamente a mover-se no estreito e abissal terreno dos instintos, o torturado muitas vezes é levado a assumir comportamentos que o negam política e ideologicamente (ALMEIDA, 1991, p. 177).

Segundo as narrativas de Dulce Pandolfi ela passou por dois momentos de torturas. Um logo quando foi detida e outro dois meses após a detenção. Desta forma, Pandolfi narrou as torturas que sofreu nos porões DOI-CODI do Rio de Janeiro, bem como as denúncias que fez no Livro “Brasil Nunca Mais”, ao enunciar que

Eles deram uma aula de tortura comigo. Explicando “faz isso, não faz isso”. Se você entrar no livro “Brasil Nunca Mais”, tem uma parte do meu depoimento apontando a forma da tortura. Então, eu denunciei minhas torturas, e falo dessa aula, falo da história do jacaré (usado na tortura). Quando montaram a Comissão da Verdade aqui no Rio, eles escolheram duas pessoas que eles acharam que tinha visibilidade, e que tinham sofrido barbaridades para dar o primeiro depoimento da Comissão da Verdade. E fui eu e a cineasta Lúcia Murat. Uma historiadora e uma cineasta. Então tudo isso produziu um impacto muito grande.<sup>250</sup>

Nesta linha, Pandolfi relatou que conseguiu passar pelo processo de tortura sem prestar informações que comprometessem os companheiros,

---

<sup>249</sup> Roberto Peixe em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Olinda, Pernambuco, 16 de junho de 2016.

<sup>250</sup> Dulce Chaves Pandolfi em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Rio de Janeiro, RJ, 08 de dezembro de 2014.

Algumas coisas que eles sabiam eu confirmei, mas tudo que eles não sabiam eu não falei nada. Eles queriam que eu falasse exatamente disso. Para eles interessa o que? Quando você é preso, o que é que interessa? Eles querem ampliar o raio deles, entendeu? Então eles querem que você dê toda a informação que eles não têm ainda. As pessoas que conhecem quem são as pessoas da organização.<sup>251</sup>

Sobre os eventos de torturas expressadas pelos militantes da ALN, gostaria de fazer uma observação. Koselleck (2006) afirma que as referências documentais apenas limitam o que não pode ser dito. Para narrar os eventos da ALN nas décadas de 1960 e 1970, tivemos que fazer o cruzamento dos arquivos do DOPS-PE, revistas, jornais e histórias orais. Portanto, estas referências documentais serviram de indicadores para que possamos identificar o que não pôde ser dito.

Por exemplo, em face da diversidade e da amplitude dos testemunhos sobre as torturas que este grupo de militantes da ALN sofreu, não podemos negar a existência de torturas praticadas durante a ditadura militar pelo DOPS-PE.

#### **4.4.4 Desarticulação dos aparelhos em Recife**

Segundo os registros do SNI, no dia 31 de março de 1970, quatro aparelhos da ALN foram desarticulados pela Secretaria de Segurança Pública (SSP)<sup>252</sup> em Recife. Estes aparelhos estavam localizados nos seguintes endereços: rua Barão de Souza Leão, 1071, apartamento 4B, Boa viagem; rua Alto do Burity, 50, Nova descoberta; rua da Carolina 180 Casa Amarela e rua Couto Soares, 34, Cajueiro.

---

<sup>251</sup> Idem.

<sup>252</sup> Relatório “Desarticulação de aparelho do PCBR e ALN”. Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informação. Contra-informação N° 222/ARE/SNI-SS/16/94. Ver Anexo B, 2.4.



Porém, vimos anteriormente que, segundo Luciano Almeida, a desarticulação do aparelho em Nova Descoberta ocorreu no dia 30 de março de 1970. Segundo estes registros, dentro destes aparelhos foram encontrados os seguintes equipamentos:

- Boa Viagem – Panfletos com instruções para manipulação de explosivos, ácidos e sais e recipientes para explosivos, para fabricação de bombas;
- Nova Descoberta - 3 revólveres calibre 38, 100 cartuchos 38, 80 cartuchos 44, 70 cartuchos de 12, 5 carregadores com cartucho para fuzis, vários detonadores para dinamites, alumínio em pó, outros sais e livros;
- Cajueiro - 1 revólver calibre 22, placas frias para veículos, mimeógrafo e panfletos;
- Casa Amarela: o documento do SNI não descreve o que foi encontrado.

Além destes equipamentos e materiais, segundo a coluna do jornalista Gildson Oliveira, do Diário de Pernambuco, no aparelho de Boa Viagem foram encontrados os seguintes livros: “O movimento camponês na zona canaveira de Pernambuco; A luta; e o Mini-Manual do guerrilheiro urbano”.<sup>253</sup>

Ainda neste registro, o SNI também fez um resumo da operação que prendeu este grupo da ALN em Pernambuco. Neste documento o órgão retrata o grupo, com grande potencial de ação bélica,

Valor operacional da organização: A vista do farto material bélico, apreendido nos aparelhos desarticulados e ainda considerando que entre os elementos presos, existem aqueles que são possuidores de cursos na Rússia, China, Cuba, etc, pode-se avaliar o valor operacional destes grupos. Capazes de efetivamente cumprirem com suas tarefas, quais sejam, atos de terrorismo, assaltos, expropriações, assassinatos e sabotagem.<sup>254</sup>

---

<sup>253</sup> POLÍCIA desbarata subversão. Diário de Pernambuco. Recife, 01 abr. 1970. Capa. Hemeroteca do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (Apeje).

<sup>254</sup> Relatório “Desarticulação de aparelho do PCBR e ALN”. Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informação. Contra-informação N° 222/ARE/SNI-SS/16/94. Ver Anexo C, 2,5.

Todos os militantes da ALN informaram a inexistência de arsenal bélico como apregoava os órgãos de repressão. Segundo Maurício Anísio, “quando estive no aparelho de Boa Viagem, só vi livros”.<sup>255</sup> Porém a grande maioria narrou que existiam também, alguns poucos revólveres e panfletos. Eles defendem que a repressão colocou estes arsenais dentro dos aparelhos e depois divulgou as fotografias nos periódicos. Sobre os treinamentos no exterior, apenas Cipriano confirmou que fez um curso na URSS, contudo não foi um curso militar.

Pela narrativa dos órgãos de repressão o grupo era muito qualificado para realização de grandes ações armadas. Com treinamentos no exterior e possuidor de um grande arsenal bélico.

No entanto, pelo que pesquisamos o grupo não tinha este potencial. Ao analisar a história de vida deles percebemos que só Cipriano tinha saído do Brasil, até aquele momento. Nenhum deles tinha tido treinamento em guerrilha urbana. As dinâmicas das ações armadas demonstraram os erros primários cometidos por estes militantes durante os assaltos.

Percebemos também que o grupo não tinha sequer um razoável aporte financeiro necessário para se sustentar. Portanto, não tinha condições de adquirir equipamentos para realização de grandes ações armadas. Haja vista que chegaram a assaltar um posto de gasolina para furtar o apurado referente à venda de sorvetes, pois não contavam com o lastro financeiro do comando nacional da ALN.

Este perfil traçado pelo SNI para os militantes da ALN em Pernambuco estava imbricado com a narrativa utilizada no nível nacional, pelo governo Médici, naquele período. Esta narrativa tinha como estratégia aumentar o potencial dos militantes das esquerdas revolucionárias. Para em

---

<sup>255</sup> Maurício Anísio em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Santa Cruz, Rio Grande do Norte, 29 de abril de 2019.

seguida justificar que a continuidade da ditadura militar seria necessária, para proteger o país das ações armadas destes militantes.

#### **4.5 Perfil dos militantes**

Os militantes informaram que o grupo que compunha a linha de frente desta célula da ALN que estamos estudando era formado por no máximo 15 pessoas. Conseguimos identificar 11 deles, já que entendemos que a participação de Roberto Peixe era apenas relacionada à rede de apoio.

A maioria dos militantes desta célula da ALN que estamos estudando era formada por estudantes: Ronaldo Dutra, Samuel Firmino, Luciano Almeida, Maurício Anísio, Rholine Sonde, Perly Cipriano e Dulce Pandolfi.

Teresa Vilaça e Zoé Brito eram professores. José Pedro e Grivaldo Tenório eram operários. Como já dissemos não temos detalhes sobre o militante Edvaldo Marques.

A média de idade dos militantes era em torno de 26 anos, mas isto porque havia dois militantes com mais de 30 anos, caso de Grivaldo Tenório e Samuel Firmino. Os mais novos: Luciano Almeida; Dulce Pandolfi e Ronaldo Dutra Machado quando foram presos em 1970 tinham apenas 22 anos de idade.

Perly Cipriano e Ronaldo Dutra eram advindos do Sudeste do país, Cipriano do Espírito Santo<sup>256</sup> e Dutra do antigo Estado da Guanabara, hoje Rio de Janeiro. Deste universo de militantes que estamos apresentando cinco nasceram em Pernambuco caso de: Teresa Vilaça; Dulce Pandolfi; Grivaldo Tenório; Samuel Firmino e José Pedro. Três no Rio Grande do Norte: Maurício Anísio, Luciano Almeida e Zoé Brito e um em Alagoas: Rholine Sonde.

---

<sup>256</sup> Embora Perly Cipriano tenha chegado à Recife em 1969 proveniente de Vitória, Espírito Santo, ele nasceu na cidade de Aymoré-MG. Cipriano fundamentou toda sua vida universitária, profissional e familiar no Espírito Santo.

É importante frisar que, dentro deste perfil não estamos contando os que integraram a rede de apoio da ALN, que deram sustentação a várias ações da organização. Estamos apenas computando os que conseguimos identificar, através das entrevistas e dos documentos dos arquivos.

#### **4.6 Estrutura física e cotidiano da célula**

Koselleck (2006) ponderou sobre a importância da análise das estruturas nos estudos históricos. Desta forma, tentei não estabelecer entre os eventos históricos e as estruturas uma hierarquia de importância, pois os dois têm posição relevante na operação historiográfica.

Desta forma, para que possamos compreender melhor a dinâmica da ALN em Pernambuco, tornou-se importante a descrição de toda estrutura funcional de comando tanto do ponto de vista nacional, como regional. No Capítulo II, mostramos a estrutura funcional do comando da ALN nacional e nas páginas anteriores como ela se estruturou em Pernambuco, inclusive indicando a existência das redes de apoio.

A seguir descreveremos as condições físicas dos aparelhos existentes. Suas localizações e vizinhanças. E como era estabelecido o dia a dia destes militantes e suas relações com os parentes e vizinhos.

##### **4.6.1 Os aparelhos**

Já são passados cinquenta anos da utilização destes imóveis como aparelhos da ALN em Pernambuco. Hoje, o imóvel situado no bairro de Boa Viagem, no Recife (ver Figura 11) continua com as características estruturais que possuía em 1970. É um prédio tipo caixão, de um por andar, incluindo o térreo. É um imóvel de utilização mista de moradia e comercial.

Segundo informações que colhi com Maurício Anísio, “o apartamento da ALN ficava no andar térreo e o imóvel já tinha utilização mista”.<sup>257</sup> Perly Cipriano, Rolhine Sonde, Zoé Brito, Maurício Anísio e Teresa Vilaça frequentavam este aparelho.<sup>258</sup>

O local, tanto na década de 1970 como atualmente, sempre foi muito movimentado, pois além de situado em um dos bairros mais populosos do Recife, fica perto da praia de Boa Viagem, que é uma das rotas de acesso para o aeroporto do Recife e um ponto turístico da cidade.



Figura 11 – Aparelho da ALN no bairro de Boa Viagem. Fonte: Acervo pessoal.

O imóvel situado no bairro do Cajueiro, no Recife (ver Figura 12), também mantém as características estruturais da década de 1970. Assim como o de Boa Viagem, é um prédio tipo caixão, de um por andar, incluindo o térreo. Porém, diferentemente do imóvel de Boa Viagem, o apartamento do Cajueiro

<sup>257</sup> Maurício Anísio em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Santa Cruz, Rio Grande do Norte, 29 de abril de 2019.

<sup>258</sup> Perly Cipriano em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Vitória do Espírito Santo, 15 de setembro de 2018.

é utilizado apenas para moradia. Segundo informações de Luciano Almeida, que residiu neste aparelho na época da ALN, “o prédio era usado apenas para moradia e o apartamento era situado no térreo”.<sup>259</sup>

A rua é tranquila. Ainda com casas residenciais, onde os moradores cultivam plantas ornamentais. Sem grande movimentação de automóveis, a rua ainda mantém um ambiente bucólico.



Figura 12 – Aparelho da ALN no bairro do Cajueiro. Fonte: Acervo pessoal.

O aparelho da ALN em Nova Descoberta, no Recife, está localizado em uma rua estreita, uma viela, e em cima de um morro. É um imóvel de dimensões pequena, um cubículo, para no máximo duas pessoas.

---

<sup>259</sup> Luciano Almeida em entrevista ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Parnamirim, Rio Grande do Norte, 31 de julho de 2018.

Um local bastante populoso. Hoje é uma moradia com uma vista panorâmica da cidade do Recife. O imóvel está com as condições físicas bastante prejudicadas, tal qual estava em março de 1970 (ver Figura 13).

Sem muita estrutura, como em 1970, embora hoje, diferentemente da década de 70 já tenha pavimentação. Pelos relatos dos militantes, no passado, e dos moradores de hoje, a rua sofre constantemente com falta de água e coleta de lixo.<sup>260</sup> O local visivelmente não é atendido de maneira satisfatória pelo poder público. Samuel Firmino e Luciano Almeida frequentavam este aparelho.

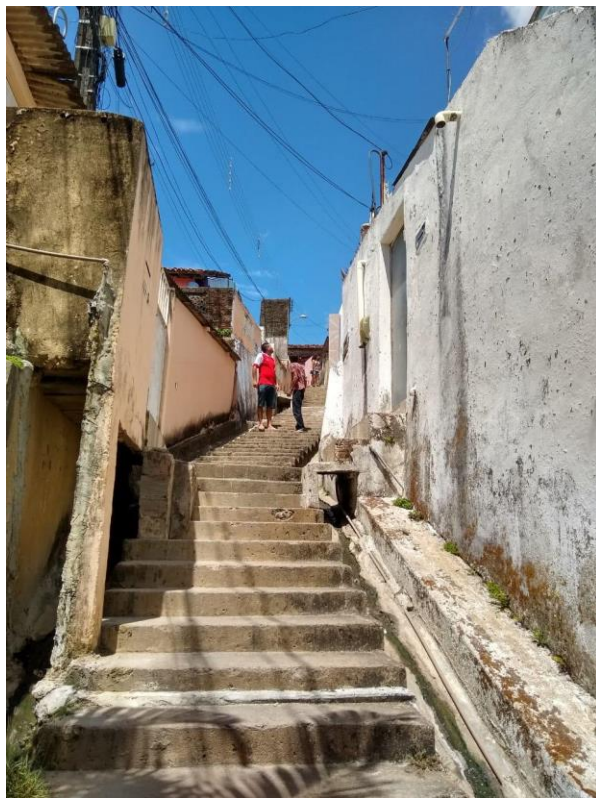


Figura 13 – Aparelho da ALN no bairro de Nova Descoberta, Recife. Fonte: Acervo pessoal.

---

<sup>260</sup> Vimos grandes quantidades de ratos na viela.

O imóvel utilizado pela ALN na Rua da Carolina, número 180, no bairro de Casa Amarela, no Recife (ver Figura 14), fica em uma rua bastante movimentada e íngreme. Uma rua com várias moradias e quase nenhum estabelecimento comercial. A casa foi alugada em 1970 pelo militante Maurício Anísio.

Na época, não tinha pavimentação, hoje já tem. Segundo Anísio, a rua era muito tranquila.<sup>261</sup> A casa que já era grande durante a ocupação dos militantes da ALN (ver Figura 14), hoje foi ampliada. Mas mantém o quintal, onde os agentes do DOPS cercaram os militantes da ALN.

Na residência hoje, funciona o candomblé Terreiro de Ogum.<sup>262</sup> Tive acesso ao interior da residência. Conversei com o senhor José Amaro, proprietário e babalorixá do espaço religioso. Maurício Anísio e Rholine Sonde residiam no aparelho.



Figura 14 – Aparelho da ALN no bairro de Casa Amarela. Fonte: Acervo pessoal.

---

<sup>261</sup> Maurício Anísio em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Santa Cruz, Rio Grande do Norte, 29 de abril de 2019.

<sup>262</sup> Segundo seu Amaro, Ogum é o orixá dos metais e das armas.



#### 4.6.2 Cotidiano dos militantes

Perguntei aos militantes como era o cotidiano enquanto eles residiam nestes aparelhos. Os relatos foram distintos, dando indícios que não havia uniformidade de conduta.

Luciano Almeida, afirmou que a tensão era constante e só andava armado ao sair da residência. Porém, ele tinha alguns momentos de lazer, que compensavam à dedicação total à causa revolucionária. Desta forma, ele narra alguns desses poucos momentos,

Eu virei torcedor do Santa Cruz, por intermédio de Teresa Vilaça. Assisti ao jogo da Seleção Brasileira contra a Seleção Pernambucana, lá na Ilha do Retiro. E assisti vários jogos do Santa Cruz contra times locais – Náutico, Sport. Também ia ao cinema. Lembro-me que assisti com Teresa Vilaça aos filmes, “Romeu e Julieta”, “2001 uma Odisseia no espaço” e assisti ao filme “O Santo Guerreiro contra o Dragão da maldade”, de Glauber Rocha. Frequentava muito o cinema Coliseu, na Rosa e Silva.<sup>263</sup>

Já Perly Cipriano, confidenciou: “o único local que gostava de ir era o Parque público Treze de Maio, onde ficava conversando com as pessoas e lendo jornais, não me sentia seguro em eventos, pois tinha medo de ser reconhecido”.<sup>264</sup>

O contato de Cipriano com os militantes era feito nas vias públicas. Ele narrou que, durante o período que militou na ALN em Recife só foi ao cinema uma vez. Além de perigoso não tinha dinheiro disponível.

Porém, durante o carnaval de 1970, Cipriano foi até Olinda conhecer um pouco das tradições de momo em Pernambuco. Quando estava

---

<sup>263</sup> Luciano Almeida em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Parnamirim, Rio Grande do Norte, 31 de julho de 2018.

<sup>264</sup> Perly Cipriano em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Vitória, Espírito Santo, 15 de setembro de 2018.

descendo as ladeiras da cidade uma pessoa bateu em seu ombro e disse “Pedro<sup>265</sup>, o que você está fazendo aqui?”. Cipriano ficou atordoado, pois praticamente não conhecia ninguém em Recife. Mas era só o companheiro da ALN, Edvaldo, “o Padre”, que estava fantasiado de alma.<sup>266</sup>

Com os vizinhos, os militantes relataram que “mantinham relações formais, sem grandes aproximações, até porque nos aparelhos havia armas que poderiam atrair atenções indesejáveis”.<sup>267</sup> Durante o dia Almeida relata que “procurávamos sair para dar indícios que tínhamos empregos formais”.<sup>268</sup>

Por outro lado Teresa Vilaça informou que nos momentos que antecederam a queda da ALN em Recife, os militantes estavam em uma fase muito difícil. Assim ela narra estes momentos: “a gente ia para o cemitério de Santo Amaro assistia tudo quanto era enterro e comia jambo, não tínhamos onde ficar. Ou então a gente ia para o zoológico de Dois Irmãos e comia pão doce com caldo de cana, para não ficar com fome”.<sup>269</sup>

A situação dentro dos aparelhos também era complicada, como exemplo cita o cotidiano dentro do aparelho da ALN em Boa Viagem:

A gente dormia no kitnet de um companheiro nosso. Ficávamos entrando de meia em meia hora e não podíamos falar nada, porque a dona do imóvel morava em cima, e não podia ouvir barulho. De manhã cedo uns saíam às cinco da manhã outros às cinco e meia. E depois íamos andar na rua, não tínhamos onde ficar.<sup>270</sup>

---

<sup>265</sup> Seu codinome na ALN.

<sup>266</sup> Perly Cipriano em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Vitória, Espírito Santo, 15 de setembro de 2018.

<sup>267</sup> Luciano Almeida em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Parnamirim, Rio Grande do Norte, 31 de julho de 2018.

<sup>268</sup> Idem.

<sup>269</sup> Teresa Vilaça em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Salvador, Bahia, 11 de dezembro de 2017.

<sup>270</sup> Teresa Vilaça em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Salvador, Bahia, 11 de dezembro de 2017.

Com relação ao relacionamento com os parentes, os que moravam nos aparelhos viviam totalmente segregados. Pois não poderiam colocá-los em situação vulnerável. Teresa Vilaça narrou que seus pais sabiam que ela participava de movimentações políticas e que era de esquerda, porém não sabiam que ela tinha aderido à ALN.<sup>271</sup>

Tentei localizar, nas proximidades destas residências, algum morador que tenha tido algum relacionamento e/ou sido contemporâneo destes militantes. Localizei alguns, que foram contemporâneos, mas eles alegaram que não se lembram dos militantes, e ficaram admirados em saber da existência dos aparelhos da ALN nestes locais.

---

<sup>271</sup> Idem.

## **Avaliações dos militantes sobre o projeto de luta armada**

Neste capítulo abordamos algumas questões sobre o projeto revolucionário da ALN. Procuramos relacionar as narrativas dos militantes da ALN em Pernambuco com a de alguns militantes de outros locais e até mesmo de fora da ALN. Considero importante esta relação de ideias, pois as ações em Pernambuco estavam em sintonia com as do restante do país.

Desta forma, na busca de compreender o processo de luta armada e os motivos que levaram os militantes da ALN a aderir a este Projeto Revolucionário apresentaremos algumas leituras que estes militantes realizam sobre este projeto, passados quase cinquenta anos.

Além dos relatos destes militantes apresentaremos também, as de alguns militantes do MR-8, que como vimos realizou uma ação importante com a ALN. E a de um integrante do MNR, que foi trocado pelo embaixador americano.

Koselleck enfatiza também as ligações e diferenças que norteiam a relação entre expectativas e experiências. A experiência é um fator importante na expectativa, mas a expectativa também contém componentes de desejo e temores. Segundo Koselleck, “o par de conceitos ‘experiência’ e ‘expectativa’ é manifestamente de outra natureza. Não se propõe uma alternativa, não há expectativa sem experiência, não há experiência sem expectativa” (KOSELLECK, 2006, p. 307).

Quando lemos estas entrevistas com os militantes, deve-se considerar que a experiência na memória dos indivíduos é formatada sinteticamente. Ela não se pauta por cronologia. E as expectativas dos militantes sobre o desfecho de suas ações revolucionárias tinham vários

componentes. Podemos entender as experiências vitoriosas da Revolução Cubana como exemplo. Contudo, em suas memórias também estavam presentes temores e desejos (KOSELLECK, 2006).

### **5.1 Motivação dos militantes para aderirem ao projeto revolucionário**

Cláudio Torres compartilha as ideias de Reis de que havia, na década de 1960, um projeto revolucionário no mundo que era partilhado pelas esquerdas a nível mundial. Ele avalia que não era um processo existente só no Brasil ou na Guanabara (DA-RIN, 2007).

Por outro lado, Paulo de Tarso Venceslau discorda das opiniões de Reis e Torres. Ele entende que a leitura dos dois é extremamente ideologizada e politizada, pois a luta armada teve o engajamento de muita gente que não tinha necessariamente formação política, ideológica e que entrou no projeto por outras razões. Como exemplo cita a sua própria adesão a ALN:

Eu nunca fui do PCB, nunca fui da Dissidência e de repente caí na ALN. No auge do movimento estudantil, com meus amigos da FAU<sup>1</sup>, nós fomos plantar maconha nos jardins da faculdade. Eu nunca fumei maconha, mas era o gesto de ir naquele prédio antigo, e de vez em quando molhar era uma grande curtição. Não tinha nada de o mundo caminhava para o socialismo [...]. Eu não estava pensando em revolução naquele momento (DA-RIN, 2007, p. 293).

Tarso pondera que a repressão ao Congresso de Ibiúna, com a prisão de mais de 700 estudantes, contribuiu bastante para sua decisão de aderir a ALN. Pois esta operação policial trouxe um sentimento de impotência muito grande. Segundo ele, foi um convite para luta armada. E a partir deste momento, sua inserção na ALN foi um caminho natural.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

<sup>2</sup> Paulo de Tarso Venceslau em entrevista ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. São Paulo, São Paulo, 3 de agosto de 2019.

O militante da ALN em São Paulo, Manoel Cyrillo, estabelece suas razões, para ter se engajado na luta armada, quando afirmou que “entrei na luta armada pela resistência democrática. Daquela turminha da padaria. Depois de lermos ‘Porque resisti à prisão’, eu e mais quatro companheiros entramos no GTA, da ALN” (DA-RIN, 2007, p. 39).

Em outro exemplo, um militante, que na época da fundação da ALN era um estudante secundarista de 17 anos, remonta suas razões para aderir à luta armada. O professor de música Carlos Eugênio Coelho da Paz narra a possível motivação que teria impulsionado a aderir à luta armada:

Cada dia que subo um morro e entro numa favela para alfabetizar adulto me dá uma revolta danada. Eles sobrevivem na miséria, não tem nenhuma chance na vida, o Brasil não é um país pobre, é um país atrasado em que uma minoria tem demais e a maioria não tem nada. Com os militares no poder as coisas pioraram, não podemos nem mais denunciar injustiças que somos presos como subversivos, enquanto a desigualdade aumenta. É chegada à hora de mudar e construir um país justo, com chances iguais para todos (PAZ, 2008, p. 71).

Já a militante do MR-8, Maria Augusta Carneiro Ribeiro, em entrevista a Silvio Da-Rin, defendeu que a opção da guerrilha urbana ocorreu através de um processo desencadeado pela clandestinidade, o qual ela e seus companheiros do MR-8 foram submetidos. A militante relatou que o custo financeiro de um esquema de clandestinidade era alto. E estes gastos cresceram após o Congresso de Ibiúna. Pois alguns militantes estavam sendo perseguidos pelo DOPS-RJ. Desta forma, para custear estas despesas, a sua organização teve que realizar assaltos a banco. Por outro lado, para proteger os militantes que participavam do movimento operário, eles fizeram um sistema de segurança armada nas portas das fábricas (DA-RIN, 2007).

Dulce Pandolfi entende que sua entrada na luta armada começou a ser construída através de sua visão crítica sobre as injustiças sociais seculares existentes no Brasil, bem como a inconformidade com as ações repressivas ocorridas, após o golpe civil-militar de 1964. Mesmo estudando na adolescência no colégio Damas, onde o anticomunismo era latente. Naquela época, ela já admirava o governador Miguel Arraes, por ser um político preocupado com as causas sociais.

Pandolfi avalia que na época em que se engajou na luta armada tinha uma visão romântica, maniqueísta e ideológica da história. Ela achava que haveria uma guerra revolucionária, portanto se engajou do lado dos que combatiam a opressão, as injustiças sociais e lutavam para implantar um regime socialista no Brasil.<sup>3</sup>

Teresa Vilaça também destacou que sua decisão de se engajar na luta armada é proveniente da visão crítica sobre as injustiças sociais que existem no mundo. Na narrativa de Vilaça, a profissão de seu pai ajudou bastante no conhecimento da situação de exploração dos mais humildes, “meu pai era coletor estadual, morei em São José do Egito, Moreno e Gravatá, conheci a seca, as greves e as questões das Ligas Camponesas, meus amigos eram pessoas ligadas à classe trabalhadora ou trabalhadores rurais”.<sup>4</sup>

Ela destacou que o período que morou em Moreno, Pernambuco, foi fundamental na formação de sua visão de mundo porque “era uma cidade que tinha vida operária, os que não eram operários ou familiares de operários era uma minoria, então isso criava uma dinâmica do cotidiano voltada para as discussões políticas”.<sup>5</sup>

---

<sup>3</sup> Dulce Chaves Pandolfi em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Rio de Janeiro, RJ, 08 de dezembro de 2014.

<sup>4</sup> Teresa Vilaça em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Salvador, Bahia, 11 de dezembro de 2017.

<sup>5</sup> Teresa Vilaça em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Salvador, Bahia, 11 de dezembro de 2017.

Na mesma linha, Maurício Anísio destacou que sua decisão de aderir a luta armada começou a partir do momento em que o militante teve consciência das desigualdades sociais existentes no Brasil. Ele aponta como marco desse processo o período que estudou no Seminário dos Maristas.<sup>6</sup>

A partir daí se engajou na luta armada na esperança de transformar a sociedade. Para torná-la mais justa e honesta, não por uma questão pessoal para enriquecimento próprio. Anísio defende que havia esta consciência em grande parte da esquerda brasileira naquela época, e hoje não existe mais.<sup>7</sup>

Perly Cipriano relatou que desde quando pertencia ao PCB, já defendia a luta armada por entender ser o único caminho para atingir o socialismo.<sup>8</sup>

Da mesma forma, Luciano Almeida avalia que desde quando pertencia ao PCB, entendia que para fazer as mudanças estruturais no caminho do socialismo, o Brasil teria que vivenciar uma luta armada.<sup>9</sup>

A partir do relato destes cinco militantes do grupo da ALN de Pernambuco, percebemos que todos foram unânimes em apontar as indignações com as injustiças sociais, o combate à ditadura e a luta pelo socialismo como razões primordiais para o engajamento na luta armada. No capítulo anterior ficou perceptível a importância de Carlos Marighella como o líder que guiou estas pessoas no caminho da ALN.

Todos eles destacaram na entrevista sua total admiração por Carlos Marighella. Perly Cipriano afirmou que conheceu pessoalmente

---

<sup>6</sup> Atual Faculdade Marista do Recife.

<sup>7</sup> Maurício Anísio em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Santa Cruz, Rio Grande do Norte, 29 de abril de 2019.

<sup>8</sup> Perly Cipriano em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Vitória, Espírito Santo, 31 de maio de 2018.

<sup>9</sup> Luciano Almeida em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Parnamirim, Rio Grande do Norte, 05 de maio de 2018.



Marighella e a partir daí leu todos os seus livros. Percebemos a importância simbólica do líder da ALN na catalisação de apoios de jovens estudantes para o projeto revolucionário da ALN. Estes jovens foram influenciados pela oratória e pelas práticas de Carlos Marighella. Segundo Cipriano,

Conheci Marighella em 1963. Ele fez uma palestra no sindicato dos portuários do Espírito Santo. Eu era do PCB e fui assistir. Quando começou a luta interna do partido, por volta de 1965, eu li todas as obras dele. Li Esquema para Discussão, Porque Resisti a prisão, A crise Brasileira e Mini-manual do guerrilheiro urbano. [...] Ele tinha uma capacidade muito grande; ele atraía muita gente [...].<sup>10</sup>

Como vimos no segundo capítulo, “havia uma predisposição em grande parte das esquerdas na década de 1960, em adotar a revolução socialista, através da luta armada, como objetivo principal”.<sup>11</sup> Reis detalhou a sua “teoria do impasse” que permeou grande parte da esquerda na década de 1960. Nas entrevistas que realizei durante esta pesquisa de mestrado, todos os militantes da ALN em Pernambuco mencionaram obra de Debray, “Revolução na Revolução”.

Sobre o projeto de revolução continental, encontramos na bibliografia uma crítica de Mir, que expõe fragilidades do ponto de vista de apoio internacional e popular:

O conflito sino-soviético e a impossibilidade de um eixo revolucionário Sul-Sul (Argel- Havana- Pyongyang- Hanói- Pequim), coloca o movimento revolucionário no Brasil e de outras áreas no terceiro mundo no centro deste ringue planetário que impede um apoio externo real e com peso suficiente para alterar as relações de força. Além do que, faltou a matéria prima essencial: o apoio

---

<sup>10</sup> Perly Cipriano em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello, Vitória, Espírito Santo, 31 de maio de 2018.

<sup>11</sup> Daniel Aarão Reis em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello, Recife, Pernambuco, 14 de junho de 2019.

popular. Os passos foram uma sequência lenta e previsível. O entusiasmo e a convicção de Marighella de que o Brasil seria um novo Vietnã não tinha nenhuma base política, social organizativa ou histórica. O Brasil nunca fora invadido pelos EUA, muito menos ocupado militarmente e não fora sua colônia (MIR, 1994, p. 256).

### **5.1.1 Algumas considerações**

Estas questões levantadas por Mir nos levam a questionar em que base Marighella e seus companheiros estavam apoiados para partir em direção deste projeto revolucionário, que claramente não tinha um apoio internacional consistente e muito menos um apoio popular dentro do Brasil.

Na época o líder da ALN não era um político sem experiência, ele tinha bagagem e vivência suficiente para perceber a falta de apoio, contudo decidiu iniciar o projeto. Acredito que a intenção de combater as injustiças sociais, políticas e econômicas, bem como a obstinação de exercer uma proeminência no projeto revolucionário das esquerdas no Brasil tenha contribuído na decisão de Marighella de iniciar as articulações para a luta armada da ALN.

Nesta linha, o marco principal do líder da ALN era que os integrantes da organização armada não necessitavam pedir autorização para fazer ações revolucionárias. Esta afirmativa, segundo os testemunhos prestados por militantes da ALN, foi a principal razão para a adesão na ALN em Pernambuco de estudantes e pessoas ligadas a outras organizações políticas.

O voluntarismo, na ALN, atingia índice superior ao PCBR, pois diferentemente da ALN, o comando do Partido Comunista Revolucionário mantinha um controle rígido sob as ações armadas de seus militantes.

Durante as entrevistas pude constatar que os militantes da ALN em Pernambuco tinham a consciência que o projeto não tinha ressonância na sociedade. Quando começaram as principais ações da ALN no estado, em

novembro de 1969, era evidente a não consolidação do projeto da ALN a nível nacional. Haja vista que antes destas ações já tinha ocorrido a prisão e assassinato dos principais quadros da ALN em São Paulo, incluindo Marighella e Virgílio Gomes da Silva, como discutimos no Capítulo II.

Ainda assim, este grupo de jovens resolveu continuar o seu projeto ignorando os sinais que não teria sucesso. Analisando o comportamento dos grupos, sobretudo religiosos e políticos, entre outros é possível pensar como as pessoas são atraídas para os mais diferentes projetos. No caso da ALN, tinha sem dúvida uma série de suportes históricos, publicações e pessoas que endossavam e acreditavam nesta proposta. Isto sem dúvida produzia um significativo efeito de verdade para dar credibilidade ao projeto da ALN (MONTENEGRO, 2019).

Os militantes deste grupo da ALN em Pernambuco mantiveram a características das diversas organizações armadas, ou seja, de desprezar fatores importantes, como: a abissal diferença em relação às forças de repressão do governo e a incompatibilidade de prioridades entre a organização e a população local.

O projeto revolucionário engajado na mudança social, muito comum na década de 1960 alicerçou o pensamento dos militantes da ALN. Dessa forma é possível apontar um conjunto diferenciado de discursos, práticas políticas e sociais, bem como de exemplos históricos que concorreram para instituir efeitos de verdade que fizeram estes jovens (na grande maioria) acreditarem que seria possível construir uma sociedade mais justa, mais democrática, menos desigual por meio da luta armada. No caso do grupo de militantes da ALN que Pernambuco além do projeto em si, a figura carismática de Marighella potencializou este efeito de verdade.

Porém, segundo Koselleck, “o acaso é bastante adequado para descrever o repentino, o novo, o imprevisto e tudo o mais que tenha sido assim percebido na história” (KOSELLECK, 2006, p. 148). Entendemos

que este ponto valeu como um alerta para não analisarmos estas memórias de uma forma determinista. De natureza excessivamente causal, ou seja, em determinadas situações estabelecidas teríamos uma determinada consequência.

Diversos motivos podem ter contribuído na adesão dos militantes à luta armada. Enquadrá-los a valores apenas românticos seria empobrecer as questões históricas. Ao analisarmos estas trajetórias sob o ponto de vista de inserção no movimento armado procurei me abstrair da ideia causal que nortearia todos os militantes, no intuito de analisar suas narrativas. Acredito que além dos valores políticos e morais, havia entre eles disputa de poder e de projeção pessoal dentro do movimento estudantil.

No entanto, de todos os entrevistados apenas Paulo de Tarso Venceslau relatou que não tinha expectativas de uma revolução socialista, até porque nunca havia participado de legendas de esquerda. Ele avaliou que entrou na ALN, principalmente, por uma reação a repressão, em Ibiúna.

## **5.2 Algumas questões sobre a luta armada**

A seguir, apresentaremos avaliações e ponderações dos militantes acerca da luta armada organizada contra a ditadura militar de 1964.

### **5.2.1 Iniciativa de ação, fragmentação e isolamento**

Reis, em seus estudos sobre as organizações armadas no Brasil, concluiu que o processo de resistência armada foi bastante fragmentado, em consonância com a divisão existente nos diversos movimentos de resistência contra a ditadura militar. Segundo Reis:

A que atribuir esta fragmentação? Ela exprimia, em certa medida, a desorganização e a dispersão que dominavam o movimento popular<sup>12</sup> após o golpe

---

<sup>12</sup> Movimentos de resistência que ocorreram após o golpe civil-militar de 1964.

civil-militar de 1964, contrastando com o processo de centralização e unificação por que passava o poder de Estado (REIS, 1990, p. 51).

Apesar da existência desta fragmentação, “as organizações têm uma ampla autonomia em relação às classes sociais cujos interesses dizem defender. Os aspectos políticos é que são decisivos na compreensão da divisão da esquerda” (REIS, 1990, p. 52).

Para Reis, outros fatores mais específicos se apresentam como alicerces desta fragmentação das esquerdas, visto que

Instaurou-se o desencanto com a discussão e a organização política, privilegiando a prática, ou seja, atos e ação que tivessem efeitos imediatos. Um segundo aspecto refere-se à exaltação, pelos partidos, individualmente de suas próprias qualidades. Todos se achavam depositários da missão histórica de vanguardar a classe operária ou as massas populares. Vários grupos já se consideravam núcleos nestes processos (REIS, 1990, p. 40).

O desejo pelo imediatismo e/ou pelo protagonismo da luta armada marcou fortemente estas organizações, contribuindo decisivamente para a fragmentação. Por outro lado, no cotidiano da luta armada veio uma rápida efetivação na escala de comando de jovens sem experiência política além de uma implacável repressão do governo. Isto tudo acelerou ainda mais o processo de fragmentação das organizações (REIS, 1990, p. 52).

Não se pode negar a importância de exemplos revolucionários, ocorridos em outros países na efetivação da luta armada no Brasil. Estas experiências ocorreram sem o pré-requisito da existência de um partido que polarizasse as ações revolucionárias, portanto induziram os militantes a acreditar no êxito de suas iniciativas sem o comando do PCB, dado que “a influência das experiências revolucionária cubana e chinesa<sup>13</sup>, cuja

---

<sup>13</sup> Revolução Comunista de outubro de 1949, concluída após a Guerra Civil Chinesa, em que os comunistas tomam o poder e proclamam a República Popular da China, sendo Mao Tse-tung o líder supremo. Com o início da Era Mao

leitura legitimava a demolição do modelo de partido consagrado pela tradição da Internacional Comunista” (REIS, 1990, p. 52).

José Dirceu,<sup>14</sup> que na década de 1970 aderiu a ALN e a MOLIPO, afirmou que a experiência brasileira da luta armada foi um grande desastre para esquerda, pois ela foi derrotada em todas as linhas. Contudo, em sua avaliação, ela foi legítima, porque a ditadura rompeu com toda legalidade que havia no país.

Dirceu avalia que o erro das organizações armadas foi negar a luta institucional e o processo político. Deveria ter havido um acúmulo de forças contra a ditadura, resistência armada combinada com uma luta político-social-institucional.

Por outro lado, mesmo reconhecendo os erros das ações armadas, Dirceu entende que elas não foram causadoras da radicalização da ditadura, no AI-5. Pois o perfil do governo era de opressão. E para quem estava na oposição, não restou outro caminho, a não ser a luta armada (DA-RIN, 2007).

Vladimir Palmeira apresentou suas leituras sobre a luta armada, “quando, iniciamos os assaltos a banco, eu fiz um discurso, quando estava preso, afirmando que era a favor da luta armada, mas que não confundia luta armada com assalto a banco” (DA-RIN, 2007, p. 202).

Franklin Martins entende que depois do AI-5, não havia mais espaços para movimento de massas, mas apenas para a luta armada, visto que

[...] em 1969 já é a segunda forma de ditadura, a ditadura terrorista aberta, porque vai ter de conter um movimento popular que não foi vencido, não foi dobrado, continua ativo e está recuperando forças. Eu me tornei um esquerdista total, não tinha mais espaço para o movimento de massas. Eu discordava

---

Tse-tung, a China passou por uma série de reformas: coletivização das terras, controle estatal da economia e nacionalização de empresas estrangeiras.

<sup>14</sup> José Dirceu de Oliveira e Silva é um político e advogado. Foi deputado estadual e federal pelo PT de São Paulo, e ministro-chefe da Casa Civil do Brasil no governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva.

do Marighella num monte de coisas, mas achava aquele negócio de dizer, depois do AI-5: “Nós temos que partir para a ação”, aquilo me convenceu (DA-RIN, 2007, p. 295).

Roberto Peixe avalia que o grande confronto de massas, em 1968, foi o movimento estudantil. Pois no Rio de Janeiro houve a Passeata dos Cem Mil,<sup>15</sup> mas em outras capitais também houve várias passeatas, em Recife ocorreu uma de 20 mil pessoas. Contudo, após o AI-5, esses espaços de manifestações foram eliminados.<sup>16</sup>

Cláudio Torres considera que a entrada, em 1969, na luta armada foi um grande erro da DI-GB. De acordo com Torres, entre 1967 e 1968, a DI-GB teve papel positivo na oposição política. Porém a partir da entrada na luta armada a Dissidência abandonou a luta democrática e se afastou da população (DA-RIN, 2007).

O jornalista Flávio Tavares, militante do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), apresentou sua opinião sobre a luta armada, reconhecendo os erros, mas destacando que o movimento armado representou uma reação a ditadura militar, “Nós estávamos entregando tudo, ingenuamente e romanticamente, é verdade. Mas a generosidade daquela geração é imensa. Então, nesse aspecto, foi uma tentativa de dar uma resposta a um momento de opressão” (DA-RIN, 2007, p. 172).

Carlos Eugênio Coelho da Paz (Clemente) entende que “fizemos muito bem de resistir, essa é uma luta que ficou para os anais, para história do Brasil, quando em qualquer momento se tentar fazer novamente uma coisa como essa haverá a resistência de uma boa parte dos brasileiros”.<sup>17</sup>

---

<sup>15</sup> Denominação com que ficou conhecida a manifestação realizada no Rio de Janeiro em 26 de junho de 1968, da qual participaram cerca de cem mil pessoas que protestavam contra as violências praticadas pela polícia alguns dias antes no centro da cidade, atingindo estudantes e populares.

<sup>16</sup> Roberto Peixe em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Olinda, Pernambuco, 16 de junho de 2016.

<sup>17</sup> Carlos Eugênio da Paz em entrevista a Rádio NF. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 04 de fevereiro de 2014.

Sobre este aspecto o sindicalista João Leonardo, um dos fundadores da ALN, em sua avaliação sobre o início da luta armada, afirma que, “o objetivo da luta armada é criar condições para que toda sociedade compreenda a importância dela. Não é só porque eu penso” (DA-RIN, 2007, p. 235).

Teresa Vilaça avalia que a população não via com maus olhos os militantes, mas segundo sua narrativa eles diziam “nesse barco eu não entro”.<sup>18</sup> E desta forma avaliou que realmente faltou um trabalho de massas complementar, visto que, “[...] a luta armada exigiu um processo de isolamento grande, mas a gente quase não fez trabalho de massa. Fazíamos panfletagem em porta de fábrica, mas era só agitação não era trabalho de organização”.<sup>19</sup> Mesmo assim, Vilaça avaliou de maneira positiva o projeto revolucionário da ALN:

[...] alguns fizeram a autocrítica, da Luta Armada ter ocorrido sem preparação: sem o povo estar ao lado e sem ter criado primeiro as bases. [...] mas eu acho que não. Eu acho que todos os processos de Luta Armada foram válidos. [...] Não tinha nada errado, nada furado, não tinha para onde correr; eu lhe digo que faria tudo de novo.<sup>20</sup>

Maurício Anísio avaliou que o isolamento da ALN foi influenciado pela decisão em adotar a teoria do foco guerrilheiro, pois esta era bastante distante das pessoas. Além disso, a população não teria assimilado a proposta socialista da organização.<sup>21</sup>

---

<sup>18</sup> Teresa Vilaça em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Olinda, Pernambuco, 28 de outubro de 2018.

<sup>19</sup> Idem.

<sup>20</sup> Idem.

<sup>21</sup> Maurício Anísio em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Santa Cruz, Rio Grande do Norte, 29 de abril de 2019.



Luciano Almeida relatou que a decisão de aderir à luta armada causou um grande isolamento de suas bases sociais e da família. Antes de entrar na clandestinidade, Almeida participava intensamente do movimento estudantil, do sindicato dos jornalistas do Rio Grande do Norte e convivia diariamente com seus pais. Após aderir ao projeto revolucionário, ele apenas se limitou a participar de ações armadas.

Por outro lado, Almeida se referiu aos erros que as organizações armadas teriam cometido durante a execução de suas ações. Ele acentuou a questão do isolamento a que estas organizações ficaram submetidas em relação ao conjunto da população, afirmando que, além do isolamento, faltou uma avaliação prévia das forças políticas, militares e sociais para realização destas ações revolucionárias armadas.

Mesmo acentuando estas críticas, Almeida, assim como José Dirceu, afirmou que os militantes tinham o direito de se insurgir contra a ditadura, pois ele avaliou que os militares usurparam o poder. Desta forma, Almeida não vislumbrou as críticas sobre a decisão de entrar na da luta armada:

Meu pensamento sobre o processo de luta armada é diferente do pensamento de Chico de Assis<sup>22</sup>, Fernando Gabeira e Daniel Aarão Reis. Entrar na luta armada para mim foi um caminho natural de estudante e intelectual. Agora aqui no Brasil, houve uma ruptura que foi feita pela repressão, entre nós e o povo. Para uma revolução funcionar tem que ter uma ligação orgânica entre os militantes e o povo. Aqui, se algum popular soubesse onde estavam os militantes, entregavam para a repressão, como entregaram o aparelho de Chico de Assis em Afogados. A repressão era forte, mas a população não nos apoiou.<sup>23</sup>

---

<sup>22</sup> Militante do PCBR, posteriormente exerceu a função de secretário de habitação da prefeitura do Recife, na gestão de Roberto Magalhães PFL (1997-2000).

<sup>23</sup> Luciano Almeida em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Parnamirim, Rio Grande do Norte, 05 de maio de 2018.

## 5.2.2 Importância dos valores democráticos

No documentário *Hércules 56*,<sup>24</sup> que apresenta um debate entre protagonistas da luta armada, Reis afirmou a não existência de documentos que comprovem a importância da democracia para as organizações que pregaram o projeto revolucionário no Brasil.

Reis defende que dentro das organizações armadas não havia uma preocupação na defesa dos valores democráticos: “tratava-se segundo o paradigma então hegemônico entre os revolucionários de tomar o poder central pela violência e, a partir daí, sob a vigência de uma ditadura revolucionária, efetivar as mudanças consideradas essenciais para a construção de uma nova sociedade” (REIS, 2019).

Segundo ele, todas as revoluções armadas originaram ditaduras revolucionárias. Desta forma, entende como melhor alternativa para o futuro do Brasil o socialismo democrático, baseado no avanço da consciência e na auto-organização das pessoas.

O professor aponta que o socialismo, conforme projetado no século XIX previa uma sociedade baseada na liberdade, na democracia, na auto-organização dos trabalhadores, não uma ditadura de uma vanguarda que fala em nome dos trabalhadores.

Segundo Reis, todas as organizações armadas existentes no Brasil na década de 1960 buscavam a ditadura do proletariado, a ditadura da maioria sobre a minoria. Esta seria a referência. Ele apresentou o exemplo de Cuba, onde o partido comunista monopoliza a política e não admite críticas.

Considera que, na época de atuação dessas esquerdas revolucionárias, não havia críticas a este processo político e havia um repúdio a restauração da democracia nos padrões pré-1964, a chamada democracia burguesa. Na realidade, as organizações armadas queriam um governo

---

<sup>24</sup> HÉRCULES 56. Direção: Sílvio Da-Rin. Brasil, 2007 (97 min).

revolucionário, como Cuba, Argélia e Vietnã. Nesta linha, os assassinatos de Stálin, na então URSS, eram interpretados pelas organizações armadas como necessários para manutenção do comunismo.

Para concluir, Reis expôs que durante comemoração do centenário da Revolução Russa ficou admirado em perceber que algumas pessoas de esquerda ainda defendiam o sistema soviético. O que lhe fez concluir que o pensamento autoritário ainda sobrevive em alguns militantes da esquerda, no Brasil.<sup>25</sup>

Nesta linha, ao narrar o período de exílio em Cuba, Vladimir Palmeira elogia a capacidade da população, porém faz duras críticas ao regime cubano visto que,

O povo cubano é muito nacionalista, mas é simpático. Um pessoal muito parecido com o brasileiro, alegre, gosta de música. Então me dei muito bem com eles. Agora o governo cubano era uma ditadura, reprime seu próprio povo, era conservador. Na época eles estavam “tratando” os homossexuais com choque elétrico. Um machismo dominante e nenhuma liberdade. Eu não acredito em socialismo em que trabalhadores não têm liberdade (DA-RIN, 2007, p. 194).

Em contraponto, Dulce Pandolfi entende que a preocupação primordial da ALN era combater as injustiças sociais e políticas que existiam no Brasil. No entanto, ela não concorda com aqueles que entendem que a ALN defendia um governo totalitário para o Brasil. Ela admite que o projeto da ALN, não era estruturado com bases na democracia, com valores de hoje. E apresenta as ações armadas como exemplo dessa diferença. Contudo, a professora avalia que uma pessoa que está lutando por justiça social e política, jamais iria defender uma ditadura.<sup>26</sup>

---

<sup>25</sup> Daniel Aarão Reis em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Recife, Pernambuco, 14 de junho de 2019.

<sup>26</sup> Dulce Chaves Pandolfi em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 04 de junho 2018.

Perly Cipriano concorda que a preocupação em implantar um sistema democrático com os padrões de hoje não era a prioridade da ALN, porém discorda que todos perseguiram um sistema similar ao implantado na época pela URSS. Ele pronunciou que havia uma pluralidade de opiniões nas esquerdas sobre o modelo político a ser seguido. Segundo Cipriano, tinham os que defendiam a ditadura do proletariado, com bases no sistema soviético. Mas havia outros, como ele, que já questionavam este modelo. Ele argumenta que, por ter morado em Kiev, pode conhecer melhor o sistema.<sup>27</sup>

Desta forma, apontou que defendia que a ALN incorporasse em seu plano de governo algumas condições que não eram praticadas na URSS, como: sindicato independente; liberdade de criação para os artistas e maior participação popular nas decisões. Entretanto admite que ele e seus companheiros não tinham muita precisão a respeito desta questão da democracia.<sup>28</sup>

Sobre a importância dos valores democráticos no programa da ALN, Luciano Almeida entende que a legenda defendia uma democracia apenas para os setores populares, os outros seriam excluídos. E que era dominante na ALN a ideia do partido único.

Esta visão previa uma democracia direta, desempenhada pelos agentes sociais. Pelos trabalhadores e pelos setores médios da população. Segundo ele, a ALN propunha um governo democrático popular. “Expulsaríamos os americanos do Brasil, faríamos uma reforma agrária e estatizaríamos alguns setores da economia”.<sup>29</sup> Desta forma, de acordo com Almeida, a democracia popular defendida pela ALN não seria uma

---

<sup>27</sup> Perly Cipriano em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Vitória, Espírito Santo, 31 de maio de 2018.

<sup>28</sup> Idem.

<sup>29</sup> Luciano de Almeida em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Parnamirim, Rio Grande do Norte, 05 de maio de 2018.

ditadura, pois eles defendiam a liberdade de expressão e manifestação, para as camadas populares.<sup>30</sup>

Roberto Peixe entende que o movimento de Maio de 68 na França causou mudanças na esquerda. Ele acredita que uma parte da esquerda tradicional se manteve no alinhamento com a URSS. Mas começaram a haver questionamentos ao modelo soviético. Várias organizações, incluindo a ALN começaram a pensar o Brasil de uma forma diferenciada. Uma experiência própria.

De ter uma democracia que fosse coerente com a própria cultura, realidade e diversidade brasileira. Ele entende que havia, na época, uma pluralidade de pensamento. Antes de 1968 existia uma posição mais ou menos unificada em torno do PCB. Contudo, posteriormente houve questionamentos sobre os dogmas do centralismo democrático e a ditadura do proletariado.

De acordo com Peixe, no seio das organizações de luta armada havia muitos questionamentos neste sentido. Mas isto não quer dizer que não houvesse nelas posicionamentos a favor da ditadura do proletariado. Segundo o arquiteto, o discurso que defende que todos participantes do movimento armado eram defensores de uma ditadura de esquerda é equivocado e idêntico ao discurso da direita, que defende a ditadura militar como sendo uma ação preventiva para evitar uma ditadura comunista.<sup>31</sup>

Teresa Vilaça entende que o ponto de união das esquerdas revolucionárias era derrubar a ditadura militar, e que a ditadura era uma etapa do capitalismo, pois não existia esta separação, a ditadura era uma fase do capitalismo, uma necessidade do imperialismo. Tanto que não foi só no Brasil. Ocorreu na América do Sul quase toda.

---

<sup>30</sup> Idem.

<sup>31</sup> Roberto Peixe em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Olinda, Pernambuco, 16 de junho de 2016.

Nesta linha, ela define que não foi por causa da ditadura que existiu a luta armada, “[...] de jeito nenhum! Independente disso: podia ter ditadura ou não ditadura, a gente ia continuar fazendo”.<sup>32</sup>

Sobre a importância da democracia no projeto revolucionário da ALN, ela respondeu que não acredita em democracia que garante liberdade capitalista. Ou seja, que assegura aos donos de empresas a possibilidade de auferir lucros abusivos. Vilaça acredita na democracia popular, que leve o povo ao poder.

Sobre as formas de eleição que ocorreriam caso o projeto revolucionário tivesse sido vitorioso. Ela acredita que seria adotado o modelo cubano. Pois seriam feitas eleições para conselhos de bairro, depois para regiões, até chegar ao partido. Vilaça não acredita nas eleições que são realizadas no Brasil que, segundo ela, são eleições financeiras. Desta forma, a professora define a democracia existente no Brasil “Pois se eu for tomar poder pra fazer uma eleição igual a essa que está aí? Isso não é eleição, pra mim. Isso aí é um ritual da burguesia que a gente segue”.<sup>33</sup>

Sobre esta questão dos valores democráticos, Maurício Anísio, relatou que na época pensava a democracia só para o povo, a burguesia não teria direito algum. A ALN, sendo vencedora faria a nacionalização das multinacionais e a estatização de todas grandes empresas do país.<sup>34</sup>

Paulo de Tarso Venceslau relatou que as questões democráticas não estavam colocadas. Não havia um projeto político neste sentido. Venceslau afirmou que os militantes faziam da luta contra ditadura uma bandeira, este era o norte, mas não havia um projeto democrático para colocar no

---

<sup>32</sup> Teresa Vilaça em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Olinda, Pernambuco, 28 de outubro de 2018.

<sup>33</sup> Teresa Vilaça em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Olinda, Pernambuco, 28 de outubro de 2018.

<sup>34</sup> Maurício Anísio em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Santa Cruz, Rio Grande do Norte, 29 de abril de 2019.

lugar. Ele avalia que a mobilização era a guerrilha, o esforço de vencer desapegado de qualquer vantagem financeira. De acordo com Venceslau, não havia questionamentos sobre a ditadura do proletariado, todos concordavam da sua real necessidade.<sup>35</sup>

Franklin Martins entende que o projeto revolucionário e a resistência democrática coexistiram o tempo todo. Em depoimento, ele afirma:

O projeto revolucionário cometeu erros quando quis se fazer algo diferente da resistência democrática, em vez de ser o seu aprofundamento. Quando nós em algum momento, não demos a importância à luta pelas liberdades democráticas. O real da sociedade era a resistência democrática, o projeto revolucionário era outra coisa (DA-RIN, 2007, p. 296).

Sobre este aspecto apontado por Martins, Reis avalia que “o projeto revolucionário era muito autoritário. Seria difícil estabelecer uma conexão entre ele e a resistência democrática” (DA-RIN, 2007, p. 298).

Por outro lado, segundo Reis, a resistência esboçada pelo movimento estudantil foi bastante diferente das proposições do projeto de luta armada:

As distinções entre a proposta de luta armada revolucionária e a dinâmica democrática do movimento estudantil ficaram muito evidentes no dia 26 de junho de 1968. Enquanto as lideranças sociais, não apenas estudantis, concentravam-se na organização da maior passeata do período, conquistando, pela luta, o direito de se manifestar pacificamente; neste mesmo dia, de madrugada, sem qualquer articulação com, e sem nenhum respeito pelo movimento estudantil, um grupo de militantes jogava um carro cheio de explosivos sobre a entrada do quartel general do II Exército, em São Paulo, matando o soldado Mário Kosel<sup>36</sup> (REIS, 2019, p. 147-148).

---

<sup>35</sup> Paulo de Tarso Venceslau em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. São Paulo, São Paulo, 03 de agosto de 2019.

<sup>36</sup> Reis se refere ao assassinato do soldado do exército por integrantes do VPR.

De acordo com Reis, este fato indica duas linhas de força distintas em experiências e projetos políticos, cujas diferenças radicais as ilusões da memória, no futuro, iriam apagar (REIS, 2019).

Reis entende que de uma forma global, os movimentos de 68 celebravam a figura de Che e o Vietnã, mas, ao mesmo tempo, lançaram outros paradigmas de transformação social que não eram mais o da revolução armada. Pois estavam imbuídos por uma perspectiva de transformações moleculares dentro da ordem capitalista. Citou como exemplos: Martin Luther King, os estudantes da França e os movimentos feministas nos Estados Unidos. Ele avalia que o movimento estudantil, no Brasil entre 1966 e 1968 era muito sintonizado em torno de reivindicações básicas dos estudantes. Citou como exemplo, as passeatas estudantis ocorridas em 1968.<sup>37</sup>

Para o professor, a ideia principal do movimento estudantil era conquistar espaços em uma perspectiva de luta democrática contra a ditadura. Embora existisse disputa de poder nas manifestações entre os que defendiam a luta armada com cartazes, tipo “o povo armado derruba a ditadura”, e os que defendessem a luta democrática através de “o povo organizado derruba a ditadura”. As correntes que defenderam a luta armada, pouco tempo depois migraram para a ALN, VPR e a DI-GB.<sup>38</sup>

Nesta linha, Vladimir Palmeira apresenta uma avaliação positiva do movimento dos estudantes. Em consonância com as proposições de Reis, ele afirmou que o movimento estudantil em 1968 foi um movimento de massa com centros acadêmicos, diretórios centrais e UEE's fortes e atuantes.

---

<sup>37</sup> Daniel Aarão Reis em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Recife, Pernambuco, 14 de junho de 2019.

<sup>38</sup> Daniel Aarão Reis em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Recife, Pernambuco, 14 de junho de 2019.



Palmeira, em depoimento a Silvio Da-Rin, avaliou que a greve dos trabalhadores em Osasco e Contagem, juntamente com as manifestações estudantis em 1968 representa um momento em que a esquerda conseguiu travar uma batalha, junto com as massas, contra a ditadura (DA-RIN, 2007).

### **5.2.3 Participação da população no projeto revolucionário**

Marighella em seu livro *Mini-Manual do guerrilheiro urbano*, publicado em 1969, avaliou que o sucesso da luta armada dependia da aprovação da população ao projeto revolucionário. Na sua concepção, a ALN estava conseguindo a aprovação, pois o governo militar apresentava uma má reputação devido a sua brutalidade, corrupção e incompetência.

Ele afirmou que a persistência do guerrilheiro urbano em continuar as ações armadas seria a melhor forma de assegurar um maior apoio da população à causa revolucionária. Pois quanto mais uma porção razoável da população começasse a levar a sério a ação do guerrilheiro urbano, seu êxito estaria garantido. Neste sentido, o guerrilheiro estaria lutando pelo interesse da população, ao contrário do governo militar.

Em sua concepção o guerrilheiro urbano estaria envolvido na ação revolucionária a favor do povo. Está seria a chave para participação das massas na luta contra a ditadura militar e para a libertação do país.

De acordo com Marighella (1969), o exército de homens e mulheres que estavam participando da guerrilha urbana era formado por operários, camponeses, estudantes, intelectuais e religiosos.

Os operários estavam sendo importantes por terem conhecimento da esfera industrial e serem os melhores nos trabalhos revolucionários urbanos. Estavam participando na luta mediante a construção de armas, sabotando e preparando sabotadores e dinamiteiros, e pessoalmente participando em ações envolvendo armas de mão, ou organizando greves.

Em sua avaliação, os camponeses teriam uma intuição extraordinária de conhecimento da terra, juízo no confronto do inimigo, e uma indispensável habilidade de comunicação com as massas humildes. Marighella relatou que os camponeses já estavam estabelecendo pontos de apoio, para a futura guerrilha rural, e executando algumas ações específicas, como encontrar lugares para esconder indivíduos, armas, munições e suprimentos; organizar a colheita de grãos; escolher os pontos de transporte; escolher pontos de criação de gado; treinar os guias e criar um sistema de informação na área rural.

Segundo Marighella (1969), os estudantes quando foram integrados na guerrilha urbana mostraram um talento especial para a violência revolucionária e um alto nível de destreza político-técnico-militar. E como eles tinham mais tempo estavam tendo uma maior participação na guerrilha urbana.

Nas suas avaliações, os intelectuais estavam se constituindo na vanguarda da resistência aos atos arbitrários, às injustiças sociais e à inumanidade terrível da ditadura militar. E em consequência exerciam uma grande influência na população.

Por último, Marighella afirmou que os religiosos estavam demonstrando uma habilidade especial de comunicação com o povo, particularmente com os operários, camponeses, e a mulher brasileira (MARIGHELLA, 1969).

O professor Daniel Aarão Reis considera que nos quadros da ALN e do VPR havia presença de alguns operários e camponeses, no entanto, este quantitativo, se comparado ao conjunto total da militância de cada uma das duas legendas, era bastante reduzido.<sup>39</sup>

---

<sup>39</sup> Daniel Aarão Reis em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Recife, Pernambuco, 14 de junho de 2019.

Reis, em seus estudos sobre as organizações armadas no Brasil concluiu que no processo de resistência armada houve uma baixa adesão dos operários e camponeses. O que, na sua avaliação, revela a existência de uma grande defasagem e uma clara falta de sintonia entre as prioridades da grande massa da população e as organizações armadas.

Na análise de Reis: “A Revolução brasileira e a guerra revolucionária eram pequenos motores, rodando no vazio. Ao contrário do que imaginava Che Guevara, o pequeno motor não conseguiu fazer rodar o grande motor” (REIS, 1990, p. 186). Para ele, de uma forma geral, os militantes das organizações armadas eram formados por

Elites sociais intelectualizadas, com alto nível de instrução, muitos jovens, do sexo masculino, residindo em algumas e poucas cidades, formam a ampla maioria dos militantes. Na medida em que se constituem em esfera autônoma e em posição de superioridade em relação aos dirigidos, ou às massas os militantes incorrem num tipo de alienação (REIS, 1990, p. 184).

Por outro lado, Dulce Pandolfi narra que, apesar da maioria dos integrantes da ALN terem sido formadas por estudantes, não se pode desprezar a participação dos operários e camponeses na formatação da rede de apoio. Ela entende que no GTA, que fazia a linha de frente da luta armada, a maioria era constituída de estudantes, porém existiam operários e camponeses que participavam das organizações armadas, mas não estavam em sua maioria nas ações armadas.<sup>40</sup>

Carlos Eugênio Coelho da Paz considera que ALN possuía uma frente armada e uma frente de massas. De acordo com Clemente, a organização manteve, em toda sua existência, uma de frente de massas e ela se

---

<sup>40</sup> Dulce Chaves Pandolfi em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 08 de dezembro de 2014.

articulava o tempo todo com o movimento estudantil, camponês e operário.<sup>41</sup>

Sobre os questionamentos acerca da participação de operários e camponeses na ALN, Cipriano respondeu que a participação dos operários em São Paulo foi expressiva. Ele avaliou que o fato de Marighella ter raízes políticas em São Paulo<sup>42</sup> ajudou na adesão dos operários à ALN. Porém, Cipriano avalia que, no grupo da ALN que participou em Pernambuco, apenas José Pedro era operário.<sup>43</sup>

Por outro lado, Cipriano afirmou que a participação dos estudantes na luta armada da ALN foi bem maior se comparada a participação dos operários. Porém, ela não ocorreu pela maior valentia dos estudantes, e sim pelo grau de liberdade que eles tinham. Pois, os mesmos não tinham compromissos com emprego e família.<sup>44</sup>

Luciano Almeida relatou que o movimento armado quase não tinha participação de camponeses e operários. Segundo Almeida, quando esteve preso, os poucos camponeses que ele conheceu com alguma participação na luta armada eram provenientes das Ligas Camponesas ou do PCR. A ALN não tinha nenhuma inserção entre os camponeses em Pernambuco.<sup>45</sup> Paulo de Tarso Venceslau também avaliou que no quadro da ALN, a participação de operários e camponeses era inexpressiva.<sup>46</sup>

Teresa Vilaça entende que a participação na ALN atingiu todas as classes sociais. Contudo, a ALN esperava que, após o início das ações

<sup>41</sup> Carlos Eugênio da Paz, em entrevista a Rádio NF. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 04 de fevereiro de 2014.

<sup>42</sup> Marighella nasceu em Salvador, mas no momento da formação da ALN teve atuação mais destacada em São Paulo.

<sup>43</sup> Vimos no Capítulo III que Grivaldo Tenório também era operário.

<sup>44</sup> Perly Cipriano em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Vitória, Espírito Santo, 31 de maio de 2018.

<sup>45</sup> Luciano Almeida em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Parnamirim, Rio Grande do Norte, 05 de maio de 2018.

<sup>46</sup> Paulo de Tarso Venceslau em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. São Paulo, São Paulo, 03 de agosto de 2019.

armadas, um número maior de pessoas aderisse ao projeto revolucionário.<sup>47</sup> Indagado sobre esta questão, Maurício Anísio respondeu que, a ALN, não tinha inserção no movimento camponês e nem no proletariado, ele entende que a participação maior era mesmo no movimento estudantil.<sup>48</sup>

Sobre este aspecto a Maria Augusta Ribeiro estabelece uma diferença crucial entre a forma de adesão da luta armada proposta por sua organização MR-8, e a ALN, visto que o grupo, ao vivenciar a luta armada, possuía “uma posição muito leninista, no sentido de entender a necessidade da formação da vanguarda operária na tomada de poder. Já a ALN tinha uma posição mais direta para a luta armada” (DA-RIN, 2007, p. 278).

#### **5.2.4 Alguns comentários sobre estas questões**

Não podemos deixar de considerar que estes militantes das esquerdas revolucionárias lutaram contra um governo que era repressor, concentrador de renda e corrupto. Às vésperas do golpe, a concentração de renda no 1% mais rico era de 17% do PIB. Com a ditadura, ela aumentou continuamente até atingir 26% em 1971 (BARROCAL, 2019).

Além dos 434 mortos pela repressão política da ditadura militar relatados pela CNV, tivemos 8.350 indígenas mortos, no período de 1964 a 1985. Vários casos de corrupção também ocorreram entre os militares como o da CAPEMI, empresa contratada por militares para comercializar a madeira retirada do lago da Hidrelétrica de Tucuruí no Pará (BARROCAL, 2019).

Os militantes se lançaram nesta empreitada sem um adequado potencial de combate. Isto se transformou em um fator decisivo para o massacre imputado a estas pessoas pela repressão da ditadura militar.

---

<sup>47</sup> Teresa Vilaça em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Salvador, Bahia, 11 de dezembro de 2017.

<sup>48</sup> Maurício Anísio em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Marcelo Mello. Santa Cruz, Rio Grande do Norte, 29 de abril de 2019.

Como foi o caso do grupo de militantes da ALN apresentado neste trabalho, que pensaram com sessões de torturas, longos períodos de prisões, que em alguns casos chegou a uma década inteira e até assassinato.

Luciano Almeida e Rholine Sonde só saíram da prisão, em liberdade condicional, em 13 de fevereiro de 1970. Eles foram os últimos militantes de esquerda a serem liberados em Pernambuco, durante a ditadura militar. Pior destino teve o professor de geografia Zoé Lucas de Brito Filho, que foi assassinado pela repressão, na cidade de São Paulo, em 1973, e seu nome consta na lista dos desaparecidos políticos da Comissão Nacional da Verdade.

Por outro lado, as argumentações de Reis sobre a não existência de um projeto democrático dentro do comando da ALN fica muito claro, pois, ao analisarmos os livros de Marighella, que norteou o caminho da organização, não percebemos proposições direcionadas neste sentido.

Dentro do universo de entrevistas que realizei, uma boa parte dos militantes da ALN assumiram que o objetivo final seria atingir a ditadura do proletariado, porém alguns militantes, apesar de reconhecerem que a luta armada foi pautada por métodos violentos, afirmaram que não estavam lutando por uma ditadura.

Eles afirmaram que se engajaram na luta armada, pela indignação com as injustiças sociais e que jamais defenderiam uma ditadura. A primeira vista, podemos considerar que se trata apenas de uma divergência de compreensão entre o discurso e a prática de grupos que afirmaram lutar por injustiças sociais e que não respeitavam a individualidade das pessoas.

Pois, observarmos que os discursos dos militantes possuem uma finalidade, um conteúdo social. Existe uma verdadeira disputa de memórias no campo da linguística. Desta forma, acredito que não devemos cair na armadilha de não ver que os conceitos históricos mudam com novos

acontecimentos, novas experiências e novas formulações teóricas (RICOEUR, 2007).

A bandeira da democracia foi apresentada em várias narrativas dos militantes, como o grande motivo para o engajamento na luta armada. Mas elas podem ser apenas uma projeção do presente no passado. Ou seja, como hoje a democracia é uma referência, fica bem mais fácil argumentar e justificar as ações do passado se utilizando deste argumento.

Não descartamos esta hipótese para muitas dessas narrativas, até porque ela me parece bem plausível. Porém gostaria apenas de abrir as possibilidades, e para isso fazer uma reflexão sobre as palavras do arquiteto Roberto Peixe, que afirmou haver na época uma grande variedade de pensamento entre estes militantes das organizações armadas no Brasil.

Esta pode ser uma forma de entender que alguns militantes, de fato, não tivessem como horizonte o estabelecimento de uma ditadura. Talvez, a falta de espaço democrático para discussão, o cotidiano perverso da luta armada e até a veneração da figura de Marighella tenha feito com que estas questões democráticas tenham ficado em segundo plano.

Entretanto, mesmo admitindo a inexistência de valores democráticos dentro das organizações armadas, como a ALN, acredito que esta afirmativa não deve ser dita de maneira isolada, pois ela pode ser apropriada pela narrativa da direita autoritária, com o objetivo de legitimar ações repressoras. Ou seja, elas não devem ajudar a legitimar um discurso de que a direita, durante a ditadura militar de 1964, só agiu de maneira repressiva e violenta para evitar uma ditadura comunista no Brasil.

É importante pontuar que a direita não teve um comportamento democrático. A afirmativa de Daniel Aarão Reis posta para as organizações armadas, também pode ser colocada para o governo, que naquele momento implantava uma ditadura, que de forma geral trouxe grande sofrimento para população brasileira.

Por outro lado, como pudemos ver na obra “Mini-manual do guerrilheiro urbano”, Marighella apresentava a participação da população como um pré-requisito para o sucesso do projeto revolucionário da ALN. Ele explicitou até as funções que operários, camponeses, estudantes, intelectuais e religiosos teriam dentro do processo de luta armada.

Na narrativa do revolucionário em 1969, já haveria uma boa adesão de operários e camponeses ao projeto da ALN. Podemos considerar que suas palavras tiveram o objetivo de animar a militância da ALN diante da onda de repressão que se instalara.

Os estudos e as referências documentais dos arquivos que consultei, e as entrevistas que realizei com militantes, indicam que a linha de frente da luta armada da ALN era composta basicamente de jovens estudantes. Portanto, a inserção no GTA da ALN de outras camadas da população foi muito pequena.

Contudo, acredito haver um hiato nas pesquisas, ele se refere à participação nas redes de apoio da ALN, que a professora Dulce Pandolfi tanto se referiu. Este é um lado da ALN pouco explorado, pelas pesquisas. Até porque é bem mais difícil chegarmos nestas pessoas. Pois a grande maioria delas, não se envolveu diretamente e não teve sobre si processos e julgamentos. Também, como relataram vários militantes, a maioria das redes de apoio existentes no interior do Brasil só era de conhecimento de Marighella.

O início prematuro da propaganda das ações armadas da ALN, que foi desencadeada por iniciativa da COLINA, em Belo Horizonte, e a escalada de repressão após a captura do embaixador americano, talvez tenham contribuído na dispersão desta rede de apoio.

O fato de Marighella ter sido assassinado no segundo ano de atuação da ALN também pode ter contribuído para a dispersão destas redes de apoio, principalmente no interior do país. Mas aqui emito apenas uma



hipótese. Acredito que esta questão deve ser avaliada nos estudos específicos sobre redes de apoio.

Na prática, estas redes não alteraram o isolamento a que a ALN ficou submetida. Contudo, estes estudos poderão ajudar a entender melhor o comportamento da sociedade brasileira, durante o regime inaugurado em 31 de março de 1964.

## Considerações finais

Em relação à investigação das estruturas temporais, Koselleck (2006) defende a importância de relatarmos o momento que vivemos durante a finalização da escrita da dissertação. Pois ele interfere na abordagem dos fatos históricos. Este relato é importante para que o leitor perceba em que ambiente social, político e econômico, o texto foi produzido, visto que, eles afetam no conteúdo e no ponto de vista do autor.

Finalizei a escrita desta dissertação em maio de 2020. O Brasil estava envolvido em uma grave crise social, sanitária, política e econômica. Todo o planeta estava assolado por uma pandemia gerada pela proliferação de um vírus chamado COVID-19. A pandemia causou sérios problemas de saúde, com grande número de mortos<sup>1</sup>: de dezembro de 2019 até o final de maio de 2020, já havia falecido mais de 370 mil pessoas em todo mundo decorrente desta doença.

Além desta tragédia humana, ela causou sérios problemas econômicos e sociais no mundo, já que com a inexistência de uma vacina eficaz e sem um remédio capaz de combater o vírus, a recomendação mais utilizada foi o isolamento social. Neste isolamento, a maioria das pessoas ficou impedida de sair de casa para trabalhar. Isso gerou o fechamento de comércio, fábricas, escolas e repartições públicas.

No Brasil, além da tragédia humana, e da crise econômica e social enfrentamos uma crise política, pois existiu um forte antagonismo entre as medidas de isolamento social defendida pela comunidade científica, adotada pela grande maioria de governadores e prefeitos e a posição do Presidente da República.

---

<sup>1</sup>Só no Brasil, até 31 de maio de 2020, morreram aproximadamente 30 mil pessoas.

O presidente, desde o princípio da pandemia, foi contrário ao isolamento social, inclusive participou de aglomerações e emitiu opinião contrária às recomendações de restrição de contatos entre pessoas. Vale ressaltar que esta crise atingiu também a esfera dos três poderes, já que o Legislativo e Judiciário não estavam alinhados com o Executivo.

Na realidade, o presidente do Brasil desde sua posse, no dia 1º de janeiro de 2019, construiu uma relação de beligerância com os demais poderes da República, com parcelas da sociedade civil e da imprensa. Sempre estimulando crises e apoiando movimentos favoráveis à volta da ditadura militar, fechamento do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal.

Este comportamento desagregador do Presidente da República sempre fez parte da trajetória de sua carreira política. Ele agiu assim nos dois anos que cumpriu o mandato de vereador<sup>2</sup> pela cidade do Rio de Janeiro; quando trilhou a carreira de Deputado Federal<sup>3</sup> pelo Estado do Rio de Janeiro e principalmente durante a campanha para presidência da república pelo Partido Social Liberal (PSL), em 2018.

Durante a campanha para presidência em 2018, por diversas vezes o então candidato fez apologia a torturas, saudando inclusive seus agentes, como o coronel Brilhante Ustra<sup>4</sup> e o major Curió (ver Capítulo I). Neste período, também agrediu verbalmente militantes políticos que eram contrários a sua ideologia e jornalistas que publicaram críticas a seu respeito.

O Presidente e seus apoiadores não mostram nenhum respeito com as pessoas que divergem de sua opção política. Durante a pandemia, apoiadores do presidente foram às ruas contra o isolamento social e voltaram a defender o AI-5, fechamento do Congresso Nacional e do Supremo

---

<sup>2</sup> Mandato 1989 a 1991.

<sup>3</sup> Cumpriu sete mandatos de 1991 a 2018.

<sup>4</sup> Carlos Alberto Brilhante Ustra (1932-2015) foi um coronel do Exército Brasileiro, ex-chefe do DOI-CODI do II Exército (de 1970 a 1974), um dos órgãos atuantes na repressão política, durante o período da ditadura militar e torturador condenado. Também era conhecido pelo codinome Dr. Tibiriçá.

Tribunal Federal. Nestes atos houve também agressões físicas contra opositores, o que se apresenta como um exemplo clássico de fanatismo político.

Mas as técnicas de negação do outro e a construção de uma narrativa que sustente esta divisão sempre esteve presente na história do mundo e do Brasil. Durante a ditadura militar brasileira houve severas ações contra os que se opunham ao sistema. As manchetes das matérias do *Jornal do Commercio* e do *Diário de Pernambuco*, que apresentamos nesta dissertação, são exemplos consistentes deste antagonismo, contra aqueles que divergiam do governo.

Porém, vale frisar que este antagonismo também está presente dentro das esquerdas. Podemos citar o antagonismo entre comunistas stalinistas e os trotskistas, que também gerou fanatismo político e a até assassinatos,<sup>5</sup> como o de Leonel Trotsky<sup>6</sup> no México a mando de Stalin.<sup>7</sup> As narrativas de hoje, como as do passado, sustentam estas agressões, gerando uma antítese perigosa de ideias seja do ponto de vista político, econômico, sexual e/ou religioso.

Por outro lado, antes de iniciar as pesquisas nas referências documentais sobre a atuação da ALN em Pernambuco tivemos que conhecer as obras dos pesquisadores que estudaram as organizações revolucionárias no Brasil. Estas obras possibilitaram um melhor conhecimento do debate político, anterior e contemporâneo da época de atuação da ALN.

Outro ponto fundamental foi o acesso às obras dos teóricos que pensaram as questões historiográficas. Para isso foi fundamental as aulas do

---

<sup>5</sup> Sobre a morte de Trotsky, ver o livro ficção do escritor cubano Leonardo Padura, “O homem que amava os cachorros”.

<sup>6</sup> Intelectual marxista e revolucionário bolchevique, organizador do exército vermelho, rival de Stalin na disputa pela hegemonia do partido comunista da União Soviética.

<sup>7</sup> Revolucionário comunista e político soviético governou a União Soviética de meados da década de 20 até sua morte em 1953.

professor Antônio Torres Montenegro, ministradas nas cadeiras de mestrado da UPFE.

Ao lermos a historiografia sobre a ALN, procurei ficar atento às ideias que as palavras têm e não submetê-las a um processo de naturalização. Podemos citar o conceito de “guerrilheiro”, que engessa e aprisiona o sujeito. Desta forma, não utilizei esta expressão, porque dentro da ALN existiam indivíduos com formações e atuações diferentes.

Esta dissertação não teve o objetivo de abranger todos os militantes da ALN que possam ter atuado em Pernambuco. É possível que outros grupos tenham se formado no estado. A princípio, identifiquei um segundo grupo, mas pode ter havido outros. A legenda mantinha como característica uma independência entre os grupos. Portanto, não tive a intenção de fazer esta totalização. Estudamos apenas um determinado grupo que atuou em Pernambuco entre 1968 e 1970.

Acredito que a escolha de apenas um grupo como objeto de análise ajudou no levantamento das práticas e narrativas utilizadas pelos militantes, pela imprensa pernambucana e pelo DOPS-PE, durante a trajetória de atuação desta célula da ALN. Se optássemos por um estudo que abrangesse outros grupos, talvez tivéssemos maior dificuldade de análise.

Para balizar o estudo destas práticas e narrativas abordamos alguns fatos históricos em que estes militantes foram proeminentes. Desta maneira, nos utilizamos das entrevistas orais, documentos dos arquivos públicos e periódicos. No entanto, estas referências documentais não foram utilizadas com o objetivo de restituir o acontecimento igual ao ocorrido, pois isto não seria possível. Pois o fato histórico apenas representa o acontecido (RICOEUR, 2007).

Se compararmos com os seis anos de duração da ALN, este grupo teve um tempo de atuação bem mais reduzido, ele durou cerca de um ano e meio. Podemos dividir este período em três etapas. A primeira teve início

em fins de 1968, ela se caracterizou por ações estruturadoras como: formação de redes de apoio; cooptações de militantes e entrega de panfletos em porta de fábrica. Embora, neste período, Dulce Pandolfi e Ronaldo Dutra tenham realizado algumas ações armadas no Rio de Janeiro.

A segunda etapa se inicia a partir do momento da entrada na organização, em outubro de 1969, de Perly Cipriano. Nesta fase começam os assaltos a postos de gasolina, automóveis e a vigilantes, principalmente de oficinas mecânica. São ações de pequena repercussão e ainda identificadas pela polícia como assaltos comuns, que já existiam na região metropolitana do Recife.

Na terceira etapa, que começou com a adesão do grupo de fogo do PCBR à ALN, em dezembro de 1969, as ações armadas foram mais intensas. Além da continuidade dos roubos de postos de gasolina e automóveis, os militantes realizaram um assalto a banco e outro a um hospital. O assalto ao Financial foi o primeiro assalto a banco realizado no estado de Pernambuco.

Esta última etapa, apesar de curta, pois só teve duração de três meses, gerou grande repercussão na imprensa, na população pernambucana e despertou a atenção do SNI. Neste período, o DOPS-PE intensificou suas ações repressoras no grande Recife, a ponto de rapidamente conseguir prender o grupo.

Após as prisões, as narrativas do DOPS-PE e do SNI procuraram ampliar a estrutura e a capacidade militar deste grupo da ALN. Além disso, salientaram o perigo que a população esteve submetida após a formação da organização no estado. Vimos que o grupo, além de ser totalmente desestruturado, cometeu erros primários durante as ações, que contradizem esta versão do DOPS-PE.

Muito provavelmente, estas narrativas tinham o objetivo de imputar a estes militantes penas mais severas, e aumentar os feitos dos agentes que

realizaram as capturas. Elas também faziam parte da estratégia do governo militar em utilizar as ações armadas como justificativa para prosseguir com a ditadura.

As narrativas dos dois principais periódicos de Pernambuco procuraram associar os militantes a terroristas. Ainda hoje parte da sociedade reproduz este conceito. As coberturas jornalísticas não mencionavam que eles tinham um projeto político de combate à ditadura, e não relataram as torturas que os militantes sofreram. Os periódicos até negavam a existência de torturas no Brasil.

Em todos os volumes que pesquisei o Diário de Pernambuco e o Jornal do Commercio faziam referências e defendiam a democracia. Contudo, na prática, apoiavam a ditadura militar e até cobravam atitudes mais enérgicas. Tanto que após a prisão do grupo da ALN, os periódicos publicaram matérias sugerindo que os militantes da ALN fossem inseridos na Lei de Segurança Nacional e que recebessem a pena de morte.

Vale destacar também, os tratamentos preconceituosos que ambos os periódicos mantinham com pessoas que eram acusadas de pequenas contravenções e consumo de drogas. Salientando o discurso de segregação social que eles habitualmente utilizavam em suas matérias.

A disparidade de forças entre os órgãos de repressão do governo e estes militantes era abissal. Isolados da população, sem recursos financeiros e sem estrutura logística, eles decidiram participar do projeto revolucionário da ALN. Nem mesmo as prisões e mortes no GTA da ALN-SP e o assassinato de Marighella inibiram as ações do grupo. Ao contrário, a partir deste momento, elas ganharam força.

Os militantes deste grupo da ALN, que entrevistei afirmaram que seguiram o caminho da luta armada para combater as desigualdades sociais existentes no Brasil e lutar contra a ditadura militar que se estabeleceu em 1964.

Apesar destas narrativas em comum, alguns militantes disseram que lutaram pela ditadura do proletariado e outros argumentaram que não lutaram pela implantação de uma ditadura. Hoje a utilização da defesa da democracia está presente em várias narrativas sobre os fatos históricos da época. Porém, esta preocupação não fazia parte das prioridades das esquerdas revolucionárias. Não descarto que houvesse militantes com perspectivas democráticas, porém elas teriam enorme dificuldade de se legitimar, pois não estavam entre as diretrizes da ALN.

Motivações específicas ligadas a aspirações pessoais e de afirmações perante uma coletividade também podem ter interferido na opção de luta armada. Mas estas são questões difíceis de mensurar. Analisando apenas a narrativa referente às injustiças sociais e políticas, percebemos que a opção dos militantes estava alicerçada em uma ideia comum nas esquerdas revolucionárias na década de 1960.

Desta forma, não podemos dissociar estas motivações do grupo, da “teoria do impasse” de Reis, apresentada no Capítulo II. Marighella personificou este pensamento dentro da ALN. Na disputa de poder, dentro do ambiente das organizações armadas ele teve uma posição de destaque. Os militantes deste grupo da ALN acreditavam fielmente no projeto revolucionário e nas diretrizes propostas por Marighella.

Portanto, esta opção dos militantes foi bastante influenciada por este ambiente político que reinava nas esquerdas revolucionárias. Ela levou estes jovens a realizarem ações armadas. Não podemos esquecer que este projeto revolucionário combateu um governo ditatorial, corrupto e extremamente violento. No entanto, propiciou que estes militantes realizassem ações violentas contra estabelecimentos comerciais e a indivíduos civis.

Eles nunca tinham praticado estas ações anteriormente e jamais voltariam a praticá-las. Esta questão nos faz pensar até que ponto o alinhamento sistemático a uma opção política pode interferir no



comportamento das pessoas. Ou seja, como estas narrativas políticas têm o poder de aglutinar indivíduos em torno de seu projeto político.

A partir desta opção eles se isolaram de suas famílias, do trabalho e da sociedade. Os momentos de lazer praticamente não existiram. Passaram a viver todo tempo para a organização. Viviam na clandestinidade, em casas de colaboradores e em aparelhos, quase sempre pequenos e sem estrutura para comportá-los.

Nos momentos finais, quando já estavam cercados pela repressão, até fome passaram. Como ocorreu em vários episódios da história das esquerdas revolucionárias no Brasil, estes militantes foram presos com ajuda de populares. Em seguida sofreram intensamente com torturas e foram penalizados com longos períodos de cárcere e até assassinato.

Por fim, não pretendo ao final deste trabalho encerrar as questões sobre este grupo da ALN em Pernambuco. A partir desta dissertação, espero que mais pesquisas sejam realizadas com outros olhares e procedimentos teóricos distintos. Acredito que as redes de apoio que este grupo da ALN formou em Recife mereça um estudo mais detalhado.

## Referências

- A MESA vermelha. Direção de Tuca Andrade. Rio de Janeiro: Movimento Tortura Nunca Mais; Cabra Quente Filmes; Garimpo Audiovisual, 2013. 1 DVD (50 min).
- AGUIAR, Cláudio. *Francisco Julião: uma biografia*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2014.
- ALMEIDA, Luciano. *A Esquerda em questão: do socialismo científico ao anarquismo*. Natal: Editora Coojoarnat, 1991.
- ALMEIDA, Luciano. [Entrevista cedida a] Paulo Marcelo Mello. Parnamirim, Rio Grande do Norte, 05 de maio de 2018 e 31 de julho de 2018.
- ANDERSON, Jon. *Che Guevara: uma biografia*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2012.
- ANÍSIO, Maurício. [Entrevista cedida a] Paulo Marcelo Mello. Santa Cruz, Rio Grande do Norte, 29 de abril de 2019.
- ARAÚJO, Jarbas. [Entrevista cedida a] Paulo Marcelo Mello e Felipe Diego. Recife, Pernambuco, 01 de agosto de 2013.
- ARGEMON, Rafael. O contra-ataque da direita a “Marighella”, filme de Wagner Moura. *Huffpost Brasil*. 20 fev. 2019. Disponível em: [https://www.huffpostbrasil.com/entry/marighella-ataque-direita\\_br\\_5c6d6de4e4b0e2f4d8a184bd](https://www.huffpostbrasil.com/entry/marighella-ataque-direita_br_5c6d6de4e4b0e2f4d8a184bd). Acesso em: 25 mai. 2020.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.
- \_\_\_\_\_. *O ano vermelho: a revolução russa e seus reflexos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

BARROCAL, André. *Ditadura concentrou renda, matou e era corrupta*. São Leopoldo, 31 mar. 2019. Disponível em: [www.ihu.unisinos.br/78-noticias/587972-d](http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/587972-d). Acesso em 17 abr. 2020.

BATISMO de sangue. Direção de Hércilio Ratton. Brasil: Downtown Filmes, 2007. 1 DVD (110 min).

BEZERRA, Gregório. *Memórias*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979.

BORGES, Nilson. A doutrina de segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano*. Tempo da Ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2009. Livro 4.

BRASIL, *Direito a verdade e a memória*: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos políticos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/mortos-e-desaparecidos-politicos/pdfs/livro-direito-a-memoria-e-a-verdade>.

CABRAL, Otávio. *Dirceu*: a biografia. Rio de Janeiro: Editora Record, 2013.

CALISTRATO, José. [Entrevista cedida a] Paulo Marcelo Mello. Conde, Paraíba, 05 de maio de 2018 e 22 de maio de 2018.

CASTRO, Josué. *Geografia da fome*. Rio de Janeiro: Editora Antares, 1983.

CASTRO, Thiago Bicudo. O Poder Jovem de Arthur José Poener: tipos e mitos na construção da estudantil. In: *Ponto e Vírgula*, n. 17, São Paulo, jan.-jun. 2015.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do Cotidiano*. 1. Artes de fazer. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

\_\_\_\_\_. A operação historiográfica. In: *A Escrita da História*. Tradução Maria de Lourdes Menezes, 2º ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. p 56-108.

CIDADÃO Boilesen. Direção de Chaim Litewski. Rio de Janeiro: Palmares Produções e Jornalismo Ltda; Imovision, 2009. 1 DVD (92 min).

CIPRIANO, Perly. *Pequenas histórias na cadeia*. Vitória: [s. e.], 2002.

CIPRIANO, Perly. [Entrevista cedida a] Paulo Marcelo Mello. Vitória, Espírito Santo, 31 de maio de 2018 e 15 de setembro de 2018.

COELHO, Fernando. *Direita, volver: O golpe de 1964 em Pernambuco*. Recife: Bagaço, 2004.

COMISSÃO ESTADUAL da Memória e Verdade Dom Hélder Câmara. Recife. Governo do Estado de Pernambuco, Secretaria da Casa Civil. Volume I e II.

CORRÊA, Carlos Studart. *Em algum lugar das selvas amazônicas: as memórias dos guerrilheiros do Araguaia (1966-1974)*. 2013. Tese (Doutorado em História), Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

COSTA, José Caldas da. Entre cabras e ratos. *História Viva*, ed. 46, ago. 2007. Disponível em: [https://web.archive.org/web/20150605075936/http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/entre\\_cabras\\_e\\_ratos\\_imprimir.html](https://web.archive.org/web/20150605075936/http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/entre_cabras_e_ratos_imprimir.html). Acesso em 21 de mar. 2020.

DA-RIN, Sílvio. *Hércules 56: o sequestro do embaixador americano em 1969*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O Governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia. In: *Tempo*, v. 14, n. 28, p. 123-143. Niterói, 2010.

FARIAS, Airton. *Além das armas: Guerrilheiros de esquerda no Ceará durante a ditadura militar 1968-1972*. Fortaleza: Edições Livro Técnico, 2007.

FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2014.

FERNANDES, Telma. *O ano que ficou: 1968 memórias afetivas*. João Pessoa: Mídia gráfica, 2017.

FERREIRA, Jorge. *Goulart: uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

\_\_\_\_\_; GOMES, Ângela de Castro. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FICO, Carlos. *O Grande Irmão: Da operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

\_\_\_\_\_. *O Brasil no Contexto da Guerra Fria: democracia, subdesenvolvimento e ideologia do planejamento (1946-1964)*. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta. A experiência brasileira: a grande transação*. v. 2. São Paulo: SENAC, 2000. p.163-182.

FIGUEREDO, Lucas. *Lugar nenhum: Militares e civis na ocultação dos documentos da ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

FONSECA, Homero. *1968 – A baixo as ditaduras*. Recife: CEPE, 2018.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_. *Segurança, território, população: curso no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FUENTES, Leonardo Padura. *O homem que amava os cachorros*. Rio de Janeiro: Boitempo, 2015.

GABEIRA, Fernando. *O que é isso, companheiro?* São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

\_\_\_\_\_. Sinais, Raízes de um paradigma indiciário. In: GUINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 143-179.

GODOY, Marcelo. *A casa da vovó: uma biografia do DOI-CODI (1969-1991)*. São Paulo, 2014.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 6ª edição. São Paulo: Editora Ática, 1999.

GOUVEIA, Oserias. *Os (des)caminhos da utopia: glória e derrocada do comunismo na memória política de militantes dos anos sessenta*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2003.

GUIMARÃES NETO, Regina B. *Historiografia, Diversidade e História Oral: questões metodológicas*. In: LAVERDI, Robson [et al.] (orgs). *História, desigualdades e diferenças*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012, p. 15-37.

HÉRCULES 56. Direção de Sílvio Da-Rin. Rio de Janeiro: A e A Produções Artísticas Ltda; Diálogo Comunicação; Riofilme, 2007. 1 DVD (97 min).

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2006.

\_\_\_\_\_. *Extratos do Tempo: Estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2014.

LEAL, Murilo. *À esquerda da esquerda: trotskistas, comunistas e populistas no Brasil Contemporâneo (1952-1966)*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

LEME, Caroline Gomes. *Ditadura em imagem e som*. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

LEVI, Giovanni. Sobre a Micro-história. In: BURKE, Peter (Org.). *A Escrita Da História: Novas Perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992. p. 133-162.

- \_\_\_\_\_. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LIBARDI, Ana Paula de Souza. *A guerrilha amordaçada: A ALN na imprensa (1969 a 1974)*. 2007. Dissertação (Mestrado em História), Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.
- LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 111-153.
- MAGALHÃES, Mário. *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2012.
- MAKLOUF, Luis. *Mulheres que foram à luta armada*. São Paulo: Editora Globo, 1988.
- MANSQUE, William. Vilão ou herói? Há 50 anos morria Carlos Marighella, um dos personagens mais controversos da história recente do Brasil. *Gauchazh*. Porto Alegre, 01 nov. 2019. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/comportamento/noticia/2019/11/vilao-ou-heroi-ha-50-anos-morria-carlos-marighella-um-dos-personagens-mais-controversos-da-historia-recente-do-brasil-ck2g6qtjroby201r2apll2lh8.html>. Acesso em 18 mai. 2020.
- MARIGHELLA. Direção de Isa Grinspum Ferraz. São Paulo: Tc Filmes; Texto e ImagemS/C Ltda; Downtown Filmes, 2012. 1 DVD (100 min).
- MARIGHELLA, Carlos. *Manual do Guerrilheiro urbano*. [São Paulo]: [s. n.], 1969. Disponível em: <http://www.documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2015/08/carlos-marighella-manual-do-guerrilheiro-urbano.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2018.
- MELITO, Leandro. Há 45 anos, organização de Marighella tomava transmissores de rádio. *Portal EBC*. 2014. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/cidadania/2014/08/ha-45-anos-organizacao-de-marighella-tomava-transmissores-de-radio-em-sp-para>. Acesso em 28 mar. 2020.

MELO, Marcelo Mario. *Dicionário poético militante*. Recife: MMM Produtos Culturais, 2018.

MIR, Luís. *A Revolução Impossível*. São Paulo: Editora Best Seller, 1994.

MIRANDA, Amanda. Dos 377 acusados de crimes na ditadura, 15 são de Pernambuco. *Blog de Jamildo*. Recife, 10 dez. 2014. Disponível em: <https://blogs.ne10.uol.com.br/jamildo/2014/12/10/dos-377-acusados-de-crimes-na-ditadura-15-sao-de-pernambuco/>. Acesso em 06 set. 2019.

MONTENEGRO, Antônio Torres. As Ligas Camponesas às vésperas do Golpe de 1964. In: *Projeto História*, v. 29, n. 2, São Paulo, p. 391-416, jul.-dez. 2004.

\_\_\_\_\_. *Travessias: Padres europeus no nordeste do Brasil (1950-1990)*. Recife: CEPE, 2019.

\_\_\_\_\_; RODEGHERO, Carla; ARAÚJO, Maria Paula. *Marcas da memória: história oral da anistia no Brasil*. Recife: Editora da UFPE, 2012.

\_\_\_\_\_. Travessias e desafios. In: LAVERDI, Robson [et al.] (orgs). *História, desigualdades e diferenças*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

MORAES, Denis de. *A esquerda e o golpe de 64*. 2º edição, São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011.

MORAIS, Taís. *Sem vestígios: revelações de um agente secreto da ditadura militar brasileira*. São Paulo: Editora Geração Editorial, 2009.

\_\_\_\_\_; SILVA, Eumano. *Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha*. 2ª edição. São Paulo: Editora Geração Editorial, 2005.

MORETTIN, Eduardo; NAPOLITANO Marcos; KORNIS Mônica. *História e documentário*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.



MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Jango e o golpe de 1964 na caricatura*. Rio de Janeiro: Jorge Editor, 2006.

\_\_\_\_\_. História, memória e as disputas pela representação do passado. In: *Revista Patrimônio e Memória*, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 56-70, jan.-jun. 2013.

NEHER, Clarissa; COELHO, Helena Wöhl. “Marighella” estreia na Berlinale com protestos. *DW Brasil*. 15 fev. 2019. Disponível em: <https://p.dw.com/p/3DUYG>. Acesso em 20 mai. 2020.

NOVA, Cristiane; NÓVOA, Jorge. Genealogias, transversalidades e rupturas de Carlos Marighella. In: NOVA, Cristiane; NÓVOA, Jorge (orgs). *Carlos Marighella: o homem por trás do mito*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

O BOM burguês. Direção de Osvaldo Caldeira. Rio de Janeiro: Encontro Produções Cinematográficas Ltda.; Embrafilme – Empresa Brasileira de Filmes S.A, 1983 (130 min).

O QUE é isso, companheiro? Direção de Bruno Barreto. Rio de Janeiro: Produções Cinematográficas L.C. Barreto Ltda.; Filmes do Equador Ltda.; L. C. Barreto Ltda; Filmes do Equador Ltda, 1997. 1 DVD (110 min).

PAGE, Joseph. *A Revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil (1955-1964)*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1972.

PAIVA, Marcelo Rubens. *Não és tu, Brasil*. São Paulo: Editora Mandarim, 1996.

PANDOLFI, Dulce Chaves. *Camaradas e Companheiros: História e memória do PCB*. Rio de Janeiro: Editora Relume Dumará, 1995.

PANDOLFI, Dulce Chaves. [Entrevista cedida a] Paulo Marcelo Mello. Rio de Janeiro, RJ, 8 de dezembro de 2014 e 4 de junho de 2018.

PAZ, Carlos Eugênio. *Viagem à luta armada*. Rio de Janeiro: Editora Bestbolso, 2008.

PAZ, Carlos Eugênio da. [Entrevista cedida a] Núcleo Piratininga de Comunicação. Rio de Janeiro, RJ, 19 de agosto de 2013.

PAZ, Carlos Eugênio da. [Entrevista concedida a] Rádio NF. São Paulo, SP, 04 de fevereiro de 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=r-MgZKkSICI>. Acesso em: 16 jul. 2016.

PEIXE, Roberto. [Entrevista cedida a] Paulo Marcelo Mello. Olinda, Pernambuco, 16 de junho de 2016.

POENER, Arthur José. *O Poder Jovem: a história da participação política dos estudantes brasileiros*. São Paulo: Editora Civilização Brasileira, 1979.

POMAR, Pedro Estevam. *Massacre da Lapa: Como o exército liquidou o Comitê Central do PCB*, São Paulo, 1976. São Paulo: Editora Busca Vida, 1987.

PONTES, Paulo. *Memórias na resistência da ditadura e depois*. Recife: MMM Produtos Culturais, 2018.

PORFÍRIO, Pablo. *Medo, Comunismo e Revolução*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2009.

\_\_\_\_\_. *Francisco Julião: Em luta com seu Mito. Golpe de Estado, Exílio e Redemocratização do Brasil*. Jundiaí: Editora Paco Editorial, 2016.

REIS, Daniel Aarão. *Imagens da Revolução*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1985.

\_\_\_\_\_. *A Revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

\_\_\_\_\_. *Versões e ficções: o sequestro da história*. São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo, 1997.

\_\_\_\_\_. *Ditadura Militar, Esquerdas e Sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

\_\_\_\_\_; FERREIRA, Jorge. *As esquerdas no Brasil*. 3º volume. Revolução e Democracia. 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

\_\_\_\_\_. *Luís Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2014.

\_\_\_\_\_. *Crônicas contemporâneas*. Salvador: Sagga, 2019.

\_\_\_\_\_. *O nascimento do PSB*. Destinatário: Paulo Marcelo Medeiros de Albuquerque e Mello. [S. l.]. 10 mar. 2020. 1 mensagem eletrônica.

REIS, Daniel Aarão. [Entrevista cedida a] Paulo Marcelo Mello. Recife, Pernambuco, 14 de junho de 2019.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escala: A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 7-38.

RIBEIRO, José Emilsson. [Entrevista cedida a] Paulo Marcelo Mello. João Pessoa, Paraíba, 22 de maio de 2018.

RIBEIRO, Maria Claudia Badan. *Experiência de luta na emancipação feminina: Mulheres da ALN*. 2011. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

\_\_\_\_\_. Prefácio. In: NOVA, Cristiane; NÓVOA, Jorge (orgs). *Carlos Marighella: o homem por trás do mito*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

RODEGHERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e igreja católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. Passo Fundo: Editora Universidade de Passo Fundo, 2003.

ROIO, José Luiz. *Zarattini: A paixão revolucionária*. São Paulo: Ícone, 2006.

ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano. Tempo da Ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2009. Livro 4.

ROZOWYKWIAT, Joana. *Subversivos: 50 anos após o golpe*. Recife: CEPE, 2014.

SÁ, Karolina Kneip de. *Ação Popular do Brasil: da JUC ao racha de 1968*. 2015. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2015.

SALES, Jean Rodrigues. A Ação Libertadora Nacional, a Revolução Cubana e a luta armada no Brasil. In: *Revista Tempo*, v. 14, n. 27, p. 199-217, dez. 2008.

SARTRE, Jean Paul. *O existencialismo é um humanismo; A imaginação; Questão de método*. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

SELIPRANDY, Fernando. *A luta armada no cinema: ficção documentário, memória*. São Paulo: Editora Intermeios, 2015.

SETENTA. Direção de Emília Silveira. Brasil: Cavi Borges, Emília Silveira, Sandra Moreyra, Jom Tob Azulay, 2014 (96 min).

SILVA, Amaro Leite. *Serra dos perigosos: guerrilha e índio no sertão de Alagoas*. Maceió: Editora EDUFAL, 2007.

SIRKIS, Alfredo. *Os Carbonários*. Rio de Janeiro: Editora Best Bolso, 1983.

SIZILO, Ricardo. *Vai, Carlos, ser Marighella na vida: outro olhar sobre os caminhos de Carlos Marighella na Bahia*. Salvador: EDUFBA, 2019.

TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento: os segredos dos porões da ditadura*. São Paulo: Editora LPM, 2003.

TICIANELLI, Edberto. Rholine Sonde, o último preso político da ditadura militar. *História de Alagoas*. Maceió, 16 set. 2016. Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/rholine-sonde-o-ultimo-presos-politico-da-ditadura-militar.html>. Acesso em 05 mai. 2020.

VALENTE, Rubens. *Os fuzis e as flechas: a história de sangue e resistência indígenas na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

VENCESLAU, Paulo de Tarso. [Entrevista cedida a] Paulo Marcelo Mello. São Paulo, SP, 03 de agosto de 2019.

VENTURA, Zuenir. *1968: o que fizemos de nós*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2008.

VILAÇA, Teresa. [Entrevista cedida a] Paulo Marcelo Mello. Salvador, Bahia, 11 de dezembro de 2017; Olinda, Pernambuco, 26 de outubro de 2018.

VOU contar para meus filhos. Direção de Tuca Siqueira. Rio de Janeiro: Movimento Tortura Nunca Mais; Hamilton Filho, 2011 (24 min).

## Apêndice A

### Trecho da entrevista com Luciano Almeida

**Prisões da ALN. Trecho de entrevista com Luciano Almeida, realizada pelo pesquisador Paulo Marcelo Mello, em Parnamirim, Rio Grande do Norte, 31 de julho de 2018.**

Ronaldo Dutra e Perly Cipriano em 28 de março de 1970 na cidade de Olinda, mais precisamente no bar no bairro do Varadouro, após a prisão e intensas torturas, os dois militantes revelaram o endereço do aparelho da ALN em Nova Descoberta;

Samuel Firmino em 30 de março de 1970 no aparelho da ALN em Recife, Nova Descoberta, rua Alto do Buriti, 50, após a prisão e sob intensas torturas, o militante revelou o aparelho da ALN em Casa Amarela. Eu também utilizava este aparelho de Nova Descoberta como moradia.

Rholine Sonde e Maurício Anísio em 31 de março de 1970, no aparelho da ALN, em Recife, Casa Amarela, rua da Carolina, 180, por volta das 5:00 da manhã. Durante esta ação, Maurício Anísio fugiu para a rua, encontrou um muro, quando estava tentando subir, o torturador da polícia civil, Fausto Venâncio Farias, atirou na perna do militante. E quando ele foi caindo, Farias atirou no coração de Anísio, por trás. Ele ficou gravemente ferido, quase morto. Depois o levaram para o hospital. Um policial, também foi ferido gravemente (ficou paraplégico) na ação por Rholine Sonde. Após a prisão e intensa tortura, Rholine Sonde, revelou um encontro comigo em um cinema no bairro de Beberibe e o aparelho da ALN em Boa Viagem, pois ele também morava neste aparelho.

Fui preso em 31 de março de 1970 no cinema Recife, no Recife, bairro da Encruzilhada, na avenida Beberibe, tinha um encontro as 9:00 com Rholine Sonde, os policiais de porte da informação, me esperaram no cinema e me prenderam. Após torturas eu revelei o endereço, do aparelho da ALN do Cajueiro.

Roberto Peixe, em 31 de março de 1970 no aparelho da ALN, em Recife no bairro de Cajueiro, rua Couto Soares, 34 em Recife, às 10 horas da noite. Este aparelho era a residência de Roberto Peixe e nela existia um mimeógrafo, utilizado para rodar panfletos da ALN. A residência, era minha moradia.

Grivaldo Tenório, Zoé Lucas Brito Filho, Edvaldo (Padre) e José Pedro no dia 31/03/1970.

Teresa Vilaça, em 31 de março de 1970 na residência dos pais no bairro do Hipódromo no Recife.

## **Anexo A**

### **Depoimento de Ronaldo Dutra Machado**

**1- Assunto:** Desarticulação de aparelho de PCBR e ALN.

**Fonte:** Arquivo SNI.

**Localização:** Arquivo Nacional no Rio de Janeiro-RJ.

**Referência:** Informação N° 106/ARE/SNI de 10/04/70.

**Difusão:** AC/SNI-GAB ARO=3.

Data 08/05/1970

Ronaldo Dutra Machado:

Declarou ainda que expropriaram um carro, Volks cor areia, no bairro do Peixoto e que este foi posteriormente deixado em Ipanema. Participaram da ação Ronaldo Dutra, Jorge Raimundo Júnior, Dulce Chaves Pandolfi (Verônica), e não como foi relatado anteriormente.

No assalto da agência Novesi ou Novocar, participaram Domingos Fernandes (Jorge), Carlos Eduardo Coelho da Paz (Clemente), Dulce Chaves Pandolfi (Verônica), ele e o companheiro Carneiro que o nome real desconhece. Estas ações ocorreram em julho de 1969, na Guanabara. Em agosto do ano passado, veio a residir no Recife, procurando entrar em ligação com Dulce Chaves Pandolfi, solicitando a sua ajuda, no que foi atendido. Conheceu a mesma quando estava no Rio de Janeiro, em férias escolares, tornando-se sua namorada e aliada, nas ações da ALN. No Recife tratou de ligá-la ao companheiro Francisco Vicente Ferreira (Dino), agora com o codinome de Ana, trocado pelo de Verônica adquirido no Rio de Janeiro. Fonte SSP/PE.

## **Anexo B**

### **Desarticulação de aparelho do PCBR e ALN**

**2- Assunto: Desarticulação de aparelho do PCBR e ALN.**

**Fonte: Arquivo SNI.**

**Localização: Arquivo Nacional no Rio de Janeiro-RJ.**

**Referência: Contra-informação N° 222/ ARE/SNI-SS/16/94.**

Data: Maio/70

#### **2.1-Resumo das investigações**

As investigações já permitiram identificar a participação de alguns dos detidos em várias atividades terroristas, como: assalto à Cia Souza Cruz, em Olinda; assalto ao Banco Financeiro em Jaboatão; assalto a um posto de gasolina no Recife; assalto à Farmácia Jayme da Fonte no Recife; participação no comício da Macaxeira em homenagem a Che Guevara no dia 8/10/69, lançamento de bomba contra o palanque instalado pelo 4º Exército, na madrugada do dia 7 de setembro de 1969.

#### **2.2-Participações nos grupos:**

Ficou positivada a participação dos elementos a baixo relacionados, pertencentes ao PCBR e ALN, em assaltos e atos de terrorismo, inclusive com assassinatos ocorridos nesta área.

Dia 23/02/1970: Rholine Sonde, Samuel Firmino, Luciano Almeida e Perly Cipriano de arma em punho e máscaras. Assaltaram a Farmácia e Pronto Socorro Jayme da Fonte, localizada na rua das pernambucanas, 167- Graças-Recife, roubando a quantia de 1.513,54 cruzeiros novos, todos pertencentes à ALN.

Dia 19/12/1969: Rholine, Maria Teresa Vilaça, Perly Cipriano, Maurício Anízio, Luciano Almeida e Ronaldo Dutra Machado, armados de metralhadoras e revólveres, assaltaram a agência do Banco Financeiro S/A, localizado na rua Manoel Conrado, Cavaleiro/ Jaboatão/PE, roubando a quantia de 8.031,20 cruzeiros novos. Não houve vítimas.

Dia 31/10/69: Rholine, Alberto Vinicius Melo do Nascimento, "Xainha", João Baltar e Carlos Alberto, assassinaram a bala o gerente do depósito da Souza Cruz em Olinda-PE, Nilson José de Azevedo roubando-lhe a importância de 52.062,08 cruzeiros pertencente a firma.



Dia 5/05/69: João Baltar, Luciano de Almeida e Grivaldo Tenório, portando armas de fogo, tomaram dos funcionários do banco Lavoura de Minas Gerais, agência de João Pessoas, uma pasta contendo a importância de 56.000 cruzeiros novos recebida do depósito da Souza Cruz, situado na praça São Pedro Gonçalves, 17, que seria transportada para referida agência. A ação foi rápida e não houve vítimas.

### **2.3-Prisões:**

A) Maria Teresa de Lemos Vilaça “Adriana” - Filha de Sebastião Cordeiro Vilaça e Maria Estelita de Lemos Vilaça, nascida em 15/10/45, natural de Gravatá, professora, residente na rua Nogueira Lima, 113- Recife.

B) Luciano Almeida “Lucas ou Aníbal” - Filho de Lauro Almeida e Antônia Nunes de Almeida, nascido em 30/06/48 – Natal-RN, estudante secundário. Solteiro, residente a rua Couto Soares, 36, apartamento N°3 Recife.

C) Grivaldo Tenório “Gilberto” - Filho de Antenor Tenório JR e Quitéria Oliveira Tenório. Nascido em 18/05/35, natural de Catende-PE, soldador. Solteiro, residência avenida Camarão, 27- Recife.

D) Samuel Firmino de Oliveira “Gouveia”. Filho de Severo Firmino de Oliveira e Severina Maria da Conceição, nascido em 3/11/38 – Paudalho-PE, instrução secundária, residente Alto do Burity, 50 – Recife.

E) Maurício Anísio de Araújo, “Aru”, filho de Manoel Anísio de Araújo “Aroeira”, “Aru”, e Maria Alves de Araújo nascido em 19/11/1947, natural de Santa Cruz- RN, estudante secundarista, solteiro, residente rua Brasília, 662- Alecrim, Natal.

F) Rholine Sandi Cavalcante Silva, “Sérgio”, Cláudio”, filho de Antônio Augusto da Silva e Maria Cavalcante da Silva, nascido em 4/1/45, Maceió- AL, estudante secundário, residente Nova Descoberta, Recife-PE.

G) Perly Cipriano, “Pedro” Ramos”. Filho de Álvaro Soares Ribeiro e Orondina Maria Ribeiro, nascido em 18/08/43 ou 23/09/43, natural de Aimoré-MG, estudante de odontologia 4º ano, residente na avenida de Souza Leão, 1071- Recife-PE. Esteve na Rússia fazendo cursos, durante um ano e meio.

H) João Maurício de Andrade Baltar “Silva”. Filho de Antônio Bezerra Baltar e Isaura de Andrade Lima Baltar, 30 anos em 69, natural de Pernambuco, engenheiro.

I) João Roberto Costa Nascimento “Peixe”, filho de José Rodrigues Nascimento e Filomena Rodrigues Nascimento, nascido em 8/2/49 – Garanhuns-PE, estudante universitário 3º ano de arquitetura, residente na rua Couto Soares, 36 – ap 3, Cajueiro, Recife-PE.

J) Ronaldo Dutra Machado ou João Pereira da Costa” Júlio” “Ricardo”. Filho Alfredo Botelho Machado e Maria Dutra Machado. Nascido em 23/08/48. Natural do Rio/GB, estudante universitário, solteiro, residência, ladeira do Burity, 50, Recife ou rua Francisco Sá, 99, ap, 403, Copacabana/RJ.

#### **2.4-Aparelhos:**

No dia 31/03/1970 foram desarticulados pela SSP/PE, quatro aparelhos do PCBR e ALN.

Localização- Rua Barão de Souza Leão, 1071. AP 4-B. Viagem.

Alto do Burity, 50- Nova Descoberta- Recife.

Rua da Pimenteira, 56- C. Amarela- Recife.

Rua Couto Soares, 34- Cajueiro- Recife.

**Apreensões-** Em Boa Viagem foram apreendidos panfletos, impressos inclusive instruções para manipulação de explosivos e alguns ácidos e sais e recipientes para explosivos (fabricação de bombas).

Em Nova Descoberta foram apreendidos três revólveres calibre 38, cerca de uma centena de cartucho do mesmo calibre, 80 de calibre 44 e uns 70 de calibre 12 (caça) e cinco carregadores com cartuchos para fuzis, várias dúzias de detonadores para dinamites, alumínio em pó e outros sais, além de livros e pafletos.

Em Cajueiro foram apreendidos um revólver calibre 22, placas frias para veículos, mimeógrafo, panfletos e outros materiais.

#### **2.5-Valor operacional da organização:**

A vista do farto material, apreendido nos aparelhos desarticulados e ainda considerando que entre os elementos presos, existem aqueles que são possuidores de cursos na Rússia, China, Cuba, etc, pode-se avaliar o valor operacional destes grupos. Capazes de efetivamente cumprirem com suas tarefas, quais sejam, práticas atos de terrorismo, assaltos, expropriações, assassinatos, sabotagem, etc. Uma vez que funcionam dentro do esquema da organização do partido já mencionado.

## **Anexo C**

### **Prontuário de Perly Cipriano**

#### **3 - Assunto: Prontuário de Perly Cipriano**

**Fonte:** Arquivos do DOPS.

**Localização:** Arquivo Público Jordão Emerenciano.

**Referência:** Nº 19.007-Fundo SSP.

#### **3.1- Resumo de 28/3/70 a 11/03/73.**

Em 28/03/1970, preso por atividades subversivas na praça do varadouro em Olinda. 02/04/1970 foi identificado, com ofício n/ 49, sob o n. 37.270, por exercer atividades subversivas.

22/04/1970, Pelo ofício nº 179, do diretor de departamento de investigação ao diretor de Departamento de ordem Social foi combinado que em data, de quinze do corrente, através do ofício, nº 172/70, daquele departamento, foi inquérito policial instalado contra o epigrafado e outros encaminhados a Exmo. Sr.Dr Auditor da 7º Região Militar, por infração nos artigos 27 e 28 do decreto 898 de 29 de setembro de 1969, com pedido de decretação das custódias preventivas daqueles indiciados acusados de assalto à agência do Banco Financial em Cavaleiro, Jaboatão, neste Estado, de onde expropriaram a quantia de 8.013,20, cruzeiros novos fato ocorrido em 19 de dezembro do ano próximo passado.

Dia 23/04/1970, foi decretada a prisão preventiva do epigrafado pelo conselho de justiça do Exército, por unanimidade de votos, de conformidade com o disposto no artigo 60, da vigente lei de segurança nacional, combinado com o artigo 254, letras A, B e C do código penal militar.

Dia 28/04/1970, foi remetido com o ofício, nº 64, ao Exmo Sr, Dr Auditor da 7º região militar, um inquérito policial instaurado nesta delegacia contra o epigrafado e outros. Por terem incidirem nas penas do decreto lei 898, de 29/09/1969 (Lei de Segurança Nacional). Com o desbaratamento dos quatro aparelhos, foram presos vários elementos, entre eles Samuel Firmino de Oliveira, vulgo “Gouveia”, Perly Cipriano, vulgo Pedro e José Pedro, vulgo “Moraes”, que tendo prestado depoimento, confessaram a autoria, dos assaltos da rua Evaristo da Veiga e da “Omesa”, conforme se verifica dos depoimentos das fls, 6,8,9 e

14. Quando do depoimento da vítima, Manoel Nunes da Silva, o mesmo conta detalhes como ocorreu o assalto e reconhece como de sua propriedade, o revólver Taurus, calibre 32, nº 163.822, que lhe fora roubado, quando do assalto, praticado pelos 3 subversivos e é ainda a própria vítima, que reconheceu, os três assaltantes, como sendo Samuel Firmino de Oliveira, Perly Cipriano e José Pedro da Silva. Quando estes lhes foram apresentados entre outras pessoas. Constando ainda outras testemunhas, que também confirmam a responsabilidades dos acusados nos aludidos assaltos.

29/04/1970- O departamento de investigações remeteu com ofício n. 201, Exmo. Sr. Dr da 7º Região Militar, o inquérito policial instaurado, para apurar o assalto e roubo a Farmácia e pronto socorro Jayme da Fonte, tendo como indiciados os indivíduos Rholine Sond Cavalcamti Silva, vulgo “Sérgio” ou “Cláudio”, Perly Cipriano vulgo “Pedro”, Luciano Almeida vulgo “Lucas” e Samuel Firmino de Oliveira vulgo “Gouveia”. Incursos nas penas do artigo 28 do decreto, 898, de 29/09/1969- Lei de Segurança Nacional e artigos 25 e 51 do código penal, conforme ofício n. 204 de 30/04/70 do aludido departamento.

14/05/1970- O conselho de justiça do Exército decretou a prisão preventiva do epigrafado e outros, no processo de 39/70, denunciando como infratores, do artigo 28, decreto lei 898, 29/09/1969, conforme ofício 453, de 14/05/1970, da mesma auditoria.

06/05/1970- Foi remetido com o ofício de n.70 ao Sr dr Auditor da 7º Região Militar, o inquérito policial instaurado nesta delegacia, contra o epigrafado e outros acusados de haverem assaltado o posto de gasolina Shell, localizado na avenida Rosa e Silva com rua desembargador Martins Pereira, nos Aflitos nesta cidade, fato este ocorrido na madrugada do dia 20 de dezembro do ano findo.

!9/06/1970- Foi remetido com o ofício n/ 107, ao Sr Dr Auditor da 7º região Militar, o inquérito policial instaurado, nesta delegacia contra o epigrafado e outros, pelos mesmos terem infringido o disposto do artigo 28 do decreto lei 898, de 29 de setembro de 1969. Participou do assalto ao posto de gasolina Texaco.

26/08/1970- Foi remetido no ofício n. 144, ao Exmo, Sr, Dr Auditor da 7º Região militar, o inquérito policial militar instaurado, nesta delegacia, contra o epigrafado e outros. Pelos mesmos terem violado a Lei de Segurança Nacional. Do Relatório do inquérito em referência, consta, além de outras coisas, o seguinte: O presente inquérito trata da organização política, envolvendo todos os elementos ligados a ALN. Ação Libertadora Nacional, que tenham participado de assaltos, terrorismo ou qualquer outro ato atentatório ao regime ou leis vigentes no País, e que tenham sido presos no desbaratamento dos referidos aparelhos, ou em consequência deste desbaratamento.

Em 09/07/1970- O conselho do exército condenou o epígrafado à pena de 26 anos de reclusão, conforme nota publicada no Diário da Noite, de 10/07/1970, arquivada no prontuário n. 1832.d.

Em 11/03/1973- Transferido da casa de detenção do Recife para o presídio de Itamaracá- vide relação no prontuário n. 1865 - D.

**3.2- Registro de depoimento de Perly Cipriano, realizado no dia 31 de março de 1970. Na Delegacia de Segurança Social estava presente o delegado José Oliveira Silvestre.**

Sendo perguntado das acusações que lhe foram imputadas, disse: que no ano de 1969, ele interrogado, discordando do PCBR, pediu contato com outros ex- integrantes do mesmo PCBR, no que foi atendido, que assim sendo ligou-se ao companheiro Samuel Firmino de Oliveira “Gouveia”, que juntamente com José Pedro da Silva “ Moraes”, passaram a formar uma facção da ALN. Que este contato foi fornecido por João Andrade de Maurício Baltar, “Silva” que lhe indicou uma aliada conhecida por “Ana”, que a referida facção tinha a finalidade de seguir a orientação de Carlos Marighella, como expropriações, assaltos. As quais serviriam como preparo para os próprios componentes da referida facção. Que em certo encontro entre ele interrogado e os companheiros acima referido ficou acertado umas expropriações de armas, se não lhe falha a memória, para o dia doze de novembro do ano próximo vindo. Que nesse dia o depoente foi apanhado pelo companheiro conhecido por “Gordo”, em um automóvel da marca Aero Willys, de cor verde escura, o qual também fazia parte da facção, rumando em seguida para a avenida Norte. Neste local recebeu os companheiros: Samuel Firmino de Oliveira ‘Gouveia’ e José Pedro da Silva “Moraes”. Que dali rumaram todos para uma certa rua em Casa Amarela, tendo o aludido Gordo, permanecido no carro e ele e seus dois outros companheiros seguiram para a rua. E depois de alguma conversa conseguiram desarmar o vigia daquela rua, tendo para isso apresentado armas de encontro ao mesmo. Feita a expropriação foram ao encontro do Gordo, que se encontrava no automóvel parado a uma certa distância. Rumando em seguida para a Iputinga, via avenida Norte e Volta do Mundo. Ao chegarem com o cruzamento da BR com a avenida Caxangá em Iputinga, Gordo parou o veículo, ficando a certa distância, enquanto ele, Samuel Firmino “ Gouveia” e José Pedro ‘Moraes” se dirigiram para frente da oficina mecânica Santo Antônio (Omesa), situada na avenida Caxangá, onde em frente ao portão desarmaram o vigia que portava um revólver, niquelado e com falha no cabo. Que fez isso com atitude ostensiva com exibição de armas. Retomaram o veículo que os aguardava, retornando a Casa Amarela, pelo mesmo local, nas proximidades de Vasco da Gama, em frente a uma maternidade ali existente. Ele e Gouveia soltaram do mesmo veículo. Moraes prosseguiu com o veículo com o Gordo. As duas armas ficaram em poder de “Gouveia” que

alguns dias depois ficaram nas mãos dele, interrogado. Tendo posteriormente devolvido a Gouvêia a arma de 32, arma esta apreendida do vigia de Casa Amarela. O depoente disse ter conhecimento que Gouveia entregou a arma a Gates, Edson Ezequiel de Souza, outro membro do grupo. Que a finalidade destas apropriações era armar o grupo para maiores ações. Com a finalidade de testar o grupo, para assim poder partir para ações de maior porte. Como sendo assaltos a estabelecimentos comerciais, a bancos e estabelecimentos industriais. Que estas ações se caracterizavam como início da guerrilha urbana, partindo-se posteriormente para a guerrilha rural, com a tomada do poder pela revolução armada, com a finalidade de implantar o governo popular revolucionário.

### **3.3 - Registro de depoimento de Perly Cipriano, realizado no dia 9 de abril de 1970, ao Departamento de investigações da SSP, estando presente o delegado titular José Bartolomeu Lemos Gibson.**

O interrogado cursou a faculdade federal do Espírito Santo de 1964 a 1967, que na Faculdade fez contato com José Duarte e Javílson organizando uma base do PCB. Que aqueles seus companheiros, antes de 1967, abandonaram a referida base. E os contatos do interrogado com o PCB (Direção), eram feitos através de José Francisco, antigo militante do PCB. Antes, de concluir seu curso, correspondeu-se com a Universidade Patrice Lumumba, solicitando uma bolsa de estudo, pois pretendia estudar engenharia ou direito. Em outubro de 67, recebeu uma bolsa de estudos da Universidade de Moscou. O radiograma, que informou a bolsa, indicou que a passagem estaria disponível na Ar France, na Guanabara. Os documentos, ele conseguiu em Vitória. Viajou então até Paris, onde recebeu outra passagem para Moscou. Chegando em Moscou, recebeu a ordem de ir para Kiev, capital da Ucrânia, frequentar um curso preparatório. Ele frequentou o curso por um ano e oito meses. Durante um ano frequentou, nesta universidade, um curso de direito internacional. Por motivo de falecimento de sua genitora, resolveu retornar ao Brasil. Retornou, via Dakar. Utilizando a segunda etapa do voo, (Dakar-Guanabara), uma companhia aérea alemã. Que quando voltou ao Brasil, passou a residir na propriedade do seu pai adotivo em Barra do São Francisco, no Espírito Santo. Porém sem possibilidades de prosseguir os estudos, como havia respondido um IPM em Vitória e ainda por sua ida a Rússia, resolveu se localizar na Guanabara. Foi a Guanabara procurar um contato com o PCB. Pois antes de sua ida a Rússia, começou a divergir da orientação do PCB. Quando ele viajou a URSS, já existia a corrente, cujas ideias ele adotava. Pois entendia o partidão extremamente burocratizado, em decomposição e mais, sem levar o povo a luta armada. Que ele tinha a informação de haver se organizado o PCB, sob a direção de Mário Alves, Jacob Gorender e outros. No Rio

fez contato com Tião de Pernambuco. Por intermédio de um companheiro universitário que ele não se lembra. Com Tião discutiu sua integração no PCBR. Leu documentos como “Esboço do caminho armado” e outro sobre Conferência Nacional, na qual foi estruturado o PCBR. Por intermédio de Tião entrou em contato com Silva (João Maurício de Andrade Baltar). E novamente discutiu a sua integração no PCBR. E pediu contato com outros elementos que houvessem saído do Partido. Ele divergia da burocracia da direção. Silva ou Lucas (Luciano Almeida) apresentaram Ana. A qual havia divergido do Partido e formado, outro grupo. Que Ana se encontrava fora de atividades, mas apresentou-o a Gouveia (Samuel Firmino de Oliveira). O qual posteriormente o apresentou a Morais e Gatis. Que dias depois realizaram pequenas ações como assaltos a motoristas e postos de gasolina. Capturando dois revólveres, desse posto levaram a quantia de cem cruzeiros novos. Dessa apropriação participaram: ele, Morais, Gatis e o Gordo. Que o Gordo forneceu a viatura. Que o grupo posteriormente ficou desfalcado de Morais, por motivo de doença e do Gordo que se mandou sem dar satisfação aos demais. Que então ocorreu um racha no PCBR e alguns elementos como Lucas, Sérgio, Eduardo ou Arú, Adriana, juntaram-se ao grupo dele interrogado. Que o grupo começou a agir como se pertencesse a ALN, porém sem uma definição. Que alguns desses elementos citados, procuravam estudar as organizações subversivas existentes como, VAR-Palmares, PCR, mas entendendo existir maior afinidade com a ALN. Que então praticaram as seguintes ações: Primeira: No dia dezenove de dezembro do ano próximo passado, ele com Lucas (Luciano Almeida), Sérgio (Rholine Sond Cavalcanti, Ricardo (Ronaldo Dutra Machado) ou João Alberto Ferreira da Costa e Arú (Maurício Anísio), cerca das 7:00 na rua Jäder de Andrade, Casa Forte, assaltaram um motorista de um carro oficial capturando o referido veículo. Ele, interrogado, Arú e Ricardo, armados de revólveres calibre 38, se dirigiram a Cavaleiro, Jaboatão, que no caminho pegaram Sérgio e Lucas, cerca das 7:30 para as 8:00 daquele dia, assaltaram a agência da agência Financeira em Cavaleiro. Antes, Adriana (Maria Teresa de Lemos Vilaça), havia feito a paquera, daquele estabelecimento bancário e procedido o croquis do referido imóvel, estudadas suas saídas, começo do policiamento ostensivo, depois das 8, e dia de maior movimento em dinheiro. Promoveram o assalto, que na ação participou, ainda com uma viatura para resgate do dinheiro expropriado, o Gordo. Durante o assalto, realizado rapidamente, não excedendo o tempo de cinco minutos, Arú permaneceu no volante da viatura, com o motor ligado, Ricardo conduziu as pessoas que ali se encontravam para o sanitário, Sérgio procedeu a arrecadação do dinheiro existente, Lucas com um rifle 22, guardou a porta de entrada, e ele interrogado circulava dando cobertura a Ricardo e Lucas. Do assalto levaram a quantia, pouco superior a 2 mil cruzeiros novos. Durante o mesmo apregoaram

ser uma ação revolucionária, que como dinheiro, do banco era pouco e um dos clientes conduzia nas mãos um pacote de dinheiro, o mesmo também foi tomado. No banco se encontravam várias pessoas, inclusive senhoras, uma das quais parece ter ficado um pouco nervosa. Praticado o assalto do ponto determinado, próximo a uma ponte, o Gordo se encontrava em um carro e Ricardo saltou da viatura capturada, levando o dinheiro expropriado, depois de Sérgio ficar com duzentos cruzeiros novos. Sérgio saltou mais adiante, para depois saltar Lucas e ele, interrogado. Mais na frente ficando Aru, encarregado de abandonar o Wolks capturado. Que ele encontrou no carro, uns envelopes e escreveu, Viva ALN, viva Marighella, viva a Guerrilha e viva Marighella. A importância expropriada do Banco Financial foi utilizada nos alugueis dos aparelhos e sobrevivência dos elementos do grupo. No princípio do corrente ano, ele, interrogado, Lucas, Sérgio e Aru, capturaram cerca das 22:00 um Wolks, na qual se encontravam um casal, em seguida na avenida Rosa e Silva, assaltaram o encarregado de um posto de gasolina, do qual levaram a quantia de 8 cruzeiros novos. Ele e os companheiros estavam armados com revólveres 38. O carro foi abandonado em local que não se lembra durante o assalto ao carro o motorista pediu que lhe deixassem seus livros de estudo. No dia 23 de fevereiro do corrente ano, uma segunda feira, ele juntamente com Gouveia, Lucas, e Sérgio participaram de uma outra ação. Cerca das 20 horas no bairro dos Coelhos, Gouveia, Lucas e Sérgio, assaltaram um motorista de Woks, que estava estacionado em frente a uma residência. Capturado este veículo, os dois se dirigiram a Praça do Entroncamento, onde se encontravam ele interrogado, que então se dirigiram a farmácia Jayme da Fonte. Que todos quatro estavam armados, de revólver Taurus de calibre 38”, que assaltaram os funcionários da farmácia, levando a quantia de hum mil e quinhentos cruzeiros novos. Gouveia, dirigiu o veículo capturado, ficando na porta do referido estabelecimento. Sérgio ficou encarregado de arrecadar o dinheiro. Ele, o interrogado, e Lucas ficaram intimidando as pessoas presentes, que não houve reação dos funcionários. Um do grupo, pensa ele, Sérgio, falou que a ação era em prol da revolução, uma ação revolucionária. Praticado o assalto, Sérgio agradeceu o bom comportamento dos presentes. Gouveia, ficou encarregado de abandonar o veículo na Torre. Lucas ficou com a quantia expropriada. Depois de fornecer a Sérgio pequena quantia. O interrogado se considera revolucionário, por entender ser necessário uma justiça social, para acabar com a exploração do homem pelo homem. Combate o atual governo por considerar uma ditadura. Que sobre o assalto ao depósito da Souza Cruz em Olinda, ocorrido no dia trinta e um de outubro do ano passado, julga ser uma ação do PCB. Sérgio ou Lucas sabem melhor do assunto. Pois ele interrogado, não participou do racha. Pois havia saído anteriormente. Quando discutiu sua integração com Tião, e depois com Silva, foi em termos de



profissionalização. Viver as expensas do partido. Os militantes do PCBR, quando se profissionalizava recebem cento e cinquenta cruzeiros novos mensais. Ele não chegou a se profissionalizar, mas, quando em ação com grupo passou a viver do dinheiro expropriado nas ações. Conheceu Ricardo através de Gouveia. Ricardo veio para Recife após a morte de Marighella. O grupo chegou a planejar o assalto ao banco Econômico da Bahia em Jaboatão. O interrogado chegou a fazer algumas paqueras, ele também fez algumas paqueras na companhia de gás da estada da Imbiribeira. Duas vezes foi planejado um assalto a um supermercado próximo ao Coliseu. A primeira vez não foi realizado por não terem conseguido fazer a captura de um veículo. Da segunda ação, eles desistiram quando tudo já estava preparado por entenderem ser difícil dado o número de pessoas que ali se encontravam do lado de fora, próximo ao portão do referido supermercado. No dia vinte e oito do mês próximo passado a noite, ele interrogado se encontrava em um bar em Olinda, juntamente com Ricardo. Traduzia uma revista francesa, quando se encontrava fazendo um lanche foram detidos Ricardo portava um revólver.

### **3.4- Depoimento do militante Perly Cipriano, realizado no dia 14 de abril de 1970, na Delegacia de Segurança Social, depoimento sob a supervisão do delegado José Oliveira Silvestre.**

Depoimento realizado no dia 14/04/1970. No ano de 1969, discordando do PCBR, pediu contato com outros dissidentes do PCBR. Assim ele ligou-se a Samuel Firmino de Oliveira, que juntamente com José Pedro da Silva, Morais, passaram a formar uma facção da ALN. Esse contato foi fornecido por João Maurício Baltar, (Silva) que lhe indicou uma aliada conhecida por Ana. A referida facção tinha o objetivo de seguir a orientação de Carlos Marighella com assaltos, expropriações, etc. Estas ações serviriam como preparo para outras ações de maior vulto. Que dentre as ações que foram feitas, ele lembra da do posto de gasolina, na esquina da rua desembargador Martins Pereira com a avenida Rosa e Silva. Este assalto foi feito entre os dias quinze e vinte e cinco de dezembro de 1969. Ele foi programado por Gordo, que não lembra do nome real.

Ficando decidido a realização desta ação, ele, Samuel Firmino, José Pedro da Silva e o Gordo, no carro Aero Willys, dirigido por Gordo, Samuel (Gouveia) e José Pedro (Morais), pegaram o carro na Encruzilhada. Cerca de 100 metros do posto ele, Samuel e José Pedro, saltaram do carro. Enquanto Gordo levou o carro para uma rua além do objetivo. Gouveia se aproximou do bombeiro e Morais se posicionou como vigia. Gouveia solicitou um vasilhame com gasolina a um empregado, e na mesma hora foi atendido. Ele o interrogado neutralizou o outro empregado com um revólver, dizendo ao empregado que se tratava de

um assalto, e que o mesmo não deveria reagir, pois eles só queriam o apurado do dia. A mesma coisa aconteceu com o outro empregado. Tiraram o apurado do posto, que estava nos bolsos dos empregados e atravessaram a avenida Rosa e Silva e apanharam o carro que estava com o Gordo, que se encontrava numa transversal da avenida Rosa e Silva. O apurado do assalto rendeu um pouco mais de cem cruzeiros reais.

**3.5-Depoimento do militante Perly Cipriano realizado no dia 15 de abril de 1970, no Departamento de investigações da Secretaria de Segurança, com a presença do delegado José Bartolomeu lemos Gibson.**

Depoimento em 15/04/70- Fez contato com Tião do PCBR, no Rio de Janeiro. Este Tião se dizia ser de Pernambuco. Em Recife fez contato com Silva, José Maurício Baltar. Ocasião que teve novos contatos, com novas pessoas passando assim a integrar a ALN. Que entre este pessoal figurava Ana, a qual lhe apresentou a Gouveia (Samuel Firmino de Oliveira), o qual depois lhe apresentou a Morais e Gatis. Dias após estes encontros realizaram pequenas ações. Assaltando motoristas, e um posto de gasolina. Capturando revólveres e pequenas importâncias. Que formada a ALN, incorporaram-se a mesma, Lucas (Luciano Almeida), Sérgio (Rholine Sond Cavalcanti), Ricardo (Ronaldo Dutra Machado). No dia 19 de dezembro de 1969, capturaram um wolks na rua Jáder de Andrade e com o mesmo assaltaram o banco Financeiro em Cavaleiro, onde expropriaram a quantia de dois mil cruzeiros reais. Neste assalto participou o Gordo. Utilizando outro veículo para resgate da quantia expropriada. No dia vinte e três de fevereiro de 1970, com Sérgio, Gouveia e Lucas. Assaltaram um motorista de Wolks, cor verde que se encontrava estacionado em frente a uma residência. Capturado o veículo foram até a praça do entroncamento. Onde se encontrava o interrogado. Se dirigiram até a farmácia Jayme da Fonte. Ali ingressaram empunhando revólveres. No interior Lucas deu a voz de comando, advertindo aos presentes se tratar de um assalto. Sérgio apanhou o dinheiro, cerca de mil quinhentos e vinte cruzeiros novos. Rapidamente saíram do local. Ele interrogado se dirigiu de táxi ao aparelho da ALN em Boa Viagem. Que ainda dentro do Wolks roubado, houve certa distribuição de pequenas importâncias em dinheiro, para utilização de táxi, que a situação do GF-Grupo de fogo, era de verdadeira penúria, pois estavam atravessando sérias dificuldades econômicas e o dinheiro apropriado, na farmácia foi usado para sobrevivência do grupo. Conhece Maria Teresa Lemos Vilaça, cuja linha política dissidente do PCBR, no racha ocorrido, em fins de 1969, ela manteve daí várias ligações com o interrogado”.

**3.6- Depoimento do militante Perly Cipriano, realizado no dia 20 de abril de 1970, no cartório da Delegacia Segurança Social, com a presença do delegado José Oliveira Silvestre.**

Depoimento 20/04/1970- No ano de 1964, ele ingressou na UFES, que naquele ano apesar da metamorfose política que passou o Brasil, naquele tempo, ele permaneceu distante de qualquer movimento estudantil. Porém no segundo semestre, daquele ano, ele passou a participar do movimento estudantil. No mês de junho ou julho de 1965, ele foi escolhido para participar pelo diretório a participar do Congresso da UNE, realizado em São Paulo, na faculdade de Engenharia. Que nesse Congresso, foi discutida a Lei Suplicy, que versava sobre organizações do diretório acadêmicos no Brasil. Que também foi discutido o programa mínimo da UNE, como também a eleição da diretoria nova. Por conta desta participação no congresso, 40 dias após o regresso ele foi convidado a comparecer ao 3º Batalhão de caçadores do Exército, a fim de esclarecer as suas atividades no referido Congresso, depois foi liberado. Em agosto de 1966, ele foi eleito presidente do diretório acadêmico de odontologia. Por um mandato de um ano. Como presidente, ele viajou ao Rio de Janeiro, para participar de um seminário de reforma universitária, promovido pela UNE. Porém quando estava no hotel, foi detido pela polícia, por quatro horas, não podendo participar do seminário. Como presidente do diretório, visitava o jornal Folha Capixaba, tendo aí conhecido José Francisco de Oliveira, com o vulgo de Papai. Este o convidou para participar do PCB. Assim passou a funcionar uma base do PCB, no diretório acadêmico, onde também participavam os estudantes Javílson e José Duarte. Logo depois estes estudantes, abandonaram as bases e conseqüentemente nada fizeram de atividades. Em novembro de 1967, ele viajou para URSS. Tendo em vista ter recebido, em outubro do mesmo ano, a resposta positiva da Universidade Patrice Lumuna. Que tendo em vista a resposta positiva da Universidade, ele solicitou o trancamento de matrícula no curso de odontologia, faltando apenas um mês para conclusão. Em novembro ele viajou para URSS, fazendo o percurso Rio/Paris pela Ar France e Paris.

**3.7- Depoimento do militante Perly Cipriano, realizado no dia 12 de maio de 1970, na Delegacia de Segurança Social, sob a supervisão do delegado José Oliveira Silvestre.**

O depoente diz que em 1964, quando cursava o primeiro ano do curso de odontologia, passou a participar do movimento estudantil. Que em 1965, representou o diretório acadêmico no Congresso da UNE, em São Paulo. Depois viajou para Rússia e em seguida, resolveu ir para o Rio de Janeiro. No Rio de Janeiro manteve contato com Bruno Costa de

Albuquerque Maranhão<sup>1</sup>, com o pseudônimo de Tião. A Tião demonstrou interesse de sair do Rio. Tião se ofereceu a fazer a ponte com Silva, em Recife o que aconteceu. O verdadeiro nome de Silva é João Maurício Baltar. Como o depoente discordava da linha política do PCBR pediu contato com algumas pessoas que já estivessem abandonando a agremiação. Entrando em contato com Samuel Firmino “Gouveia”. Gouveia já pertencia a ALN, em Recife. Entre as ações levadas a efeito lembra-se do assalto ao posto Texaco na Tamarineira. Ocorrido no dia 3 ou 4 de fevereiro de 1970. Para isso houve um encontro com o depoente, Luciano Almeida e Maurício Anísio. Nas proximidades do campo do Sport Club do Recife. Ficando acertado que expropriariam um carro. Para em seguida praticarem o assalto. Após explicarem ao dono do carro, não serem ladrões. Rumaram ao posto, apanhando antes, Sérgio- Rolhine Sond, que se encontrava, antes de um posto, em uma praça existente após o Club Náutico Capibaribe. O assalto foi realizado e foi recolhido a importância de dez cruzeiros novos.

### **3.8- Depoimento do militante Perly Cipriano, realizado no dia 13 de maio de 1970, com a presença do delegado, José Oliveira Silvestre.**

Disse que reconhece uma fotografia tipo 6x9, ora lhe apresentada pela autoridade presente e pertencente à Dulce Chaves Pandolfi, como sendo a semelhança com a companheira Ana, já referida em declarações anteriores. Uma vez que teve contato, com a mesma, poucas vezes, à noite e muito rapidamente. Ele acredita ser a referida foto pertencente à Ana, não podendo, portanto, afirmar categoricamente.

### **3.9- Depoimento de Manoel Nunes da Silva, vigia da rua Evaristo da Veiga, em Casa Amarela, realizado no dia 8 de abril de 1970, na Delegacia de Segurança Social com a presença do delegado José Oliveira Silvestre. Segundo o registro do DOPS.**

Mais ou menos a meia noite do dia onze de novembro de 1969, ele estava sentado no banco da rua que trabalhava quando apareceu um rapaz franzino de estatura baixa. Com óculos escuros e capa, procurou um tal de José Élice. Naquele momento, ele viu a aproximação de mais dois. De repente o depoente foi atacado e seu braço direito dominado, e depois rendido com a utilização de uma arma.

Sendo apresentado um revólver Taurus, calibre 38 de nº 163882 reconhece como de sua propriedade. E diz que esta arma foi roubada por três bandidos. O depoente reconheceu-

---

<sup>1</sup> Pertencente a família de usineiros em Pernambuco, no entanto na ditadura militar aderiu ao PCBR, foi exilado e voltou da França em 1979, quando participou da fundação do PT. Fundador do MLST, dissidência do MST.

os nesta oportunidade, quando colocado em sua frente, dez pessoas. Eles têm os seguintes nomes. Samuel Firmino de Oliveira (Gouveia), Perly Cipriano (Pedro) e José Pedro da Silva (Moraes).

**3.10-Depoimento do frentista do posto Shell, localizado na Rosa e Silva, Afritos. Manoel Etelevino Cabral realizado no dia 9 de abril de 1970, na Secretaria de Segurança Social, com a presença do delegado José Oliveira Silvestre. Segundo o registro do DOPS.**

O fato aconteceu três dias antes do Natal de 1969, quando faltavam cinco minutos para uma hora, o depoente estava sentado no posto, ao lado de outro bombeiro conhecido como japonês, quando notaram a presença de três pessoas. Uma delas trazia na mão chaves de automóvel. Que essa pessoa solicitou um vasilhame, para transportar gasolina para o veículo. Quando japonês foi pegar a gasolina, Samuel Firmino “Gouveia”, pôs a arma em direção a ele, usando a expressão “ou o dinheiro ou a vida”. Nesta oportunidade surgiu a segunda pessoa, Perly Cipriano, “Pedro”, que colocando o revólver em sua caixa do tórax foi logo revirando seus bolsos e levando a quantia de trinta e dois cruzeiros novos e oitenta centavos. Gouveia retirou de japonês, setenta e poucos cruzeiros novos, além de cheques. Que no final do assalto aqueles indivíduos saíram pela avenida Rosa e Silva ingressando na avenida Malaquias.

**3.11-Depoimento do frentista do posto Shell, localizado na avenida Rosa e Silva, Afritos. Cícero Abílio da Silva Etelevino Cabral realizado no dia 3 de abril de 1970, na Secretaria de Segurança Social, com a presença do delegado José Oliveira Silvestre. Segundo o registro do DOPS-PE.**

O depoente informa que se não lhe falha a memória, três dias antes do Natal, quando faltavam cinco minutos para uma hora da madrugada surgiram quatro pessoas, sendo que uma ficara na avenida, como observante, enquanto os outros três se aproximaram havendo um deles solicitado um vasilhame para transportar gasolina. Quando ele foi pegar o vasilhame, o mesmo indivíduo colocou um revólver de encontro a ele usando a expressão “não queremos gasolina só o dinheiro”. [...] Enquanto um dos elementos retirava o dinheiro do bolso direito do seu macacão, o segundo fazia o mesmo com seu companheiro Manoel. Do bolso do depoente levaram vinte e dois cruzeiros novos, enquanto que do seu colega tinta e poucos cruzeiros novos. A renda do movimento do posto estava no traseiro do lado esquerdo do macacão, sem que fosse revistado, cujo movimento atingia a soma de quatrocentos e setenta e cinco cruzeiros novos. Feito o assalto tomaram destino ignorado.

**3.12-Depoimento do proprietário do posto Shell, localizado na Rosa e Silva, Afritos. Sérgio Pragana Paiva, no dia 14/04/1970, na Secretaria de Segurança Social, com a presença do delegado José Oliveira Silvestre. Segundo o registro do DOPS.**

O depoente informa que um dos vizinhos do posto, muito fizera no sentido de identificar e localizar os assaltantes, juntamente com seus empregados. No entanto, não conseguiram o êxito desejado. O fato chegou ao conhecimento da polícia que adotou as medidas necessárias. O depoente ficou deveras surpreendido ao tomar conhecimento da prisão dos referidos assaltantes pela polícia local, os quais compunham uma organização de caráter puramente terrorista.

**3.13-Depoimento do vigilante da Oficina Mecânica Santo Antônio, localizada, na avenida Caxangá, Iputinga. João José da Silveira. Este depoimento foi registrado no dia 9 de abril de 1970 na Secretaria de Segurança Social, com a presença do delegado José Oliveira Silvestre.**

No dia treze de novembro de 1969 estava de serviço na referida oficina, quando a uma e trinta da madrugada. Viu a aproximação de três pessoas. O depoente resolveu abrir o portão da oficina para entrar, quando duas das pessoas pegaram-lhe o braço direito. Ao tentar reagir foi imobilizado pelos homens que utilizavam duas armas de fogo. Um deles retirou um revólver calibre 22, que o depoente possuía.

Quando as autoridades presentes colocaram a sua frente, várias pessoas, ele depoente reconheceu, entre estas: Samuel Firmino de Oliveira (Gouveia) e Perly Cipriano (Pedro), como sendo dois dos três que lhe assaltaram a arma.

**3.14-Depoimento do Diretor da Oficina Santo Antônio, localizada na avenida Caxangá, Iputinga. Sinval de Oliveira Rodovalho. Este depoimento foi realizado no dia 13 de Abril de 1970 na secretaria de Segurança Social, com a presença do delegado José Oliveira Silvestre.**

Disse o depoente que às duas horas da madrugada do dia treze de novembro de 1970 encontrava-se dormindo em sua residência, quando surgiu apavorado o vigia da firma, que lhe disse haver sido assaltado por três indivíduos desconhecidos. Que o depoente saiu incontestemente com o vigia passando na casa do diretor presidente da firma, a quem transmitiram o ocorrido. Que os três saíram percorrendo toda a indústria sem mais nada encontrar. Que

quando se encontravam percorrendo a indústria surgiu um carro da polícia, que havia sido solicitado pela filha de Alberto. Percorreram toda a redondeza sem que encontrassem qualquer vestígio.

**3.15-Depoimento do proprietário da Oficina Santo Antônio, localizada na avenida Ca-xangá, Iputinga. Alberto Carlos de Souza. Este depoimento foi realizado no dia 14 de abril de 1970 na Secretaria de Segurança Social, com a presença do delegado José Oliveira Silvestre.**

Disse o depoente, que lendo os jornais que são editados nesta cidade, ficou supreso quando viu notícia que haviam sido presos os responsáveis pelo assalto a oficina Santo Antônio, bem como outros assaltos ocorridos nesta capital. Que os mesmos jornais disseram ainda que tais assaltos foram feitos por imposição de partido político, a que seus integrantes faziam parte.

**3.16-Depoimento do bombeiro do posto Texaco, localizado na Estrada do Arraial, Ta-marineira. Laurindo Correia da Silva. Este depoimento foi registrado no dia 5 de maio de 1970 na Secretaria de Segurança Social, com a presença do delegado José Oliveira Silvestre.**

O depoente informa que entre os dias 5 e 6 do mês de fevereiro de 1970, as 23:40, quando se encontrava sentado ao lado da bomba, parou um Wolks, cor bege, com quatro pessoas. Quando ele e seu colega Evaldo, se aproximaram do veículo, saltaram três rapazes dizendo “assalto”. Passando a revistar ele e seu colega. O depoente afirma que apesar de está com dinheiro no bolso, eles só encontraram e levaram o dinheiro que estava em posse de Edvaldo. Informa, ainda que do fato tomou conhecimento uma doméstica, que ia passando no local. Mas ela julgou se tratar de brincadeira carnavalesca.

**3.17-Depoimento do bombeiro do posto Texaco, localizado na Estrada do Arraial, Ta-marineira. Edvaldo José de Andrade. Este depoimento também foi registrado no dia 5 de maio de 1970, na Secretaria de Segurança Social, com a presença do delegado José Oliveira Silvestre.**

Saltaram do automóvel, os três já de armas em punho, vindo em direção dele e de seu companheiro de serviço. Usando a seguinte expressão, “assalto”. Que o mesmo, nada podendo fazer levantou os braços, sendo revistado por um deles que levou a quantia de trinta cruzeiros novos. Esta quantia era referente à venda de cigarros e sorvetes.

**3.18- Depoimento do proprietário do fusca Rinaldo Costa. Este depoimento foi registrado no dia 20 de maio de 1970 na Secretaria de Segurança Social, com a presença do delegado José Oliveira Silvestre.**

No dia 4 de fevereiro de 1970, às onze horas da noite, se encontrava o depoente conversando em seu carro com uma senhorita em uma transversal com a rua do Paissandu, quando notou um cano de revólver em seu pescoço. Notou a presença de mais duas pessoas, os quais de armas em punho, disseram ser um assalto ao carro, não interessando dinheiro. O depoente informa que não esboçou nenhuma reação em virtude da maneira que os assaltantes se portaram. O automóvel foi encontrado, nas proximidades de sua residência na Madalena. E os assaltantes nada levaram, ficando o carro apenas com pequenos defeitos na parte mecânica.

**3.19- Preso Político Ganha redução de suas penas. Jornal do Commercio. Recife, dezoito de maio de 1979.**

Preso político ganha redução de penas: Condenado a 88 anos e 8 meses de reclusão, em seis processos onde foi acusado de assaltos e reorganização de partidos ilegais, Perly Cipriano teve o total de suas penas reduzidas para 27 anos 4 meses e 24 dias, de acordo com o despacho divulgado do juiz auditor substituto da 7 CJM, senhor José Bolívar Regis. Perly está preso desde o dia 28/03/1970 e atualmente cumpre pena na penitenciária Milton Dias Moreira, no Rio de Janeiro.

**3.20- Prisões de Perly Cipriano e Ronaldo Dutra Machado.**

Ofício Nº 134-prisão de Perly Cipriano e Ronaldo Dutra

Ilmo Sr Diretor do Departamento de Ordem Política e Social

Com este, apresento a V.Sa, devidamente escoltados, os indivíduos Perly Cipriano, natural do espírito Santo e João Alberto Pereira da Costa, natural do Estado do Ceará, os quais são suspeitos de serem terroristas. Adianto a v.S.a que os indivíduos, em apreço, no dia 28 de março de 1970, se achavam no largo do varadouro em Olinda, em atitudes suspeitas e sendo abordados, agrediram aos policiais, daí ocasionou-se grande tumulto naquele largo, somente com muito esforço, foram os citados dominados, sendo apreendidos em poder dos indivíduos, um revólver da marca Taurus, calibre 38, duplo, sob, n. 456829, oxidado, 10 projéteis intactos, 4 folhetos de origem subversiva, uma carteira de identidade de Perly Cipriano, do Estado de Espírito Santo e uma fotografia de um popular – Capitão Osvaldo Matos de Melo.



A Editora Fi é especializada na editoração, publicação e divulgação de pesquisa acadêmica/científica das humanidades, sob acesso aberto, produzida em parceria das mais diversas instituições de ensino superior no Brasil. Conheça nosso catálogo e siga as páginas oficiais nas principais redes sociais para acompanhar novos lançamentos e eventos.



**[www.editorafi.org](http://www.editorafi.org)**  
**[contato@editorafi.org](mailto:contato@editorafi.org)**